



UNB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SABRINA CRISTINA QUEIROZ SILVA

O CONTROLE DA NATALIDADE E A EUGENIA NO BRASIL

ESTERILIZAÇÃO EM MASSA E MÉTODOS CONTRACEPTIVOS COMO

INSTRUMENTOS DO RACISMO (C.1960-1993)

Brasília

2023

SABRINA CRISTINA QUEIROZ SILVA

O CONTROLE DA NATALIDADE E A EUGENIA NO BRASIL
ESTERILIZAÇÃO EM MASSA E MÉTODOS CONTRACEPTIVOS COMO
INSTRUMENTOS DO RACISMO (C.1910-1993)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social e suas Múltiplas Formas

Orientador: Prof. Dr. José Inaldo Chaves

Brasília
2023

O CONTROLE DA NATALIDADE E A EUGENIA NO BRASIL

ESTERILIZAÇÃO EM MASSA E MÉTODOS CONTRACEPTIVOS COMO INSTRUMENTOS DO RACISMO (C.1910-1993)

SABRINA CRISTINA QUEIROZ SILVA

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. José Inaldo Chaves
(Orientador – Universidade de Brasília)

Professora Dra. Pietra Stefania Diwan
(Membro externo – Universidade Estadual de Maringá)

Professora Dra. Ynaê Lopes dos Santos
(Membro externo – Universidade Federal Fluminense)

Profa. Dra. Eloisa Pereira Barroso
Membro suplente - Universidade de Brasília

Resumo

Este trabalho se dispõe a identificar as principais motivações e atores envolvidos nas tramas do controle da natalidade ao longo do século XX. Com o objetivo de compreender as motivações do esforço empreendido para reduzir a taxa de fecundidade em países do sul global, esta pesquisa relaciona a eugenia, controle da natalidade e o mito da explosão demográfica. As justificativas para a intervenção na taxa de natalidade sofreram modificações, muito embora os defensores e financiadores dessa causa tenham sido os mesmos. A princípio, a eugenia serviu de base para justificar o impedimento do nascimento de povos racializados, mas devido a sua condenação pós-Segunda Guerra Mundial, seus postulados precisaram ser omitidos e antigos anseios assumiram uma nova roupagem. O desejo pela eliminação de povos considerados inferiores se transformou no mito da explosão demográfica. Confabulou-se pretextos econômicos, ambientais e de segurança nacional para atribuir intenções razoáveis para intervir na demografia de países do sul global e/ou de localidades de populações carentes - e sempre de maioria não-branca -, mesmo que para isso fosse necessário ferir direitos humanos, sobretudo das mulheres representantes de povos descartáveis e indesejados. Em vista disso, esta dissertação investiga os meandros que sustentaram o controle da natalidade internacional e nacionalmente.

Palavras-chave: controle da natalidade; eugenia; racismo; métodos contraceptivos; esterilização em massa.

Abstract

This paper sets out to identify the main motivations and actors involved in the plot of birth control throughout the twentieth century. In order to understand the motivations behind the effort to reduce fertility rates in countries of the global south, this research associates eugenics, birth control and the myth of the population explosion. The arguments for birthrate intervention have shifted, although the advocates and funders of this cause have remained the same. Originally, eugenics worked as a basis for justifying the prevention of births from racialized peoples, but due to its post-World War II condemnation, its postulates had to be omitted and old desires took on a new guise. The desire for the elimination of peoples considered as inferior was transformed into the myth of the population explosion. Economic, environmental, and national security pretexts were used to attribute reasonable intentions to intervene in the demography of countries in the global south and/or localities with poor populations - and always with a non-white majority - even if this meant violating human rights, especially those of women representing disposable and unwanted peoples. In view of this, this dissertation investigates the intricacies that underpinned birth control internationally and nationally.

Keywords: birth control; eugenics; racism; contraceptive methods; mass sterilization.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	19
1.1 A eugenia como um sonho.....	22
1.2. A eugenia como conceito.....	25
1.3 A eugenia nos Estados Unidos.....	28
1.4 Por que os negros?.....	30
1.5 Esterilização nos Estados Unidos.....	36
1.6 A eugenia no Brasil.....	40
1.7 A chegada da esterilização no Brasil.....	45
1.8 Margaret Sanger, o neomalthusianismo e o controle da natalidade.....	52
CAPÍTULO 2	59
2.1 O debate sobre a alta taxa de natalidade na década de 1960.....	67
2.2 A “Comissão sobre o Crescimento Populacional e o Futuro Americano” ou “The Rockefeller Commission”.....	70
2.3 NSSM-200 ou o Relatório Kissinger e a preocupação com o desenvolvimento.....	75
2.4 14 anos de classificação “Confidencial” do Relatório Kissinger.....	82
2.5 Leituras do NSSM-200 sobre o crescimento populacional.....	93
2.6 Plano de Ação da População Mundial.....	105
CAPÍTULO 3	114
3.1 Intervenção estadunidense no Brasil a partir da década de 1960.....	117
3.2 O Nordeste como uma ameaça.....	122
3.3. As primeiras denúncias do projeto de controle da natalidade no Brasil.....	126
3.4 As agências financiadoras de programas de controle da natalidade no Brasil.....	136
3.5 As instituições promotoras do controle da natalidade no Brasil.....	142
CAPÍTULO 4	150
4.1 Com a palavra: as mulheres.....	156
4.2 Direitos reprodutivos e saúde reprodutiva.....	165
4.3 “E não sou uma mulher?”.....	171
4.4 Dimensões da questão do planejamento familiar no Brasil.....	179
4.5 Quando o Estado decide agir.....	183
4.6 O Conselho Estadual da Condição Feminina.....	187
4.7 Evidências do caráter racista de programas de planejamento familiar.....	190

4.8 As mulheres negras na linha de frente no combate à esterilização em massa.....	196
4.9 A CPMI da esterilização, conclusão e encaminhamentos.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS.....	211

Agradecimentos

Olhando para trás, hoje consigo identificar a grande responsável por esse tema ter entrado na minha vida. Não fosse a minha gravidez não planejada, meu hiperfoco em filhos e em tudo o que lhes circundava, eu jamais teria me interessado pela questão do controle da natalidade. É por tudo isso que agora sei que a Alika é a razão de eu ter chegado aqui. Hoje você tem 5 anos, mas espero que algum dia você leia esta dissertação e se orgulhe da sua mãe, da mesma forma que me orgulho e me sinto profundamente grata por te chamar de filha.

Agradeço ao meu companheiro, João Lucas, que muito antes de sabermos que pretendíamos permanecer na vida um do outro, ainda assim aceitou traduzir todo o Relatório Kissinger. Eu não tenho palavras para definir a grandeza da sua generosidade e da sua importância para tornar esta pesquisa possível, seja pela sua contribuição em tornar acessível uma fonte histórica tão fundamental para este trabalho, seja em todas as vezes em que se mostrou um padrao incrível e brincou de corpo e alma com a Alika só para que eu pudesse escrever.

Agradeço à minha mãe, Solange, que apesar de todas as intempéries que enfrentamos em nossa relação nos últimos anos, também foi uma das responsáveis para que eu conseguisse dar continuidade aos estudos. Duvidaram da gente, mãe. Lembra? E a despeito de todas as questões que temos uma com a outra, nunca vou me esquecer da lição que aprendi com você, sobre não largar a mão dos nossos - e que os “nossos” nem sempre são do jeito que queríamos.

Agradeço às velhas amigas e irmãs, ao nosso grupinho que carinhosamente (ainda) chamamos de Renault Clios. Obrigada Juliana e Marcela, por serem minhas leitoras, consultoras, conselheiras e grandes incentivadoras, cuja aprovação é mais do que importante para mim. Obrigada, Petterson, por ser uma pessoa que imprime tanta confiança e positividade. Suas palavras sempre foram confortadoras e certeiras, bem como sua amizade como um todo. Obrigada, amigas, por acreditarem em mim mesmo quando eu não botava tanta fé. E obrigada por fazerem parte do meu crescimento, por serem tão parte de mim quanto eu mesma. Eu amo viver cada pedacinho dessa vida do lado de vocês e só eu sei a sorte que tenho em tê-las como parceiras e família.

Agradeço às novas amigas que, mesmo as conhecendo por menos tempo, conseguiram conquistar um espaço tão especial quando eu nem sabia que ainda dava pra ceder esse espaço. Amanda e Kátia, obrigada por serem grandes incentivadoras das minhas potencialidades. As admiro e acredito no potencial de vocês da mesma maneira!

Agradeço à equipe de trabalho do Iphan, que foi gentil em tantos momentos, interessada no andamento do mestrado, dando conselhos e me encorajando a não desistir. Nunca vou esquecer de como vocês vibraram quando coloquei o ponto final na redação desta pesquisa. Não é todo mundo que tem a oportunidade de trabalhar com pessoas tão amáveis. Menção honrosa às minhas chefes, Marina Lacerda e Diana Dianovsky, mulheres inspiradoras em sua competência, mas principalmente pela generosidade e doçura com que ouviram meus perrengues e apontaram caminhos para que tudo desse certo. Isso eu também não vou esquecer.

E por último, mas não menos importante, quero agradecer ao meu orientador, José Inaldo. Todos os citados nesse agradecimento sabem como eu estive a ponto de desistir do mestrado, do quanto duvidei da minha capacidade e como acreditei que jamais conseguiria finalizar esta pesquisa. Cheguei em suas mãos com a autoestima destruída, insegura e descrente. Depois de um longo período sem coragem de dirigir o olhar para meus rascunhos ou realizar qualquer leitura sobre o tema, graças a sua gentileza e boa vontade, fui capaz de retomar a pesquisa. Agradeço pela valorização das minhas ideias e por me permitir pensar com liberdade. Obrigada por me mostrar que a Academia não precisa ser hostil para funcionar. Sem dor há resultado sim - se será um bom resultado, só o tempo irá dizer.

Introdução

Este é um tema de pesquisa que me encontrou e não eu que encontrei.

Não fosse uma gravidez não-planejada e o trancamento de dois semestres do que seria meu último ano de graduação, certamente não teria conhecido a tempo os episódios de esterilização em massa de mulheres ao redor do mundo e tampouco a temática que saltou aos meus olhos da maneira como se deu.

Foi nessa ocasião que realizei a leitura de *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis. Naquele momento, a minha identidade de mulher negra estava abalada, pois meu senso de pertencimento racial oscilava devido a questionamentos sobre minha cor de pele. A maternidade, por outro lado, aguçava a minha consciência do peso de ser mulher e do uso de mecanismos de poder para a retirada de direitos femininos. Foi sob esse contexto que fiz a leitura do capítulo 12 do mencionado livro, intitulado “Racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos” e foi quando soube que havia encontrado meu tema de pesquisa.

Os próprios sentidos da expressão “controle da natalidade” refletem um histórico de luta dos movimentos das mulheres. A utilização da categoria “controle da natalidade”, ao longo desta pesquisa, se relaciona mais com o entendimento brasileiro de política de contenção da natalidade e menos com a noção de *birth control*, que, como Edna Roland explica, seria a noção de maternidade voluntária do feminismo burguês.¹ Sendo assim, passou-se a utilizar a expressão “planejamento familiar”, a fim de diferenciar a prática compulsória e violadora de direitos de uma prática autônoma e consciente de quando e quantos filhos ter - muito embora esses dois termos apareçam nas fontes e em parte da literatura como sinônimos também. A fala da deputada Lúcia Souto, na 5ª reunião da *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil*, em 1992, exemplifica essa diferença:

Quando temos, por exemplo, quase que a totalidade das mulheres fazendo uso de algum método anticonceptivo, mais de 90% estão usando ou esterilização ou a pílula anticoncepcional. A concentração de mais de 90%, em duas alternativas apenas ela caracteriza não uma política de planejamento familiar, porque uma política de planejamento familiar se caracteriza pelo uso plural de várias alternativas, e não há uma concentração em apenas duas alternativas como é no caso brasileiro, digamos assim.²

¹ ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. *Estudos Feministas*, Ano 3, 1995, p. 507.

² BRASIL. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, Ano XLVII, N. 17, 28 maio 1992, p. 740.

A minha dimensão dos conflitos entre pautas de gênero, raça e classe ainda era rasa. Embora eu soubesse da existência de tensionamentos entre mulheres das mais diferentes vivências, ainda não havia aprofundado a minha percepção da ambiguidade das lutas pelos direitos das mulheres. Fui surpreendida quando Davis alertava que “algumas vezes os argumentos desenvolvidos pelas defensoras do controle de natalidade se basearam em premissas flagrantemente racistas”. Ou quando Davis contextualizou a luta por direitos reprodutivos nas décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos:

Ao longo da última década, a luta contra a prática abusiva da esterilização tem sido empreendida principalmente pelas mulheres porto-riquenhas, negras, de origem mexicana e indígenas. Sua causa ainda não foi encampada pelo movimento de mulheres como um todo. No interior das organizações que representam os interesses das mulheres brancas de classe média, tem havido certa relutância em apoiar as reivindicações da campanha contra a esterilização abusiva, porque essas mulheres frequentemente têm negado seu direito individual à esterilização quando desejam dar esse passo. Enquanto as mulheres de minorias étnicas são constantemente encorajadas a se tornarem inférteis, as mulheres brancas que gozam de condições econômicas prósperas são incentivadas, pelas mesmas forças, a se reproduzir. Dessa forma, algumas vezes elas consideram o “período de espera” e outros detalhes da solicitação do “consentimento informado” para a esterilização como inconveniências adicionais para mulheres como elas. Ainda assim, quaisquer que sejam as inconveniências para as mulheres brancas de classe média, um direito reprodutivo fundamental das mulheres racialmente oprimidas e pobres está em risco. A prática abusiva da esterilização deve acabar.³

Após essa leitura, ocorreu-me que se aconteceu nos Estados Unidos, havia grande possibilidade de também ter acontecido no Brasil. Por conseguinte, pesquisei os verbetes “esterilização mulheres Brasil” e me surpreendi quando me deparei com o *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil (1993)*. Quando fiz o *download* deste documento, não imaginava que ele se manteria como uma das principais fontes da minha dissertação.

O relatório não apenas demonstrava uma situação semelhante quanto ao uso abusivo da esterilização de mulheres no Brasil, como apresentava dados quantitativos alarmantes. Enquanto Davis denunciava o já assustador número de cerca de 70 mil esterilizações compulsórias nos Estados Unidos, no Brasil, até o ano de 1986, mais de 5 milhões de mulheres tinham sido esterilizadas.

³ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 223.

Sendo assim, o relatório sintetizava as investigações realizadas a partir do dia 1º de abril de 1992, no que também ficou conhecido como CPMI da esterilização - é como me referirei à essa comissão ao longo do texto. Os debates lidavam com o reconhecimento de que, embora a laqueadura tubária fosse prática até então proibida pelo Código de Ética Médica,⁴ ainda assim, foi o método contraceptivo mais utilizado entre mulheres de 15 a 49 anos, casadas ou unidas entre as décadas de 1980 e 1990.⁵ Apontavam-se indícios de essa dinâmica afetar proporcionalmente mais mulheres negras que não negras.

O primeiro passo, portanto, foi o de conhecer o panorama da história da esterilização de mulheres brasileiras. O fator racial, assinalado por mulheres negras em depoimentos à CPMI, não recebeu muita ênfase no relatório final, o que, em um primeiro momento, avalei como sintomático do pouco caso do Estado frente ao racismo nas práticas médicas. O meu pré-projeto de pesquisa propunha como questão norteadora o porquê da esterilização ter um fator racial evidente e isso não ter sido avalizado nas conclusões da CPMI. Havia a resposta simplificada - o racismo velado *à la* Brasil -, mas eu queria compreender como e o porquê de o racismo e a esterilização em massa estarem de mãos dadas, bem como a razão para não se admitir isso. A minha hipótese era de que a linha que costurava esses questionamentos chamava-se “eugenia”.

O termo “eugenia” foi cunhado no ano de 1883 pelo estatístico inglês Francis Galton (1822-1911) e vem do grego “bem-nascido” ou “de boa linhagem”. Trata-se do fruto de uma tradição de pensamento que perpassa pelo positivismo, pela cientificização das disciplinas ao longo do século XIX e pela conquista, por parte dos médicos, do status de profissionais mais aptos para normatizar comportamentos.⁶ As teorias eugenistas obtiveram força para transformar projetos de eliminação de grupos humanos em leis e normativas por diversos países, sendo os

⁴ O Código de Ética Médica em vigor entre os anos de 1965-1984, no capítulo “Responsabilidade Profissional Médica”, Art. 52º, dizia: “A esterilização é condenada, podendo, entretanto, ser praticada em casos excepcionais, quando houver precisa indicação referendada por mais dois médicos ouvidos em conferência”. Destaque também para o Art. 59º, segundo o qual: “São absolutamente interditas quaisquer experiências no homem, com fins bélicos, políticos, raciais ou *eugênicos*” (grifo meu). No Código de Deontologia Médica de 1984, é vedado ao médico no exercício de sua profissão, segundo os Art. 12º e 32º, respectivamente, “Deixar de cumprir a legislação específica nos casos de transplante de órgãos ou tecidos, abortamento e esterilização” e “participar de quaisquer tipos de experiência no homem com fins bélicos, políticos, raciais ou *genéticos*” (grifo meu). E a versão do Código de Ética Médica de 1988, vigente até a atualização do código em 2020, vedava ao médico, segundo o Art. 43º, “Descumprir legislação específica nos casos de transplantes de órgãos ou tecidos, esterilização, fecundação artificial e abortamento” e foi retirado o artigo que vedava experiências com fins bélicos, políticos, raciais ou genéticos (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de janeiro de 1965; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Decreto-Lei n. 1154/84. Código de Deontologia Médica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 de maio de 1984; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1246/88. Código de Ética Médica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jan. 1988).

⁵ BERQUÓ, Elza. Ainda a questão da esterilização feminina no Brasil. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker. *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, p. 115.

⁶ PEIXOTO, Priscila Bermudes. O exame médico pré-nupcial em debate: uma proposta de intervenção eugênica no Brasil, 1910-1940. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl., dez. 2016, p. 254.

Estados Unidos um grande exemplo. Os ideais eugenistas transitaram por legislações que tratavam da imigração, segregação, encarceramento em massa, e temas relacionados à demografia, hereditariedade e natalidade (ou o controle da natalidade). Mesmo com particularidades, a eugenia influenciou as culturas políticas da sociedade brasileira e as práticas médicas.

Os primeiros resultados desta pesquisa giraram em torno das tensões e disputas sociais que atravessaram esse momento histórico, com foco nos caminhos percorridos por intelectuais ativistas dos Movimentos Negro e/ou Feminista para denunciar práticas de esterilização em massa no Brasil, considerando quais foram seus encaminhamentos a essa agenda política. O recorte temporal seria entre os anos de 1975 a 1996, entretanto, esse recorte temporal não me permitia responder às perguntas que de fato me inquietavam.

Quanto mais as fontes demonstravam a reação dos movimentos sociais ao plano de controle da natalidade, mais eu percebia que não entendia muito bem que plano era esse. Afinal, qual a razão de ser do controle da natalidade? De quem era esse plano? Como ele foi elaborado? Quem participou? Como pular diretamente para a reação, se eu não entendia muito a ação motivadora dessas lutas?

Em muitos momentos tive a sensação de lidar com um longo cabelo embaraçado, cheio de nós, que precisava ser penteado. O recorte temporal inicialmente pensado me permitia pentear somente as pontas. Muitos de meus questionamentos queriam acessar a raiz desse problema, mas havia fios demais para lidar e esse emaranhado de nós precisava ser desemaranhado, mecha por mecha, da raiz à ponta. Por vezes não bastava pentear somente uma vez, pois eles tornavam a se misturar e a se confundir. Minha pretensão, porém, não era a de desembaraçar essa história de forma definitiva e resolver todos os nós. De alguma maneira, passar o pente por todo o cabelo, mesmo sabendo que ele tornaria a se embaraçar, parecia-me suficiente, desde que eu conhecesse uma parcela significativa dos personagens que compuseram essa trama. Portanto, não pretendo - e nem mesmo conseguiria - encerrar esta temática. Meu intuito era organizar as possibilidades de aprofundamento do tema, que possuía (e possui) muitas ramificações - sendo aquele recorte inicialmente pensado uma das muitas possibilidades.

Sendo assim, tomei a decisão de, com perdão do pleonismo, começar do começo. Embora decepcionante do ponto de vista racial e de gênero do qual me senti cobrada a representar (por vezes cobrada por mim mesma), a reformulação desta pesquisa foi fundamental para que eu não mais andasse em círculos, em meio a fontes e referências que não respondiam o que eu queria investigar. Afinal, houve um controle da natalidade na prática? Em que momento isso passou a ser uma preocupação? De que forma esse controle da natalidade foi

construído e praticado? Quais as bases ideológicas que justificaram o projeto de contenção da natalidade?

Por esse rumo, pude perceber na prática que a história se faz a partir de um tempo complexo, construído e multifacetado, conforme o historiador francês Antoine Prost apontou.⁷ Assumindo o embate com aqueles que acreditam que a eugenia deve ser uma questão superada e um “problema dos brancos”, tenho como hipótese que o controle da natalidade e o medo da explosão demográfica está intimamente relacionada com a teoria eugenista, que não acabou com a derrota do nazi-fascismo. Passa a ser um problema “dos negros” quando o foco de seus projetos têm como público-alvo populações racializadas. Em consequência disso, parto do pressuposto que não há como falar de controle da natalidade sem falar da eugenia, contestando, desse modo, seu suposto desuso e descrédito com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Mesmo com opositores e críticos da eugenia desde o seu surgimento, foi ao longo da existência do Terceiro Reich (1933-1945) que houve um crescente sentimento contrário aos posicionamentos e ações eugenistas. Segundo o jornalista e historiador Edwin Black, a legitimidade da eugenia só veio a ser seriamente contestada na década de 1940. Black alega que cientistas eugenistas e apoiadores do nazismo alemão camuflaram suas afinidades ideológicas com a finalidade de não serem associados à eugenia, que passava a ser condenada e já não recebia o mesmo financiamento das grandes corporações. A Fundação Rockefeller e Fundação Ford foram dois exemplos de instituições financiadoras do nazismo que num dado momento não queriam se manchar como apoiadoras da Alemanha nazista, conforme Black demonstra no seguinte trecho:

Depois que Raymond Fosdick assumiu a presidência da Fundação Rockefeller em 1936, o fundo beneficente passou pouco a pouco a ficar relutante a financiar qualquer projeto associado ao termo eugenia, até mesmo os projetos puramente genéticos de [Ronald] Fischer. A ideia de investigar árvores genealógicas era muito emblemática da perseguição repressiva do nazismo. [...]. O dinheiro continuou a fluir para projetos eugênicos, mas apenas quando estes estavam devidamente camuflados como genéticos, estudos cerebrais, sorologia ou biologia social. Por exemplo: bolsas de estudo na Fundação Rockefeller, de 1936 a 1939, permitiram que estudiosos de genética alemães fossem a Cold Spring Harbor e à Califórnia para aprofundar seus estudos. Porém, o fato de os executivos da Rockefeller se tornarem cautelosos demais com relação ao seu patrocínio contínuo à medicina nazista foi um testemunho da natureza controversa de qualquer contato com o Terceiro Reich.⁸

⁷ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 96.

⁸ BLACK, Edwin. *Conexão Nazista: A história revelada da Colaboração de Grandes Corporações Americanas com o Holocausto e a Alemanha de Hitler*. Bauru, São Paulo: Idea Editora, 2018, p. 73.

Com a queda de governos nazistas e fascistas e o fim da Segunda Guerra Mundial, acordou-se sob a luz dos Direitos Humanos a inadmissibilidade da eugenia – ao menos de maneira explícita. A palavra “eugenia” desapareceu das produções científicas e matérias de jornais em níveis internacional e nacional. Na medida em que se acentuava o constrangimento em estar associado às práticas nazistas, o repertório da eugenia foi se diluindo em outros conceitos comuns aos campos da genética e dos estudos demográficos. Como argumenta Edwin Black, a eugenia não desapareceu com a queda de Hitler, apenas se renomeou.⁹

Isto posto, a eugenia foi reformulada e atualizada após a exposição de seus perigos no Tribunal de Nuremberg (1945-1946), no qual foram julgados os horrores que os nazistas cometeram sob sua inspiração. Desse modo, observo que os “perigos da hereditariedade” ganharam uma nova roupagem e passaram a ser referidos como “os perigos da explosão demográfica”, sob discurso alarmista da disseminação da pobreza e da fome. Tomo como base para essa afirmação a maneira como a esterilização foi instrumentalizada como uma “solução” tanto na eugenia quanto no combate à explosão demográfica. Além disso, alguns dos atores dispostos a contribuir financeiramente para conter o avanço do “problema” da questão demográfica possuíam um histórico de investimentos em projetos eugenistas. Nesse caso, esta dissertação defende que a eugenia da primeira metade do século XX se reformulou no neomalthusianismo aceito e difundido na segunda metade do mesmo século.

De tal sorte, a demografia que herdou princípios eugenistas estava associada ao resgate da teoria de Malthus e de previsões alarmistas acerca do crescimento populacional em países subdesenvolvidos e áreas pobres de países desenvolvidos. A população pobre foi culpabilizada por sua condição de vida e pelo atraso no desenvolvimento do país em decorrência da alta taxa de fecundidade, que supostamente perpetuava o ciclo da pobreza e violência. A proposta para solucionar esse problema seria a promoção do controle da natalidade nesses países e localidades.

A feminista decolonial negra, Françoise Vergès, também contribuiu para o meu olhar sobre este tema. Segundo Vergès, temáticas como de esterilização e aborto sem consentimento requerem uma abordagem multidimensional, que “permite evitar uma hierarquização das lutas fundada em uma escala de urgência cuja estrutura, via de regra, permanece ditada por preconceitos”.¹⁰ Nesse ponto, esta é uma pesquisa historiográfica que parte de uma perspectiva interdisciplinar, com o intuito de incluir a maior quantidade possível de sujeitos e grupos que

⁹ Id. *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, pp. 647-657.

¹⁰ VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, pp. 47-48.

participaram de um debate que perdurou (e perdura) ao longo de décadas e já assumiu diferentes contornos. Fiz, portanto, a escolha de recolher temporariamente o meu desejo de ressaltar lutas das quais compactuo, a fim de compreender que não se manteve nas mãos de somente um grupo social a denúncia do controle da natalidade.

Nesse sentido, não há como supervalorizar o papel do feminismo sobre o movimento das mulheres negras (feministas ou não) ou vice-versa. Assim como é enganoso afirmar ou até mesmo sugerir que as denúncias do controle da natalidade foram exclusivas de movimentos feministas e negros, ao passo que, para os meus objetivos, seria uma perda considerável retirar o papel da Igreja Católica e suas idiossincrasias nesta agenda. Do mesmo modo que é um exagero afirmar que o ativismo da esquerda brasileira, e até mesmo do movimento negro, reservou grandes esforços para tratar desta questão - e aqui me refiro especificamente ao papel dos homens ativistas.

Retomando Vergès, em sua análise de casos de esterilização e aborto nos anos de 1970, na ilha da Reunião (um departamento francês no Oceano Índico), ela observa a limitação que seria responsabilizar médicos brancos e franceses individualmente por uma prática estatal francesa. Ela faz referência a um estudo da “totalidade” para descortinar os meandros de uma política de natalidade, integrante de “um contexto de lutas de libertação nacional e Guerra Fria”. De modo que, quando perdemos de vista o olhar panorâmico sobre os acontecimentos, a leitura micro não possibilita o entendimento do que pode cair facilmente no lugar de uma trama conspiracionista. Sendo assim, compreendo que esta dissertação se alia aos objetivos de uma História Global, por compreender eventos e fenômenos regionais conectados a um contexto mais amplo. Uma vez que a arquitetura do controle da natalidade foi pensada por uma potência econômica e política, cuja repercussão foi observada e documentada por diversos países, esta história não se trata somente de um episódio lamentável da história do Brasil, de uma relação problemática entre médico-paciente ou de um Estado apenas omissor. Dimensionar essa temática como uma trama que ultrapassou as fronteiras brasileiras, estruturada e amplamente financiada pelos donos do poder, era uma percepção que não podia ser perdida ao longo do texto, pois uma vez perdida, a gravidade da denúncia de esterilização em massa também perdia força e adquiria status de um problema de foro íntimo.

Portanto, fiquei com a impressão de que quando se faz uma história a partir da reação dos sujeitos denunciadores, sem ainda termos organizado e publicizado as evidências de um projeto de controle da natalidade a nível mundial, fragilizam-se as denúncias. Percebi ao longo desta pesquisa, em conversas e debates com pessoas das mais diversas áreas, que uma parcela considerável da população desconhece a existência da CPMI da esterilização e até mesmo da

denúncia de um projeto de controle da natalidade das brasileiras. Em meio ao desconhecimento e a tendência em desacreditar pautas que envolvem grupos minorizados, julguei importante traçar o histórico do controle da natalidade em escala nacional e internacional, pontuando as bases para essa prática.

Vergès simplifica o método também aqui adotado: partir de um elemento para revelar um ecossistema político, econômico, cultural e social. Sendo assim, há todo um aparato fornecido por cientistas, médicos, antropólogos, sociólogos, políticos, jornalistas e instituições financiadoras que prepararam o terreno para que, na década de 1960, a urgência por um controle da natalidade em um país ainda com baixa densidade demográfica se tornasse uma realidade. Explicações diversas, de cunho econômico, cultural, social e até biológico fundamentam práticas controlistas em países subdesenvolvidos.

Para trabalhar essas questões, o documento confidencial *NSSM 200* ou o *Relatório Kissinger*, mencionado algumas vezes nas reuniões da CPMI da esterilização, é mais uma das fontes desta pesquisa. Este documento, escrito por uma equipe multidisciplinar, será capaz de nos fornecer informações acerca das intenções dos Estados Unidos em intervir na natalidade de países subdesenvolvidos, o que eles compreendiam por subdesenvolvimento e suas causas, bem como quais são suas linhas de ação.¹¹

Os depoimentos nas reuniões da CPMI, que constam nas edições de 1992 do Diário do Congresso Nacional, e o próprio Relatório Final nos apresentam os pontos da denúncia, os personagens principais dessa história e a defesa daqueles que defendiam a promoção do planejamento familiar da maneira como se deu.

É válido creditar o papel fundamental de matérias jornalísticas ao longo do século XX, que foram verdadeiros termômetros de como as discussões acerca da legalização da esterilização, explosão demográfica e controle da natalidade evoluíram. Os jornais *Folha da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias* merecem destaque. Quanto à mídia alternativa, destaco as publicações de *Nós*, *Mulheres*, *Mulherio*, *Jornal MNU*, *Sinba*, entre outras publicações que me fizeram compreender como a luta por direitos sexuais reprodutivos e a denúncia do controle da natalidade se estruturaram.

A estrutura desta dissertação é feita da seguinte maneira. No primeiro capítulo, faço uma revisão bibliográfica com o apoio de matérias jornalísticas da primeira metade do século XX, apresentando como a questão do controle da natalidade e seus instrumentos foram refletidos e praticados no âmbito da eugenia; reflito sobre as bases do pensamento racista que

¹¹ A tradução por mim utilizada foi realizada pelo licenciado em Letras Inglês João Lucas Silva Morais, mas a versão original dos trechos citados estarão em notas de rodapé.

conduziram políticas que definiam a contenção da natalidade de determinados sujeitos; apresento alguns personagens e instituições que foram definidoras da proporção que o tema do controle da natalidade ganhou e de que maneira essa discussão chegou ao Brasil.

No segundo capítulo, trato de como a explosão demográfica e o controle da natalidade passaram a caminhar juntas; de que maneira esse assunto foi abordado pelas autoridades estadunidenses; quais os pontos focais da intervenção no controle da natalidade e os planos de ação com a ajuda do Relatório Kissinger. Já o terceiro capítulo aborda a intervenção estadunidense no Brasil e como isso se deu no assunto do controle da natalidade desde a década de 1960, apresentando as principais entidades e grupos envolvidos nesse debate, bem como as denúncias que mais repercutiram. E, por fim, no quarto capítulo apresento a tomada do protagonismo por mulheres ativistas a partir da década de 1970, sua atuação no debate do planejamento familiar, denúncias graves de racismo e eugenia, analisando trechos dos depoimentos da CPMI da esterilização ao longo do capítulo, de modo que possamos compreender o cenário que possibilitou os encaminhamentos presentes no relatório final da CPMI da esterilização.

Capítulo 1

*“Quero agradecer a vitória histórica para a vida
branca na Suprema Corte ontem”*

*(Mary Miller, Membro da Câmara dos
Representantes dos Estados Unidos)*

A fala da congressista republicana Mary Miller ocorreu em um comício no dia 25 de junho de 2022. Ao lado do ex-presidente Donald Trump, Miller se referiu à decisão do Supremo Tribunal que reverteu o direito ao aborto nos Estados Unidos. Sua assessoria se apressou em explicar que ela errou na leitura do discurso. Em vez de dizer que a vitória histórica dizia respeito ao “direito à vida” (*right to life*), acabou atribuindo a conquista como uma vitória à “vida branca” (*white life*). Seu ato falho, contudo, foi representativo das ideias e posicionamentos defendidos pela congressista, adepta da ideologia iniciada pelo slogan da campanha de Donald Trump, *Make America Great Again - MAGA* (Tornar a América grande novamente) e de um patriotismo endossado pela supremacia branca nos Estados Unidos. Na agenda moralizante pautada por essa extrema-direita, o aborto é um dos principais tópicos em que se coloca como ferrenha opositora.

Há, porém, um erro em afirmar que os posicionamentos pró e anti-aborto se localizam em polos muito bem definidos. Por um lado, há os defensores da legalização do aborto, que alegam maior segurança em uma prática que sempre existiu e sempre existirá, além de ser uma manifestação do direito de decidir sobre o próprio corpo, bem como o direito à privacidade. Por outro lado, há opositores da legalização do aborto, também nomeados como “pró-vida”, que compreendem o aborto como uma violência contra a vida gestada, seja por razões religiosas ou não. Porém, há também grupos supremacistas brancos e de extrema-direita, muitos dos quais se reúnem e se manifestam online em fóruns e redes sociais, que possuem posicionamentos ambíguos com relação ao aborto a depender do público-alvo.

Um grupo de pesquisadores liderado pelos professores Yotam Ophir e Rui Wang, do Departamento de Comunicação da Universidade do Estado de Nova York, em Buffalo, utilizaram o fórum de nacionalistas brancos estadunidenses *Stormfront*, criado em 1995, para analisar as leituras desse grupo acerca do aborto por meio de postagens coletadas entre os anos de 2001 e 2017.¹²

¹² BAIMA, Cesar. Contradições sobre aborto na extrema-direita dos EUA. *Revista Questão de Ciência*, 29 jun. 2022.

Concluiu-se que o posicionamento de supremacistas brancos é contraditório, “que ora consideram o aborto um assassinato pecaminoso, ora aceitável se usado no controle de populações ‘inferiores’ e na eliminação de indivíduos ‘indesejados’”. Tem-se, portanto, o entendimento de que quando ocorre o aborto de bebês brancos, trata-se de homicídio e que deve ser evitado a todo custo - alguns admitem a prática em casos de risco à vida das mães, estupro, incesto ou quando os bebês apresentam alguma síndrome, pois seria uma maneira de “melhorar” a raça branca. Por outro lado, quando se trata de aborto de bebês não-brancos, a prática se torna aceitável e até desejável. Argumenta-se que o aborto seria uma solução para a pobreza nos Estados Unidos e no “Terceiro Mundo”, formado por países que produziriam “crianças em excesso” devido a uma “moralidade inferior”.¹³

Ao se referirem às pessoas negras, especificamente, membros do Stormfront defendem as chamadas “políticas de filho único”. Isso significava incluir políticas de abortos gratuitos e esterilizações forçadas, bem como a segregação nas escolas, uma vez que consideram jovens negras promíscuas e uma ameaça à “pureza” das meninas brancas.¹⁴

Por mais explícita que seja a repulsa à população negra por parte de supremacistas brancos, observou-se uma movimentação desde, pelo menos, o ano de 2009: grupos pró-vida passaram a buscar aderência de movimentos e lideranças negras para a causa anti-aborto. Em matéria do *The New York Times*, foi apontada essa ampliação no perfil do movimento Pró-Vida estadunidenses:

Por todo o país, o movimento antiaborto, há muito visto como quase exclusivamente branco e republicano, está voltando sua atenção para os afro-americanos e encorajando os negros oponentes do aborto de todo o país a se tornarem mais ativos.

Um novo documentário, escrito e dirigido por Mark Crutcher, um branco oponente do aborto de Denton, Texas, traça meticulosamente o que diz serem as ligações entre a escravidão, eugenia ao estilo nazista, controle da natalidade e aborto, e está sendo exibido regularmente por organizações negras.

Os negros adversários do aborto, que às vezes se referem aos abortos como “linchamentos no útero”, montaram um ataque sustentado contra a Planned Parenthood Federation of America, incitada por uma operação de jovens conservadores brancos, que gravaram funcionários da Planned Parenthood recebendo de bom grado doações voltadas especificamente para o aborto de crianças negras.

“O que está fazendo com que ganhe força é os negros estarem finalmente percebendo o que está acontecendo”, disse Johnny M. Hunter, um pastor negro e antigo oponente do aborto em Fayetteville, Carolina do Norte. “O jogo muda

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

quando os negros se envolvem. E no movimento pró-vida, muitos dos grupos que foram ignorados por anos agora estão sendo estimulados.”¹⁵

De fato, existem evidências suspeitas quanto ao teor racial dessa prática. Há uma tendência em se instalar clínicas de aborto em bairros tradicionalmente negros, o que milita a favor do histórico de políticas de eugenia nos Estados Unidos e aponta para uma tentativa real de eliminação da população negra. De todo modo, é incorreta a conclusão de que há uma unanimidade quanto à questão do aborto e do controle da natalidade/planejamento familiar entre a população negra estadunidense.

A matéria jornalística acima citada apresenta um contraponto à teoria conspiracionista acerca do tema, já que também é histórico o interesse de mulheres negras pela questão do planejamento familiar sob a conclusão de que elas não poderiam ser reduzidas à massa de manobra, “tolas e vítimas”. A pesquisadora sobre justiça reprodutiva, feminista e ativista afro-americana Loretta Ross aponta a errônea suposição de que toda gravidez parte de uma “atividade voluntária”, ignorando, assim, casos de gravidez indesejada em estupros ou em relações consensuais. Ross entende que a ideia de que a legalização do aborto tem como objetivo a eliminação de negros “pode estar encontrando terreno fértil entre uma população que já experimentou tanto preconceito e violência sancionados”. Ativistas negros anti-aborto relacionam a rejeição da população negra ao aborto com o pensamento de Marcus Garvey, em que se acreditava que os negros poderiam superar a supremacia branca por meio da reprodução. Entretanto,

esta é apenas parte do quadro, dizem acadêmicos. As mulheres negras eram ávidas por controle da natalidade, antes mesmo dele ser popularizado por

¹⁵ “Across the country, the anti-abortion movement, long viewed as almost exclusively white and Republican, is turning its attention to African-Americans and encouraging black abortion opponents across the country to become more active.

A new documentary, written and directed by Mark Crutcher, a white abortion opponent in Denton, Tex., meticulously traces what it says are connections among slavery, Nazi-style eugenics, birth control and abortion, and is being regularly screened by black organizations.

Black abortion opponents, who sometimes refer to abortions as “womb lynchings,” have mounted a sustained attack on the Planned Parenthood Federation of America, spurred by a sting operation by young white conservatives who taped Planned Parenthood employees welcoming donations specifically for aborting black children.

“What’s giving it momentum is blacks are finally figuring out what’s going down,” said Johnny M. Hunter, a black pastor and longtime abortion opponent in Fayetteville, N.C. “The game changes when blacks get involved. And in the pro-life movement, a lot of the groups that have been ignored for years, they’re now getting galvanized” (DEWAN, Shaila. *To Court Blacks, Foes of Abortion Make Racial Case*. 26 de fevereiro de 2010).

Margaret Sanger, a fundadora da Planned Parenthood, e os médicos negros que realizavam abortos ilegais eram saudados como heróis da comunidade.¹⁶

A socióloga Carole Joffe informa que há uma manifestação absolutamente contrária ao controle da natalidade por parte de líderes afro-americanos do sexo masculino, que percebem uma intenção genocida e chegaram a incendiar uma clínica de aborto. Por outro lado, um grupo de mulheres foi enfático ao alegar que queria controlar a natalidade. Contudo, o desejo de eliminar e evitar o nascimento de crianças negras também se apresenta como uma realidade, o que justifica a desconfiança de movimentos negros acerca dessa temática.¹⁷

A discussão sobre o controle da natalidade e os mais variados métodos contraceptivos, bem como a sua divulgação, distribuição e/ou prática, encontrou diferentes interesses e objetivos ao longo do século XX. A complexidade do tema não deve ser resumida a ser ou não de cunho eugenista, muito embora seja uma temática intimamente relacionada ao avanço da eugenia e de seus apoiadores, o que também não deve ser ignorado.

Nesse sentido, este primeiro capítulo tem por objetivo contextualizar o debate do controle da natalidade entre eugenistas e seus opositores tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, a fim de compreendermos os pontos de encontro e desencontro das teorias e práticas eugenistas nesses dois países. Seguem os questionamentos que guiaram a construção deste capítulo: o que foi a eugenia? É descabida a acusação de que a luta pelo acesso a métodos contraceptivos, pelo direito ao acesso à esterilização e ao aborto é de cunho eugenista? Até que ponto o desejo pelo controle da natalidade é eugenista? Essa associação deve ser automática e imediata? É compreensível a desconfiança quanto à agenda populacional?

1.1 A eugenia como um sonho

O romance *O presidente negro ou O choque das raças: romance americano do ano de 2228*, publicado por Monteiro Lobato, em 1926, ilustra os anseios de uma elite do início do

¹⁶ Ibid. “‘It’s a perfect storm,’ said Loretta Ross, [...] listing a lack of access to birth control, lack of education, and even a high rate of sexual violence. ‘There’s an assumption that every time a girl is pregnant it’s because of voluntary activity, and it’s so not the case,’ Ms. Ross said.

But, she said, the idea that abortion is intended to wipe out blacks may be finding fertile ground in a population that has experienced so much sanctioned prejudice and violence.

Black opponents of abortion are fond of saying that black people were anti-abortion and anti-birth control early on, pointing to Marcus Garvey’s conviction that blacks could overcome white supremacy through reproduction, and black militants who protested family planning clinics.

But that is only half the picture, scholars say. Black women were eager for birth control even before it was popularized by Margaret Sanger, the founder of Planned Parenthood, and black doctors who provided illegal abortions were lauded as community heroes”

¹⁷ Ibid.

século XX, que considerava a eugenia um meio para solucionar problemas sociais e o que se entendia como a degeneração da raça humana. O enredo do romance é mobilizado pelo momento em que o protagonista, Ayrton Lobo, é resgatado de um acidente de carro pelo professor Benson, um cientista misterioso e que vive recluso em um castelo junto de sua filha, Miss Jane.

No decorrer dos capítulos, Ayrton Lobo se aproxima de Benson e de Miss Jane, tornando-se um confidente das ideias e invenções da família, o que lhe permite ser o único a tomar conhecimento do “porviroscópio”, uma máquina do tempo que seria destruída assim que o cientista morresse. Miss Jane faz revelações do futuro que ela própria observou por meio da máquina. Entre suas descobertas, ela confia de que maneira as questões raciais seriam tratadas dali a 300 anos e narra o desencadeamento de acontecimentos que envolveram a eleição do primeiro presidente negro nos Estados Unidos.

Em diálogo com Ayrton Lobo, Miss Jane fala sobre a criação de leis responsáveis pelo impedimento do nascimento de pessoas “defeituosas”:

— Se o senhor Ayrton visse, como eu vi, o resultado dessa [lei espartana, que matava ao nascedouro as crianças defeituosas] e de outras leis semelhantes, só se admiraria da estupidez do homem em retardar por tanto tempo a adoção de normas tão fecundas. Entre cortar no início o fio da vida a uma posta de carne sem sombra de consciência e deixar que dela saia o ser consciente que vai vegetar anos e anos na horrível categoria dos “desgraçados”, a crueldade está no segundo passo.¹⁸

A exposição dos acontecimentos por Miss Jane apresenta o ponto de vista do autor sobre como a eugenia resolveria os “problemas” biológicos e morais da sociedade:

— Esses [sujeitos com defeito mental] foram impedidos de se reproduzirem pela Lei Owen, fruto das grandes ideias pregadas por Walter Owen. Walter Owen foi o verdadeiro remodelador da raça branca na América. Apareceu cento e poucos anos antes do choque entre as raças com o seu famoso livro *O direito de procriar*, onde lançava os fundamentos do Código da Raça [...] A Lei Owen, como era chamado esse Código da Raça, promoveu a esterilização dos tarados, dos malformados mentais, de todos os indivíduos em suma capazes de prejudicar com má progênie o futuro da espécie. Só depois da aplicação de tais leis é que foi possível realizar o grandioso programa de seleção que já havia empolgado todos os espíritos. Os admiráveis processos hoje em emprego na criação de belos cavalos puros-sangues passaram a reger a criação do homem na América.

— E lá se foram os peludos!...

— Exatissimamente...Desapareceram os peludos – os surdo-mudos, os aleijados, os loucos, os morféticos, os histéricos, os criminosos natos, os

¹⁸ LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. Chapecó: UFFS, 2020, p. 96.

fanáticos, os gramáticos, os místicos, os retóricos, os vigaristas, os corruptores de donzelas, as prostitutas, a legião inteira de malformados no físico e no moral, causadores de todas as perturbações da sociedade humana.¹⁹

Como membro da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918) e entusiasta da eugenia, Monteiro Lobato expressou suas opiniões e desejos em sua obra. Sua intenção com esse romance era divulgar a eugenia no país de origem e se inserir no mercado editorial norte-americano.²⁰ No romance, há uma celebração dos Estados Unidos como o país mais avançado e capaz de solucionar os problemas raciais, visto que se tratava do epicentro da eugenia nos primeiros anos do século XX. Apesar desse pano de fundo favorável para a publicação do livro, cinco editoras norte-americanas recusaram o *Choque entre as raças*, por considerar que a obra tratava de temas “sensíveis demais”.²¹

No clímax do romance é descoberta uma propriedade nos raios Ômega capaz de “modificar o cabelo africano”, medida apontada, até então, como um paliativo para “o problema negro da América”. É no diálogo entre o personagem Kerlog – presidente dos Estados Unidos em 2228, homem branco e candidato pelo Partido Masculino – e Jim Roy – representante do Partido Negro e candidato favorito às eleições devido a parceria com Kerlog –, que será desvendada a farsa premeditada pela raça branca, que se uniu ao Partido Negro a fim de vencer o Partido Feminista. Kerlog, portanto, revela o que havia por trás da união do Partido Masculino e Negro:

— “Tua raça foi vítima do que chamarás a traição do branco e do que chamarei as razões do branco.” [...] “Tua raça morreu, Jim”, repetiu Kerlog. “Com a frieza implacável do Sangue que nada vê acima de si, o branco pôs um ponto final no negro na América.”

Jim quedou-se um instante imóvel, como que adivinhando.

— “Os raios Ômega!”, exclamou afinal num clarão, agarrando os braços de Kerlog com os dedos crispados.

— “Sim”, confirmou Kerlog. “Os raios de John Dudley possuem virtude dupla... Ao mesmo tempo que alisam os cabelos [...] esterilizam o homem”.²²

As propostas de melhoramento da espécie humana da eugenia foram diversas e podem ser subdivididas entre “positiva” e “negativa”. A dita eugenia positiva se referia ao nascimento de crianças “bem-nascidas”, com propostas que envolvessem leis de incentivo à formação de famílias eugênicas mediante o casamento entre pessoas brancas. Já a eugenia negativa, cujo

¹⁹ Ibid., pp. 96-97.

²⁰ DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 105.

²¹ VEIGA, Edison. A frustrada tentativa de Monteiro Lobato em ganhar mercado nos EUA com livro considerado racista. *BBC*, Brasil, 28 jun. 2020.

²² LOBATO, Monteiro. *Op. Cit.*, p. 187.

traço é o que se entende por uma eugenia mais radical, propunha métodos de seleção e eliminação de pessoas não-eugênicas, envolvendo políticas imigratórias restritivas, câmaras de gás (“câmara letal”), execução, eutanásia e a esterilização compulsória²³, como propõe Lobato no romance *O Presidente Negro*.

Embora a teoria eugenista tenha encontrado adeptos em diferentes países da Europa e América – incluindo os países da América Latina –, havia diferenças na compreensão e nas propostas de implementação de projetos de melhoramento da raça.²⁴ Há uma linha de interpretação, representada pela historiadora brasilianista Nancy Leys Stepan, na qual se defende que a eugenia brasileira seja mais branda e menos voltada a medidas de eugenia negativa. Apesar de ancorada em evidências, essa interpretação perde de vista as afinidades entre lideranças do movimento eugênico e o radicalismo da eugenia observada em países como os Estados Unidos e Alemanha.

Para fins de ilustração, o nome mais lembrado quando se menciona uma eugenia mais radical no Brasil é o de Renato Kehl (1889-1978), sendo, inclusive, um defensor da esterilização compulsória como método de aperfeiçoamento humano.²⁵ Fato curioso é a relação próxima entre Renato Kehl e Monteiro Lobato, que se deu por meio de correspondências desde 1917 até meados de 1940. Correspondências, essas, que demonstram a afinidade de ambos pelo debate da eugenia e a crença na eliminação das “más sementes” da humanidade.²⁶

De todo modo, é um equívoco pressupor que Renato Kehl era o único defensor de uma eugenia mais radical no Brasil, assim como é equivocada assumir a eugenia somente como uma ideia que não encontrou lastro suficiente para ser praticada pelo Estado e/ou entidades privadas.

1.2 A eugenia como conceito

A eugenia era frequentemente associada às novas áreas de conhecimento como a fisiologia (estudo acerca do funcionamento dos organismos), microbiologia (estudo dos microorganismos), evolucionismo e à nascente hereditariedade. A eugenia, conforme formulada na Inglaterra, enfatizava essas duas últimas ciências, por acreditar que as habilidades

²³ STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 36-37.

²⁴ Cf. *Ibid.*

²⁵ SOUZA, Vanderlei Sebastião. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, dez. de 2016.

²⁶ HABIB, Paula Arantes Botelho Brigli. Saneamento, Eugenia e Literatura: Os Caminhos Cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato.(1914-1926). *ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História* – São Leopoldo, 2007.

e inaptidões se explicavam a partir da ascendência. O próprio Francis Galton, pautado na leitura de *Origem das Espécies* (1859), de Charles Darwin, seu primo, compreendia que apenas os mais bem adaptados à natureza sobreviveriam. Pensava-se que de nada adiantava esforços educacionais e sanitários para contornar comportamentos inadequados, não sendo o comportamento, por si só, inadequado, mas o sujeito por inteiro. Galton compreendia que o meio ambiente não influenciava na aquisição de características, portanto, “o valor da raça é superior e mais importante do que a educação e o meio ambiente”.²⁷

Segundo a historiadora Pietra Diwan, a eugenia inglesa se inspirou no Darwinismo Social, conceito que parte de uma leitura particular do evolucionismo de Darwin e que prevê a sobrevivência dos mais capazes.²⁸ Sendo assim, os adeptos da eugenia inglesa se contrapunham à noção de *welfare state* (estado de bem-estar social), pois compreendiam que o apoio estatal ou o assistencialismo era uma forma de o Estado manter vivo o menos apto biologicamente. Uma vez que não havia como resgatar sujeitos naturalmente inferiores, os eugenistas enxergavam a população carente como parasitas que deveriam ser eliminados.²⁹ Sobre o entendimento de quem seriam os tais “parasitas”, Diwan menciona que “No Congresso de Demografia, realizado em Londres em 1891, Galton reiterou a necessidade de melhorar a raça, principalmente nas colônias africanas e nos países tropicais”.³⁰

Diwan ainda informa que a eugenia almejou e, de certa forma, adquiriu o status de ciência devido a contribuição de importantes nomes da medicina, biologia, antropologia, psicologia, entre outras ciências que objetivavam implementar métodos de seleção humana.³¹ Embora baseada em premissas hereditárias e, posteriormente, genéticas, nunca houve comprovação de sua veracidade sob o rigor científico e hoje há um consenso de que se trata de uma pseudociência.

Por outro lado, Nancy Stepan contra-argumenta a tendência de alguns historiadores de compreenderem a eugenia como uma ciência inválida, como se essa compreensão óbvia da atualidade tivesse sido igualmente óbvia na virada do século XIX e início do século XX. Stepan alerta que “chamar a eugenia de pseudocientífica é uma forma conveniente de deixar de lado o envolvimento de muitos cientistas proeminentes em sua elaboração, e de ignorar questões difíceis sobre a natureza política de boa parte das ciências biológicas e humanas”. Ou seja, a

²⁷ DIWAN, *Raça pura*, op. cit., p. 43.

²⁸ Fundado por Herbert Spencer, um profundo admirador da obra de Darwin e autor de “A estática social”, obra que formula o conceito de Darwinismo Social.

²⁹ DIWAN, op. cit., p. 37.

³⁰ Ibid., p. 44.

³¹ Ibid., p. 10.

eugenia não era uma ideia reconhecidamente “bizarra” de extremistas da periferia da ciência. Stepan ressalta o quanto os cientistas, médicos e ativistas sociais se envolveram, reforçaram e divulgaram a percepção de que grupos humanos tinham valor hereditário variável, furando a bolha inclusive daqueles que se opunham às concepções eugenistas. Podemos observar o poder de penetração de seus princípios na formulação de políticas em diversos países, mesmo que não de forma explícita.³²

Stepan ressalta sobre como a eugenia foi experienciada nos períodos fascista e pré-fascista, o que significa que não ocorreu somente no recorte espaço-temporal da Alemanha nazista.³³ Extrapolando o seu entendimento da duração da eugenia, esta pesquisa corrobora com a defesa de que a eugenia sobreviveu à Segunda Guerra Mundial, mesmo que condenada pelos crimes cometidos em seu nome e “expurgada do vocabulário da ciência e do debate público”.³⁴

Nesse sentido, alinho-me às conclusões do jornalista Edwin Black, que avalia o declínio da eugenia norte-americana somente como uma formalidade da derrota do nazi-fascismo, pois:

Foi somente depois que a verdade sobre o extermínio nazista se tornou conhecida que o movimento eugenista americano começou gradualmente a declinar. As instituições eugenistas trocaram seus nomes de eugenia para genética. Com essa nova identidade, o movimento remanescente se reinventou e ajudou a estabelecer a moderna revolução genética humana, acadêmica e erudita. Embora a retórica e os nomes das organizações tenham mudado, as leis e as mentalidades permaneceram. Assim, décadas depois que Nuremberg denunciou os métodos eugenistas como genocídio e como crime contra a humanidade, os Estados Unidos continuaram a esterilizar compulsoriamente e a proibir casamentos indesejáveis segundo o ideal da eugenia.³⁵

E para além de leis eugenistas que seguiram em vigor mesmo após o declínio nazi-fascismo da Europa, sujeitos e apoiadores dessa ideologia seguiram atuando em universidades e na política. O Instituto Ford e a Fundação Rockefeller são exemplos de instituições assumidamente financiadoras da eugenia e do nazismo,³⁶ que mesmo após a condenação de suas práticas, seguiram envolvidas com atividades suspeitas no que tange ao controle da natalidade.

Embora a eugenia tenha encontrado adeptos e interessados em diversos países - tais como na França, Alemanha, Escandinávia (Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia)³⁷, foi nos

³² STEPAN, *A hora da eugenia*, op. cit., pp. 12-13.

³³ Ibid, p. 12.

³⁴ Ibid.

³⁵ BLACK, *A guerra contra os fracos*, op.cit., p 23.

³⁶ BLACK, *Conexão Nazista*, op.cit., p. 14.

³⁷ STEPAN, *A hora da eugenia*, op. cit.

Estados Unidos, nos anos iniciais do século XX, que a eugenia adquiriu um caráter extremo pela primeira vez, tornando-se inspiração para o que a Alemanha se tornaria anos depois.

1.3 A eugenia nos Estados Unidos

O autor e jornalista investigativo Edwin Black informa que foi nos Estados Unidos, na virada dos séculos XIX para XX, que se redescobriu os princípios de hereditariedade formulados pelo monge austríaco Gregor Mendel. Os estudos mendelianos, que explicavam a cor e tamanho de peras, milho e gado, foram transformados em leis que definiam características sociais e intelectuais dos seres humanos. Para além de caracterizar e detectar uma humanidade diversa, tais conhecimentos foram utilizados para classificar os humanos em raças e hierarquizá-las.³⁸

Black compreende que a intensa chegada de imigrantes aos Estados Unidos logo após a Guerra da Secessão (1861-1865) predisps parte da sociedade estadunidense à aceitação e formulação de concepções e ideologias racistas e repressivas, o que explicaria como a eugenia encontrou terras tão férteis por lá. Por “ideologia” entendemos o conjunto de ideias e representações que buscam explicar e compreender aspectos da vida individual e social, ocultando a realidade. Segundo a filósofa Marilena Chauí,

Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. [...] Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.³⁹

Desse modo, Black avalia que o cenário em que os Estados Unidos se encontravam estava sujeito à rejeição ao “outro”. O contexto no qual ainda repercutia os efeitos da guerra, impossibilitando-os de se reerguer, enquanto ocorria a chegada massiva das mais diversas nacionalidades aos Estados Unidos⁴⁰, explica como a eugenia e as restrições nas regras de imigração caminharam juntas com tanta frequência. No tempo em que a imigração tornava o mundo “geneticamente impuro” e desconfortável para os norte-americanos brancos, a eugenia

³⁸ Para ler mais, cf. BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos*, op.cit.; BLACK, Edwin. *Conexão Nazista: a história revelada da Colaboração de Grandes Corporações Americanas com o Holocausto e a Alemanha de Hitler*. Bauru, São Paulo: Idea Editora, 2018;

³⁹ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. Revisor: José E. Andrade. Data de digitalização: 2004. Data da publicação original: 1980.

⁴⁰ BLACK, *Conexão Nazista*, op.cit, pp. 41-42

apresentava propostas para realizar uma “limpeza étnica”. Uma delas seria justamente impedir a chegada de povos de “raça inferior” aos Estados Unidos. Por outro lado, Black aponta que a Alemanha seria uma “região preciosa” para os eugenistas norte-americanos, pois contribuiria para a purificação do país com a chegada de cidadãos louros e de olhos azuis.⁴¹

Em meio ao crescimento populacional acarretado pela chegada de estrangeiros e da intensificação dos problemas urbanos, pensou-se na repopulação da Terra com pessoas consideradas eugênicas como uma das soluções para pôr fim aos comportamentos desviantes da moral cristã que ameaçavam a supremacia branca. Isso não significava reproduzir somente pessoas virtuosas e bondosas, mas reproduzir principalmente as que correspondessem ao ideal nórdico: loiras e de olhos claros. Edwin Black listou os negros, indígenas, hispânicos, europeus orientais, judeus, “caipiras” com cabelos pretos, pobres e enfermos como os grupos considerados descartáveis por eugenistas norte-americanos.⁴² Black descreve ainda que:

Os novos eugenistas norte-americanos acreditavam que atributos como pobreza, prostituição, alcoolismo e criminalidade eram transmitidos de geração em geração. A pessoa não nascia na pobreza, mas sim a pobreza nascia com a pessoa. As minorias étnicas e raciais eram biologicamente predispostas à pobreza, ao analfabetismo, à criminalidade, à indolência e a um leque de outras imperfeições sociais. [...] Com uma miopia utópica, os eugenistas acreditavam que eliminando a existência física das minorias, as doenças sociais poderiam desaparecer.⁴³

Independentemente de ser uma eugenia extrema ou não, a supremacia branca e a hierarquização entre grupos humanos eram matérias-primas dessa ideologia. O objetivo era o mesmo, apesar de constarmos variações no caminho para alcançá-lo: o homem nórdico ou ariano era o modelo a seguir, sendo o embranquecimento da população uma meta. A esterilização compulsória de corpos considerados degenerados foi somente uma das estratégias pensadas e praticadas em países eugenistas como os Estados Unidos e a Alemanha.

Afunilando a concepção de “corpos/povos degenerados”, podemos observar que os negros foram pensados como alvos preferenciais de eliminação e subjugação desde o surgimento das teorias raciais - e até mesmo antes do surgimento de tais teorias, se considerarmos histórias míticas como a do mito bíblico de Noé e a linhagem amaldiçoada de Cam, filho que teria dado origem aos negros e que justifica e legitima o racismo anti-negro para

⁴¹ Ibid., p. 51

⁴² Ibid., pp. 42-43.

⁴³ Ibid., p. 42.

os calvinistas, por exemplo.⁴⁴ O antropólogo Kabengele Munanga ressaltou a capacidade de classificação que os humanos adquiriram como ferramenta para operacionalizar o pensamento, mas que infelizmente se transformou em uma “operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo”. Em sua avaliação, classificar e identificar diferenças não foi um problema por si só, mas a atribuição de conceitos subjetivos foi o que resultou em um problema:

Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes.⁴⁵

A partir do momento em que se buscou explicar as diferenças humanas a partir do viés racial, os negros foram classificados como os menos evoluídos desde o princípio e de forma unânime no ocidente. Como o historiador Achille Mbembe pontua, a palavra “negro” sempre foi uma forma de coisificação e degradação, assim como esteve intimamente relacionada “à morte, ao assassinato e ao sepultamento”.⁴⁶

Dotados de um “instintivo movimento de revolta”, como coloca Lobato no romance *O presidente negro*, os negros foram historicamente associados à criminalidade, baixa inteligência

⁴⁴ MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. UFMG. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>.

⁴⁵

⁴⁶ MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. p. 264.

e comportamentos animalizados. A eliminação da raça negra se tornou uma necessidade para a plena evolução da humanidade pelo olhar da branquitude. Mas como foi definido este parâmetro de evolução? E por que desde o surgimento da concepção de “raças” o negro foi colocado como pertencente à raça menos evoluída? Os negros só foram tratados e considerados inferiores a partir da teoria racial determinista?

1.4 Por que os negros?

O historiador e filósofo Achille Mbembe, em suas reflexões acerca da criação da palavra “negro” e dos significados a ela atribuída, refletiu sobre o caráter intrínseco de dominação à invenção do “negro”, no qual os sujeitos assim nomeados sempre estiveram em posição de submissão. Ele alega que “No fundo, só existe ‘negro’ em relação a um ‘senhor’”.⁴⁷

A máscara de ciência neutra e objetiva permitiu que a eugenia se estabelecesse como autoridade apta a explicar as supostas diferenças biológicas e físicas existentes entre os seres humanos, bem como a vinculá-las às distinções étnico-culturais e civilizatórias daquelas resultantes. Formulou-se, desse modo, uma tradição do pensamento eugenista, presentes até mesmo nos discursos de seus críticos. A força do pensamento que inferioriza os diferentes povos e culturas, no entanto, pode ser explicada pela longevidade da tendência entre europeus e povos ocidentais de categorizar e hierarquizar os humanos. Há historiadores que defendem que essa prática esteve presente antes mesmo da criação dos conceitos de “eugenia” e de “racismo”.⁴⁸

Por outro lado, há historiadores que compreendem como anacrônico o uso do conceito de raça em séculos anteriores ao XVIII, haja vista outros critérios de hierarquização - como linhagens, sangue e diferentes status sociais -, o que tornou as classificações étnicas instáveis até o surgimento de teorias de cunho determinista e biológico. A historiadora Larissa Viana, por exemplo, compreende que alegar classificações raciais baseadas na cor de pele no pensamento pré-oitocentista é equivocado, visto que as identidades e formação de grupos não tomavam como critério único - se é que é possível afirmar que se tratava de um critério - as características anatômicas.⁴⁹

⁴⁷ Ibid., p. 265.

⁴⁸ Cf. BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das Cruzadas ao Século XX*. São Paulo : Companhia das Letras, 2018, p. 28.

⁴⁹ RAMINELLI, Ronald. Cores, raças e qualidades. IN.: _____. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 209-211. , p. 209-211.

Contudo, a negação da existência de discriminação motivada por fenótipos antes da formulação de teorias racistas não explica o porquê da escravidão de povos africanos ter acontecido em condições de desumanização inéditas, assim como não explica a presença dos negros na base das hierarquias formuladas por europeus. Nesse sentido, historiadores que defendem a ampliação da existência do racismo e das noções de raça formularam respostas mais satisfatórias para o questionamento do porquê de justamente os povos negros serem historicamente considerados como os mais inferiores.

Conforme analisado pelo professor e historiador Francisco Bethencourt, o termo “raça” é instável devido ao seu caráter polissêmico. E assim como Bethencourt, outros estudiosos reconheceram práticas raciais desde a Antiguidade, como o filósofo Christian Delacampagne e o historiador James H. Sweet.⁵⁰ Afirma-se, ainda, que autores islâmicos e cristãos medievais renovaram o preconceito contra negros, “antecipando o desprezo generalizado” desencadeado pelo comércio escravagista da África para a Europa e, em seguida, para a América.⁵¹

Em termos de origem da prática de diferenciação humana por meio da hierarquia, tomando a aparência como parâmetro, Bethencourt aponta para uma herança greco-romana. Uma característica seria a formulação de opiniões por meio da comparação de seres humanos de maneira rasa. E prossegue: “O preconceito contra os africanos negros com base na cor já emergira, uma vez que tais povos eram considerados queimados pelo sol - a etimologia grega de ‘etíope’ - consequência nefasta das condições climatéricas adversas do extremo sul”. Sua defesa, porém, sugere que embora seja observado um preconceito remoto, não há evidências de que houve uma discriminação sistemática nem contra negros africanos, nem contra qualquer outro povo nesse período pelo motivo da cor da pele.⁵²

Quanto ao uso do termo “raça”, Bethencourt afirma que teve início na Idade Média como sinônimo de “casta”, utilizado em contexto de cultura de plantas e de criação de animais. Séculos mais tarde, já ao final da Idade Média, “raça” adquiriu um sentido étnico no contexto Ibérico, para se referir à impureza do sangue de muçulmanos e judeus. O historiador também observou que foi uma palavra utilizada para se referir aos nativos africanos e americanos no período da expansão ultramarina. Bethencourt concluiu, desse modo, que a racialização era dedicada aos povos considerados concorrentes (muçulmanos e judeus), assim como aos povos considerados inferiores (povos africanos e americanos).⁵³

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid., p. 98.

⁵² Ibid., p. 39.

⁵³ BETHENCOURT, *Racismos*, op. cit., 2018, pp. 29-30.

Ao longo da Idade Média, porém, com forte teor simbólico das imagens e das cores, a cor preta adquiriu uma simbologia estereotipada na Europa, “usad[a] para expressar o pecado, trevas, imundície, infidelidade, luto, penitência, infortúnio ou fealdade [qualidade do que é feio]”. Segundo Bethencourt, a reinterpretação medieval do filho amaldiçoado de Noé, Cam, “acusado de comportamento desleal, cuja linhagem remontava à África e era composta de pecadores negros e infieis, maculados de geração em geração”, reforçou os preconceitos referentes à cor preta e de pessoas de pele preta - muito embora houvesse representações de outra natureza de povos negros em disputa nesse mesmo período, como a representação de santos e figuras cristãs.⁵⁴

Em contato com a fonte *Lapidário*, encomendada pelo rei Alfonso X (1252-1284), Bethencourt observa que o códice ilustrado trouxe uma das primeiras representações de negros misturados com animais africanos, como o de um elefante com o rosto de um homem negro. Um século mais tarde, em fonte escrita pelo árabe Ibn Khaldûn, temos um exemplo de que os preconceitos motivados pela aparência física voltados aos negros não eram uma exclusividade de europeus: “[Eles] prestam-se à escravidão porque têm pouco que seja (essencialmente) humano e possuem atributos muito semelhantes aos dos animais irracionais, vivem em grutas e matas, comem ervas, vivem num isolamento selvagem e não se juntam, e comem-se uns aos outros”. Bethencourt apresenta ainda um trecho do relato de viagem do padre de uma região que hoje corresponde à Alemanha, Ludolf von Sudheim, em que mostrou desprezo pelos “etíopes pretos”, pendendo para uma animalização em suas comparações, descrevendo-os como “homens e mulheres [que] têm cara de macaco e criam macacos de estimação como nós criamos cães e galinhas”.⁵⁵

O desprezo pelo “outro” que professava uma fé diferente era algo comum entre os diferentes povos da época, não se tratando de uma exclusividade cristã. A motivação religiosa, porém, abriu espaço para um novo tipo de discriminação a partir do que Bethencourt nomeou “exploração oceânica”, desenvolvendo, assim, “a ideia da supremacia branca sobre os povos das outras partes do globo”.⁵⁶

A sistematização da hierarquia socio-racial entre os povos, evidenciando a supremacia europeia, foi uma longa construção, que passou pela personificação dos continentes europeu, asiático, africano e americano, reforçando estereótipos culturais e associando-os à aparência. Em um dado momento, essa tradição “hierarquizadora” assumiu novos contornos por meio da

⁵⁴ Ibid., pp. 76-77.

⁵⁵ Ibid., p. 89.

⁵⁶ Ibid., p. 99.

etnologia comparativa, que justificativa cientificamente a superioridade dos europeus brancos e a ação do colonialismo europeu sobre povos não-ocidentais. Nesse sentido, Mbembe, em acordo com a leitura de Marcus Garvey, sugeriu que a história da humanidade foi uma história de luta de raças, de modo que “A raça humana era composta por uma raça de senhores e uma raça de escravos. Dessas, era a raça dos senhores que era capaz de produzir a lei para si mesma e que podia impor a sua lei aos outros”.⁵⁷

Para uma melhor compreensão da ideia de raça ainda na Idade Moderna, Ronald Raminelli resumiu o pensamento de Sweet, explicando como a formulação da inferioridade do povo negro se relacionava também com a cultura negra:

Para Sweet, na época moderna, raça era quase sinônimo de hábitos e ambos não poderiam ser separados. Por conseguinte, devido aos costumes, muitos povos eram tidos como inferiores. Comumente, a mencionada classificação desdobrava-se para além do comportamento do indivíduo e persistia pela descendência. Os hábitos bizarros eram herdados, assim como a inferioridade e a cor de pele.⁵⁸

Desse modo, Sweet defendia que, antes da formulação e consolidação da ideologia racial, já havia práticas racistas que inferiorizam os negros africanos. A partir do século XVIII, porém, surge um exemplo da categorização de humanos com teor científico, a teoria poligenista. A poligenia defendia a existência de diferentes linhagens para justificar as diferentes espécies ou raças humanas. Poligenistas famosos também expressavam aversão aos negros antes mesmo da formulação do racismo científico, em conformidade com os estereótipos já professados em períodos históricos anteriores. O filósofo David Hume, por exemplo, expressou a certeza da hierarquia entre raças:

Inclino-me a suspeitar que os negros, e em geral todas as outras espécies de homens (pois existem quatro ou cinco delas), são naturalmente inferiores aos brancos. Nunca houve uma nação civilizada cuja tez não fosse branca, como tampouco houve qualquer indivíduo que se destacasse em ação ou especulação. Entre eles, não existem fabricantes engenhosos, nem arte, nem ciência [...].⁵⁹

De certo, o estranhamento gerado pelas diferenças culturais e sociais foram um dos fatores para essa classificação, mas não somente. A historiadora Ana Paula Vosne diferencia as

⁵⁷ MBEMBE, op.cit., p. 270.

⁵⁸ RAMINELLI, op.cit., p. 212.

⁵⁹ HUME, David *apud* GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 28.

teorias racialistas do século XVIII e XIX apontando que, no período iluminista, as diferenças raciais seriam pensadas a partir da classificação de culturas, na dicotomia entre civilização e barbárie, enquanto os cientistas raciais do século XIX apoiavam-se nas diferenças “visíveis e mensuráveis, locando no corpo os indícios da superioridade e da inferioridade das raças, materialismo este que vai desembocar na eugenia”.⁶⁰ Mas, segundo os estudos de Bethencourt, a questão fenotípica sempre teve relevância na formulação das hierarquias construídas pelos europeus.

Nesse sentido, o biólogo evolucionista Stephen Jay Gould observou em suas leituras que havia um estranhamento e atribuição de valor pela aparência física em personalidades anteriores à existência de teorias eugenistas. Gould relata, em uma de suas notas de rodapé, que notou “com surpresa a frequência deste tipo de juízo estético quando se trata de justificar determinadas preferências raciais” e traz uma citação de Abraham Lincoln (1809-1865), que demonstrou como a questão física era relevante para essas determinações:

Existe uma diferença física entre as raças branca e negra, que em minha opinião, sempre impedirá que as duas raças vivam juntas em condições de igual social e política. E, na medida em que não podem viver dessa maneira, enquanto permanecerem juntas deverá existir uma posição de superioridade e uma de inferioridade, e eu, tanto quanto qualquer outro homem, sou a favor de que essa posição de superioridade seja conferida à raça branca.⁶¹

Gould também apresenta duas linhas que refletiam sobre as diferenças das raças. Uma delas, denominada de “linha dura”, compreendia que a inferioridade dos negros era fruto de uma condição biológica, o que justificava a escravidão e a colonização. E havia os de “linha branda”, que apesar de concordarem que os negros eram inferiores, também acreditavam que “o direito de uma pessoa à liberdade não dependia do seu nível de inteligência” e que os negros poderiam adquirir habilidades e “aumentarem seu nível” a depender do ambiente e educação.⁶² Podemos concluir, de toda forma, que independente da presença de uma condescendência de povos brancos com relação aos povos negros, em ambas as situações os negros eram estigmatizados como inferiores.

Sendo assim, a posição de prestígio de cientistas que divulgaram discursos raciais transformou suas reflexões e hipóteses em verdades objetivas e cientificamente comprovadas. Ignorava-se o contexto sócio-cultural que enviesava pesquisas que comprovavam suposições e

⁶⁰ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino. A medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, n.p. [leitura feita através do Kindle]

⁶¹ GOULD, *A falsa medida do homem*, op. cit., pp. 20-21.

⁶² *Ibid.*, p. 18.

conceitos pré-existent. Como a historiadora Ana Paula Vosne apontou, as diferenças humanas não foram fruto de um progresso da ciência, uma “descoberta”, mas sim reflexo dos embates políticos e sociais, em que buscaram uma solução na natureza.⁶³

Em vista disso, o biólogo Gould pontua que “O preconceito racial pode ser tão antigo quanto o registro da história humana, mas a sua justificação biológica impôs o fardo adicional da inferioridade intrínseca aos grupos menos favorecidos”.⁶⁴ Por conseguinte, a convivência entre diferentes raças passou a ser estudada nos campos da medicina e antropologia, fundamentando decisões políticas, livrando-as de julgamentos e acusações de perversidade. Pelo contrário, a eliminação de sujeitos “inferiores” e “degenerados” - seja fisicamente, por meio de extermínio ou esterilização, seja simbolicamente, por meio da assimilação e aculturação - foram consideradas medidas de contribuição para o bem-estar da humanidade - humanidade, essa, que pertencia a um grupo específico, os brancos. A tônica desse pensamento foi expressa em 1890 pelo paleontólogo e biólogo evolucionista norte-americano, E. D. Cope:

A raça humana superior não pode arriscar-se a perder ou mesmo comprometer as vantagens que adquiriu através de séculos de esforço e fadiga, mesclando seu sangue com o da raça inferior... Não podemos turvar ou extinguir a fina sensibilidade nervosa e a força mental que a cultura produção na constituição dos indo-europeus, mesclando-os com os instintos carnis e a obscuridade mental dos africanos.⁶⁵

Se a convivência harmônica e igualitária entre brancos e negros era tratada como uma impossibilidade, bem como a simples existência de negros em uma mesma nação e território era tido como um problema, de que maneira foi idealizada e praticada a eliminação desses sujeitos indesejados?

1.5 Esterilização nos Estados Unidos

A manipulação da fecundidade foi objeto de interesse de médicos e anatomistas desde, pelo menos, o século XVII. A descoberta dos folículos ovarianos pelo anatomista holandês Reinier de Graaf e as contribuições do cientista neerlandês Anton van Leeuwenhoek, que

⁶³ MARTINS, *Visões do feminino* op. cit., n.p. [leitura realizada no Kindle]

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ GOULD, *A falsa medida do homem*, op.cit., p. 38.

tentava melhorar o microscópio quando visualizou pela primeira vez os espermatozóides,⁶⁶ permitiram o avanço e a compreensão da reprodução humana. Já a laqueadura tubária e a vasectomia foram inicialmente testadas em animais no início do século XIX.⁶⁷ Em consequência desses experimentos, ao final desse mesmo século a esterilização passou a ser cogitada por eugenistas como método contraceptivo para barrar o nascimento de sujeitos considerados inadequados e indesejáveis.

Edwin Black relata que, assim que os princípios eugenistas saíram do Reino Unido e chegaram aos Estados Unidos, entusiastas da ideia de impedir a reprodução de “maus elementos” na sociedade surgiram antes da existência de leis que aprovassem a esterilização. O pioneiro deles foi o médico F. Hoyt Pilcher, superintendente do Lar para os Deficientes Mentais do Kansas. Por volta de 1890, há o registro de 58 crianças esterilizadas. Ao descobrirem os procedimentos realizados pelo dr. Pilcher, os cidadãos do Kansas se colocaram contrários à prática e protestaram para impedi-lo de fazer novas operações. Por outro lado, o médico obteve apoio do conselho de diretores do Lar do qual era superintendente, que consideraram seu trabalho um ato de coragem, afirmando que anos mais tarde “estarão erigindo um monumento em sua homenagem”.⁶⁸

Outro médico que praticou a esterilização antes da regularização da prática foi o doutor Harry Clay Sharp, no estado de Indiana. Médico do Indiana Reformatory, a primeira prisão do estado, Sharp utilizava a castração como tratamento para masturbação excessiva. Sua prática foi endossada pelo artigo que lhe servia como uma referência, escrito pelo médico Albert John Ochsner em 1899. De acordo com Black:

O doutor Ochsner advogava a vasectomia compulsória de prisioneiros “para eliminar todos os criminosos contumazes da possibilidade de terem filhos”. Dessa maneira, esperava reduzir não somente o número de “criminosos natos”, mas também de “alcoólatras crônicos, imbecis, pervertidos e indigentes”.⁶⁹

⁶⁶ PRIORE, Mary del. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). *Histórias das mulheres no Brasil*. 10. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013, p. 79.

⁶⁷ A laqueadura foi experimentada em coelhas em 1809, por J. Haighton, e testada em humanas pela primeira vez no ano de 1823, em Londres, pelo dr. James Blundell. Já a vasectomia foi testada em cachorros pelo cirurgião Sir Astley Cooper, em 1830. Ver mais em MOLINA, Aurelio. Laqueadura tubária: situação nacional, internacional e efeitos colaterais. In: GIFFIN, K., and COSTA, SH. (orgs). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, n.p.; YAMAMOTO, Sergio Toshio. *A esterilização cirúrgica feminina no Brasil, controvérsias na interpretação e desafios na aplicação da lei 9.263*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2011.

⁶⁸ BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos*, op.cit, p. 127.

⁶⁹ Ibid., p. 128.

Assim, observamos uma formação de consenso entre a classe médica em torno da esterilização de criminosos e pessoas de comportamentos desviantes. Sharp ainda argumenta que a esterilização generalizada seria o “único modo racional de erradicar as classes mais perigosas e ofensivas do nosso meio”, sugerindo a necessidade de métodos radicais para a contenção de populações indesejáveis e problemáticas.⁷⁰ Não é à toa que Sharp participou do lobby na legislatura de Indiana, com o objetivo de aprovar uma lei de esterilização obrigatória de criminosos condenados.⁷¹

Em 1905, no estado da Pensilvânia, houve a tentativa de instituir a primeira lei de esterilização nos Estados Unidos. Segundo Black, o “Ato para a Prevenção da Imbecilidade”:

ordenava que se os curadores e os cirurgiões que cuidavam de crianças deficientes mentais determinassem que a “procriação” não era aconselhável”, o cirurgião poderia, então, “realizar essa operação para a prevenção da procriação, que foi decidida como a mais segura e a mais efetiva”.⁷²

Embora os princípios eugenistas tenham sido abraçados por parte significativa das elites intelectuais e econômicas, suas intenções não encontraram passe livre entre os políticos. O governador da Pensilvânia, portanto, vetou a lei sob a defesa de que:

Os cientistas, como todos os outros homens cujas experiências têm sido limitadas a um único objetivo... algumas vezes precisam ser restringidos. Homens de altas realizações científicas têm a tendência... de perder a visão dos princípios mais amplos, fora do seu domínio... Permitir tal cirurgia seria infligir uma crueldade sobre uma classe desamparada... que o estado tem a obrigação de proteger.⁷³

Sendo assim, o lobby favorável à legalização de esterilizações compulsórias nos Estados Unidos encontrou empecilhos, mas que não foram suficientes para impedir o avanço dessas leis. Em 1906, a mesma lei que foi vetada na Pensilvânia foi aprovada no estado de Indiana sob pressão do dr. Sharp.⁷⁴ Até meados da década de 1930, 29 estados norte-americanos aprovaram leis de esterilização, sendo a Califórnia o estado que se destacou na quantidade de esterilizações realizadas.⁷⁵

⁷⁰ Ibid., p. 129.

⁷¹ Ibid., p. 131.

⁷² Ibid., p. 132.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Ibid., p. 133.

⁷⁵ Ibid., p. 216.

Mesmo com o avanço das leis de esterilização nos Estados Unidos, Edwin Black informa que, a princípio, as ocorrências dessas cirurgias eram tímidas. Em alguns estados (como o Maine, Utah e Dakota do Sul) sequer havia registro de esterilizações, mesmo com a aprovação da lei. Foi quando em 1927 ocorreu o caso *Buck vs. Bell*, na Virgínia, mudando esse cenário.⁷⁶

Black narra o caso *Buck vs. Bell*, protagonizado por Carrie Buck, filha de Emma Buck - marginalizada e diagnosticada como débil mental, cuja guarda da filha lhe foi retirada quando ela ainda tinha 3 anos. Carrie Buck foi colocada sob os cuidados de outra família e, aos 17 anos, foi estuprada e engravidou. A família que a abrigava já não a queria mais e, desse modo, o oficial de justiça local se mobilizou para interná-la sob a alegação de que se tratava de uma jovem débil mental e epiléptica - dois atributos relacionados e condenáveis na percepção eugenista.

Uma vez que foi declarada como débil mental, Carrie Buck foi transferida para a Colônia para Epilépticos e Deficientes Mentais, assim como sua mãe anos antes. Segundo Black, essa colônia era como uma “área de despejo para os considerados moralmente inadequados”, classificação que abarcava mulheres promíscuas ou de qualquer comportamento considerado desviante para uma mulher. No entanto, essa medida se mostrou pouco econômica pela quantidade de mulheres despejadas nessas colônias. O doutor Albert Pridy, superintendente da colônia e envolvido em uma série de esterilizações ilegais no estado da Virgínia, expôs sua preocupação em um relatório:

Se continuar a atual tendência de colocar e manter sob a custódia do Estado todas as mulheres que se tornaram incorrigivelmente imorais, brevemente isso se tornará um fardo muito maior do que o Estado pode carregar. Essas mulheres jamais são reformadas em seus corações e mentes, porque são defeituosas do ponto de vista do intelecto e da concepção moral, e deverão permanecer sob a supervisão de oficiais da lei e de guardiões propriamente indicados.⁷⁷

A solução apontada para essa questão foi a esterilização. Nesse momento, a esterilização ainda não havia se tornado legal no estado da Virgínia, muito embora a instituição do dr. Pridy tenha realizado essa cirurgia sob a justificativa da medida fazer parte de um tratamento terapêutico para doenças pélvicas, que as pacientes não tinham conhecimento do que se tratava e que, mesmo assim, chamavam de “voluntárias” - embora não houvesse um consentimento propriamente dito.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid., p. 198.

Os legisladores da Virgínia eram resistentes quanto à questão da esterilização, vetando projetos e anulando uma série de leis estaduais que buscavam legalizá-la. Porém, com a sentença que autorizou a esterilização de Carrie Buck, a prática foi revestida de grande legitimidade pública e os casos de esterilização nos Estados Unidos se multiplicaram. Na sentença do caso *Buck vs. Bell*, o juiz Oliver Wendell Holmes Jr., disse que:

É melhor para todos no mundo que, em vez de esperar executar descendentes degenerados por crimes, ou deixar que morram de fome por causa de sua imbecilidade, a sociedade possa impedir os que são claramente incapazes de continuar a espécie. O princípio que sustenta a vacinação compulsória é amplo o bastante para cobrir o corte das trompas de Falópio.⁷⁸

Edwin Black conta ainda que alguns dos governos estaduais esperavam o resultado do caso de Carrie Buck para a utilizarem como base para a adesão da lei, citando-na como “a lei da nação”.⁷⁹ Para tanto, 36 estados estadunidenses aprovaram e referendaram leis de esterilização até o ano de 1931.⁸⁰

Apesar de Emma e Carrie Buck serem brancas, a maioria das esterilizações compulsórias realizadas nos Estados Unidos foram em mulheres negras. Os efeitos das leis de esterilização foram sentidos por muitas décadas, uma vez que, segundo publicação do *Washington Post*, de 24 de julho de 2022, a decisão do *Buck vs. Bell* ainda não foi formalmente reformada ou anulada.⁸¹

A matéria afirma que 7.600 pessoas foram esterilizadas entre 1929 e 1974 no estado da Carolina do Norte, “por serem consideradas ‘impróprias’ para serem pais”. Entre elas, houve o caso de Elaine Riddick, mulher negra que “tinha 13 anos quando diz que foi estuprada por um vizinho em Winfall, Carolina do Norte. Nove meses depois, em 1968, ela foi involuntariamente esterilizada no hospital enquanto dava à luz seu primeiro e único filho”. A autorização para sua esterilização se justificou por considerarem-na como débil mental, assim como Carrie Buck.⁸²

Elaine Riddick conta que não sabia que havia sido submetida à laqueadura durante seu parto, tomando conhecimento somente aos 19 anos, quando se casou e tentou engravidar novamente. Ela contou que:

⁷⁸ Ibid., p. 133.

⁷⁹ Ibid., p. 216.

⁸⁰ DIWAN, Pietra. *Raça pura*, op.cit., p. 58.

⁸¹ VENKATARAMANAN, Meena. She survived a forced sterilization. Activists fear more could occur post-Roe. *Washington Post*, Washington D.C., 24 jul 2022.

<<https://www.washingtonpost.com/history/2022/07/24/forced-sterilization-dobbs-roe/>>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

⁸² Ibid.

Os médicos a “cortaram” – cortando, amarrando e cauterizando suas trompas de falópio – ela disse que foi informada quando soube de sua esterilização durante um exame médico. Após a esterilização, Riddick perdeu sangue e adoeceu com frequência. “Eu não tive infância por causa da hemorragia e desmaio”, disse ela. “É assim que eles danificaram minhas entranhas”.⁸³

Depois de lutar por uma indenização por quase 50 anos, foi somente em 2017 que Elaine Riddick recebeu US \$47.000 do estado. Sua esterilização, no entanto, fazia parte da legislação do estado e, tecnicamente, o procedimento, realizado sem o conhecimento e autorização da paciente, não foi considerado criminoso. No Brasil, no entanto, a eugenia não teve força para conseguir aprovar leis de esterilização e, portanto, sua presença por aqui se deu de maneira diferenciada.

1.6 A eugenia no Brasil

A eugenia no Brasil apresentou contornos específicos e adaptados à realidade do país. Segundo o historiador Vanderlei Sebastião de Souza, o debate em torno da eugenia ganhou relevância no Brasil por volta das décadas de 1910 e 1920. A intelectualidade brasileira, porém, já demonstrava afinidade com pensamentos que hierarquizavam raças humanas no século XIX. Influenciada por estudos de biólogos e antropólogos que fizeram expedições ao Brasil ainda no Império, intelectuais brasileiros alinharam-se à teoria degeneracionista.⁸⁴

A teoria degeneracionista afirmava que a mistura de raças era o motivo pelo qual os brasileiros eram inferiores, imorais e doentes - para além de enfatizar a inferioridade da raça negra e demonstrar preocupação no excesso do contingente negro no Brasil. Segundo a historiadora Pietra Diwan, entre os diversos viajantes que vieram estudar e descrever a situação do Brasil em termos de qualidade do seu povo, o sociólogo e psicólogo francês Gustave Le Bon se destacou, pois

defendia as teorias de superioridade racial e correlacionava as raças humanas com as espécies animais, baseando-se em critérios anatômicos como a cor da pele e o formato do crânio. Para o poligenista Le Bon, assim como para diversos cientistas da época, o mestiço era um degenerado. Não tinha as mesmas qualidades do branco, nem as do índio ou mesmo as do negro. Era um ser inferior.⁸⁵

⁸³ Ibid.

⁸⁴ DIWAN, *Raça pura*, op. cit., 2011, p. 88.

⁸⁵ Ibid., p. 89.

Diwan ainda exemplifica como a teoria degeneracionista encontrou terreno fértil no Brasil, mencionando a Escola Nina Rodrigues. A Escola foi inspirada no médico-legista e antropólogo brasileiro Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), defensor da inferioridade racial negra e o fundador da nova antropologia científica no Brasil, que se valia das novas técnicas de antropometria (técnicas de medição do corpo humano).⁸⁶

Similar ao que seria o mendelismo praticado e difundido pelos Estados Unidos anos depois, a corrente degeneracionista entendia que a miscigenação era intrínseca à deterioração da raça e não enxergava a possibilidade de higienizar e educar os povos inadequados. Portanto, teorias degeneracionistas e o mendelismo atribuíram ao Brasil um beco sem saída em matéria de evolução humana. A historiadora Nancy Stepan interpreta que por essas teorias condenarem o país ao fracasso, a eugenia brasileira se inclinou à versão mais flexível da eugenia, ao lamarckismo ou neolamarckismo.⁸⁷

O lamarckismo foi uma teoria evolucionista aceita e difundida por biólogos ao longo do século XIX e início do XX, sobretudo na França. Proposto por Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), o lamarckismo acreditava na herança de caracteres adquiridos, ou seja, que o ambiente seria capaz de modificar os sujeitos de forma permanente e que essas mudanças poderiam ser transmitidas para os filhos. Uma maneira de impedir a passagem desses caracteres seria por meio da profilaxia, ou seja, na prevenção de doenças, o que seria uma possibilidade de construir uma nação eugênica apesar da presença de maus elementos na sociedade.⁸⁸

À vista disso, Stepan explica que a eugenia lamarckista se encaixava no projeto de nação desenhado por parte da elite brasileira adepta aos ideais eugenistas. Em devido diálogo com o positivismo, que bebia de produções científicas francesas, o lamarckismo apresentava uma esperança em transformar o Brasil em um país eugênico por meio de medidas sanitárias, como no combate e prevenção de doenças, urbanização das principais cidades e o controle de imigração.⁸⁹

A preocupação com a imigração “sem critérios” realizada no Brasil estava diretamente relacionada com o temor de povoar o país com descendentes não-brancos. Em discurso na Assembleia Nacional Constituinte, do dia 21 de fevereiro de 1934⁹⁰, o médico Antônio Carlos

⁸⁶ Ibid., 90-92; STEPAN, *A hora da eugenia*, op. cit., 2005, p. 54.

⁸⁷ STEPAN, op.cit., pp. 82-83.

⁸⁸ Ibid., pp. 30-32.

⁸⁹ Ibid., pp. 76-84.

⁹⁰ Os trechos retirados de matérias de jornais do século XX tiveram sua linguagem atualizada para uma melhor compreensão do texto.

Pacheco e Silva advogou pela causa de uma imigração mais seletiva, em que explicita seus incômodos: “Que diremos nós, srs. Constituintes, que recebemos correntes imigratórias das mais diversas raças, que não procedemos à seleção individual dos imigrantes desprezando os mais elementares preceitos indispensáveis à defesa da raça”.⁹¹

Sua argumentação avalia a história da colonização do Brasil e conclui que este “tem servido como um país de despejo da escória social de todas as partes do mundo”. Pacheco e Silva faz menção aos primeiros homens deixados pela “armada de Cabral” e na expedição de Martim Affonso de Souza, ressaltando a condição de degredados desses homens, “na sua maioria gente ruim”. O médico ainda relacionou a baixa qualidade da população brasileira à atividade do tráfico atlântico de escravizados de origem africana, vigente até o século XIX, o que teria permitido uma composição demográfica prejudicial aos interesses do país.

Essa falta de escrúpulo na recepção de imigrantes, infelizmente, não se limitou à fase inicial da nossa colonização. Ao período do tráfico africano, feito sem nenhum critério seletivo, seguiu-se a imigração europeia do século XIX, incontestavelmente a que maior benefício nos trouxe.⁹²

Observamos a partir das falas do médico que a pauta da imigração ocupava um lugar destacado no debate da eugenia, cuja motivação era, senão exclusiva, fortemente racial. A mistura de raças pautou os rumos da eugenia no Brasil, seja para os que defendiam que ela deveria ser desencorajada ou até mesmo proibida, seja para os que viam na miscigenação uma possibilidade de embranquecimento da população. Nesse sentido, podemos afirmar que a concepção negativa sobre a miscigenação esteve presente no ideário de uma parcela considerável da intelectualidade brasileira, sobretudo a miscigenação entre brancos e negros - mesmo que de forma velada.

Desta forma, ignorou-se o histórico de exploração e ausência de projetos de inclusão aos ex-escravizados e seus descendentes. Os negros foram responsabilizados pela condição precária de vida por meio do discurso biologizante, o que os condenou à base da hierarquia racial. A crença que práticas eugenistas solucionariam problemas de criminalidade, delinquência juvenil e prostituição permitiu a associação de “patologias” aos pobres, o que, no Brasil, significava atribuir essas patologias à raça negra.⁹³

⁹¹ OS TRABALHOS de ontem na Assembleia Nacional Constituinte. *Folha da Manhã*, São Paulo, 21 de fevereiro de 1934. p. 2.

⁹² Ibid.

⁹³ STEPAN, *A hora da eugenia*, op. cit., 2005, p. 58.

Enquanto matérias jornalísticas se referiam à eugenia e à esterilização como uma medida para impedir o nascimento de “tarados”, “degenerados”, “anormais”, “alcoólatras”, “criminosos” e qualquer termo que não explicitasse o direcionamento racial do projeto eugenista, o médico Pacheco e Silva, ainda em seu discurso na Assembleia Nacional Constituinte, revelou “a cara” de quem não deveria ocupar o território brasileiro:

A nossa experiência demonstra que a assimilação das raças brancas do sul da Europa se faz com grande rapidez e muitas vantagens. O dr. Paulo Azevedo Antunes, um dos estudiosos desses assuntos entre nós, demonstrou em exaustivo trabalho, a superioridade da raça ariana, concluindo: “Do que acabamos de dizer e do que dissemos na primeira parte deste trabalho sobre a hereditariedade da inteligência, depreende-se o simples bom senso faz supor que o cruzamento da raça branca com qualquer das outras duas será um prejuízo para a primeira sob o ponto de vista intelectual”. Baseados nisto [sic], quando tivermos de escolher o imigrante para o nosso país, devemos procurá-lo na raça branca e evitar a todo o transe que se introduzem imigrantes pretos e ou amarelos.⁹⁴

Desse modo, qual foi a sugestão para se lidar com o “problema negro” no Brasil? Thomas E. Skidmore aponta que a realidade social do Brasil se diferenciava da realidade da América do Norte, o que explica os diferentes caminhos para a solução de seus “problemas”. Enquanto o Brasil convivia com a miscigenação desde sua origem, nos Estados Unidos se instituiu os negros como uma casta separada. Isto posto, norte-americanos e europeus enxergavam na miscigenação uma maldição, enquanto parte da intelectualidade brasileira admitia a miscigenação como uma solução.⁹⁵

Sendo assim, o imigrante europeu foi incentivado a morar no Brasil, a fim de repovoar o país com os “mais aptos e sadios”, promovendo o embranquecimento dos brasileiros. Os escritos do intelectual Silvio Romero (1851-1914), de 1906, propunham como “fórmula para melhorar o Brasil” a vinda de alemães, “que deveriam ser distribuídos e disseminados pelo país a fim de absorver a cultura brasileira e aceitar a autoridade do governo brasileiro”.⁹⁶ Enquanto isso, buscava-se proibir a entrada de imigrantes negros - entre outros estrangeiros considerados indesejáveis, como chineses e japoneses.⁹⁷

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, pp.70-72.

⁹⁶ Ibid., pp. 70-72.

⁹⁷ RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 20. In: CHOR, Marcos; VENTURA, Ricardo. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, n.p. [Leitura realizada no Kindle]

Evidenciava-se, portanto, a desigualdade de direitos e o desejo pelo desaparecimento gradual da população negra - muito mais enfático e violento que a aversão aos imigrantes asiáticos. O próprio antropólogo e médico eugenista João Baptista de Lacerda (1846-1915), assistente da cadeira de Antropologia, Arqueologia e Etnografia do Museu Nacional, reuniu ao final de sua vida informações, estatísticas e dados sobre a formação social do Brasil, com o intuito de apresentar as características raciais que aqui se encontravam. Sua pesquisa o levou à conclusão de que a população brasileira branca crescia progressivamente entre os anos de 1870 e 1910, enquanto a população negra e mestiça diminuía, de modo que previu, esperançoso, que até 2012 já não existiriam mais negros no Brasil.⁹⁸

Logo podemos concluir que o traço mais “brando” da eugenia no Brasil não estava relacionado ao suposto caráter cordial dos brasileiros ou à inexistência de conflitos raciais. O lamarckismo da eugenia brasileira era uma possibilidade de o Brasil não ser considerado um caso perdido e degenerado devido à miscigenação. A teoria dos caracteres adquiridos permitia um otimismo frente a possibilidade do país se eugenizar e “evoluir” enquanto civilização. A princípio, e de forma majoritária, a eugenia brasileira se associou ao sanitarismo, porém não impediu que eugenistas brasileiros tomassem como modelo e fonte de admiração países extremos na leitura e propostas de pureza da raça.

A exemplo disso, o Brasil foi o primeiro país da América Latina onde se estabeleceu formalmente uma sociedade eugênica. O ano de sua fundação, em 1918, é representativo de um período pós-guerra no qual o sentimento nacionalista e patriótico se tornara uma tendência em países ocidentais. Stepan ressalta que, a partir da década de 1920, a eugenia brasileira também se associou ao patriotismo, colocando-se como uma oportunidade de regenerar o Brasil como nação.⁹⁹

Em direção disso, observa-se médicos que questionam as concepções e o entendimento de que as questões sociais seriam resolvidas a partir de medidas sanitaristas. Disseminava-se a ideia de que havia mesmo “alguma coisa que independe da higiene”, como foi colocado pelo médico e antropólogo Roquette-Pinto no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929.¹⁰⁰ Vanderlei Souza informa que, na década de 1930, os eugenistas adotaram como estratégia a retórica nacionalista, associando a eugenia à política nacional:

⁹⁸SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, set.-dez. 2012, p. 745-760.

⁹⁹ STEPAN, *A hora da eugenia*, 2005, pp. 45-47.

¹⁰⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

Para [Renato] Kehl, não haveria solução para os males sociais fora das leis da biologia, lembrando que “não há política racional, independente dos princípios biológicos, capaz de trazer paz e felicidade aos povos. Eis, por que, a política, por excelência, é a política biológica, a política com base na eugenia”. Do mesmo modo, Oliveira Vianna também chamava a atenção quanto a necessidade de formar um povo verdadeiramente forte, composto por uma “elite de eugênicos”.¹⁰¹

Segundo simpatizantes da linha mais radical da eugenia, essa “elite de eugênicos” deveria ser formada a partir de medidas como o controle rigoroso da entrada de imigrantes, exames pré-nupciais, proibição de casamentos inter-raciais e de portadores de doenças contagiosas. Casos mais extremos, como do geneticista Octávio Domingues, apontavam para a pena de morte, o controle da natalidade e a esterilização como necessárias para o extermínio de “agentes de perturbação da vida social”.¹⁰²

Mas, se havia defensores da esterilização como prática eugenista no Brasil, por que ela não foi regulamentada já no início do século XX?

1.7 A chegada da esterilização no Brasil

A esterilização não foi uma pauta no Brasil somente na década de 1930. Tem-se o registro de que a esterilização em mulheres foi apresentada como método contraceptivo em terras brasileiras já ao final de 1893, no Rio de Janeiro, introduzida pelo ginecologista italiano Abel Parente. A aversão ao método por ele apresentado desencadeou uma polêmica na comunidade médica brasileira.¹⁰³

O temor pelo decréscimo populacional em um momento cuja intenção era a de povoar o país - sobretudo no período de transição entre o Brasil Império e a República -, provocou rejeição por parte da comunidade médica da época. A historiadora Ana Paula Vosne apresenta que:

Os anúncios [que divulgavam um “processo secreto” que garantia “excelentes resultados”] geraram uma reação imediata por parte dos médicos obstetras e ginecologistas que iniciaram uma verdadeira campanha contra o médico italiano e o seu invento, por intermédio das associações médicas, resultando num inquérito policial. Os mais importantes e respeitados especialistas

¹⁰¹ Ibid, pp. 6-7.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ MARTINS, *Visões do feminino*, op. cit., 2004, n.p.

brasileiros vieram a público externar sua rejeição à ideia de uma cirurgia que esterilizasse as mulheres.¹⁰⁴

As críticas à esterilização de mulheres no Brasil ao final do século XIX se sustentaram na noção de que o Brasil era um país novo e despovoado. Por mais que houvesse ressalvas morais quanto à interferência no corpo feminino, uma vez que o impedimento de ter filhos era visto como algo antinatural e contrário aos preceitos cristãos, a condenação dessa prática por parte dos médicos brasileiros não se tratava apenas de uma questão ética e/ou moral. Houve, inclusive, quem concordasse que a esterilização poderia ser uma opção para países com “excesso de população”, o que gerava fome e problemas de saúde pública, mas entendiam que esse não era o caso do Brasil.

O demógrafo Délcio da Fonseca Sobrinho defende que, ao longo do século XIX, foi desenvolvido no Brasil um sentimento “pró-natalista difuso”, que seria a crença de que o nascimento crescente de brasileiros seria algo positivo em um momento que se pretendia construir uma “unidade nacional”, noção que se fortaleceu a partir da Proclamação da República.¹⁰⁵

Contudo, com a ascensão de ideias evolucionistas em diálogo com teorias racistas, que influenciaram fortemente a elite brasileira, o incentivo à natalidade estava acompanhado de uma seleção dos que deveriam nascer. Com forte influência na obra de Gobineau, defendia-se o “cruzamento” de diferentes povos como uma forma de compensação da inferioridade de determinadas raças. Nesse sentido, Nina Rodrigues refletiu que “O que importa ao Brasil, é determinar o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade compensada pelo mestiçamento”. Tem-se, portanto, um cenário de incentivo da natalidade por meio da miscigenação, mas, como Sobrinho pontua, com o intuito de reduzir os nascimentos dos “mestiços degenerados”.¹⁰⁶ Sendo assim, podemos concluir que práticas contraceptivas eram desestimuladas ou condenadas.

Com o resgate da discussão em torno da esterilização anos mais tarde, outros grupos se posicionaram contra essa prática. Setores da Igreja Católica, liberais e médicos viam na esterilização um atropelo dos desígnios de Deus e um abuso de poder que limitava a liberdade e integridade física dos indivíduos. No dia 19 de julho de 1926, o jornal *Folha da Manhã* trouxe

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ SOBRINHO, Délcio da Fonseca. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, FNUAP, 1993, p. 38.

¹⁰⁶ Ibid., pp. 44-46.

a declaração do professor G.M. Robertson, presidente da Real Academia de Medicina de Edimburgh, na qual o médico dizia combater “[...] acemente os argumentos teóricos a favor da [esterilização de criminosos]”:

Acredito [...] que a profissão médica considerará a proposta em questão um ultraje às suas idéias tradicionais quanto aos seus deveres para com os pacientes. Não posso aceitar que qualquer corpo médico, calmamente, condene qualquer vítima a esse supérfluo insulto feito a sangue frio.¹⁰⁷

Apesar de defensores de práticas extremas sempre se depararem com opositores, isso não foi o suficiente para barrar o avanço da admiração ao modelo estadunidense de “fortalecimento” da raça superior. O debate entre adeptos da eugenia e opositores existia, sobretudo porque os críticos da eugenia reclamavam da falta de comprovação científica de suas leituras e propostas.

Apesar das divergências existentes, os discursos de ambos os lados poderiam ser contraditórios e confusos. Havia os que concordavam com as ideias de melhoramento da raça e, ao mesmo tempo, opunham-se às medidas interventoras e propostas de eugenia negativa (como a esterilização, eutanásia, infanticídio, etc). Também existiam os que, em tese, discordavam do princípio racial da eugenia, mas que compactuavam com práticas de cunho eugênico, mesmo que negassem em discurso.

Para exemplificar as ambiguidades dos discursos acerca desse tema, em uma matéria da *Folha da Manhã*, do dia 27 de agosto de 1933, o autor oscilou entre criticar o racismo presente na Alemanha e elogiar a esterilização dos “degenerados”:

Pensar em raças puras – que o mundo não conhece, pois a confusão neste assunto é como o da torre de Babel – é cultivar um preconceito e dos mais odiosos. Assim não é possível aplaudir o nacional-socialismo alemão quando, em nome de um hipotético arianismo, persegue os judeus. O espírito brasileiro de fraternidade não conhece, não admite, não concebe antagonismos de raças. Agora tratar de melhorar a espécie por processos eugênicos é tudo quanto há de mais louvável. O governo do Reich acaba de fazer uma lei contra a propagação das moléstias hereditárias. Nela se prevê a esterilização de homens ou mulheres atingidos por tais doenças. A lei cuida principalmente dos idiotas, epiléticos, loucos, cegos e surdos-mudos, bem como dos alcoólatras inveterados. Só os casos mais graves são considerados.¹⁰⁸

¹⁰⁷ NÃO quer ficar maluco? Case-se! *Folha da Manhã*. São Paulo, 19 de julho de 1926.

¹⁰⁸ PARA melhorar a raça. *Folha da Manhã*. São Paulo, 27 de agosto de 1933, p. 6.

Percebemos que, embora existisse um contraponto dos adeptos da eugenia, sua ideologia reverberou no imaginário das elites intelectuais e políticas de tal maneira, que até mesmo seus opositores reproduziam princípios eugenistas. Entretanto, representantes legislativos que se posicionaram contra práticas radicais da eugenia foram irredutíveis no debate sobre a legalização da esterilização no Brasil.

A pressão política exercida por eugenistas brasileiros para conseguirem regulamentar a esterilização de degenerados se utilizou do argumento de que era algo praticado em países “civilizados”, como Estados Unidos, Alemanha e Suíça. Os eugenistas de São Paulo defendiam a intervenção do Estado visando o melhoramento da raça brasileira, de modo a introduzir uma legislação com esse objetivo na Constituição paulista e, quem sabe, na Constituição brasileira. O deputado e médico paulista Antônio Carlos Pacheco e Silva se destacou nesse meio. Sua proposta era a criação de um capítulo destinado aos “problemas de assistência social” para “preparar uma humanidade melhor”.¹⁰⁹

A *Folha da Manhã* documentou algumas das falas referentes à legalização da esterilização, realizadas durante a Assembleia Nacional Constituinte e na Constituinte Estadual, entre os dias 20 de fevereiro e 10 de maio de 1935. O médico Pacheco e Silva retomou os exemplos das nações “mais civilizadas” que possuem leis de esterilização, a fim de fortalecer a defesa de uma legislação brasileira que permitisse esterilizar tipos não eugênicos no Brasil.

Na tentativa de convencer os devotos da religião Católica, fortes opositores da esterilização compulsória, Pacheco e Silva mencionou um padre estudioso de Teologia na Universidade de Friburgo, na Suíça, que defendia a esterilização eugênica de forma que não ferisse a moral religiosa. Pacheco e Silva não conseguiu grandes resultados, pois o deputado Leopoldo e Silva o contestou ao dizer que essa leitura sobre práticas de controle da natalidade não passava de opinião e não tinha respaldo oficial da Igreja.¹¹⁰

Liberais e o polêmico deputado integralista João Carlos Fairbanks uniram-se pela oposição à prática de esterilização compulsória nos demais dias arguindo que ela feria o direito natural à vida e à liberdade. O médico Tarcísio Leopoldo e Silva, conforme registrado pela *Folha da Manhã* no dia 8 de maio de 1935, posicionou-se contra a inclusão da esterilização na legislação paulista e se dirigiu aos médicos Pacheco e Silva e Alfredo Ellis, ambos defensores da prática:

¹⁰⁹ FALOU hontem ao microphone da radio Record o prof. Leonidio Ribeiro. *Folha da Manhã*, São Paulo, 1 fevereiro de 1934, p. 1.

¹¹⁰ OS TRABALHOS da Constituinte estadual. *Folha da Manhã*, São Paulo, 7 de maio de 1935, p. 8.

O fato de um indivíduo ser inferior, físico ou mental, não constituem, no seu entender, crime que esteja a merecer sanção do Estado. Quando muito, ele será um doente, digno da atenção da sociedade. Além do mais, para a lavratura da sentença condenatória de um indivíduo nessas condições, é preciso contar com a falibilidade da ciência, de que podia dar testemunho, como médico que é. As leis a que se apegam os defensores da esterilização são muito incertas e precárias. E, depois de outras considerações em torno do problema, combatendo-o, o sr. Leopoldo e Silva terminou a sua oração, declarando que privar o cidadão da capacidade procriadora, sob qualquer pretexto, jamais o Estado o fará sem a repulsa veemente dos católicos, que são a quase unanimidade de nossa gente, porque a faculdade geradora, como declarou o prof. Jean Pierri, pertence à personalidade moral do homem, que recebe da Providência e dele nenhuma conta tem que dar ao Estado.¹¹¹

Como podemos observar, o catolicismo foi ponto-chave para a rejeição da esterilização como projeto de melhoria da raça no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Matérias jornalísticas acusavam o engajamento da Igreja Católica e seus seguidores na pauta do controle da natalidade, no geral, e da esterilização, especificamente. Esse posicionamento, porém, não partia unicamente de uma ressalva moral e religiosa, mas também de interesses alinhados ao fascismo presente na época. Em matéria de 4 de março de 1931, por exemplo, apontava-se o alinhamento entre o entendimento do Papa Pio XI e aquele presente no novo código penal italiano nas questões sexuais e sobre casamento:

Ambos condenam a venda de livros, panfletos ou qualquer outro gênero de publicações em que se faça a apologia do “controle” dos nascimentos dentro do matrimônio, ou se exponham sistemas para levá-lo a efeito. A venda de esterilizantes é absolutamente proibida, e de fato, o neomalthusianismo, em todos os seus aspectos, é rigorosamente interdito.¹¹²

É válido ressaltar que tanto o Papa quanto o Estado fascista italiano consideravam a provocação do aborto como um crime, não somente contra pessoas mas contra a raça e o Estado, por ser contrária à formação de novas gerações. Nesse sentido, a Igreja Católica, que nem sempre se posicionou contra práticas fascistas, teve como motivação exclusiva a defesa da dignidade humana para ser opositora de métodos contraceptivos e práticas de controle da natalidade.

Mas, voltando ao Brasil, a adoção do positivismo como ideal republicano tinha como ambição se distanciar do funcionamento inseparável de Estado e Igreja Católica, tão característico do Brasil Império. A intenção de transformar o Brasil em um país “laico, disciplinar e anticlerical”, por outro lado, não se mostrou tão efetiva na prática. A Igreja

¹¹¹ OS TRABALHOS da Constituinte Estadual. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de maio de 1935, p. 4.

¹¹² AS QUESTÕES relativas ao casamento na Itália. *Folha da Manhã*, São Paulo, 4 de março de 1931, p. 16.

Católica seguia como uma instituição de peso na tomada das grandes decisões nacionais e, apesar de na Europa a relação com o nazi-fascismo ter seus altos e baixos nos anos de 1920 e 1930, o catolicismo possuía um posicionamento firme em relação ao controle de natalidade e que foi defendido por seus fiéis no Brasil.¹¹³

A possibilidade de acompanhar o avanço do debate em torno de práticas eugenistas no Brasil e no mundo se deve ao interesse da imprensa sobre esse tema. Segundo a historiadora Pietra Diwan, a imprensa foi uma importante adepta da eugenia e difusora de seus ideais entre membros da elite, sobretudo entre a elite paulista. Uma vez que muitos médicos publicavam em jornais de grande circulação e devido a existência de redes de contato envolvendo jornais e médicos,¹¹⁴ a eugenia acabou recebendo um destaque desproporcional ao que o movimento eugenista conseguiu conquistar politicamente ao longo das três primeiras décadas do século XX no Brasil.

Entretanto, conforme aponta Vanderlei Souza, mesmo com uma adesão às ideias mais radicais da eugenia e um esforço em divulgá-las, não foi o suficiente para sensibilizar a sociedade e a política nacional para aprovar projetos eugenistas, como a esterilização de criminosos e incapazes.¹¹⁵ Em depoimento presente na publicação de 16 de janeiro de 1934 da *Folha da Manhã*, o professor e médico Augusto Paulino opinou sobre a esterilização dos enfermos e “débeis mentais”:

A esterilização humana é condenável debaixo de todos os pontos de vista [...]. Não está demonstrado cientificamente que um anormal, um tarado, um sífilítico possa procriar um ser que seja anormal, tarado ou sífilítico. Ao contrário, é fato de observação diário os filhos de anormais serem perfeitamente equilibrados [...], os filhos de indivíduos tarados não possuem nenhuma tara, os de sífilíticos não terem sífilis, etc. Mais ainda, vê-se constantemente os filhos de pais perfeitamente normais serem completamente idiotas, de homens honestos serem ladrões, filhos de pais perfeitamente normais (pelo menos aparentemente) e equilibrados, serem assassinos, perdulários, criminosos.¹¹⁶

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ DIWAN, *Raça Pura*, 2007, pp. 99-100.

¹¹⁵ Ibid., p. 7.

¹¹⁶ A ESTERILIZAÇÃO de enfermos e dos débeis mentais. *Folha da manhã*, São Paulo, 16 de janeiro de 1934, p. 2.

Uma outra movimentação que se observa é o surgimento de um novo embasamento para apoiar a esterilização, não como uma medida eugênica, mas como um método para não perpetuar a pobreza. No dia 21 de fevereiro de 1934, o dr. Uzeda Moreira se posicionou acerca do controle da natalidade. Embora reconhecesse um aparente paradoxo em se conter a natalidade em um país despovoado como o Brasil, para ele não havia paradoxo algum, visto que a maior parte da população se concentra nos centros urbanos. “A cidade absorve os campos”, observa. E, por essa razão, caso as pessoas desejem conforto, faz-se necessária “requisitos modernos da civilização”. E Moreira aponta quais requisitos de modernidade proporcionariam esse conforto:

O poder aquisitivo do indivíduo, do casal, ou da família, tendo um limite determinado, uma obrigação impõe: o de não incrementar a miséria, consciente, e o que é pior, por isto mesmo, mais frequente, inconscientemente. Uma família que tenha dois filhos e não possa sustentar mais que estes dois rebentos e educá-los, conforme obrigação restrita, não deve, e não pode, deixar vir ao mundo maior número de comensais e, se o fizer, será por inconsciência.¹¹⁷

O dr. Uzeda Moreira compreendia a necessidade de povoar os campos com muitos filhos, mas que nas cidades isto era "malíssimo". Ele utilizava a China e a Índia como exemplos negativos de países “imensamente populosos”, contrapondo com a Holanda e a Escandinávia, que não aumentaram sua população desmedidamente. E questiona: “Qual dos dois exemplos é o mais convincente, o que prolifera a miséria, ou o que espalha o conforto?”.

Ainda advogando a favor do *birth control* - termo em inglês para “controle da natalidade” -, Moreira defendeu que os médicos deveriam voltar a atenção para essa questão. Em um elogio enigmático, ele mencionou o interesse alemão pelo controle da natalidade, como se não quisesse encaminhar um elogio explícito à Alemanha nazista de 1934, mas também não pudesse deixar de tomá-la como um modelo: “O *geburtensregelung* [“controle da natalidade” em alemão] dos tedescos [o mesmo que “alemães”] precisa merecer de nós, médicos brasileiros, o mesmo interesse que por lá despertou”. Ele também faz menção à Rússia e as clínicas de aborto, bem como menciona seus postos anti-concepcionais, tomando-na como modelo intermediário, que não seria ideal, mas que “mais vale prevenir que matar, [mas] mais vale impedir de viver um que matar dois”.¹¹⁸

¹¹⁷ A LIMITAÇÃO da natalidade. *Folha da Manhã*, São Paulo, 21 de fevereiro de 1934, p. 10.

¹¹⁸ *Ibid.*

Por fim, o médico Moreira fala sobre métodos contraceptivos, que nem sempre são aceitos pelos casais. Ele cita os condoms (camisinhas) como o método mais seguro já na década de 1930, mas também informa novos métodos em fase de teste, bem como a descoberta do ciclo menstrual pelo professor austríacos Herman Knauss e as leis Knauss - que futuramente proporcionará a formulação do método da tabelinha para evitar a gravidez. E concluía:

A limitação da natalidade é um problema que “conscientemente” todos os países devem tratar de resolver. Todos os países novos e novíssimos. Ricos e paupérrimos.

A classe médica precisa identificar-se com a grandeza desta questão, ela que está perfeitamente a par da pobreza que campeia por este país adentro.¹¹⁹

Embora o posicionamento do dr. Uzeda Moreira frente à questão do controle da natalidade seja destoante do debate que ocorria no Brasil na década de 1930, uma vez que não faz menção aos povos indesejados ou à degeneração da raça, esse não deixava de ser um assunto que a eugenia também alcançou: o controle da natalidade como método para impedir o avanço da pobreza. Com outras questões em jogo, porém, o assunto do controle da natalidade não era unânime entre eugenistas e teve como protagonista a controversa figura da eugenista e feminista Margaret Sanger.

1.8 Margaret Sanger, o neomalthusianismo e o controle da natalidade

Margareth Sanger foi o maior expoente do controle da natalidade nos Estados Unidos e no mundo. Enfermeira, feminista e preocupada com a função reprodutora das mulheres, seu maior objetivo de vida foi impedir a existência de famílias com grande número de filhos. Seus discursos e conquistas, diferente do que alguns intérpretes de sua trajetória sugerem, não faziam parte de uma agenda neutra, em que sua única preocupação era a liberdade das mulheres de escolherem quando e quantos filhos teriam.

No prefácio da obra *Mulher e a Nova Raça* (Woman and The New Race), de 1920, o médico Havelock Ellis dimensionou a importância do papel da mulher na regulação na quantidade de filhos e recomendou a leitura da obra de Sanger, sugerindo que se tratava apenas de uma questão de bem-estar social:

A mulher, em virtude da maternidade, é a reguladora da taxa de natalidade, o eliminador sagrado da produção humana. É na deliberada contenção e

¹¹⁹ Ibid.

medição da produção humana que os problemas fundamentais da família, da nação, de toda a irmandade da humanidade encontram sua solução. A saúde e a longevidade do indivíduo, o bem-estar econômico dos trabalhadores, o nível geral de cultura da comunidade, a possibilidade de abolir do mundo o flagelo desolante da guerra - tudo isso como grandes necessidades humanas, dependem, principalmente e fundamentalmente, da sábia limitação da produção humana.¹²⁰

De fato, o controle da natalidade é objeto de interesse das mulheres por todas as razões listadas acima pelo médico. Conforme observa a filósofa e ativista Angela Davis, o controle da natalidade é um pré-requisito da emancipação das mulheres. Ou seja, a escolha individual e o acesso a métodos contraceptivos seguros configuram em vantagem para todas as mulheres, independente de classe social e raça. O esperado era que essa pauta as atraísse e as unisse com um objetivo em comum, mas Davis pontua:

Na realidade, entretanto, o movimento pelo controle da natalidade raramente foi bem-sucedido em reunir mulheres de diferentes origens sociais, e as líderes do movimento quase nunca divulgaram amplamente as verdadeiras preocupações das mulheres da classe trabalhadora. Além disso, algumas vezes os argumentos desenvolvidos pelas defensoras do controle de natalidade se baseiam em premissas flagrantemente racistas.¹²¹

Quanto à Margaret Sanger, Angela Davis demonstra como sua trajetória foi controversa - o que justificaria os usos de seu nome em diferentes frentes, por vezes antagônicas, e a quantidade elevada de inimigos de todos os lados. Davis relembra a filiação de Sanger ao movimento socialista, em 1912, razão pela qual deu à sua campanha um ar mais progressista no início. Sua preocupação e engajamento com a classe trabalhadora, com a qual Sanger tinha contato frequente devido aos atendimentos em bairros pobres de Nova York, reforçou o seu compromisso com o movimento socialista, anarquista e até anticapitalista. Mas num dado momento, houve uma ruptura entre Margaret Sanger e movimentos de esquerda, que Angela Davis narrou a seguir:

Infelizmente, a aliança entre a campanha pelo controle de natalidade e o movimento operário radical não teve vida longa. Embora socialistas e demais ativistas da classe trabalhadora continuassem a apoiar a reivindicação pelo controle de natalidade, esta não ocupava um lugar central em sua estratégia geral. E a própria Sanger começou a subestimar a centralidade da exploração capitalista em sua análise de pobreza, argumentando que ter muitos filhos levava as trabalhadoras à sua miserável situação. [...]

¹²⁰ SANGER, Margaret. *Woman and the New Race*. 1920. In: Sanger, Margaret. *The Complete Works of Margaret Sanger*. Shrine of Knowledge, 2020, n.p. [Leitura realizada no Kindle]

¹²¹ DAVIS, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 205.

Quando Margaret Sanger cortou seus laços com o Partido Socialista, a fim de construir uma campanha independente pelo controle de natalidade, ela e suas elaboradoras se tornaram mais suscetíveis do que nunca à propaganda contra a população negra e de imigrantes daquele período. Como suas predecessoras, que foram enganadas pela propaganda do “suicídio da raça” [do presidente Roosevelt], as defensoras do controle de natalidade começaram a abraçar a ideologia racista predominante. A influência fatal do movimento eugenista logo destruiria o potencial progressista da campanha pelo controle de natalidade.¹²²

É válido mencionar a existência de uma ala da luta anarquista que pregava o controle da natalidade sob o viés neomalthusiano, do qual Sanger também teve contato e que provavelmente também serviu de repertório para a ativista. O neomalthusianismo anarquista fundado, pelo pedagogo libertário francês Paul Robin, compreendia que:

[...] reduzir a natalidade implicaria [em] diminuir o número de operários e de soldados, rareficando-se assim o exército de reserva e de defesa do capital. Os salários subiriam, a miséria desapareceria, a felicidade estaria mais perto. O neomalthusianismo francês assume-se deste modo como mais uma arma na luta contra o capitalismo.¹²³

Contudo, nem todo neomalthusiano tinha compromisso com a luta operária, sendo uma ideia defendida, inclusive, entre os eugenistas. O resgate da teoria malthusiana, portanto, fundamentou o posicionamento de Sanger, cuja “noção malthusiana de que um mundo ameaçado pela falta de suprimentos alimentares deveria suspender as obras caridosas e permitir que o fraco desaparecesse”.¹²⁴

A visão de Sanger, portanto, passou a se aproximar do olhar capitalista monopolista do início do século XX. Retira-se a responsabilidade do capital pela miséria das classes mais pobres e a transfere para o indivíduo, neste caso, transfere-se para as mulheres. Ainda em seu livro “Mulher e a Nova Raça”, Sanger as culpabiliza por uma natalidade prolífica. Ela avalia que as mulheres estavam presas a um “círculo vicioso” por conta de sua habilidade reprodutiva, fundando e perpetuando “as tiranias da Terra”, tratando as crises e problemas sociais de responsabilidade feminina. E prossegue: “Os criadores de excesso populacional são as mulheres, que, enquanto torcem as mãos sobre cada novo horror, submetem-se novamente a sua tarefa de produzir as multidões que provocarão a próxima tragédia da civilização”.¹²⁵

¹²² Ibid., p. 215.

¹²³ FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. O neomalthusianismo na propaganda libertária. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 1367-1397.

¹²⁴ BLACK, *Guerra contra os fracos*, 2003, p. 224.

¹²⁵ SANGER, *Woman and the New Race*, 1920, n.p.

Sanger defendia que eram as mulheres que criavam favelas, enchiam asilos de insanos, abasteciam as fileiras de prostitutas e criminosos. De certo modo, ela também compreendia que as mulheres não se programaram para o caos na Terra e concluía: “Se ela [a mulher] tivesse planejado deliberadamente alcançar este trágico total de lixo humano e miséria, ela dificilmente poderia ter feito isso de forma mais eficaz”.¹²⁶

Embora reconhecesse a posição passiva e submissa da maioria das mulheres, Sanger não as enxergava como vítimas. E segue sua análise:

A passividade da mulher sob o fardo de sua tarefa desastrosa era quase completamente a de resignação ignorante. Ela não sabia praticamente nada sobre sua natureza reprodutiva e menos sobre as consequências de sua criação excessiva de filhos. É verdade que, obedecendo ao desejo interior de suas naturezas, algumas mulheres se revoltaram. Elas foram até ao extremo do infanticídio e do aborto. Normalmente suas revoltas não eram gerais o suficiente. Elas lutaram como indivíduos, não como uma massa.¹²⁷

De todo modo, Sanger observava um desejo crescente das mulheres por liberdade reprodutiva, em que reivindicavam o direito à maternidade voluntária, bandeira que vinha sendo hasteada por um movimento organizado desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX.¹²⁸ Seu discurso, porém, buscava atrair mulheres à causa do controle da natalidade carregando-o de culpabilização das mulheres, dispensando qualquer relativização das condições de suas vidas:

[...] o controle da natalidade é o meio pelo qual a mulher atingirá a liberdade básica, por isso é o meio pelo qual ela deve e vai arrancar o mal que ela fez através de sua submissão. Como ela inconsciente e ignorantemente causou desastres sociais, ela deve e será consciente e inteligentemente desfazer esse desastre e criar uma nova e melhor ordem.

A tarefa é dela. Não pode ser evitado por desculpas, nem pode ser delegado. Não basta a mulher apontar para a dominação evidente do homem. Também não vale a pena alegar a culpa dos governantes e dos exploradores do trabalho. Não faz diferença que ela não forme sistemas industriais, nem que ela seja uma crente instintiva na justiça social. Em sua submissão reside seu erro e sua culpa. Por não conseguir reter as multidões de crianças que tornaram inevitável o mais flagrante de nossos males sociais, ela incorreu em uma dívida com a sociedade. Independentemente de seus próprios erros, independentemente de sua falta de oportunidade e independentemente de todas as outras considerações, ela deve pagar essa dívida.¹²⁹

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ DAVIS, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 209.

¹²⁹ SANGER, Margaret. op.cit. n.p.

Leis de trabalho infantil, proibição e regulamentação da prostituição, bem como manifestações contra as guerras eram vistos por Sanger apenas como paliativos. Sua visão é de que essas medidas são superficialmente úteis, mas que a fonte da “doença social” estava na natalidade e sua solução estava no controle da natalidade.¹³⁰

Num dado momento, Sanger se autoproclamou eugenista, bem como darwinista social. A relação do controle da natalidade e eugenia foi forjado por Sanger de tal forma que ela gostaria que essas duas frentes ideológicas se confundissem, por mais que outras lideranças eugenistas discordassem dessa visão. Sanger defendia programas de eugenia negativa para extirpar as “ervas daninhas” da humanidade, como costumava chamar os pertencentes às raças inferiores, como criminosos, estrangeiros, deficientes físicos e mentais. O trabalho de incluir uma legislação capaz de esterilizar massivamente os estadunidenses defeituosos contava com parceiros supremacistas brancos, racistas, xenofóbicos e antisemitas, como Lethrop Stoddard¹³¹, Henry Pratt Fairchild¹³² e Irving Fisher¹³³, para citar alguns.¹³⁴ Nesse sentido, Sanger foi influente no avanço da legislação de esterilização nos Estados Unidos ao longo dos anos de 1920.

Foi também fundadora da American Birth Control League (Liga Americana do Controle de Natalidade), em 1921, e um de seus objetivos era o de esterilizar os insanos e débeis mentais. Sua importância no movimento eugenista, entretanto, foi abalada por sua campanha de controle da natalidade em todas as raças e classes sociais. Desse modo, eugenistas não concordavam com essa pauta, uma vez que defendiam que a maternidade de mulheres brancas deveria ser incentivada e não havia nenhuma ressalva a famílias numerosas, desde que eugênicas.¹³⁵

Em 1942, a American Birth Control League foi reformulada e transformada na International Planned Parenthood Federation of America (Federação Internacional de Planejamento Familiar). Embora tenha modificado alguns dos objetivos da instituição, Margaret Sanger disse em um dado momento que não enxergava de que forma poderia

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ Um dos líderes da eugenia nos Estados Unidos, que “(...) acreditavam que os alemães e os nórdicos formavam uma raça superior”. Escritor da obra nomeada *The Rising Tide of Color Against White World Supremacy* (A onda crescente da cor contra a supremacia do mundo branco), publicado em 1920, motivo pelo qual Margaret Sanger o convidou para ingressar no conselho de sua Liga Americana do Controle de Natalidade. BLACK, Guerra contra os fracos, 2003, p. 80; p. 232.

¹³² “Henry Pratt Fairchild foi um dos principais organizadores e principal conselheiro de Sanger. Fairchild se tornou renomado por sua virulenta polêmica contra a imigração e anti-semita *The Melting Pot Mistake*”. (Ibid., p. 233).

¹³³ Economista formado na Yale University e líder da Associação de Pesquisa Eugenista. Ibid., p. 233.

¹³⁴ Cf. BLACK, Guerra contra os fracos, op.cit., pp. 219-248.

¹³⁵ Ibid.

abandonar os princípios eugenistas, “que são basicamente sólidos para a construção de uma civilização decente”.¹³⁶

A atuação do IPPF atravessou o século XX em todo o mundo, com ênfase nos países menos desenvolvidos economicamente, e apareceu na CPMI da esterilização de mulheres brasileiras em 1992, como uma das organizações internacionais que financiaram o controle populacional no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990. O Relatório Final da Comissão de esterilização de mulheres brasileiras traz algumas informações sobre a IPPF:

Suas atividades em todo o mundo, orientadas do Escritório Internacional de Londres, para os Escritórios Regionais e as 104 associações nacionais, compreendem todos os tipos possíveis de programas, por exemplo, financiamento de programas anticoncepcionais, realização de seminários para médicos de todos os países sobre os aspectos científicos, médicos e biológicos de pla[n]ejamento familiar; realização de estudos sobre a legislação que regula a disponibilidade de serviços anticoncepcionais, de realização de abortos e de esterilização; e informação especial e campanhas de educação de jovens.¹³⁷

Permaneceu ao longo do tempo a fama da IPPF ser uma instituição eugenista, que buscava se instalar em bairros negros nos Estados Unidos e em países de maioria não-branca para difundir o controle da natalidade. Em 2020, a Planned Parenthood of Greater New York (PPGNY) anunciou que removeria o nome de Sanger do Centro de Saúde de Manhattan sob a seguinte declaração:

“A remoção do nome de Margaret Sanger do nosso prédio é um passo necessário e atrasado para contar com nosso legado e reconhecer as contribuições da Planned Parenthood para os danos reprodutivos históricos em comunidades de cor”, disse Karen Seltzer, presidente do conselho da PPGNY. “As preocupações e a defesa de Margaret Sanger pela saúde reprodutiva foram claramente documentadas, mas também o seu legado racista”.¹³⁸

Episódios recentes de racismo envolvendo a IPPF demonstram quão atual é o debate da eugenia, mesmo um século depois da fundação de uma instituição que promoveria um controle da natalidade sob valores racistas. O desejo pela supremacia branca, tentativas de melhoramento da raça por parte de agentes do Estado por meio de restrições nas leis de imigração e o controle compulsório da natalidade de corpos não-brancos torna pertinente o questionamento se de fato

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. Congresso Nacional. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. Brasília, 1993, p. 52-53.

¹³⁸ GORDON, Allison. New York’s Planned Parenthood will remove founder’s name over her views on eugenics. *CNN*, 22 de julho de 2020.

as diferentes concepções e práticas eugênicas foram superadas com o fim da 2ª Guerra Mundial, que marcou emergência de um ambiente mais propício ao debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, pelo menos em alguns países ocidentais. E se não acabaram, é importante analisar de que maneira seus objetivos se perpetuaram, uma vez que a agenda do controle da natalidade estava posta e orientou uma redução nas taxas de fecundidade, sobretudo em países do chamado Terceiro Mundo.

Capítulo 2

Quando as primeiras mulheres negras foram trazidas em cativeiro para este continente, parte de sua opressão implicava em forçar a gravidez para garantir gerações de escravos móveis. Agora essa situação está se transformando em seu oposto igualmente odioso através de campanhas legislativas para esterilização em massa de mulheres forçadas ao alívio pelas crises financeiras do capitalismo.

(“Sterilize welfare mothers?”, *The Black Panther*, 1971, p. 4 [reimpresso do *The Guardian*])

O trecho acima foi retirado da edição de 1º de maio de 1971 do jornal *The Black Panther*. A matéria denunciava um projeto de lei formulado pelo então deputado estadual no Tennessee, Larry Bates, que buscava esterilizar mulheres com mais de um filho ilegítimo. Proclamava-se esterilização “voluntária”, por mais que a proposta previsse que mulheres que não se submetessem à esterilização perderiam o acesso aos benefícios de bem-estar social e poderiam ter seus filhos retirados e colocados em lares adotivos:

Especificamente, uma mulher que dá à luz a uma criança fora das leis conjugais desta sociedade racista teria que ser esterilizada para ainda poder alimentar seus filhos recebendo benefícios sociais. A esterilização seria o seguro do Estado contra uma grande e jovem geração de negros e outros pobres que ocupavam os papéis sociais.¹³⁹

Em votação em uma Comissão Geral de Bem-Estar, somente duas pessoas se opuseram a esse projeto de lei: o único negro e a única mulher da comissão. Mas houve um crescente movimento de reuniões e manifestações contrárias a esse projeto de lei. Alguns dos opositores chamaram a atenção, conforme consta no trecho a seguir:

Em um comunicado à imprensa, o recém-eleito deputado negro Charles Pruitt comparou o projeto de lei à "tentativa de Hitler de livrar a Alemanha de 'indesejáveis' ao esterilizar massas de mulheres". A sra. Bonnie Peacock, presidente do PRO [Organização dos Direitos do Povo], disse que o projeto era "apenas mais uma maneira de passar por cima de negros pobres". O senador negro Avon Williams apontou que a maioria das pessoas que recebem assistência social no Tennessee são cegas, deficientes e idosas.¹⁴⁰

¹³⁹ STERILIZE welfare mothers? *The Black Panther*, 1º de maio de 1971, p. 4.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 4

Em outra matéria da edição de 8 de maio do jornal *The Black Panther*, o autor relaciona projetos de lei como esse à eugenia vivenciada na primeira metade do século XX nos Estados Unidos:

No final da década de 1930 (durante a Depressão), os registros mostram que pelo menos 25.000 mães foram esterilizadas sem seu conhecimento ou permissão. Eram todas pobres, a maioria negras. Uma justificativa clássica para uma violação tão flagrante dos direitos humanos é que a esterilização é necessária "para evitar que o país seja inundado por elementos criminosos, degenerados e fracos". De fato, em alguns lugares, as leis de esterilização têm sido chamadas de leis "eugênicas" (relativas à melhoria de uma raça de pessoas gerando filhos "saudáveis").¹⁴¹

Políticas de controle da natalidade, bem como a associação da pobreza e criminalidade às comunidades negras e pobres, acenderam o alerta de movimentos negros nos Estados Unidos. Em seu ponto de vista, a eugenia seguia atuando e influenciando na tomada de decisões na política, mesmo que houvesse oposição. Geralmente essa oposição partia de movimentos estudantis, religiosos e movimentos de esquerda, como os próprios Panteras Negras e a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (National Association for the Advancement of Colored People-NAACP). Longe de acreditarem que a eugenia acabou na década de 1940, os grupos sociais contrários às leis de esterilização estavam atentos à legislação implementada nos estados norte-americanos, tais como essa:

Em 1964, no Mississippi, foi aprovada uma lei que, na verdade, tornou crime qualquer pessoa se tornar pai de mais de uma criança "ilegítima". Originalmente, o projeto trazia uma estipulação de penalidade que os primeiros infratores seriam sentenciados de um a três anos na Penitenciária Estadual. Três a cinco anos seria a sentença para condenações subsequentes. Como alternativa à prisão, as mulheres teriam a opção de serem esterilizadas. A pressão do povo fez com que a seção de esterilização do projeto fosse abandonada. No entanto, o estado do Mississippi até hoje ainda pode impor uma sentença de prisão a mulheres que deram à luz a mais de um filho "ilegítimo". (Três meses de prisão é a pena máxima).¹⁴²

A criminalização da eugenia e a postura dos movimentos negros, atentos às astúcias em projetos de lei como os mencionados acima, forçaram uma postura cautelosa na formulação de sua agenda no que toca o aumento demográfico e o controle da natalidade por parte de agentes

¹⁴¹ STERILIZATION - Another part of the plan of black genocide. *The Black Panther*, 8 de maio de 1971, p. 2.

¹⁴² Ibid.

do Estado nos Estados Unidos. Com o intuito de não gerar uma leitura desconfiada por parte de movimentos negros e de direitos humanos - bem como de outros setores da sociedade historicamente contrários ao controle da natalidade, como a Igreja Católica -, foi necessário investimento e pesquisa para subsidiar políticas demográficas, na tentativa de desassociá-la da eugenia.

O esforço de movimentos negros em não deixar cair no esquecimento ou na invisibilidade as ações estatais que visavam a segregação racial, o extermínio e criminalização das populações negras foi importante para não permitir que políticas como as de controle da natalidade fossem neutralizadas e soassem unicamente como uma medida de cunho econômico.

Havia uma razão para não se acreditar na inocência e simples apoio aos direitos individuais, tanto dos direitos das mulheres ou dos casais ao decidirem quando e quantos filhos terem. Os próprios idealizadores e financiadores de programas de controle da natalidade/planejamento familiar estavam cientes das leituras que esses projetos poderiam gerar em determinados grupos e desenvolveram estratégias para contorná-las.

Em um relatório anual da Fundação Ford, em 1966, por exemplo, apresentava resultados de projetos em parceria com outras agências de investimento em programas populacionais. Nele é revelado que uma de suas parceiras, a National Urban League

[...] vê no planejamento familiar um elemento importante nos esforços para fortalecer a vida familiar do negro, [e que] recebeu recursos para estudar a possibilidade de dar às famílias de baixa renda total acesso aos serviços. Com orientação de lideranças comunitárias e especialistas, a League propõe-se desenvolver um programa para promover serviços de planejamento familiar e incentivar essas famílias a usá-lo.¹⁴³

Sintonizado com o posicionamento que viria a ser expresso na década seguinte no Relatório Kissinger acerca da *discrissão* dessas entidades internacionais que investiriam/investiram em programas de controle da natalidade, o diretor do Conselho da Fundação Ford, em 1960, explicou o porquê de priorizar o investimento em jovens cientistas nos países menos desenvolvidos (como Colômbia, México, Argentina, Peru e, posteriormente, Venezuela e Brasil) por intermédio do programa *População*:

Especialistas nativos devem responsabilizar-se pelos *experimentos* [grifo nosso]. Se ocidentais brancos assumirem papéis com visibilidade em áreas de

¹⁴³ SOUZA, Maria Cecilia de Mello e. Do controle populacional à saúde reprodutiva. In: Nigel Brooke; Mary Witoshnynsky. (Org.). *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: uma Parceria para a Mudança Social*. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Ford e EDUSP, 2002, v. 1, p. 134.

população não-branca, podem criar a suspeita de estarem induzindo pessoas de cor a reduzir seus números de modo a diminuir a ameaça à supremacia branca.¹⁴⁴

E por que havia o temor de causar essa impressão?

Ao longo da década de 1960, foram feitas uma série de esforços acadêmicos e institucionais com a finalidade de alcançar uma “reconciliação nacional” para a questão racial. Apesar do protagonismo do Movimento dos Direitos Civis dos negros nos Estados Unidos, principal responsável pela conquista, em 1964, da Lei de Direitos Civis - isto é, da proibição da discriminação com base em raça, cor, religião, sexo e nacionalidade -, houve uma tentativa de enfraquecer sua atuação e atribuir um caráter liberal a essas causas. O historiador Wanderson Chaves informa que:

A Fundação Ford, utilizando de instrumentos de financiamento, passou a disputar essas aspirações políticas já em 1965, quando o foco sobre os direitos civis se reorientou para as políticas redistributivas, o controle comunitário, a elevação de autoestima e a valorização cultural. Nesta disputa, sua atuação esteve marcada pela construção de pontes teóricas e institucionais. Pretendia-se uma renovada abordagem liberal à velha questão da assimilação e integração dos negros, o que ela buscou engendrar, articulando-se às noções de “mudança social”, “desenvolvimento econômico”, liderança e “raça” que passaram a emergir.¹⁴⁵

Tem-se, portanto, o intuito de contornar conflitos raciais com a promoção de noções de pluralismo racial e de construção de uma elite negra. Passa-se a investir em discursos e posicionamentos que visassem o crescimento econômico dos negros, promovendo a sua integração às sociedades ocidentais sem a sua assimilação - mais ou menos como os judeus experimentaram sua inclusão na sociedade norte-americana. A proposta era o fortalecimento da identidade negra com as origens africanas por meio de uma convivência pacífica e tolerante entre as diferentes raças. Discurso afinado com conceitos de desenvolvimento e modernização promovidos e financiados pela Fundação Ford, defendia-se que o rompimento entre mundo “ocidental” e “não-ocidental”, ex-colônias e metrópoles, “além de barrar as chances de progresso e crescimento das nações, também impediria [...] uma reação adequada à exclusão e ao preconceito”.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Ibid., pp. 134-135.

¹⁴⁵ CHAVES, Wanderson. A Doutrina Moynihan: o debate sobre a raça e o negro nas conferências de 1965 da Fundação Ford e da Academia Americana de Artes e Ciências. *USP* – Ano VI, n. 9, p. 135.

¹⁴⁶ Ibid., p. 140.

Enquanto se alimentava tais propostas de integração de negros à sociedade ocidental, em suposto caráter de superação do racismo, havia também uma movimentação governamental visando a contenção da natalidade de determinadas classes (e, conseqüentemente, de determinadas raças) sob a justificativa de combate aos conflitos raciais. Em um estudo publicado em junho de 1974 de Nazli Choucri, professora de Ciência Política no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), e utilizado no NSSM 200 - que será destrinchado ao longo deste capítulo -, concluiu que os fatores populacionais afetavam o início e o decorrer de conflitos violentos. Apontou ainda que questões relativas à raça e as conseqüências da migração seriam frutos do aumento populacional. “Claramente, conflitos que são considerados em termos essencialmente políticos normalmente possuem raízes demográficas: O reconhecimento dessas relações se mostra crucial para qualquer entendimento ou prevenção de tais hostilidades”.¹⁴⁷ O Relatório, porém, admitia que os fatores populacionais não agiam isoladamente ou não tão diretamente: ‘Eles [os fatores populacionais] também se somam a outros fatores causadores [de conflitos], transformando o que deveria ser apenas uma situação complicada em uma situação com resultados destrutivos’.¹⁴⁸

A associação entre crescimento desenfreado da população, migração e conflitos raciais é notório no Relatório Kissinger, como demonstra o trecho a seguir:

Quando os fatores populacionais adversos de crescimento, deslocamento, densidade, excesso ou pressão coincidem com os fatores raciais, religiosos, de cor, linguísticos, culturais ou de outras clivagens sociais, haverá o desenvolvimento de situações potencialmente mais explosivas que podem ocasionar uma desordem interna, eventualmente com efeitos externos. Quando tais fatores coexistem com a realidade ou com o sentimento de privação relativa entre diferentes grupos, dentro do mesmo país ou em relação a outros países ou pessoas, a probabilidade de violência aumenta significativamente.¹⁴⁹

Projetos de controle populacional endereçados, sobretudo, às populações mais pobres já seriam suficientes para levantar suspeitas. Considerando o histórico estadunidense de ações que objetivavam a contenção do crescimento populacional entre negros, bem como frear os avanços de conquistas políticas e sociais dos afro-americanos, não foi necessária a divulgação do

¹⁴⁷ NSSM 200, p. 56.

¹⁴⁸ Ibid., p. 56.

¹⁴⁹ “When adverse population factors of growth, movement, density, excess, or pressure coincide with racial, religious, color, linguistic, cultural, or other social cleavages, there will develop the most potentially explosive situations for internal disorder, perhaps with external effects. When such factors exist together with the reality or sense of relative deprivation among different groups within the same country or in relation to other countries or peoples, the probability of violence increases significantly”. Ibid., p. 58.

Relatório Kissinger para que os movimentos negros entendessem que os Estados Unidos não era somente cúmplice, como idealizador de estratégias de promoção ao genocídio negro e de populações de cor. Em parte, pela falta de respeito às classes pobres e negras, por vezes animalizadas e tratadas como um peso para o Estado, conforme podemos ver no relato presente na matéria sobre o projeto de lei de Larry Bates:

Por causa dos protestos furiosos de mulheres negras e pobres no Tennessee, o estado generosamente permitiu que uma audiência pública ocorresse sobre esse projeto de lei. Nesta reunião, o porco Bates se referiu às mães do bem-estar como "vacas de ninhada", enquanto lia as chamadas cartas de apoio à sua trama, especificamente uma carta do prefeito do Tennessee que afirmava que "... até minha empregada disse que isso deveria ser feito. Ela apoia isso 100 por cento".¹⁵⁰

A ira e desconfiança de movimentos negros estadunidenses tinha como motivador o histórico eugenista e racista presente no país. Não se pode perder de vista a existência de pesquisas eugênicas nos EUA no início do século XX, que foram importadas à Alemanha nazista com todo o aporte teórico que justificava a inferioridade dos não-arianos e o sentido em eliminá-los. Tampouco se pode esquecer a existência da Ku Klux Klan, que promoveu uma campanha terrorista contra negros e todos aqueles que lutaram por igualdade racial por meio de linchamentos e violência sob a omissão do governo federal.¹⁵¹ Os movimentos negros, incluindo os brasileiros, nunca permitiram que esses acontecimentos fossem esquecidos ou diminuídos em importância para analisar o caráter ideológico por trás de políticas voltadas às populações vulneráveis, compostas majoritariamente por negros e/ou não-brancos.

O Estado contribuiu ativamente no processo de criminalização e inferiorização dos negros nos Estados Unidos, com repercussão em países que os tomaram como modelo de sociedade. A criação de leis de vadiagem é apenas um exemplo dos métodos velados de perseguição e aprisionamento de negros que teriam de trabalhar por sua liberdade. É válido relembrar a prerrogativa presente na 13ª emenda à Constituição dos Estados Unidos, que aboliu a escravidão, mas que permitia que a escravidão seguisse sendo uma punição para aqueles que cometessem crimes.¹⁵²

A memória das leis segregacionistas, também conhecidas como *Jim Crow*, nunca deixou de ser uma referência do que há de mais extremo em termos de racismo. A advogada Michelle

¹⁵⁰ STERILIZATION - Another part of the plan of black genocide. *The Black Panther*, 8 de maio de 1971, p. 2.

¹⁵¹ ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 72.

¹⁵² *Ibid.*, pp. 72-73.

Alexander dimensiona o sentido prático de tais leis na vida da população negra da época. Ela ressalta que havia leis que privavam os negros de acesso a direitos em todos os estados do Sul, discriminando-os em “praticamente todas as esferas da vida”, desde escolas, igrejas, habitação, empregos, a banheiros, hotéis, restaurantes, hospitais, orfanatos, prisões e até em funerárias, necrotérios e cemitérios.¹⁵³

Alexander menciona ainda a existência de “símbolos públicos e constantes lembretes da subjugação dos negros” apoiados por brancos de todas as classes sociais e espectros políticos. O que nos faz questionar: como uma empreitada bem sucedida de inferiorização dos negros vivida de forma tão natural quanto o foi na escravidão e pós-escravidão, capaz de cooptar até mesmo aliados da causa da igualdade racial, foi automaticamente superada e deixada no passado com o fim da Segunda Guerra Mundial? Será que os subsequentes episódios que passaram pela queda do nazismo, criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a condenação aos pressupostos eugênicos foram capazes de pôr fim ao racismo? A resposta negativa é mais do que evidente para os movimentos negros, apesar de não ter sido nos discursos emitidos pelo Estado.

O constrangimento imediato pela denúncia e condenação da eugenia foi capaz de frear temporária e publicamente o racismo explícito, mas passou longe de extinguir a branquitude hegemônica. Como o jornalista Edwin Black aponta, os arquitetos e partidários da eugenia reinventaram o passado.¹⁵⁴ A falta de punição e/ou a fuga de nazistas e eugenistas pós-Segunda Guerra Mundial permitiram que cientistas, pessoas influentes e entidades financiadoras que contribuíram ativamente na disseminação de ideais eugenistas seguissem atuantes. Muitas dessas pessoas e entidades seguiram trabalhando em universidades, ocupando importantes cargos e promovendo racismo sob uma nova roupagem, como nos estudos genéticos.¹⁵⁵

O Estado e a mídia encontraram formas mascaradas de segregar e perseguir a população negra, mesmo que para isso não precisasse utilizar termos sabidamente racistas. Não fosse a ascensão e resistência do Movimento de Direitos Civis nas décadas de 1950 e 1960, liderado por ativistas negros, possivelmente o Jim Crow teria sobrevivido por mais tempo, pois adeptos não faltavam - e não faltam.

Os presidentes democratas John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson se colocaram como aliados à luta do Movimento de Direitos Civis, o que garantiu, na década de 1960, o fim formal das leis segregacionistas e a conquista de direitos importantes, tais como o direito ao voto, à

¹⁵³ ALEXANDER, *A nova segregação*, 2017, p. 77.

¹⁵⁴ BLACK, *Guerra contra os fracos*, 2003, p. 594.

¹⁵⁵ *Ibid.*, pp. 593-607.

educação e a atividades financiadas pelo governo federal.¹⁵⁶ O caráter integracionista mencionado acima, proposto pelo presidente Johnson, porém, não foi de fato implementado. Observou-se que sem uma reforma econômica realmente radical, os negros permaneceriam “relegados à pobreza”. Michelle Alexander narra de que maneira isso impactou no prosseguimento do Movimento de Direitos Civis:

[...] no auge do Movimento de Direitos Civis, ativistas e cidadãos em geral começaram a voltar sua atenção a problemas econômicos, argumentando que a desigualdade socioeconômica interagiu com o racismo para produzir uma pobreza incapacitante e problemas sociais a ela associados. As questões econômicas surgiram como um grande foco de descontentamento.¹⁵⁷

Uma vez que se deixa de encarar o “negro” como uma questão a se resolver, substituindo o sujeito-problema pelo “pobre”, o “criminoso”, o “vadio”, sem fornecer suporte para que populações negras, com poucas oportunidades de mobilidade social, percebessem a manobra discursiva de manter os mesmos grupos com um alvo nas costas, porém com uma nova denominação que não acuse o racismo de imediato.

Quando políticas e programas de controle da natalidade e planejamento familiar em momento algum nomeiam o “negro” como público-alvo, mas insistem em informar que camadas mais baixas da sociedade, povos “menos desenvolvidos”, moradores de guetos e favelas com alta natalidade se tornam prioridade nesses programas, fica implícito a quem se destinam tais políticas. O histórico de racismo, eugenia e ódio aos negros, assim como a grupos estrangeiros não-brancos, agrava ainda mais a insegurança e desconfiança de grupos racializados frente ao esforço em investir tempo, recursos econômicos e humanos para alcançar um objetivo, cujas implicações partem de pressupostos questionáveis.

Por que priorizar o investimento na queda da taxa de natalidade no lugar de incluir educação sexual, geração de empregos e assistência social? Os próprios dados do Relatório Kissinger demonstram que quanto melhor a vida econômica e material dos sujeitos, maior a tendência ao planejamento familiar e redução da quantidade de filhos. Por que as conclusões do Relatório, embora reconheçam esse aspecto, contornam essa abordagem?

Os movimentos negros, por sua vez, não deixaram de denunciar as estruturas racistas que sustentaram o plano de contenção da natalidade em países e regiões “menos desenvolvidas”, constantemente omitidas pelas preocupações econômicas e sociais, mas que,

¹⁵⁶ ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação*, 2017, p. 80.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 81.

por si só, não sustentavam a insistência na diminuição de populações de países que sequer possuíam alta densidade demográfica, como era o caso do Brasil.

Desse modo, este capítulo demonstrará de que maneira a pauta do controle da natalidade esteve associada ao temor da explosão demográfica e de que maneira os Estados Unidos se organizaram para intervir na natalidade dos países ditos subdesenvolvidos, camuflando, porém, a dimensão ideológica eugenista por meio do enfoque apenas nos aspectos econômicos e de Segurança Nacional.

2.1 O debate sobre a alta taxa de natalidade na década de 1960

A questão populacional é uma preocupação histórica e ganhou especial importância ao final do século XVIII, quando o pastor protestante e professor de História e Economia Política, Thomas Malthus, publicou o famoso *Ensaio Sobre o Princípio da População* em 1798. Malthus formulou em seu ensaio a Lei de Populações, em que afirmava que as populações cresciam em progressão geométrica, enquanto os recursos alimentares aumentavam em proporção aritmética. Em consequência disso, havia um desequilíbrio entre o tamanho da população e a capacidade de produzir alimentos, razão pela qual a explosão demográfica culminaria em guerras, fome e miséria. Com a finalidade de evitar essa projeção, Malthus propôs uma reeducação de ordem moral e sexual para que os indivíduos contivessem a alta taxa de natalidade por meio do celibato e do casamento em idade mais avançada.¹⁵⁸

Como mencionado no capítulo anterior, esta preocupação foi retomada no início do século XX, com crescente importância à medida que novas pesquisas e estudos na área de população e demografia foram realizadas, sobretudo aquelas que alardeavam o crescimento exagerado ou “explosão” demográfica da espécie humana no planeta.

Uma funcionária na sede do centro de Informações da ONU no Rio de Janeiro, Ina de Mendonça, informou que já por volta do ano de 1960, na 2ª Comissão da Assembleia Geral da ONU, a delegação sueca propôs a criação de uma Subcomissão para a Cooperação Internacional aos Países Menos Desenvolvidos visando o controle da natalidade, mesmo que uma proposta melhor acabada tenha sido posta em prática anos depois.¹⁵⁹

Ao final do ano de 1962, foi publicado pelo *Center for International Economic Growth in Washington, D.C.* que mesmo com ajuda e investimento estrangeiro, “o progresso econômico

¹⁵⁸ GALLO, Jorge Ivan Hübner. *O mito da explosão demográfica*. Editora Paz e Terra, 1968, p. 23.

¹⁵⁹ PERGUNTE ao João. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1963, p. 4.

e social será muito lento, se de todo o possível, no desenvolvimento de países onde a população se multiplica dentro do ritmo atual”. Assumiu-se que sem a redução na taxa de natalidade, os esforços para a melhoria na qualidade de vida seriam “vãs e condenadas ao insucesso”. No relatório *Does overpopulation mean poverty? The facts about population growth and economic development* realizado pelo escritor e consultor de assuntos estrangeiros dr. Joseph Marion Jones e prefaciado pelo presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Eugene R. Black, foi avaliado que fora a urgência de se evitar uma guerra nuclear, a questão da explosão demográfica ocupava a segunda prioridade.¹⁶⁰

Para se ter uma dimensão de como esse debate se estabeleceu, uma matéria do *Jornal do Brasil*, em 1965, intitulada “A pílula contra sete bilhões de homens”, contextualizou a discussão da época em torno do crescimento descontrolado da população humana. Apresentando uma nomenclatura que, aparentemente, era uma novidade aos brasileiros (“birth control”), a matéria trouxe exemplos de medidas controlistas em diversos países, sugerindo que se tratava de uma temática de longa data e de repercussão internacional - com menção a diversos países de maioria negra e/ou não-branca:

Em 1925, a Suécia começou a adotar uma nova orientação no problema dos nascimentos, que se chamou *política populacional oficial*, que visava, inicialmente, dar esclarecimento e assistência aos pais. Em 1948, o Japão adotou a mesma política, passando o Governo a apoiar, oficialmente, o controle da natalidade, através da *Lei de Proteção Eugênica*, que legaliza o aborto, estimula a propaganda anticoncepcional e ensina a anticoncepção nas escolas. O Japão mantém 300 centros públicos de saúde em funcionamento e o Governo afirma que com a campanha a taxa de desenvolvimento econômico aumentou em 16%.

Na Índia, há 8200 clínicas anticoncepcionais, na Coreia do Sul, 200, no Ceilão, 46, enquanto no Paquistão há equipes-modelos nas grandes cidades e equipes-volantes de clínicas anticoncepcionais percorrendo o interior do país. Há ainda os países onde a anticoncepção é incentivada pelo Governo, através de subvenção a empresas privadas: Porto Rico, Barbados, Formosa, Egito, Tunísia, Malásia, União Sul-Africana, Gana, Quênia, Nigéria, Serra Leoa, Tanganica e Uganda.¹⁶¹

A matéria narra também o esforço de cientistas para desenvolver métodos contraceptivos eficazes. Na primeira metade da década de 1950, por exemplo, foi descoberto pelos médicos estadunidenses John Charles Rock (1890-1984) e Gregory Goodwin Pincus (1903-1967) que a progesterona é o inibidor natural da ovulação. Essa descoberta possibilitou

¹⁶⁰ SUPERPOPULAÇÃO é problema número dois em relação à guerra nuclear. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1963, p. 16.

¹⁶¹ A PÍLULA contra sete bilhões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1965, p. 3.

a fabricação da progesterona sintética, matéria prima da pílula contraceptiva. Na necessidade de testar a eficácia do contraceptivo oral em humanas, testes completos foram conduzidos sob a supervisão geral de Pincus em mulheres em Brookline, vila localizada no estado de Massachusetts. O mesmo ocorreu em Porto Rico e no Haiti a partir de 1956.¹⁶² A matéria ainda faz menção a outros métodos que “variavam de país para país, ou de classe social”, sinalizando as tecnologias disponíveis até o ano de 1965, dando-nos uma ideia de como eram divulgadas, sem maiores detalhes sobre acesso, valores e efeitos sobre os corpos feminino e masculino:

espermicidas (substâncias colocadas no aparelho genital feminino, que destroem o espermatozoide, como geléia, comprimidos etc.) contraceptivos masculinos (chamados também de condom) contraceptivos femininos (diafragma, aparelho de plástico ou borracha, agora fabricado no Brasil), ligação das trompas femininas, que ligam ovário no útero, impedindo a fecundação; recurso caro e irreversível: a mulher não pode mais ter filhos; vasectomia (secção do canal, no homem, que conduz o espermatozóide produzido pelos testículos, aos órgãos que elaboram o esperma. Este recurso também é irreversível: o homem não poderá mais ter filhos. Nos Estados Unidos, um método antigo vem sendo posto de novo em prática: consiste na introdução, na cavidade uterina, de um objeto em forma de um anel, que provoca um abortamento tão precoce, que a mulher não diferencia de um atraso menstrual.¹⁶³

Na sequência, a matéria apresenta os “métodos do futuro”, com pesquisas em andamento, como a “vacina anti-filho” (“uma vacina anticoncepcional, para aplicação em massa”), “bloqueador de óvulos” (“para impedir que o óvulo fecundado chegue ao útero) e a pílula masculina. Informa-nos também sobre os métodos mais utilizados no Brasil naquele momento: abstinência, esterilizantes (não especifica quais) e aborto. E conclui:

O problema do controle da natalidade no Brasil está apenas equacionado no Brasil [sic]: somente agora ele começa a ser discutido e a ganhar as páginas dos jornais, apesar de que há algumas dezenas de anos venha [sic] sendo feito nas cidades maiores. O primeiro país latino-americano a tomar, oficialmente, a responsabilidade do problema foi o Chile [...] o Governo do Chile, através do seu Serviço Nacional de Saúde, resolveu controlar a natalidade, inicialmente “mediante ensinamentos e conselhos dos médicos às mães, principalmente às mães pobres”.¹⁶⁴

¹⁶² SHAMPO, Marc A.; KYLE, Robert A. John Rock: Pioneer in the Development of Oral Contraceptives. *Mayo Clinic Proceedings*, July 2004; 79 (7): 844.

¹⁶³ A PÍLULA contra sete bilhões. Op.Cit.

¹⁶⁴ Ibid.

Apesar de ponderar que a discussão da questão populacional e controle da natalidade era incipiente no Brasil na década de 1960, foi nessa mesma década que houve a criação da Bemfam. Houve também denúncias de campanhas missionárias protestantes norte-americanas distribuindo anticoncepcionais de forma irregular no Rio Grande do Norte, Pernambuco e na rodovia Belém-Brasília; houve a convocação da CPI da esterilização em 1967 por Mário Covas e uma movimentação suficientemente barulhenta contra o avanço de programas de controle da natalidade, protagonizada pela Igreja Católica e médicos, como o dr. Mário Victor de Assis Pacheco.

A própria matéria do *Jornal do Brasil* reconhece a existência de um plano internacional para o controle da natalidade proposto pelos Estados Unidos, quase uma década antes da aprovação do que viria a ser uma importante fonte da comprovação da intervenção dos Estados Unidos em programas populacionais em países do então Terceiro Mundo.

2.2 A “Comissão sobre o Crescimento Populacional e o Futuro Americano” ou “The Rockefeller Commission”

Entre as décadas de 1960 e 1970, os Estados Unidos estabeleceram um compromisso em escala global para conter a alta taxa de natalidade, criando estratégias para alcançar esse objetivo. Em 1969, o presidente Richard Nixon (1969-1975) solicitou a criação da Comissão sobre o Crescimento Populacional e o Futuro Americano (“Commission on Population Growth and the American Future”), como uma iniciativa para se discutir as questões populacionais. A Comissão teve o intuito de coletar e analisar dados que pudessem embasar uma política populacional tanto nacional quanto internacional.¹⁶⁵

Em julho de 1969, Nixon entregou ao Congresso uma *Mensagem Especial*, em que explanou sobre os problemas desencadeados pelo crescimento populacional, compreendendo-o como a maior ameaça já enfrentada pelos humanos. Nos comentários finais, Nixon comenta que:

Um dos desafios mais sérios para o destino humano no último terço deste século será o crescimento da população. Se a resposta do homem a esse desafio será motivo de orgulho ou desespero no ano 2000, dependerá do que faremos hoje. Se agora começarmos nosso trabalho de maneira apropriada, e se continuarmos a dedicar uma quantidade considerável de atenção e energia

¹⁶⁵ MUMFORD, Stephen D. *The Life and Death of NSSM 200: How the Destruction of Political Will Doomed a U.S. Population Policy*. 2015, n. p.

a este problema, então a humanidade será capaz de superar este desafio, pois superou tantos durante a longa marcha da civilização.¹⁶⁶

O especialista em fertilidade e crescimento, Stephen Douglas Mumford, e também autor do livro *The Life and Death of NSSM 200: How the Destruction of Political Will Doomed a U.S. Population Policy* (publicado pela primeira vez em 1996 e republicado no formato e-book em 2015), informa que entre as atividades governamentais pensadas a partir de pesquisas empenhadas por essa Comissão foram:

(1) aumento da pesquisa sobre métodos anticoncepcionais de todos os tipos e sobre a sociologia do crescimento populacional; (2) programas ampliados para a formação de mais pessoas para trabalhar nas áreas de planejamento populacional e familiar, neste país e no exterior; (3) ampliação da pesquisa sobre os efeitos do crescimento populacional no meio ambiente e na oferta mundial de alimentos; e (4) aumento dos serviços de planejamento familiar e doméstico visando estender esses serviços a todos aqueles que querem, mas não podem pagá-los.¹⁶⁷

Essa Comissão também ficou conhecida por “the Rockefeller Commission”, uma vez que foi presidida pelo magnata e filantropo John D. Rockefeller III, que, segundo Nixon:

De todas as pessoas nesta nação, eu acho que eu até poderia dizer de todas as pessoas do mundo, que talvez não haja nenhum homem que estivesse mais estreitamente identificado, e por tanto tempo, com esse problema do que John Rockefeller. Temos muita sorte de ter sua presidência da Comissão; e sabemos que o relatório que ele dará, as recomendações que ele fará, será tremendamente significativo à medida que lidamos com este problema altamente explosivo, explosivo em todos os sentidos, à medida que entramos no último terço do século XX.¹⁶⁸

¹⁶⁶ “One of the most serious challenges to human destiny in the last third of this century will be the growth of the population. Whether man’s response to that challenge will be a cause for pride or for despair in the year 2000 will depend very much on what we do today. If we now begin our work in an appropriate manner, and if we continue to devote a considerable amount of attention and energy to this problem, then mankind will be able to surmount this challenge as it has surmounted so many during the long march of civilization”. (Ibid)

¹⁶⁷ “(1) increased research on birth control methods of all kinds and on the sociology of population growth; (2) expanded programs for training more people to work in the population and family planning fields, in this country and abroad; (3) expanded research into the effects of population growth on the environment and on world food supply; and (4) increased domestic family planning services aimed at extending such services to all those who want but cannot afford them” (Ibid.)

¹⁶⁸ “Of all the people in this nation, I think I could say of all the people in the world, there is perhaps no man who has been more closely identified and longer identified with this problem than John Rockefeller. We are very fortunate to have his chairmanship of the Commission; and we know that the report that he will give, the recommendations that he will make, will be tremendously significant as we deal with this highly explosive problem, explosive in every way, as we enter the last third of the 20th century”. (Ibid.)

A confiança em John. D. Rockefeller III acerca do tema do controle da natalidade se justificava pelo envolvimento de sua família ao longo de décadas com a temática. Começando pelo seu pai, John D. Rockefeller Jr., que em texto no site da *Rockefeller Brothers Fund* expõe orgulhosamente o envolvimento da família com a causa do controle da natalidade - mesmo que coincidissem com um período, pessoas e instituições eugenistas:

A família Rockefeller, especialmente John D. Rockefeller Jr., foi um dos primeiros defensores do trabalho pioneiro de Margaret Sanger no controle da natalidade como meio de melhorar a saúde materna e pública. Em 1942, quando o Birth Control Federation of America de Sanger juntou-se à Planned Parenthood Federation of America, a RBF [Rockefeller Brothers Fund] começou seu próprio apoio à organização. Esta foi uma causa na qual o administrador fundador John D. Rockefeller III teve um interesse especial. Doações do Fundo ajudaram a Planned Parenthood a lançar programas de espaçamento entre filhos, assistência médica pré-natal, educação pública e *projetos especiais em comunidades afro-americanas*. O Fundo contribuiu significativamente para as campanhas de capital nacional e de Nova York da Planned Parenthood e permitiu que o Comitê de Reprodução Humana do Conselho Nacional de Pesquisa, atuando como braço de pesquisa da Planned Parenthood, aumentasse o conhecimento sobre infertilidade, mortalidade materna e neonatal, distúrbios clínicos, e questões populacionais. O apoio da RBF à organização continuou até 1975. [grifo nosso]¹⁶⁹

O posicionamento “chapa branca” das postagens revela, sem *mea culpa*, o investimento da família Rockefeller na questão populacional. Omitem-se as doações anônimas de John D. Rockefeller Jr. à Margaret Sanger e a crença de que o investimento em controle da natalidade reduziria a pobreza e a criminalidade, pensamento intimamente relacionado à eugenia. Mas foi John D. Rockefeller III quem tornou o seu apoio e envolvimento com essa agenda mais evidente:

Seu primeiro empreendimento público veio em 1952, quando iniciou a convocação da Conferência sobre Problemas Populacionais, em Williamsburg, Virgínia. A discussão abordou o abastecimento de alimentos, o desenvolvimento industrial, o esgotamento dos recursos naturais e a instabilidade política resultante do crescimento populacional desenfreado. A presença de médicos, químicos, geólogos, economistas e outros cientistas deu um peso sério e uma atenção proeminente aos fatos emergentes e não reconhecidos da mudança demográfica.

Logo após esta conferência, Rockefeller estabeleceu o Population Council. Dos fundos filantrópicos à sua disposição, ele forneceu US\$ 1 milhão no primeiro ano de operações.¹⁷⁰

¹⁶⁹ PLANNED Parenthood. *Rockefeller Brothers Fund*..

¹⁷⁰ JOHN D. Rockefeller 3rd, Stateman and Founder of the Population Council. *Population Reference Bureau*.

A Population Council (Conselho de População), fundada em 1952, tinha como principais atividades pesquisas biomédicas para o aperfeiçoamento dos métodos contraceptivos.¹⁷¹ E o envolvimento de John D. Rockefeller III não finalizou por aí, pois, em 1967, ele conseguiu promover a Declaração dos Líderes Mundiais, da qual incluía valores e crenças referentes ao “problema populacional”, a fim de adquirir o reconhecimento dos governos. Ele conseguiu a assinatura de 30 chefes de estado, incluindo o então presidente do Estados Unidos, Lyndon Johnson. “Este documento chamou a atenção para o crescimento populacional como um problema mundial e gerou o apoio político ao planejamento familiar como solução”.¹⁷²

E três anos depois, o presidente Nixon o convidou para presidir a Comissão sobre Crescimento Populacional e o Futuro Americano. Seu prefácio apresenta brevemente como se deu o seu funcionamento e quais seus objetivos, enfatizando a participação de minorias sociais na formulação de políticas controlistas - tendência que vinha sendo observada desde a década de 1950, com a mudança na tática de propaganda dos Estados Unidos, que buscava se vender como a “vanguarda democrática internacional”, protetora de “minorias” e promotora da “igualdade social”¹⁷³:

Desde então, a Comissão e os funcionários realizaram um extenso inquérito. Recrutamos muitos dos principais cientistas do país em mais de 100 projetos de pesquisa. Ouvimos mais de 100 testemunhas em audiências públicas em todo o país e nos reunimos com especialistas em muitos dias de reuniões executivas. E estamos cientes de que a população tornou-se um assunto ativo de consideração em vários estados do nosso país preocupados com seu futuro. Chegamos a reconhecer que a diversidade racial e étnica desta Comissão nos dá confiança de que nossas recomendações – o consenso de nossos membros – de fato apontam o caminho pelo qual esta nação deve se mover para resolver seus problemas. Devido à importância deste assunto, a Comissão recomenda que as futuras comissões federais incluam uma representação substancial de minorias, jovens, cidadãos pobres e mulheres entre seus membros, incluindo representantes do Congresso, e que os funcionários e consultores da comissão incluam um número significativo de minorias, jovens e mulheres. Oferecemos este relatório na esperança de que nossos pontos de vista e recomendações estimulem séria consideração e resposta por parte dos cidadãos desta nação e de nações em todo o mundo a uma questão de grande importância para as gerações presentes e futuras.¹⁷⁴

¹⁷¹ COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. op.cit., 1993, p. 53.

¹⁷² JOHN D. Rockefeller 3rd, Stateman and Founder of the Population Council. op.cit.

¹⁷³ CHAVES, Wanderson. As agendas culturais da Guerra Fria e o “Programa Ideológico”: a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais. *USP*. 2015, Ano VI, n. 9, p. 136.

¹⁷⁴ “Since then, the Commission and staff have conducted an extensive inquiry. We have enlisted many of the nation’s leading scientists in more than 100 research projects. We have heard from more than 100 witnesses in public hearings across the country and have met with experts in many days of executive meetings. And we are aware that population has become an active subject of consideration in a number of states in our country concerned

Mumford resumiu as propostas dessa comissão acerca da educação sexual, em apoio à igualdade de gênero, facilitação em processos de adoção e no acesso à contraceptivos. Mas são as recomendações referentes aos serviços de saúde relacionados à fertilidade que mais nos chamam atenção:

A Comissão recomenda uma política nacional e um programa voluntário para reduzir a fertilidade indesejada, melhorar o resultado da gravidez e melhorar a saúde das crianças. Para a realização desse programa os mecanismos de financiamento da saúde pública e privada devem começar a pagar o custo total de todos os serviços de saúde relacionados à fertilidade. Incluindo serviços contraceptivos, pré-natal, de parto e pós-parto; cuidados pediátricos para o primeiro ano de vida; esterilização voluntária; interrupção segura da gravidez indesejada; tratamento médico da infertilidade.¹⁷⁵

As conclusões do relatório final, divulgado no dia 27 de março de 1972, indicavam que as altas taxas de crescimento populacional prejudicavam os direitos individuais e propunha algumas soluções no que toca a programas de saúde voltados para o controle da natalidade.¹⁷⁶ Contudo, o posicionamento favorável aos métodos contraceptivos, incluindo ao aborto, fez com que o presidente Nixon rejeitasse publicamente o relatório da Comissão Rockefeller pouco antes de sua reeleição. De acordo com Mumford, o interesse do presidente em ter o apoio de católicos fez com que ele recuasse na agenda do controle da natalidade, visto que não se tratava somente dos votos dos católicos, mas do poder associado à Igreja Católica. Com base na leitura do professor de Ciência Política do City College de Nova York, Timothy A. Byrnes, Mumford apresenta a importância estratégica da Igreja Católica e o porquê de Nixon não querer perder seu apoio:

os bispos são capazes de trazer recursos virtualmente incomparados para qualquer causa ou esforço que decidam apoiar; os bispos comprometeram esses recursos na luta contra o aborto na década de 1970; no processo desempenharam um papel fundamental na criação e manutenção de um grande movimento social. Esse movimento era o chamado movimento religioso da

about their future. We have come to recognize that the racial and ethnic diversity of this Commission gives us confidence that our recommendations—the consensus of our members—do indeed point the way in which this nation should move in solving its problems. Because of the importance of this matter, the Commission recommends that future federal commissions include a substantial representation of minorities, youth, poor citizens, and women among their members, including congressional representatives, and the commission staffs and consultants include significant numbers of minorities, youth, and women.

We offer this report in the hope that our viewpoints and recommendations will stimulate serious consideration and response by the citizens of this nation and of nations throughout the world to an issue of great consequence to present and future generations”. (The Report of The Commission on Population Growth and the American Future).

¹⁷⁵ MUMFORD, Stephen D. *The Life and Death of NSSM 200*, 2015, n. p.

¹⁷⁶ Ibid.

Nova Direita. Este movimento ainda estava em sua infância na época da candidatura à reeleição de Nixon em 1972, mas os bispos estavam altamente organizados [...].

Sem respostas às recomendações da Comissão ou nenhum programa montado como resultado do relatório final, Rockefeller avaliou que “A maior dificuldade tem sido a oposição muito ativa da Igreja Católica Romana através de suas várias agências nos Estados Unidos”. Mumford traz ainda a fala de um dos membros da Comissão Rockefeller, o congressista James Scheuer, feita em 1992, em que disse que

Nossa experiência durou pouco. O então presidente Richard Nixon prontamente ignorou nosso relatório final. As razões eram óbvias - o medo de ataques da extrema direita e da Igreja Católica Romana por causa de nossas posições sobre planejamento familiar e aborto. Com o benefício da retrospectiva, agora está claro que essa obstrução foi apenas a primeira de muitas ações semelhantes que vieram de lugares altos.¹⁷⁷

Pouco após a sua reeleição em 1972, foi solicitado um novo estudo sobre a questão da população. Dessa vez, apostando na agenda de desenvolvimento, na ameaça à Segurança Nacional e suavizando o posicionamento acerca do aborto.

2.3 NSSM-200 ou o Relatório Kissinger e a preocupação com o desenvolvimento

Um documento interinstitucional foi encomendado pelo presidente Nixon e apresentado no dia 10 de dezembro de 1974, denominado Memorando do Estudo de Segurança Nacional. Os “NSSM”, na sigla em inglês, conforme explicado pelo historiador Matias Spektor, foi uma novidade apresentada pelo assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, Henry Kissinger - a quem o título “Relatório Kissinger” alude.¹⁷⁸ Esses documentos eram elaborados por uma equipe de acadêmicos, que analisavam e revisavam criticamente temas centrais da diplomacia. Sua intenção era a de fornecer informações a Kissinger e ao presidente Nixon sobre temáticas as quais não obtinham experiência.¹⁷⁹

Classificado como “confidencial”, o NSSM 200 ou Relatório Kissinger contou com a contribuição do Conselho de Segurança Nacional, da Agência Central de Inteligência (CIA) e

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ Não confundir com o Relatório Kissinger de 1984 sobre a América Central.

¹⁷⁹ “Uma das inovações administrativas de [Henry] Kissinger ao ser empossado como assessor de Segurança Nacional na Casa Branca foi a instituição de Memorandos de Segurança Nacional (NSSM, na sigla em inglês).”. (SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 31).

dos Departamentos da Defesa, Agricultura e do Estado, bem como da Agência Internacional do Desenvolvimento (AID).

O Relatório foi apresentado em 1974, quando Nixon já havia sido deposto. Seu endosso e implementação ocorreu no governo de Gerald Ford, por meio do Memorando de Decisão de Segurança Nacional 314 (NSDM 314), de 26 de novembro de 1975.¹⁸⁰

Em resumo, o Relatório Kissinger apresenta as tendências demográficas mundiais. Argumenta e informa dados sobre a relação entre crescimento populacional e escassez de recursos alimentares e minerais; produção e consumo de combustível e desenvolvimento econômico; as implicações do crescimento demográfico na Segurança Nacional dos Estados Unidos; e recomendações políticas e estratégias para o declínio na fecundidade. O subtítulo é um bom indicativo do cerne de seu conteúdo: “Implicações do crescimento populacional mundial para a segurança dos Estados Unidos e os interesses estrangeiros”.

Embora o Relatório indique os Estados Unidos como modelo de país cujo crescimento populacional se neutralizou, o que significa que a taxa de fecundidade estava reduzida e a população estava estabilizada/com crescimento nulo,¹⁸¹ não há passagens que comentem a situação populacional dos Estados Unidos em décadas anteriores. Há uma sensação de amnésia acerca da explosão demográfica vivida nos Estados Unidos pós-Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960. Apagou-se a repercussão do nascimento da geração *baby-boom*, encarada com bons olhos pelos investidores que viam nesse crescimento populacional um aumento de demanda segura de consumo em variados setores da economia.¹⁸²

O historiador Antonio Pedro Tota associa a consagração do *american way of life* com o aumento populacional de 140 milhões de habitantes para 180 milhões entre as décadas de 1950 e 1960.¹⁸³ O governo de Dwight D. Eisenhower (1953-1961), o qual Richard Nixon foi vice-presidente, teve como uma de suas marcas o crescimento demográfico, com índices comparáveis aos da Índia¹⁸⁴ - país que se tornou objeto de estudos com tendências neomalthusianas e foco de práticas controlistas da natalidade justamente por sua alta taxa de fecundidade. Não há passagens no Relatório que expliquem ou relativizem a associação entre crescimento populacional e prosperidade econômica, fato vivido pela própria nação norte-americana. Ignora-se o passado recente de um país que se beneficiou desse crescimento,

¹⁸⁰ MUMFORD, Stephen D. op. cit.

¹⁸¹ *NSSM-200*, p. 30.

¹⁸² TOTA, Antonio Pedro. *Os americanos*. São Paulo: Contexto, 2020.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 190.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 198.

insistindo na defesa da neutralização de populações de países menos desenvolvidos e sugerindo a existência exclusiva de benefícios a partir disso.

Apesar do histórico positivo de explosão demográfica, os Estados Unidos se acreditaram aptos para recomendarem o controle da natalidade e intervirem em políticas demográficas de outros países. O documento ainda revela que os Estados Unidos propuseram unir forças com outros países desenvolvidos, em um “esforço internacional colaborativo de pesquisa em reprodução humana e controle da fecundidade, englobando grandes temas medicinais e socioeconômicos”.¹⁸⁵ Mas, afinal, o que seria um país desenvolvido e subdesenvolvido no debate do crescimento populacional?

O doutor em economia Pedro Rocha Fleury Curado afirma que o conceito de “desenvolvimento” é um termo genérico e em disputa nas ciências humanas. Comumente subdividido em desenvolvimento econômico, social, tecnológico, entre outros, seus usos costumam se referir ao progresso, melhoria, avanço ou modernização. Curado pontua que a concepção de “desenvolvimento” pressupõe a ideia dicotômica entre o desenvolvido e o não-desenvolvido, e prossegue:

A definição do significado da palavra “desenvolvimento” tornou-se basilar para a construção de teorias que ainda hoje orientam as políticas de “ajuda externa” ou “cooperação para o desenvolvimento”. Criadas no contexto da Guerra Fria e no processo de descolonização, elas perduram atualmente tanto em políticas individuais de determinados países como em programas organizados no âmbito de agências multilaterais, como a ONU e o Banco Mundial.¹⁸⁶

No período pós-Segunda Guerra, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética fundamentaram sua política externa no intuito de “promover o desenvolvimento”. O contexto de reerguimento de países devastados pela guerra favoreceu a política de ajuda financeira de países ricos destinados aos países mais pobres, como o surgimento de novos estados pela descolonização da África e Ásia e países que ainda sentiam os efeitos da colonização - como na América Latina. A própria criação do Banco Mundial, no ano de 1946, tinha como objetivo a assistência ao desenvolvimento em países de “renda média”.¹⁸⁷

Na década de 1950, o desenvolvimento econômico tornou-se uma das principais bandeiras dos governos de países considerados subdesenvolvidos. Havia um consenso de que

¹⁸⁵ *NSSM-200*, p. 82

¹⁸⁶ CURADO, Pedro Rocha Fleury. A rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética e a promoção do desenvolvimento na periferia global. *Textos de Economia*, Florianópolis, 2014, v.17, n.2, p.76.

¹⁸⁷ *Ibid.*, pp. 77-78.

caberia ao Estado intervir para viabilizar esse desenvolvimento.¹⁸⁸ Tais concepções foram utilizadas no contexto da Guerra Fria, sobretudo porque os Estados Unidos e a URSS disputavam a posição de modelo de desenvolvimento mais eficiente para levar à modernização.¹⁸⁹ Curado ressalta como essas disputas e rivalidades ideológicas repercutiram não somente em contexto internacional, mas também internamente:

já que estas [novas nações] importavam o conflito bipolar para dentro do conflito entre forças domésticas, expresso na relação entre partidos, organizações, movimentos políticos e sociais. O mesmo vale dizer para os ditos projetos de desenvolvimento ou as experiências “nacionais-desenvolvimentistas” nativas de parte dos novos países pós-coloniais, que dependiam de cooperação internacional definida a partir de termos circunstanciados pelo contexto da Guerra Fria.¹⁹⁰

Sob esse pano de fundo, Curado apresenta de que forma as organizações internacionais atuaram sob forte poder de influência dos Estados Unidos, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Criou-se programas particulares de ajuda aos “países da periferia capitalista” que deveriam cumprir uma série de requisitos, como a indução ao desenvolvimento econômico por parte do Estado. E explica que havia uma meta de promover o desenvolvimento econômico acelerado, por meio da criação de uma estrutura produtiva industrial e da transformação das técnicas de produção agrícolas, com o objetivo de “modernizar” os Estados periféricos, isto é, ocidentalizar as instituições e a lógica administrativa da máquina estatal.¹⁹¹

Nesse momento, difunde-se entre os países capitalistas e ocidentalizados a compreensão de que países pobres seriam capazes de alcançar o desenvolvimento assim como os Estados Unidos, desde que houvesse a garantia de sua autonomia e fossem adotados os passos acima mencionados. Pedro Curado aponta o discurso de posse do segundo mandato de Harry Truman como o marco da inclusão do “desenvolvimento” na agenda de política externa dos Estados Unidos. Foi em 20 de janeiro de 1949 que Truman anunciou os quatro pontos que norteariam a política externa dos Estados Unidos e, entre eles, a “ajuda econômica e técnica aos países ‘subdesenvolvidos’, ‘pacíficos’ e ‘livres’, que estivessem dispostos a empreender esforços de cooperação para alcançar o ‘progresso e o desenvolvimento’”¹⁹², pois segundo Truman:

¹⁸⁸ Ibid.

¹⁸⁹ Ibid., p. 79.

¹⁹⁰ Ibid., p.80.

¹⁹¹ Ibid.

¹⁹² Ibid., pp. 82-83.

Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas à miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas¹⁹³.

O emprego inédito da palavra “subdesenvolvido” no discurso de Truman colocou em perspectiva a posição ocupada pelos países mais pobres e atribuiu um papel aos países “desenvolvidos”, que seria uma espécie de “dever” dos países ricos sob máscara filantrópica. Curado, em diálogo com o professor suíço Gilbert Rist, aponta como os Estados Unidos construiu uma imagem de “ator interessado no bem comum planetário”:

propondo o “desenvolvimento” como um conjunto de medidas técnicas (como conhecimento científico, crescimento da produtividade, intensificação das trocas internacionais) então apresentadas como neutras e situadas fora do debate político. Mais do que isso, ao definir o “subdesenvolvimento” como um estado de ausência, antes que um fruto de circunstâncias históricas, e ao apresentar os “subdesenvolvidos” como pobres sem observar as razões da pobreza, o Point IV fazia do crescimento econômico e da ajuda externa, fornecida pelo Estado “desenvolvido” e altruísta, a única via possível para o “desenvolvimento”.¹⁹⁴

Ou seja, o caráter neutro que se buscou atribuir ao instrumento da cooperação para o desenvolvimento esvaziou o histórico colonial dos países subdesenvolvidos e as consequências de séculos de exploração. A explicação para sua pobreza seria a ausência de características e práticas adotadas por países desenvolvidos. Desse modo, tornou-se justificado e legítimo a intervenção dos Estados Unidos em zonas compreendidas como subdesenvolvidas.¹⁹⁵

Quanto à questão do crescimento populacional, observa-se a participação de organizações multilaterais e doadoras. Além do Banco Mundial e FMI, a Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com a finalidade de incentivar mais ações por parte dos governos de países menos desenvolvidos. O termo “países menos desenvolvidos” (“less developed countries”) é repetido ao longo do Relatório Kissinger na sigla LDCs, mas para uma

¹⁹³ Tradução de Max Altman, disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/33527/hoje-na-historia-1949-surge-a-expressao-subdesenvolvimento>>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

¹⁹⁴ CURADO, *A rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética e a promoção do desenvolvimento na periferia global*, 2014, p. 85.

¹⁹⁵ *Ibid.*, pp. 84-85.

melhor compreensão da leitura, optamos por utilizá-lo por extenso. Sendo assim, entre as ações recomendadas pelo documento, constava o fornecimento de serviços básicos de saúde preventiva de baixo custo aos países menos desenvolvidos incluindo serviços de saúde materno-infantil e de planejamento familiar, alcançando as áreas rurais mais distantes,¹⁹⁶ afinal, “Todo tipo de esforço será necessário para resultados a níveis mundiais”.¹⁹⁷

O NSSM 200 foi, portanto, o resultado de uma crescente preocupação com o suposto crescimento populacional desenfreado. O marco estabelecido pelo Relatório era o ano de 1950, quando “a população mundial [esteve] submetida a um crescimento sem precedentes”,¹⁹⁸ ainda que tal debate já estivesse presente desde antes do século XX. Mas são os estudos datados da década de 1950¹⁹⁹ que indicam o aprofundamento das investigações sobre os impactos da alta natalidade em países subdesenvolvidos e no investimento que a temática atraía.

As características que evidenciaram o fenômeno da explosão demográfica e preocuparam os Estados Unidos foram listadas pelo NSSM 200 da seguinte maneira:

1. É único, o [crescimento populacional] mais acelerado que existiu na história.
2. É muito mais rápido nas regiões menos desenvolvidas do que nas regiões desenvolvidas.
3. A concentração nas cidades está aumentando muito mais rapidamente que o crescimento populacional geral e se mostra muito acelerada em países menos desenvolvidos, se relacionado com países desenvolvidos.
4. Ele dispõe de um tremendo potencial interior que duplicará, inexoravelmente, a população dos países menos desenvolvidos em 2000 e triplicará ou quadruplicará sua população antes de estabilizar – a menos que sejam feitos esforços muito maiores no controle da fecundidade *do que os que já estão em andamento*. [grifo nosso].²⁰⁰

É ressaltado no documento como esses aspectos “depreciam o ambiente necessário para atrair [o] capital estrangeiro” necessário para o desenvolvimento econômico de países menos desenvolvidos.²⁰¹ Em vista disso, defendia-se o caráter emergencial da implementação de

¹⁹⁶ NSSM-200, p. 81.

¹⁹⁷ “Each kind of effort will be needed for worldwide results” (Ibid., p. 9).

¹⁹⁸ “world population has been undergoing unprecedented growth”. Ibid., p. 19, com adaptações.

¹⁹⁹ Cf. COALE, Ansley J.; HOOVER, Edgar M. Hoover (1958). *Population Growth and Economic Development in Low Income Countries*. Princeton: Princeton University Press.

²⁰⁰ “1. It is unique, far more rapid than ever in history. 2. It is much more rapid in less developed than in developed regions. 3. Concentration in towns and cities is increasing much more rapidly than overall population growth and is far more rapid in LDCs than in developed countries. 4. It has a tremendous built-in momentum that will inexorably double populations of most less developed countries by 2000 and will treble or quadruple their populations before levelling off -- unless far greater efforts at fertility control are made than are being made” (NSSM-200, p. 19).

²⁰¹ Ibid., p. 8.

políticas de controle da natalidade/planejamento familiar como se tais medidas fossem do interesse automático e imediato dos países em desenvolvimento.

O NSSM 200 definiu quais países deveriam ajudar e quais receberiam ajuda sob a percepção de países desenvolvidos e subdesenvolvidos/menos desenvolvidos. As regiões mais desenvolvidas abrangiam os países da Europa, América do Norte, Japão, Austrália, Nova Zelândia e a Zona Temperada da América do Sul [Argentina, Chile e Uruguai]. As outras regiões seriam, portanto, compostas de países menos desenvolvidos.

Dois dos objetivos essenciais para a política mundial e os programas no âmbito populacional seriam:

- (a) Ações para adaptar o crescimento contínuo da população acima de 6 bilhões na metade do século XXI, sem a manifestação em massa da fome ou a frustração completa das expectativas desenvolvimentistas.
- (b) Ações para manter o crescimento final o mais perto possível de 8 bilhões, ao invés de permiti-lo chegar a 10 bilhões, 13 bilhões ou até mais.²⁰²

Ao final do Relatório podemos observar um tom auto congratulatório por parte dos Estados Unidos a partir do balanço de quais países investiram em políticas populacionais até então e contribuíram para o desenvolvimento de países pobres:

[...] o Governo dos Estados Unidos e as organizações privadas dedicam mais atenção ao assunto do que qualquer país doador, exceto, talvez, a Suécia, a Noruega e a Dinamarca [países nórdicos]. A França não faz nenhuma contribuição significativa, nem financeira e nem verbalmente. A URSS não se opõe mais aos esforços das agências americanas, mas não oferece nenhum apoio.

Nos países menos desenvolvidos, embora 31 países, incluindo a China, tenham programas de controle do crescimento populacional nacional e outros 16 países incluem o planejamento familiar em seus serviços nacionais de saúde — pelo menos em determinado grau — o compromisso por parte da liderança em alguns desses países não é elevado e muito menos amplo. Esses programas obterão apenas um sucesso modesto até que haja uma aceitação muito mais forte e mais ampla da sua real importância pelos membros dos grupos de liderança. A aceitação e o apoio serão essenciais para assegurar que os programas de informação, educação e serviços à população tenham respaldo moral, capacidade administrativa, habilidades técnicas e um financiamento governamental.²⁰³

²⁰² “(a) actions to accommodate continued population growth up to 6 billions by the mid-21st century without massive starvation or total frustration of developmental hopes; and (b) actions to keep the ultimate level as close as possible to 8 billions rather than permitting it to reach 10 billions, 13 billions, or more”. (Ibid, p. 9).

²⁰³ “[...] the United States Government and private organizations give more attention to the subject than any donor countries except, perhaps, Sweden, Norway and Denmark. France makes no meaningful contribution either financially or verbally. The USSR no longer opposes efforts of U.S. agencies but gives no support. In the LDCs, although 31 countries, including China, have national population growth control programs and 16 more include family planning in their national health services – at least in some degree – the commitment by the leadership in

A partir de sua leitura, pode-se afirmar que o Relatório Kissinger se tratou de um plano de contingências, que, como Carlos Fico explica, é um plano que parte de “esforços abstratos de discussão de conjecturas que buscam antecipar o desdobramento de uma dada situação a fim de estabelecer, previamente, linhas de ação alternativas, evitando que um governo [...] seja surpreendido”.²⁰⁴ No geral, esse tipo de documento elenca as diversas linhas de interpretação da temática discutida e diferentes padrões de ação, mas deixa implícita a opção já escolhida pelos formuladores do plano.²⁰⁵

Desse modo, quais foram as propostas de resolução da questão populacional presentes no Relatório Kissinger? Por haver um reconhecimento da complexidade dessa questão, admitia-se que não havia método simples para resolvê-la. Compreendendo aspectos sociais, econômicos e tecnológicos, apontavam para a necessidade de adaptação para cada país, com foco nos países menos desenvolvidos, uma vez que eles “devem assumir o papel mais importante para alcançar o sucesso”.²⁰⁶

No mais, o NSSM 200 defendeu a instalação de programas de controle da natalidade e planejamento familiar em países menos desenvolvidos com “a melhor das intenções”: são propostas alinhadas aos direitos humanos, igualdade de gênero, direitos individuais e dos casais para determinarem o número e o espaçamento de seus filhos, além de demonstrar preocupações com relação ao desenvolvimento sustentável.

O questionamento que fica é: por que o Relatório Kissinger foi classificado como “confidencial” se suas intenções eram das melhores?

2.4 14 anos de classificação “Confidencial” do Relatório Kissinger

O NSSM 200 apenas se tornou público no dia 3 de julho de 1989 - no Brasil foi melhor divulgado a partir de 1991. No livro *The Life and Death of NSSM 200: How the Destruction of Political Will Doomed a U.S. Population Policy*, Stephen Douglas Mumford apresenta os bastidores do NSSM 200 e as razões, em sua concepção, das diretrizes do Relatório Kissinger não terem sido devidamente seguidas. No início, o livro traz mais de 30 comentários de figuras

some of these countries is neither high nor wide. These programs will have only modest success until there is much stronger and wider acceptance of their real importance by leadership groups. Such acceptance and support will be essential to assure that the population information, education and service programs have vital moral backing, administrative acapacity, technical skills and government financing” (*NSSM-200*, p. 121).

²⁰⁴ FICO, Carlos. *O grande irmão: operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro, 2008, p. 86.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 89.

²⁰⁶ “LDCs themselves must play the most important role to achieve success” (*NSSM 200*, p. 9).

relevantes ou que se fizeram presentes no debate dos males da explosão demográfica, todos apoiadores de políticas do controle da natalidade, cada qual pelas suas razões.

Os leitores da cópia prévia da obra de Mumford são unânimes sobre a conclusão de que a classificação “Confidencial” do documento ao longo de 14 anos se deveu por “forças religiosas e ideológicas”, com ênfase à campanha contrária aos programas de controle da natalidade investida pela Igreja Apostólica Romana por meio do Vaticano.²⁰⁷ Mas a Igreja Católica possuía de fato tamanha influência nas decisões políticas dos Estados Unidos?

No ano de 1960, durante a campanha presidencial do democrata e católico praticante John F. Kennedy, o tema do controle da natalidade tornou-se uma forte agenda nos Estados Unidos. Se por um lado os bispos católicos norte-americanos assinaram uma declaração contrária a todas as formas de controle da natalidade, por outro, um tempo depois, a junta geral do Conselho Nacional das Igrejas - os representantes da maioria do protestantismo - consideraram os métodos contraceptivos como moralmente cristãos, uma ajuda à vida doméstica sadia e um auxílio na solução dos problemas da população mundial, solicitando ao governo estadunidense que concedesse ajuda aos que pedissem.²⁰⁸

A religião de Kennedy colocou em dúvida se ele seria o melhor candidato, considerando que a população católica correspondia a 22% da população naquele momento. Para além da pequena proporção de católicos no país, havia um preconceito disseminado por protestantes e republicanos que políticos católicos acatariam a todas as decisões do Vaticano. A suposta incapacidade de separar o Estado da Igreja ameaçaria a soberania nacional dos Estados Unidos. Durante a campanha de Kennedy, o candidato democrata se sentiu obrigado a se posicionar acerca do controle da natalidade após ser questionado por um bispo protestante, muito embora sua fala tenha se caracterizado como uma habilidosa saída pela tangente:

Considero imprópria qualquer intervenção dos Estados Unidos, a favor da tese do controle da natalidade, em qualquer país estrangeiro, disse ele. É um problema tão sagrado que deve ser resolvido por cada comunidade nacional de forma perfeitamente independente. Quanto aos Estados Unidos, se as circunstâncias me impuserem uma definição, adotarei aquele que em minha consciência seja mais favorável ao interesse nacional.²⁰⁹

²⁰⁷ “[...] internal and external religious and ideological forces of opposition were able to prevent its publication, they were in fact frustrated because it was available to all members of the United States government involved in administering population policies and programs” (MUMFORD, *The Life and Death of NSSM 200*, 2015, n.p).

²⁰⁸ PROTESTANTES dos EUA apoiam como cristão o controle da natalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1961, p. 6.

²⁰⁹ NEWTON, Carlos. O TEMPO é dos jovens, decidem os democratas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1960, p. 10.

Mas como presidente dos Estados Unidos, Kennedy precisou enfrentar o que o jornalista Carlos Newton chamou de “mais poderoso organismo religioso dos Estados Unidos”, que era justamente o Conselho Nacional das Igrejas com sua manifestação favorável ao controle da natalidade. E prossegue:

É esta a primeira vez que os protestantes dos Estados Unidos pronunciam-se coletivamente sobre o controle da natalidade. E o conjunto de sugestões provocado por este importante pronunciamento, entre elas a de que o Estado tem o dever de dar assistência anticoncepcional, chegará à Casa Branca chegará com a marca do Conselho Nacional das Igrejas, cuja voz soma a força da maioria absoluta da população religiosa norte-americana. A decisão dos protestantes tem o sabor de um desafio, com perspectivas de dura prova pela qual terá de passar Kennedy, o primeiro Presidente católico dos Estados Unidos.²¹⁰

Newton sugere que, na realidade, foi intencional da parte da comunidade protestante colocar o presidente Kennedy em uma corda bamba com o assunto do controle da natalidade. Sua análise é de que foi uma oportunidade para testar a capacidade de um presidente católico de separar a religião da política, sobretudo quando o posicionamento da religião da maioria dos norte-americanos se opunha à sua própria.²¹¹

No relatório *Does overpopulation mean poverty? The facts about population growth and economic development* (1962), Joseph Marion Jones relaciona o bloqueio de ações efetivas por parte do governo dos Estados Unidos e das Nações Unidas ao receio por controvérsias religiosas.²¹² Nele, considerou-se que apesar da “gravidade” da questão da explosão demográfica, havia três fatores que impediam o avanço de práticas de controle da natalidade:

a falsa posição do mundo comunista, a posição das igrejas [católicas] e a impossibilidade da ONU - organismo indicado para realizar uma campanha mundial desse vulto de tomar qualquer posição sobre o assunto, presa que está, de um lado, à pressão dos comunistas, e de outro, à pressão de correntes religiosas.²¹³

A “falsa posição do mundo comunista” seria a acusação de que a tese da explosão demográfica seria uma desculpa burguesa para justificar as fraquezas do regime capitalista, negando o suposto problema do excesso de população, contudo, “sob várias formas e em vários

²¹⁰ Id. Kennedy e o controle da natalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1961, p. 2.

²¹¹ Ibid.

²¹² SUPERPOPULAÇÃO é problema número dois em relação à guerra nuclear. Op. cit.

²¹³ THAMER, Alberto. Guerra nuclear e explosão demográfica, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1963, p. 9.

graus, os governos comunistas encorajaram internamente a limitação da família”. Quanto ao posicionamento da Igreja Católica, ela foi apontada como a segunda causa do insucesso de práticas de controle da natalidade, por condenar vários dos métodos contraceptivos e se opor aos gastos governamentais em pesquisas que tivessem como objetivo a diminuição da fertilidade humana, de modo que não se permitia nem mesmo a ocorrência de um debate público, com ênfase na América Latina. E, em meio a tudo isso, concluiu-se que as Nações Unidas “fica[ra]m em uma posição delicada, não podendo sequer opinar decisivamente sobre o assunto, pressionadas pelos países comunistas, pelos países católicos e pela timidez dos países não-católicos, limitando seus estudos ao campo estatístico”.²¹⁴

Entre os comentários, encontramos a análise de Reimert T. Ravenholt, presidente da Population Health Imperatives e ex-diretor do Escritório de População do Departamento de Estado da USAID entre os anos de 1966-1979. Com admiração ao trabalho de Mumford, caracterizando-o como corajoso em meio à “maré do código de silêncio” que a mídia promoveu graças ao lobby anti-americano do Vaticano e dos Bispos Católicos, Ravenholt avaliou que o silêncio que envolveu o Relatório Kissinger e o abandono às suas recomendações seria uma estratégia:

Para resgatar seu império religioso tirânico de invadir a iluminação científica, a Igreja Católica Romana afirma o dogma da infalibilidade papal e, assim, busca estabelecer controle do Vaticano sobre direitos reprodutivos e processos democráticos. A medida em que eles conseguiram, durante as décadas de 1970 e 1980, a supressão das determinações de alto nível dos EUA de ações necessárias para proteger a segurança dos EUA e do mundo contra o aumento explosivo da população - descarrilando o programa de assistência à população/de planejamento familiar dos EUA como líder mundial - torna a leitura sombria, mas essencial para todos os verdadeiros patriotas preocupados com nosso futuro democrático e o ambiente global.²¹⁵

No geral, considera-se que o impedimento do sucesso das propostas que se encontram no NSSM-200 - assim como ocorreu com a Comissão Rockefeller - deveu-se à interferência do Vaticano. O congressista representante do estado de Nova York, James H. Scheuer, avalia que “vez após vez, para atacar sua oposição no domínio da política populacional”, a Igreja Católica

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ "To rescue its tyrannical religious empire from encroaching scientific enlightenment, the Roman Catholic Church asserts the dogma of papal infallibility and thereby seeks to establish Vatican control of reproductive rights and democratic processes. The extent to which they succeeded during the 1970s and 80s in suppressing highest-level U.S. determinations of actions needed to protect the security of the U.S. and the world from explosive population increase -- derailing the world-leading U.S. population/family planning assistance program -- makes for dismal but essential reading for every true patriot concerned about our democratic future and the global environment" (MUMFORD, *The Life and Death of NSSM 200*, 2015, n.p.)

colocou a perder os avisos do perigo do crescimento populacional e as recomendações presentes no Relatório Kissinger, entre outros documentos e comissões que trataram do assunto.²¹⁶

As consequências da recusa em agir sobre o crescimento desenfreado da população seriam perceptíveis, segundo Ric Oberlink. O diretor executivo da organização sem fins lucrativos “Californianos pela Estabilização da População”, fundada em 1986, afirma que “Na Califórnia, sofremos diariamente com a diminuição da qualidade de vida efetuada por anos de taxas de crescimento populacional do Terceiro Mundo, resultado de nossa falha nacional em desenvolver uma política populacional”.²¹⁷ Essa compreensão está de acordo com as conclusões do Relatório Kissinger, quando associa aumento de problemas sociais com o crescimento populacional de países menos desenvolvidos, sobretudo em nações que têm grande fluxo de imigrantes em busca de melhores oportunidades.

A presunção pelo posicionamento inflexível da Igreja Católica ao longo do século XX frente aos “meios mecânicos ou químicos de controle da natalidade” foi entendida como determinante para rejeitar e barrar programas e políticas de controle de natalidade. Entretanto, a visão desconfiada com relação à atuação da Igreja Católica não levava em consideração as diferentes correntes presentes no catolicismo, como a presença de bispos e padres progressistas e as disputas internas no tratamento dos chamados “temas da modernidade”.

A exemplo disso, em meados da década de 1960 houve uma abertura da Igreja Católica em reavaliar seu posicionamento acerca dos métodos contraceptivos quando da invenção da pílula anticoncepcional. Em junho de 1964, o Papa Paulo VI admitiu “o reexame da posição rígida em que se tem sempre mantido a Igreja com referência ao controle da natalidade” e afirmou que “A Igreja reconhece os múltiplos aspectos do problema”.²¹⁸

Assim sendo, técnicos do Vaticano avaliaram aspectos morais e práticos da questão, mesmo que a previsão não fosse de nenhuma revolução no olhar da Igreja Católica sobre essa temática.²¹⁹ Em momentos prévios às sessões conciliares para debater essa questão, tinha-se como certo que “os bispos aprovar[i]am um controle científico da natalidade, ‘desde que não cause a esterilidade da mulher’”.²²⁰ O entusiasmo da discussão foi tamanho, que em meio às

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ “In California we suffer on a daily basis the diminished quality of life effected by years of our third world population-growth rates, a result of our national failure to develop a population policy” (Ibid.)

²¹⁸ A IGREJA e o controle da natalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1964, p. 9.

²¹⁹ CONTROLE da natalidade continua em estudo por técnicos do Vaticano. *Jornal do Brasil*, 2 de julho de 1964, p. 7.

²²⁰ SERÁ aberto amanhã o terceiro período do Concílio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1964, p. 7.

sessões do Concílio, formou-se uma comissão especial para tratar do problema da natalidade composta de teólogos, cientistas, moralistas, sociólogos, pais e mães de família.²²¹

Embora o resultado tenha sido frustrante, uma vez que o “Esquema 13”, documento gerado a partir de discussões sobre as *Relações da Igreja com o Mundo Moderno*, não marcou posição definitiva sobre o controle da natalidade - e que, pelo contrário, reforçou as contradições que a questão dos métodos contraceptivos traziam aos católicos -, faltando clareza, o que desagradou tanto liberais quanto conservadores da Igreja.²²² Contudo, devido a pressão de bispos que queriam uma resposta mais decisiva, foi feita uma alteração que ao mesmo tempo que reafirmava a posição contrária da Igreja sobre o uso de contraceptivos artificiais, recomendava um aprofundamento nos estudos desses métodos anticoncepcionais.²²³

Para além da questão moral e religiosa, a Igreja Católica também voltava o olhar aos principais afetados por políticas antinatalistas. Em agosto de 1965, a Conferência Nacional da Beneficência Católica (CNBC) criticou a proposta estadunidense de criação de centros de informação sobre controle da natalidade. Seu posicionamento foi de que o Poder Executivo deveria manter uma política de neutralidade a respeito desta temática. O representante da CNBC e porta-voz desta mensagem, William Ball, prosseguiu com sua preocupação acerca desses centros:

Referiu-se também “aos resultados coercitivos e às violações inevitáveis que decorrerão deste tipo de programa e afirmou que a medida proposta suscita “a questão da eugenia racial”, uma vez que, embora ninguém o admita, o objetivo claro da lei é a limitação da prole do negro norte-americano que é o grupo mais numeroso assistido pelo Governo.²²⁴

De toda forma, a Dra. Virginia Abernethy, professora de psiquiatria da Vanderbilt University Medical Center, considerou que os esforços “altamente bem sucedidos” da Igreja Católica foram capazes de “bloquear intervenções e respostas oportunas dos Estados Unidos”, como o controle rigoroso da imigração. Mesmo que se trate de uma medida questionável em termos de respeito às liberdades individuais e possa ser lida como uma ação discriminatória por raça, cor ou origem étnica, o controle de imigração, segundo a ex-diretora da Save Our Earth,

²²¹ PAULO VI nomeará nova comissão para examinar controle da natalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1964.

²²² ESQUEMA 13 desagradou ambas correntes no Concílio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1965, p. 8.

²²³ CONTROLE da natalidade terá maior estudo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1965.

²²⁴ CATÓLICOS norte-americanos pedem neutralidade oficial em controle da natalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1965, p. 8.

Elaine Stansfield, seria uma importante medida para conter “a anarquia caótica que o rápido crescimento populacional traz”.²²⁵

Em posicionamento que se pretende representativo da Índia, que protagonizou a lista de países cujo crescimento populacional merecia especial atenção ao longo da década de 1950, o comentário de Pravin Kini, médico ginecologista e obstetra, procurou fazer um panorama da intervenção católica na questão da natalidade de seu país:

Em nosso cotidiano aqui na Índia, vemos o impacto da campanha do Vaticano - a miséria da vida nas favelas urbanas e a fome dos pobres rurais. Tudo isso clama pelas injustiças da política religiosa, e está longe do que Jesus pregou! Concordamos plenamente que é a política da religião que descarrilou programas de controle populacional aqui neste país. [...] China e Indonésia têm feito muito melhor na contenção do crescimento populacional, porque há uma influência mínima do Vaticano, exceto através da OMS.²²⁶

Alarmistas do crescimento populacional e defensores dos direitos das mulheres apontavam que o Vaticano utilizou de seu status de observador permanente da ONU para “bloquear o acesso universal aos contraceptivos modernos” e para “espalhar dogma religioso” por meio de manipulações. Falou-se em aliança entre setores da direita, conservadores fundamentalistas e a Igreja Católica, com a finalidade de atacar o direito das mulheres de controlarem sua fertilidade, tanto no uso de métodos contraceptivos, quanto na aquisição do direito ao aborto.²²⁷

A fundadora feminista da Rede Internacional da Mulher (1975), Fran P. Hosken, comentou sobre como a movimentação da Igreja Católica impactou os direitos das mulheres pela autodeterminação de seus corpos:

Para o Movimento Global dos Direitos das Mulheres, *nada é mais importante do que o controle sobre nossos corpos e a reprodução* [grifo nosso]. Este direito humano fundamental, que forma a base de todas as instituições democráticas e a igualdade está sob ataque como nunca antes pelo Vaticano e pela Igreja Católica organizada. Juntada pela Direita Cristã nesta aliança profana, seu impulso pelo poder absoluto ocorre no campo de batalha do

²²⁵ MUMFORD, *The Life and Death of NSSM 200*, 2015, n.p.

²²⁶ “In our daily life here in India, we see the impact of the campaign by the Vatican -- the misery of life in the urban slums and the starvation of the rural poor. All of this cries out at the injustices of religious politics, and is a far cry from what Jesus preached! We fully agree that it is the politics of religion that have derailed population control programs here in this country. The Vatican, either directly or through its proxies, has seen to it that population programs do not get ahead. China and Indonesia have done far better in curbing population growth, because there is minimal influence of the Vatican except through the WHO” (Ibid.)

²²⁷ Ibid.

controle populacional, usando a fertilidade das mulheres e a vida como peões.²²⁸

Sugerir que a questão populacional dizia respeito ou até mesmo dava ênfase à conquista da autodeterminação dos corpos e direitos das mulheres é uma visão reducionista, quando não desonesta. O próprio NSSM 200 não coloca a questão dos direitos das mulheres como central, mas sim como ferramenta para se alcançar a redução da fecundidade. A participação sistemática das mulheres no debate populacional foi tardia, tornando-se mais expressiva a partir da década de 1970, quando adquiriu caráter de luta por direitos sexuais e reprodutivos. De todo modo, o posicionamento favorável acrítico das políticas populacionais atropelava o debate racial e de classe que envolvia a temática.

O feminismo decolonial aponta como a apropriação imperialista da luta pelos direitos das mulheres muitas vezes esvaziou ou comprometeu o seu alcance político.²²⁹ A cooptação do feminismo pelo Estado neoliberal - algo previsto no NSSM 200 - gerou uma alienação sobre as estruturas do capitalismo, cristalizando uma certa ideia de “mulher” como “sujeito social homogêneo” e único e, portanto, alheia aos diferentes impactos que uma política pública pode ter em mulheres de distintas condições socioeconômicas, políticas e culturais. É o que a cientista política francesa e feminista decolonial, Françoise Vergès, argumenta ao analisar como o feminismo ocidental ou civilizatório promoveu uma visão deturpada dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelos países do Sul global, muitos dos quais originados em violentos processos de colonização durante as épocas moderna e contemporânea.²³⁰

Em vista disso, a aliança entre feministas e apoiadores de programas populacionais carrega um histórico de racismo e eugenia - representado, inclusive, pela figura de Margaret Sanger, muito embora ela não tenha sido a única. Esses programas tinham como público-alvo pessoas carentes e de países pobres, com populações racializadas em sua maioria. Quando a feminista Fran P. Hosken afirma que “nada é mais importante do que o controle sobre nossos corpos e a reprodução”, parte-se de uma agenda feminista liberal que não enxerga (ou escolhe não ver) as implicações de um planejamento familiar irrestrito e antiético, visto o histórico de esterilizações forçadas mundo afora. Como exemplos, temos os casos de esterilização

²²⁸“For the Global Women's Rights Movement nothing is more important than control over our bodies and reproduction. This fundamental human right that forms the basis of all democratic institutions and equality is under attack as never before by the Vatican and the organized Catholic Church. Joined by the Christian Right in this unholy alliance, their push for absolute power takes place on the battlefield of population control, using women's fertility and lives as pawns. The high stakes and ruthless political power campaigns involved are clearly set out and lucidly explained in the new book by Stephen D. Mumford. This is essential reading” (Ibid.)

²²⁹ VERGÈS, *Um feminismo decolonial*, 2020, p. 70.

²³⁰ Ibid., p. 72.

compulsória nos Estados Unidos, no início do século XX, cuja maioria das vítimas foram mulheres negras; houve o caso do Peru entre os anos de 1996 e 2000, sob responsabilidade de Alberto Fujimori, com relatos de mulheres indígenas que foram levadas à força para serem esterilizadas; houve também a prática ilegal de incentivo a um método contraceptivo ainda não regulamentado, sem informar às mulheres as implicações de uma cirurgia de ligação das trompas uterinas e seu caráter irreversível, como ocorreu no Brasil.

Sendo assim, podemos compreender as acusações de que o planejamento familiar empenhado pelos Estados Unidos e implementado em países menos desenvolvidos não se tratava do alcance da emancipação feminina e autodeterminação dos corpos das mulheres. O posicionamento de Fran P. Hosken, quando do lançamento do livro de Mumford, em 1996, já se tinha conhecimento das denúncias do uso abusivo das esterilizações como método contraceptivo em países da América Latina, desrespeitando, justamente, o controle sobre o próprio corpo e a reprodução.

A aliança entre feministas brancas e agendas no mínimo controversas, quando não assumidamente racistas, não era algo novo nos Estados Unidos.²³¹ Dessa forma, não é surpreendente que esse mesmo feminismo opte por se associar a uma luta por controle da natalidade que beneficia tão somente pautas individuais e negligencia outros fatores. Um exemplo disso é o reducionismo interpretativo de calamidades como genocídios, fome e epidemias como resultados “incontroversos” da explosão demográfica, como Maurice King, pesquisador honorário da Universidade de Leeds, sugere em seu comentário ao livro de Mumford:

Roma é ainda mais sinistra do que eu pensava! Tragicamente, a Igreja tem parte da responsabilidade pela recente catástrofe em Ruanda [refere-se ao Genocídio em Ruanda, de 1994] intensamente católica. Se não fosse tão contrária à contracepção, a população de Ruanda poderia não ter aumentado da maneira como tem feito, sua capacidade de transporte poderia não ter sido excedida da maneira como tem sido, sua pressão populacional não seria tão intensa como é agora, e o genocídio que é endêmico na região poderia não ter aumentado da maneira que tem sido.²³²

²³¹ Cf. DAVIS, *Mulheres, raça e classe*, op. cit..

²³² “Rome is even more sinister than I thought! Tragically, the Church bears part of the responsibility for the recent catastrophe in intensely Catholic Rwanda. Were it not so opposed to contraception, Rwanda's population might not have increased in quite the way it has done, its carrying capacity might not have been exceeded in the way it has been, its population pressure would not be as intense as it is now, and the genocide that is endemic in the region might not have escalated in the way it has done” (MUMFORD, *The Life and Death of NSSM 200*, 2015, n.p.)

Sintetizar os conflitos em Ruanda às questões populacionais é uma interpretação maliciosa que atribui a responsabilidade dos massacres, motivados por conflitos étnicos e geopolíticos complexos, às mulheres que não controlavam sua fertilidade. É comum encontrar apoiadores de políticas controlistas que ignoram a atuação de potências europeias e do próprio Estados Unidos em países da África, América Latina e Ásia. As potências acirram conflitos pré-existentes ou estimulam novos conflitos, aprofundando problemas e garantindo uma intervenção estrangeira e “salvadora” por tempo prolongado. Atribuir às populações nativas a culpa pelos problemas advindos da colonização e do imperialismo é um dos pilares da argumentação de que a solução para esses problemas é a redução da natalidade.

Porém, ao que tudo indica, a maior preocupação dos apoiadores de políticas controlistas eram os obstáculos para a efetivação de programas populacionais e os riscos da intervenção católica em questões de planejamento familiar, como a “teologia católica romana e o ensino moral na área de crescimento populacional [...]”, vistos como “[...] um perigo para a humanidade”. John H. Tanton, fundador da Federação para a Reforma da Imigração Americana, provocou o Vaticano em seu comentário ao livro de Mumford::

A política populacional da Cidade do Vaticano é de “Sem Crescimento”. Sua taxa de natalidade é zero (presumivelmente) e tem uma política de imigração líquida zero: admite para residência apenas substituições para aqueles que saem por morte, transferência ou deserção. A mensagem para o resto do mundo é: “Faça o que eu digo” e não “Faça o que eu faço”.²³³

De fato, o papel da Igreja Católica e a sua influência aumentou na formulação de políticas públicas norte-americanas, embora se trate de um país majoritariamente protestante. Observa-se uma tendência dos católicos dos Estados Unidos se alinharem ao espectro conservador e republicano, cujo posicionamento “pró-vida” encara a discussão populacional e do uso de contraceptivos sob uma ótica moralista. Contudo, o papel da Igreja Católica no debate do controle populacional não pode ser lido de maneira homogênea ao redor do mundo.

No Brasil, por exemplo, apesar do viés moralizante da discussão de planejamento familiar ser semelhante e também se posicionar contra os avanços de programas controlistas, a Igreja Católica formou outras alianças. A teologia da libertação aproximou a Igreja Católica da América Latina, como um todo, e do Brasil, especificamente, à esquerda, identificando-a como progressista, apesar dessas alianças não terem sido permanentes e lineares. Há desencontros de

²³³ "The Vatican City's population policy is for 'No Growth.' It's birth rate is zero (presumably) and it has a zero net immigration policy: it admits for residence only replacements for those who exit by death, transfer or defection. The message to the rest of the world is: 'Do as I say' not 'Do as I do'" (Ibid.)

posicionamentos, rupturas e contradições nessas alianças que tentaram barrar o avanço de programas populacionais.

O próprio entendimento do que seria “progressista” pode variar a depender do país. Enquanto nos Estados Unidos o apoio incondicional às políticas de controle da natalidade é entendido como um posicionamento do campo progressista e de cunho modernizador, no Brasil, por outro lado, o campo progressista se encarregou de denunciar abusos no avanço de programas de controle da natalidade. É comum, portanto, pontuarmos essas contradições e dimensionarmos a complexidade da agenda do planejamento familiar.

A temática do controle da natalidade/planejamento familiar perpassa por diferentes sujeitos políticos, que ora são tidos como conservadores, ora como progressistas a depender da localidade e temporalidade. Os apoiadores de políticas controlistas, por exemplo, colocaram-se como parceiros da luta pelos direitos das mulheres, bem como interessados no desenvolvimento de países menos desenvolvidos e preocupados com o meio ambiente. E, ao mesmo tempo, foram denunciados como arquitetos de políticas de uma nova eugenia, com a finalidade de reduzir a natalidade de povos não-brancos e impedir que nações compostas por populações racializadas não prosperem economicamente. Já a Igreja Católica, apontada como fundamentalista em sua postura “pró-vida” e inimiga dos direitos das mulheres, também pode ser lida como uma importante denunciante de casos que feriram os direitos humanos na distribuição de métodos contraceptivos e esterilização compulsória em países pobres.

O caso da Igreja Católica, contudo, requer maior reflexão. O brasilianista Scott Mainwaring enfatiza o caráter plural e, por vezes, contraditório da atuação da Igreja Católica, que podemos pensar tanto a nível nacional quanto internacional. Assumindo-se que o principal objetivo da Igreja seja a propagação de sua mensagem religiosa, acompanhada de uma boa influência na sociedade e no Estado, aumento no número de adeptos e uma boa situação financeira, observa-se que a Igreja Católica por vezes se posiciona ao lado da justiça social e por vezes “viola o espírito da Bíblia e alia-se ao prestígio e ao poder”²³⁴. E prossegue:

As ações da Igreja refletem referências valorativas e conflitos políticos dentro da instituição. Qualquer modelo específico da Igreja protege alguns interesses - mas sempre em detrimento de outros. Os objetivos da Igreja, de acordo com uma visão de fé, podem ser menosprezados ou rejeitados dentro de uma outra perspectiva. Por exemplo, uma relação de proximidade com as elites governamentais era parte do modelo de neocrisandade, porém, a Igreja popular contemporânea encara isso como um empecilho à sua missão de luta em prol da justiça social. Não existem interesses objetivos que uma Igreja seja

²³⁴ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 16.

obrigada a adotar. Dentro da Igreja há muitas visões conflitantes com os legítimos interesses da instituição e como alcançá-los. Dependendo do modelo que se tenha da Igreja, a adoção de um determinado propósito pode ser visto como absolutamente essencial ou errôneo.²³⁵

Por essa razão, é importante compreender o contexto no qual os sujeitos interessados na agenda do controle da natalidade/planejamento familiar estavam inseridos, pois havia uma variação nos interesses e objetivos de grupos aparentemente homogêneos - mas que não o eram. Nesse caso, não cabe somente à Igreja Católica esse caráter diverso e contraditório em sua atuação, cabendo também às feministas, movimentos negros e agentes do Estado que se empenharam em levar adiante a pauta do planejamento familiar. Nesse sentido, os próprios Estados Unidos fizeram uma leitura e sugeriram soluções que pareciam contraditórias entre si.

2.5 Leituras do NSSM 200 sobre o crescimento populacional

O tom alarmista do Relatório atribui perigo à elevada taxa demográfica, visto que nunca havia sido tão alta na história da humanidade. A ênfase é em como o crescimento desenfreado da população poderia impactar a economia global, a justiça social, a ordem pública e até a estabilidade política. As consequências desse crescimento desenfreado seriam o aumento desordenado do número de jovens na população, a lenta melhoria da qualidade de vida, as concentrações urbanas, a pressão e consequente elevação da migração/imigração.²³⁶ O documento considera como certo que esses fatores prejudicam a estabilidade interna dos países e afetariam as relações internacionais.

Mesmo elencando uma série de preocupações mais amplas, atribui-se uma importância ao temor de que o aumento populacional afetasse a segurança política e nacional dos Estados Unidos. De todo modo, o NSSM 200 não deixa de sinalizar os riscos em escala global, como quando aponta que “há um grande risco de danos severos na economia e na política mundial, assim como nos sistemas ecológicos que, conforme começam a enfraquecer, prejudicam os nossos valores humanos”.²³⁷ Contudo, é a segurança nacional que aparenta inquietar os Estados Unidos e é nesse fator que é colocado um peso maior no caráter emergencial de políticas de controle populacional.

²³⁵ MAINWARING, *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*, 2004, pp. 18-19.

²³⁶ *NSSM-200*. p. 10.

²³⁷ “In a broader sense, there is a major risk of severe damage to world economic, political, and ecological systems and, as these systems begin to fail, to our humanitarian values” (Ibid.)

O suposto ineditismo da explosão demográfica vivenciada no século XX foi suficiente para ligar o sinal de alerta da potência norte-americana. O Relatório observa que fatores, antes analisados separadamente, agora estão interconectados e interdependentes:

A relevância do crescimento populacional é reforçada, porque acontece em uma época em que o tamanho absoluto, a taxa de aumento da economia global, a necessidade de terras agrícolas, a demanda e o consumo de recursos – incluindo água – a produção de lixo e a poluição já estão intensificadas em níveis historicamente únicos.²³⁸

Apesar de admitir que o crescimento demográfico não era a única causa do “emaranhado de relações altamente integradas”, o NSSM 200 procura atribuir grande parcela da culpa pelos conflitos políticos e sociais à alta fecundidade humana. Tenta-se implementar o entendimento de que haveria uma reação em cadeia gerada pelo aumento populacional desenfreado, como, por exemplo, que a superlotação urbana está diretamente relacionada com o desemprego, pobreza, fome e o aumento de tensões sociais.²³⁹

É válido refletir que a responsabilidade não recai no “crescimento populacional” em si, mas nas pessoas por trás desses fenômenos. Em um momento cujas tendências e projetos liberais ganharam novo fôlego, junto a explicações e soluções individualizantes de problemas sociais, a década de 1970 será marcada por uma responsabilização dos cidadãos e uma chamada individual para solucionar problemas.²⁴⁰ Nesse sentido, o NSSM 200 trabalha com o poder de convencimento e influência norte-americana para que indivíduos - mulheres em sua maioria - aderissem às suas recomendações.

Portanto, o Relatório oferece uma série de motivos pelos quais os países deveriam adotar o controle da natalidade. Um desses motivos seria que o crescimento populacional demandava “enormes quantidades de recursos” a serem destinados à saúde, educação e outros serviços sociais, sugerindo-os como desperdício ou gastos indesejáveis, o que restringiria o crescimento econômico.²⁴¹ Assim sendo, o ideal seria implementar programas de controle populacional e a lógica por trás dessa recomendação se justifica no trecho a seguir:

²³⁸ “The significance of population growth is enhanced because it comes at a time when the absolute size and rate of increase of the global economy, need for agricultural land, demand for and consumption of resources including water, production of wastes and pollution have also escalated to historically unique levels” (NSSM-200, p. 19)

²³⁹ *Ibid.*, p. 56.

²⁴⁰ Ainda mais sob o governo Nixon que valorizava e incentivava a individualidade, cujo discurso de posse declarava “pergunte não apenas o que governo vai fazer por mim, mas o que eu posso fazer por mim” (TOTA, *Os americanos*, 2020, p. 218).

²⁴¹ NSSM 200, p. 51.

A moderação do aumento populacional oferece benefícios em termos de economia de recursos para investimentos e/ou maior consumo *per capita*. Se as necessidades de recursos forem reduzidas, para auxiliar uma quantidade menor de crianças, e os fundos agora destinados à construção de escolas, casas, hospitais e outras instalações essenciais forem investidos em atividades produtivas, o impacto no crescimento do PNB [Produto Nacional Bruto] e a renda *per capita* pode ser significativo. Ademais, o progresso econômico e social resultante do controle populacional contribuirá ainda mais com o declínio nas taxas de fecundidade. A relação é recíproca e pode tomar forma de um círculo vicioso ou virtuoso.²⁴²

Aparentemente esse é o raciocínio que explica o aumento do investimento na gestão demográfica e a diminuição de recursos e empréstimos destinados ao acesso aos serviços de saúde. Mesmo recomendando uma maior destinação de recursos a programas de controle populacional, o próprio Relatório sinaliza a ausência de compromisso internacional e de recursos para o setor da saúde. O Banco Mundial, uma das organizações doadoras da causa do controle da natalidade, argumentou que não havia “modelos de sistemas de saúde efetivos e de baixo custo comprovados” nos quais poderia investir e, portanto, optou por investir na agricultura.²⁴³ O texto do NSSM 200 critica esse posicionamento do Banco Mundial:

A postura do Banco é pesadosa, porque ele poderia desempenhar um papel muito útil nesta área, ajudando a financiar estruturas físicas de baixo custo e outros elementos de sistemas de saúde, também de baixo custo, incluindo clínicas de saúde rural onde fosse necessário. Também poderia ajudar na concessão de empréstimos de custos acessíveis para treinamento e na busca e testagem de novas abordagens para alcançar aqueles que agora não têm acesso aos serviços de saúde e planejamento familiar. Isto não seria de forma alguma inconsistente com os nossos serviços, tendo o Banco admitido francamente que não temos todas as "respostas" ou modelos econômicos para sistemas de fornecimento de serviços de saúde com preços acessíveis. Ao invés disso, nós e outros doadores poderíamos trabalhar juntos em programas operacionais orientados experimentalmente para desenvolver modelos para a grande variedade de situações enfrentadas pelos países menos desenvolvidos. O envolvimento do Banco nesta área abriria novas possibilidades de colaboração.²⁴⁴

²⁴² “Moderation of population growth offers benefits in terms of resources saved for investment and/or higher per capita consumption. If resource requirements to support fewer children are reduced and the funds now allocated for construction of schools, houses, hospitals and other essential facilities are invested in productive activities, the impact on the growth of GNP and per capita income may be significant. In addition, economic and social progress resulting from population control will further contribute to the decline in fertility rates. The relationship is reciprocal, and can take the form of either a vicious or a virtuous circle” (Ibid.)

²⁴³ Anos depois, o Banco Mundial demonstrou interesse no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil e fez contribuições financeiras para seu desmonte. RIZOTTO, Maria Lucia Frizon. *Capitalismo e saúde no Brasil nos anos 90: As propostas do Banco Mundial e o desmonte do SUS*. Hucitec, 2012.

²⁴⁴ The Bank stance is regrettable because the Bank could play a very useful role in this area helping to fund low-cost physical structures and other elements of low-cost health systems, including rural health clinics where needed. It could also help in providing low-cost loans for training, and in seeking and testing new approaches to reaching those who do not now have access to health and family planning services. This would not be at all inconsistent

Embora critique o posicionamento do Banco Mundial, o Relatório não deixa de compartilhar do ideário liberal adotado por ele. De acordo com a doutora em Saúde Coletiva, Maria Lucia Frizon Rizzotto, e o médico sanitário, Gastão Wagner de Sousa Campos, o pensamento liberal considera a saúde como um bem de consumo, que deve ser oferecido pelo mercado que “melhor organizaria a produção, a distribuição e o consumo”.²⁴⁵

Sobre a participação do Estado na oferta da saúde, os professores informam que, para os liberais, a intervenção estatal “deveria ocorrer apenas para regular a oferta e garantir ‘mínimos essenciais’”. Os chamados “mínimos essenciais”, que nada mais eram que uma incorporação de demandas do campo progressista, teriam o objetivo de promover justiça social por meio de políticas que reduziriam desigualdades e estabeleceriam certa equidade social nos moldes liberais, com um Estado mínimo.²⁴⁶ À vista disso, o NSSM 200 advoga pela existência de “políticas seletivas” para contribuir na eficácia de programas de planejamento familiar:

As políticas seletivas dariam ênfase em assistência médica e nutrição melhoradas voltados para a redução da mortalidade infantil; escolaridade universal e a alfabetização de adultos, especialmente das mulheres; aumento da idade legal para firmar matrimônio; maiores oportunidades para o emprego feminino na economia monetária; aperfeiçoamento dos arranjos da seguridade social na idade avançada; e a modernização agrícola focada nos pequenos agricultores.²⁴⁷

Tem-se a concepção que os gastos com o controle populacional seriam o melhor investimento para o futuro de um país menos desenvolvido, melhor até mesmo que investir diretamente em indústrias. Os impactos positivos seriam resultado da economia de gastos pela diminuição de “pessoas não trabalhadoras” que precisariam ser alimentadas, abrigadas e criadas pelo Estado; a melhora na qualidade da infância, com crianças mais saudáveis e com maior escolaridade, tornando-se mais produtivas para o país; e a compreensão de que a diminuição no índice do crescimento populacional gera um aumento na quantidade de capital, de produção e na renda *per capita*.²⁴⁸ Mas mesmo alinhado ao pensamento liberal, o Relatório também fez

with our and the Bank's frankly admitting that we do not have all the "answer" or cost-effective models for low-cost health delivery systems. Rather they, we and other donors could work together on experimentally oriented, operational programs to develop models for the wide variety of situations faced by LDCs. Involvement of the Bank in this area would open up new possibilities for collaboration” (NSSM 200, p. 97).

²⁴⁵ RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O Banco Mundial e o Sistema Único de Saúde brasileiro no início do século XXI. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.25, n.2, 2016, p. 264.

²⁴⁶ *Ibid.*

²⁴⁷ NSSM 200, p. 53.

²⁴⁸ NSSM 200, pp. 51-52.

recomendações interessantes do ponto de vista da defesa do sistema universal de saúde e ao acesso à saúde integral:

Os Estados Unidos devem incentivar o aumento do interesse internacional e o comprometimento de recursos para desenvolver mecanismos de fornecimento de serviços integrados de saúde e planejamento familiar para populações negligenciadas com custos que os países receptores possam suportar dentro de um período razoável de tempo. Os esforços devem incluir: 1. Encorajar o Banco Mundial e outros mecanismos internacionais de financiamento, através dos representantes dos EUA nas diretorias dessas organizações, a tomar uma iniciativa mais ampla no desenvolvimento de mecanismos de fornecimento de serviços a preços acessíveis em países que desejem expandir tais sistemas. 2. Indicar a prontidão dos EUA (assim como os EUA fizeram na Conferência Mundial sobre a População) em se unir a outros doadores e organizações para incentivar e apoiar novas ações dos governos dos países menos desenvolvidos e outras instituições nos setores de sistemas de fornecimento de custo acessível.²⁴⁹

Contudo, o interesse em intervir na natalidade de países “menos desenvolvidos”, bem como na área da saúde como um todo, foi um fator que gerou desconfiança entre economistas, lideranças e figuras de projeção nos países menos desenvolvidos. Se o objetivo da redução na fecundidade em países pobres era promover seu desenvolvimento econômico, por que não investir diretamente na industrialização?

A resposta para esse questionamento pode ser simplificada pela afirmação do demógrafo Cândido Procópio, quando indicou que o planejamento familiar visava alterar as taxas de fertilidade sem modificar as estruturas fundamentais da sociedade.²⁵⁰ Enquanto o médico Mário Victor de Assis Pacheco, em sua obra *Neocolonialismo e Controle da Natalidade*, de 1968, mostrava-se consciente da “intensa propaganda anti-natalista” que invadiu o Brasil ao longo da década de 1960 e profundamente contrário à intervenção norte-americana no Brasil, questionou: “há registro de países que se desenvolveram a partir da estagnação do crescimento populacional?”.

²⁴⁹ “The U.S. should encourage heightened international interest in and commitment of resources to developing delivery mechanisms for providing integrated health and family planning services to neglected populations at costs which host countries can support within a reasonable period of time. Efforts should include: 1. Encouraging the World Bank and other international funding mechanisms, through the U.S. representatives on the boards of these organizations, to take a broader initiative in the development of inexpensive service delivery mechanisms in countries wishing to expand such systems. 2. Indicating U.S. willingness (as the U.S. did at the World Population Conference) to join with other donors and organizations to encourage and support further action by LDC governments and other institutions in the low- cost delivery systems area” (Ibid., p. 98).

²⁵⁰ SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p. 4.

O médico ainda afirma que o que fazia o Brasil ser subdesenvolvido do ponto de vista econômico era a concentração de riqueza na mão de poucos e a renda *per capita* da época ser inferior a 300 dólares anuais (“enquanto a dos EUA gira em torno de 3000 dólares”).²⁵¹ Assis Pacheco apontou que o baixo poder aquisitivo das populações de países subdesenvolvidos resultava em fome e, segundo ele, isso acontecia porque “Os latino-americanos e afro-asiáticos subdesenvolvidos e famintos devido ao ínfimo poder aquisitivo e injusta distribuição da riqueza nacional, são dependentes econômicos das grandes potências industrializadas da Europa e da América do Norte”.²⁵²

Seguindo essa linha, o economista Paul Singer enxergava que a relação de dependência entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos remetia ao fenômeno das revoluções industriais e à divisão internacional do trabalho, pois “A revolução industrial, como ela se deu na Europa e na América do Norte, se apoiava precisamente na divisão de trabalho internacional que pressupunha a não-industrialização dos demais países”.²⁵³ Para tanto, a divisão internacional do trabalho garantiu que as nações de economia colonial fornecessem matérias-primas e riquezas para a industrialização bem-sucedida de nações desenvolvidas, assim como constituíram mercados para suas manufaturas.

Por outro lado, as teorias econômicas clássicas do crescimento preveem que, para o desenvolvimento ocorrer, há a necessidade que cada economia passe por estágios obrigatórios e sucessivos, independente da sociedade na qual esteja inserida - ponto de vista muito semelhante ao proposto pelo Relatório Kissinger. O economista norte-americano Walt Whitman Rostow, autor da obra *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*, publicada pela primeira vez em 1958, defendeu um “considerável grau de uniformidade” no processo de desenvolvimento e foi uma importante influência na ideia de desenvolvimento econômico utilizado na formulação de políticas de ajuda externa dos Estados Unidos da década de 1960.²⁵⁴ O conceito de desenvolvimento utilizado por Paul Singer, por sua vez, referia-se a um conjunto de transformações pelas quais passa uma economia, mas que não necessariamente significava passar por um processo de industrialização aos moldes da revolução industrial.²⁵⁵

²⁵¹ PACHECO, Mário Victor de Assis. *Neocolonialismo e controle da natalidade*. Civilização Brasileira, 1968, p. 33.

²⁵² *Ibid.*, p. 35.

²⁵³ SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*, 1976, p. 14.

²⁵⁴ RAMOS, Bárbara Oliveira. *A cooperação internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil*. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 29.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 15.

Em vista disso, para o real desenvolvimento de uma nação, segundo Singer, fazia-se necessário o rompimento com a divisão internacional do trabalho, que determinava papéis distintos às nações desenvolvidas e às nações de economias coloniais. Ele observou, porém, que para que os países de economias coloniais se desenvolvessem, não havia como repetir a fórmula das revoluções industriais, em que um país só seria capaz de se industrializar por meio da exploração de nações não desenvolvidas. Em lugar disso, os países em desenvolvimento deveriam basear sua economia na expansão do mercado interno do país.²⁵⁶

Singer explica que os primeiros países que se industrializaram tinham amplos mercados externos para quem vendiam os produtos excedentes, além de um comércio internacional mais livre, sem tantas medidas protecionistas. Em contraponto, Singer afirma:

Os países que hoje em dia se estão desenvolvendo não somente enfrentam a concorrência de países muito mais avançados no mercado mundial de produtos industriais, mas também não podem penetrar com facilidade nos mercados dos países menos desenvolvidos, desde que estes igualmente estão tentando preservar os seus mercados para a expansão de sua própria indústria nacional.²⁵⁷

Além da concorrência desequilibrada entre países muito avançados e os pouco desenvolvidos, uma barreira para o investimento no mercado interno seria o tamanho desse mercado, que entre outros fatores, dependia do tamanho da população. Singer afirma que a alternativa mais viável para que uma nação se desenvolva e eleve a renda *per capita* é por meio de uma industrialização baseada no mercado interno, o que requer uma população numerosa. E prossegue, “Um país com uma população reduzida exaure rapidamente as possibilidades de substituição de importações porque seu mercado interno é pequeno demais para permitir o estabelecimento de indústrias que exigem grandes escalas de produção”.²⁵⁸

As afirmativas do médico e ativista da causa natalista, Mário Victor de Assis Pacheco, já eram simpáticas a essa compreensão de desenvolvimento na década de 1960, defendendo que, em vez de “política[s] anti-natalista[s], nós, subdesenvolvidos, precisamos de uma orientação oposta, de estímulo à natalidade, para conseguirmos mais braços para trabalhar, mais homens e mulheres para ocuparem e defenderem nosso país, tão vasto, tão rico e tão cobiçado”.²⁵⁹

²⁵⁶ SINGER, *Dinâmica populacional e desenvolvimento*, 1976, p. 15.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 60.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 68.

²⁵⁹ PACHECO, *Neocolonialismo e controle da natalidade*, 1968, p. 19.

Sob esse panorama, pensadores progressistas e mais à esquerda questionavam o interesse de países como os Estados Unidos em promover o desenvolvimento de nações menos desenvolvidas por meio do controle da natalidade. Isto é, como um país que estabelece uma relação neocolonial com nações menos desenvolvidas estaria interessada em seu desenvolvimento?

Já o Relatório Kissinger faz uma leitura peculiar quanto aos efeitos do aumento populacional em nações industriais e nas nações em desenvolvimento - em ambos os casos, o documento não recomenda o aumento na taxa de natalidade. No primeiro caso, o aumento populacional elevaria a demanda industrial e, conseqüentemente, esgotaria os recursos naturais próprios e o tornaria dependente de abastecimento estrangeiro. Sobre essa questão, os Estados Unidos se mostraram conscientes dos conflitos advindos da obtenção estrangeira de matérias-primas, muito embora culpe o crescimento da população para a geração de conflitos e não o aumento da produção industrial, que não necessariamente serve a essa população.

O potencial de colisões de interesse entre os países em desenvolvimento é óbvio e já começou. Ele é visível e incômodo nas reivindicações por terrenos hídricos e por soberania nacional sobre os recursos minerais. Pode-se tornar intenso nas rivalidades sobre a exploração e o aproveitamento dos recursos no fundo do oceano.²⁶⁰

Enquanto se incriminava o crescimento populacional na geração desses conflitos, Assis Pacheco observava que potências como os Estados Unidos dependiam de países subdesenvolvidos “no que diz[ia] respeito às necessidades de ferro, manganês, cobalto, alumínio, estanho, prata, bauxita, berilo, metais não ferrosos, areias monazíticas, minérios raros e estratégicos, carnes, açúcar, frutas, etc”²⁶¹ e faria o possível para que países menos desenvolvidos não desocupassem o lugar de fornecedores de matérias-primas e recursos naturais.

De toda forma, o Relatório Kissinger prossegue denunciando os efeitos ou “fardos” dos fatores populacionais em países em desenvolvimento, que “enfraquecerá governos instáveis, muitas vezes apenas levemente eficazes em períodos favoráveis, e abrirá o caminho para regimes extremistas”. Essa é uma passagem curiosa em termos históricos, visto que a divulgação deste documento, em 1974, coincidiu com o andamento de ditaduras militares na

²⁶⁰ “The potential for collisions of interest among the developing countries is obvious and has already begun. It is visible and vexing in claims for territorial waters and national sovereignty over mineral resources. It may become intense in rivalries over exploring and exploiting the resources of the ocean floor.” (*NSSM 200*, p. 64).

²⁶¹ PACHECO, op.cit., p. 35.

América Latina, todas apoiadas pelos Estados Unidos. Mas o Relatório segue em tom de preocupação:

Os países que estão sofrendo tais fardos serão mais suscetíveis à radicalização. A sua vulnerabilidade também poderá convocar intervenção estrangeira de nações mais poderosas, empenhadas em adquirir vantagens políticas e econômicas. As tensões internas das nações desfavorecidas são propensas a se intensificarem e os conflitos entre si, bem como os conflitos com as nações favorecidas, podem agravar-se.²⁶²

A isenção de responsabilidade impressa na impessoalidade do Relatório quando menciona “nações mais poderosas” que poderiam intervir em “nações desfavorecidas” é particularmente chamativa. Omitiu-se o fato de os Estados Unidos já intervirem em “nações desfavorecidas” e se empenharem em adquirir vantagens políticas e econômicas apoiando ditaduras militares. Nesse caso, os Estados Unidos tanto estimulavam os conflitos quanto se apresentavam como a solução deles.

Ao longo do Relatório, não há menção ao contexto de Guerra Fria, o temor (e obsessão) pelo avanço comunista e de como as ditaduras latino-americanas estavam associadas a esse contexto. Tampouco é feita a associação entre a diminuição da taxa de fecundidade como mais um braço da contenção do avanço comunista, embora sinalize as diferenças de visão do bloco socialista:

Ao passo que nos Estados Unidos, a possibilidade de uma população estabilizada – crescimento nulo – é vista com bons olhos, na URSS há uma preocupação perceptível, principalmente sobre a baixa fecundidade dos eslavos e bálticos. O governo soviético, ao que tudo indica, está estudando a possibilidade de incrementar suas taxas de crescimento em queda. Toda a questão das políticas de fortalecimento da fecundidade é delimitada pelos custos relativamente elevados do aumento da fecundidade – principalmente através do aumento dos gastos com bens e serviços de consumo – e pela necessidade de evitar o aparecimento de discriminação étnica entre nações de crescimento rápido e nações de crescimento vagaroso.²⁶³

²⁶² “Countries suffering under such burdens will be more susceptible to radicalization. Their vulnerability also might invite foreign intervention by stronger nations bent on acquiring political and economic advantage. The tensions within the Have-not nations are likely to intensify, and the conflicts between them and the Haves may escalate” (*NSSM 200*, p. 65).

²⁶³ “While in the United States the possibility of a stabilized (non-growing) population is generally viewed with favor, in the USSR there is perceptible concern over the low fertility of Slavs and Balts (mostly by Slavs and Balts). The Soviet government, by all indications, is studying the feasibility of increasing their sagging birth rates. The entire matter of fertility-bolstering policies is circumscribed by the relatively high costs of increasing fertility (mainly through increased outlays for consumption goods and services) and the need to avoid the appearance of ethnic discrimination between rapidly and slowly growing nationalities” (*NSSM 200*, p. 30).

A relação entre o crescimento populacional e a constituição de governos autoritários é uma forma de argumentar a favor do controle da natalidade, disfarçando o caráter interventor de políticas controlistas, além de associar o incentivo da alta taxa da natalidade com práticas autoritárias.

E o Relatório segue apresentando os efeitos adversos observados nos países em desenvolvimento com alta taxa de natalidade. Aponta-se para uma maior “carga de dependência” da população desses países, entendendo essa dependência como um elevado número de pessoas que dependem do Estado. O documento também chama a atenção para as crianças que se alimentam mal e, conseqüentemente, têm um “crescimento cerebral limitado” devido à desnutrição e a redução considerável do bem-estar da criança.²⁶⁴ Aspectos como esses deveriam contribuir para o entendimento de que a má distribuição de renda seria o resultado da alta taxa de fecundidade, mas o NSSM 200 sequer cogita essa possibilidade. O próprio documento apresenta dados que nos leva a inferir que há uma falha no sistema:

As famílias de maior renda tendem a ter menos filhos, gastam mais com sua saúde e educação, têm mais riqueza para passarem para essas crianças, em contraste com as diversas desvantagens que assolam os filhos dos pobres. Esse último grupo tende a ser mais numeroso, recebe menos investimento por criança em seu “capital humano”, deixando os filhos com restrições econômicas, educacionais e sociais semelhantes àquelas que limitam as oportunidades de seus pais.²⁶⁵

No entanto, o Relatório Kissinger leva a conclusão para outro caminho, afirmando que “a alta fecundidade parece acentuar a má distribuição de renda” e que “Em suma, a alta fecundidade contribui com a continuidade da má distribuição de renda entre gerações e problemas sociais e políticos relacionados com ela”.²⁶⁶ Afirmações como essas dão a entender que os problemas sociais são conduzidos a partir de escolhas individuais.

Mesmo sem apresentar referências, o Relatório fala de evidências de casais que desejam serviços de planejamento familiar para terem menos filhos, mas que essa é uma demanda insatisfeita, devido a escassez de serviços de planejamento familiar²⁶⁷ - fica a dúvida se essa seria uma demanda de “casais” ou de “mulheres”. Na seqüência, o documento afirma que “será

²⁶⁴ Ibid, p. 51.

²⁶⁵ “Higher income families tend to have fewer children, spend more on the health and education of the children, have more wealth to pass on to these children in contrast to the several disadvantages that face the children of the poor. The latter tend to be more numerous, receiving less of an investment per child in their “human capital”, leaving the children with economic, educational and social constraints similar to those which restrict the opportunities of the parents” (NSSM 200, p. 52).

²⁶⁶ Ibid.

²⁶⁷ Ibid., p. 53.

preciso mais do que serviços de planejamento familiar para incentivar outros casais a quererem famílias menores e para que todos desejem atingir o nível de reposição [famílias com dois filhos], este essencial para o progresso e o crescimento do país”.²⁶⁸ Se não forem somente os serviços de planejamento familiar, de que outra forma eles obteriam sucesso no objetivo de reduzir a natalidade dos países do sul global? E por que não seriam suficientes? Sugere-se que seria aceitável que escolhas e desejos individuais poderiam ser atropelados caso não atendessem às metas da redução da taxa de natalidade.

Mais adiante, na discussão da seção “Programas Funcionais de Assistência que Criem Condições para o Declínio da Fecundidade”, fala-se sobre o desejo de famílias com grande quantidade de filhos e de baixa renda - muito embora não apresente de onde foram retiradas essas informações:

Significativas evidências mostram que muitas famílias nos países menos desenvolvidos (especialmente nos países pobres) preferem, conscientemente, ter numerosas crianças por diversas razões econômicas e sociais. Por exemplo, as crianças pequenas podem fazer contribuições econômicas em fazendas familiares, as crianças podem também ser importantes fontes de apoio para pais idosos em lugares que não existe nenhuma forma alternativa de seguridade social e os filhos podem ser uma alternativa de status para as mulheres que têm poucas alternativas nas sociedades dominadas pelos homens.²⁶⁹

Desse modo, o Relatório retrata a quase total ausência do governo ou de outras formas institucionais de seguridade social para idosos em países menos desenvolvidos. Tal aspecto fortalece a dependência entre os idosos e seus filhos, que buscam garantir a própria sobrevivência por meio dos mais jovens. “A necessidade desse apoio parece ser uma das motivações mais importantes para se ter numerosos filhos”, avalia o NSSM 200.²⁷⁰

Ainda sobre famílias com muitos filhos, o Relatório considera a relação entre a elevada taxa de mortalidade infantil e a alta natalidade entre famílias de baixa renda. “Os pais podem compensar por meio do excesso as possíveis perdas de filhos, tendo filhos adicionais”, conclui. Por conseguinte, recomenda-se a redução significativa da mortalidade infantil, pois levaria os casais a terem menos filhos. Mas alerta os leitores: “devemos reconhecer que há um atraso de

²⁶⁸ Ibid.

²⁶⁹ “Substantial evidence shows that many families in LDCs (especially the poor) consciously prefer to have numerous children for a variety of economic and social reasons. For example, small children can make economic contributions on family farms, children can be important sources of support for old parents where no alternative form of social security exists, and children may be a source of status for women who have few alternatives in male-dominated societies” (Ibid., p. 92).

²⁷⁰ Ibid., p. 100.

pelo menos alguns anos antes que os pais (e as culturas e *subculturas*) se tornem confiantes de que seus filhos têm mais probabilidade de sobreviver e para ajustar seu comportamento de fecundidade adequadamente” [grifo nosso].²⁷¹

Também é revelada uma maior aceitação de programas de planejamento familiar em famílias de áreas mais desenvolvidas, o que, conseqüentemente, faz com que esses programas alcancem maiores resultados na fecundidade nessas mesmas áreas. Ao observar que o desejo por famílias grandes diminui na medida em que a renda aumenta, conclui-se que “os investimentos em desenvolvimento são importantes para diminuir os índices de fecundidade”. Porém, logo em seguida, o Relatório recua nesta linha de proposição: “no entanto, uma vez que é improvável que a maioria dos países menos desenvolvidos se desenvolverão o suficiente nos próximos 25-30 anos, torna-se crucial identificar os setores que mais direta e poderosamente afetam a fecundidade”.²⁷² Embora não sejam declarados como os principais setores, o Relatório apresenta alguns fatores que, conjuntamente, influenciariam no declínio da fecundidade:

[...] educação, especialmente a educação das mulheres; redução na mortalidade infantil; oportunidades de emprego assalariado para as mulheres; seguridade social e outros substitutos do valor econômico das crianças; e relativa igualdade na distribuição de renda e desenvolvimento rural. Há uma série de outros fatores identificados a partir da pesquisa, análise histórica e experimentação que também afetam a fecundidade, incluindo o adiamento da idade mínima para casamento e pagamentos diretos (incentivo financeiro) aos aceitantes do planejamento familiar.²⁷³

Ainda entre o rol de problemas gerados pelo aumento populacional desenfreado, o Relatório defende que a alta taxa de natalidade intensifica o ritmo de migração do campo para a cidade. Segundo o documento, o “problema da migração” é um empecilho para a ampliação do capital, por afastar recursos de investimentos geradores de crescimento.²⁷⁴ A migração também é apontada como um estimulador da imigração, na medida em que a ida do campo para a cidade não rende os resultados esperados e a ida para países estrangeiros torna-se uma opção, a fim de conseguir melhores oportunidades. Esse movimento foi encarado pelo NSSM 200

²⁷¹ Ibid., p. 97.

²⁷² Ibid.

²⁷³ education, especially the education of women; reductions in infant mortality; wage employment opportunities for women; social security and other substitutes for the economic value of children; and relative equality in income distribution and rural development. There are a number of other factors identified from research, historical analysis, and experimentation that also affect fertility, including delaying the average age of marriage, and direct payments (financial incentive) to family planning acceptors” (Ibid., pp. 92-93).

²⁷⁴ Ibid., pp. 51-52.

como prejudicial à estabilidade interna e às relações internacionais entre os países, “criando [...] problemas de segurança política e até mesmo nacional para os Estados Unidos”.²⁷⁵ E o Relatório segue listando os efeitos dessa intensificação da migração e imigração:

Condições socioeconômicas adversas geradas por esses fatores [migração e imigração] e [...] podem contribuir com o crescimento dos níveis de abandono infantil, delinquência juvenil, subemprego e desemprego crônico e crescente, pequenos furtos, crime organizado, motins por comida, movimentos separatistas, massacres comunitários, ações revolucionárias e golpes contrarrevolucionários.²⁷⁶

Em vista de todos esses aspectos, o Relatório Kissinger recomenda que os Estados Unidos atuem na diminuição da taxa da natalidade, não somente interna, como externamente - pode-se afirmar que principalmente externamente. O NSSM 200 coloca como objetivo alcançar o nível de reposição da fecundidade, com a média de dois filhos por família, e que essa média fosse alcançada por volta dos anos 2000. Com essa finalidade, criou-se o Plano de Ação da População Mundial.

2.6 Plano de Ação da População Mundial

Para tornar possível a redução da taxa da natalidade, o Relatório Kissinger ressalta a necessidade da participação de países interessados na estabilização da população, das agências dos Estados Unidos e de outros organismos internacionais no alcance das metas por meio de um Plano de Ação da População Mundial, sob a liderança dos próprios Estados Unidos.

O Plano de Ação é um documento demográfico, no qual se relaciona fatores populacionais ao bem-estar familiar, ao desenvolvimento social e econômico e à redução da fecundidade.²⁷⁷ Abordado na Conferência Mundial sobre a População em Bucareste, em agosto de 1974, o Plano de Ação apresentou propostas para o planejamento familiar destinados a pessoas em idade reprodutiva, metas voluntárias de redução do crescimento populacional e prazos de ação. Foi definida como a principal meta do Plano:

²⁷⁵ Ibid, p. 8.

²⁷⁶ “Adverse socio-economic conditions generated by these and related factors may contribute to high and increasing levels of child abandonment, juvenile delinquency, chronic and growing underemployment and unemployment, petty thievery, organized brigandry, food riots, separatist movements, communal massacres, revolutionary actions and counter-revolutionary coupe” (Ibid., p. 8).

²⁷⁷ Ibid., p. 66.

expandir e aprofundar as capacidades dos países para lidar efetivamente com seus problemas populacionais nacionais e subnacionais e promover uma resposta internacional adequada às suas necessidades, aumentando a atividade internacional em pesquisa, o intercâmbio de informações e a prestação de assistência mediante solicitação.²⁷⁸

Em se tratando de recomendações, o Plano de Ação indica: a inclusão de programas populacionais nos planejamentos nacionais; um aumento da assistência em serviços de planejamento familiar; disponibilização de informação e tecnologias atualizadas; gerar condições que possibilitem o declínio da fecundidade, como providenciar níveis mínimos de escolaridade (especialmente para as mulheres), reduzir a mortalidade infantil, geração de empregos assalariados (mais uma vez, especialmente para as mulheres) e educar as novas gerações para que tenham famílias menores; prestação de assistência agrícola; uma melhor distribuição de alimentos e o desenvolvimento de uma política mundial, com o comprometimento de estabilizar a população, que seriam aspectos fundamentais para qualquer estratégia efetiva. Sobre esse último item, o Relatório observa que:

Isso requer o suporte e o comprometimento dos líderes dos principais países menos desenvolvidos. Isso só ocorrerá caso eles claramente vejam o impacto negativo do crescimento populacional irrestrito e acreditarem na possibilidade de tratar essa questão por intermédio de ações governamentais. Os Estados Unidos devem encorajar os líderes desses países a tomarem a dianteira no avanço do planejamento familiar e a estabilização populacional, ambos dentro das organizações multilaterais e por intermédio de contatos bilaterais com outros países menos desenvolvidos. Isso demandará que o Presidente e o Secretário de Estado cuidem da temática do controle do crescimento populacional como uma matéria de extrema importância e o abordem especificamente no seu contato periódico com os líderes de outros governos, em particular os líderes dos países menos desenvolvidos.²⁷⁹

Ao passo que o Plano de Ação e o Relatório Kissinger salientem a importância de convencerem lideranças de países menos desenvolvidos sobre a importância do controle da fecundidade, eles também estabelecem como princípio o direito soberano de cada nação de estabelecer suas próprias políticas populacionais. Contudo, esse princípio foi interpretado de maneira dúbia.

²⁷⁸ Ibid., p. 68.

²⁷⁹ “This requires the support and commitment of key LDC leaders. This will only take place if they clearly see the negative impact of unrestricted population growth and believe it is possible to deal with this question through governmental action. The U.S. should encourage LDC leaders to take the lead in advancing family planning and population stabilization both within multilateral organizations and through bilateral contacts with other LDCs. This will require that the President and the Secretary of State treat the subject of population growth control as a matter of paramount importance and address it specifically in their regular contacts with leaders of other governments, particularly LDCs”. (Ibid., pp. 11-12).

Uma vez que o Plano de Ação previa uma consciência de comunidade internacional, o documento entende que esse direito "deve ser exercido levando em conta a solidariedade universal, a fim de melhorar a qualidade de vida dos povos no mundo".²⁸⁰ Apesar de pressupor o direito de cada país decidir se adotaria ou não políticas populacionais, o princípio do direito soberano de cada nação também abria "o caminho para aumentar a responsabilidade de nações em relação a outras nações no estabelecimento de suas políticas demográficas nacionais".²⁸¹ Trocando em miúdos, permitiria e incentivaria a intervenção de uma nação sobre a outra em matéria de planejamento familiar e controle da natalidade. Intervenção essa que já ocorria antes mesmo da apresentação deste documento. É o que o próprio Relatório explicita quando expõe que:

Nos últimos anos, os programas populacionais financiados pelo governo dos Estados Unidos têm desempenhado um papel importante no despertar do interesse pelo planejamento familiar em muitos países e no desenvolvimento e aceleração do crescimento dos programas nacionais de planejamento familiar. Na maioria dos países, houve um crescimento inicial rápido de "adeptos" dos contraceptivos em aproximadamente 10% dos casais férteis em determinados países menos desenvolvidos. A aceleração das tendências anteriores de declínio da fecundidade é atribuível, pelo menos em parte, aos programas de planejamento familiar.²⁸²

A urgência em se conter a natalidade, com metas a serem atingidas até o ano 2000, porém, foi reconhecida como não realista a depender do contexto. Reconheceu-se que o problema do crescimento populacional seria mais demorado e complexo do que parecia inicialmente, alertando que "uma expansão de atividade ou uma *elevação de fervor moral* a curto prazo não o resolverá" [grifo nosso].²⁸³

O Relatório menciona o protesto de alguns países na Conferência Mundial sobre a População, em 1974, quando o Plano de Ação contribuiu em muitas das diretrizes definidas na conferência. Países africanos, liderados pela Argélia; Uruguai, Brasil, Peru e alguns outros países latino-americanos representados pela Argentina; a Europa Oriental, com exceção da Romênia; a China e a Santa Sé se uniram para enfatizar a necessidade do desenvolvimento econômico e social como condição prévia ao objetivo de reduzir a natalidade. Apontaram que

²⁸⁰ Ibid, p. 67.

²⁸¹ Ibid.

²⁸² "Over the past few years, U.S. government-funded population programs have played a major role in arousing interest in family planning in many countries, and in launching and accelerating the growth of national family planning programs. In most countries, there has been an initial rapid growth in contraceptive "acceptors" up to perhaps 10% of fertile couples in a few LDCs. The acceleration of previous trends of fertility decline is attributable, at least in part, to family planning programs" (Ibid, p. 74).

²⁸³ Ibid., p. 75.

a promoção de programas populacionais, com metas quantitativas e de tempo, não seria o caminho mais adequado, com sugestões de “minimizar sua importância [dos programas populacionais] e eliminar todas as referências a metas quantitativas ou de tempo”. Foi reforçada, ainda, a noção de soberania nacional na definição de políticas e programas demográficos, o que significa que eram contrários à intervenção de potências na natalidade de suas populações.²⁸⁴

Podemos perceber que esses países tinham representantes que discordavam da abordagem intervencionista e da ordem dos fatores que influenciam no impedimento do desenvolvimento de uma nação, isto é: a falta de desenvolvimento econômico e social que gera alta taxa de natalidade, não a alta taxa de natalidade que gera um déficit no desenvolvimento econômico e social. De todo modo, a leitura feita pelos Estados Unidos e explicitada no Relatório Kissinger sobre os apontamentos desses países pode ser resumido no trecho a seguir:

As crenças, ideologias e conceitos errôneos exibidos por muitas nações em Bucareste indicam, mais do que nunca, a necessidade de uma ampla educação dos líderes de muitos governos, especialmente da África e de alguns na América Latina. A aproximação dos líderes de países individuais deve ser concebida à luz de suas crenças atuais e atender a suas preocupações especiais.²⁸⁵

Esse trecho sugere que houve denúncia de uma intervenção imperialista indesejada e intenções de cunho eugenistas nos programas populacionais na Conferência, que logo foram descartadas pelas nações que encabeçam esses programas. Uma vez que a “situação perigosa evidenciada pela condição alimentar atual e as previsões para o futuro” seriam provas incontestáveis, apontamentos de ação imperialista e racista seriam leituras irracionais da questão. Mesmo sob protestos e com uma tentativa de modificação na base conceitual por parte de sujeitos políticos da África e América Latina, a Conferência adotou o Plano de Ação da População Mundial em seus termos originais. E, afinal, por que os Estados Unidos estavam tão empenhados em intervir no ritmo de crescimento das populações de países menos desenvolvidos?

O Relatório Kissinger fala em uma preocupação com o bem-estar e progresso de países que os Estados Unidos possuíam um “interesse amigável”, visto que os interesses

²⁸⁴ Ibid., pp. 66-67

²⁸⁵ “The beliefs, ideologies and misconceptions displayed by many nations at Bucharest indicate more forcefully than ever the need for extensive education of the leaders of many governments, especially in Africa and some in Latin America. Approaches leaders of individual countries must be designed in the light of their current beliefs and to meet their special concerns” (Ibid., p. 71).

estadunidenses seriam afetados negativamente pelos fatores populacionais.²⁸⁶ O documento apresenta uma lista de treze países considerados prioritários pelo Plano de Ação, apontados como “países em desenvolvimento que mais crescem, onde há *política especial* dos Estados Unidos [não é utilizado o termo “intervenção”] e *interesses estratégicos* [e não “interesses políticos” ou “econômicos”]”.²⁸⁷ Os recursos “limitados” da questão da população deveriam dar uma maior ênfase a esses países prioritários e na formação de lideranças que pudessem contribuir para o avanço do programa populacional proposto. Os países menos desenvolvidos em questão eram:

Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Brasil, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia. Juntos, eles correspondem a 47% do aumento populacional mundial atual. (Deve-se ter conhecimento que neste momento a assistência bilateral da AID para alguns desses países pode não ser aceitável).²⁸⁸

O historiador Matias Spektor informa sobre as nações do Terceiro Mundo consideradas “países-chave”, onde os Estados Unidos buscavam estabelecer o poder americano a partir de “novos instrumentos”. Tanto o termo “país-chave”, oficialmente utilizado a partir de 1969, quanto a lista de países que poderiam se encaixar nessa categoria, não seguiam critérios tão bem definidos, mas geralmente compunham a lista a Indonésia, Irã, Nigéria, Brasil, África do Sul, Zaire, Turquia, Paquistão e Argélia.

Podemos observar países que constam tanto na lista de países-chave quanto na de países prioritários no Plano de Ação da População Mundial. Mesmo não se tratando de uma lista idêntica, há algumas características em comum entre os países-chave e os países que aparecem na lista prioritária do Plano de Ação da População Mundial - com exceção, talvez, aos países cujos regimes eram apoiados pela URSS, como a Etiópia e o Egito, por exemplo:

Nenhum [país] gozava de um regime plenamente democrático. Em todos, os governantes esperavam que o apoio de Washington fosse uma declaração pública de apoio e uma fonte de legitimidade. Suas elites temiam que o sentimento nacionalista em seus países provocasse uma guinada brusca à

²⁸⁶ Ibid., p. 56.

²⁸⁷ “[...] to the largest and fastest growing developing countries where there is special U.S. political and strategic interest” (Ibid, p. 10).

²⁸⁸ “Those countries are: India, Bangladesh, Pakistan, Nigeria, Mexico, Indonesia, Brazil, the Philippines, Thailand, Egypt, Turkey, Ethiopia and Columbia. Together, they account for 47 percent of the world's current population increase. (It should be recognized that at present AID bilateral assistance to some of these countries may not be acceptable)” (Ibid.)

esquerda ou em direção a algum tipo de movimento revolucionário. Todos estavam mais ou menos alinhados com Washington. Eram os países mais fortes de suas vizinhanças e seu desempenho econômico naquele momento era tão impressionante quanto [às] perspectivas de crescimento futuro [...].²⁸⁹

Contradizendo a preocupação expressa no NSSM 200 já mencionada neste capítulo, de o crescimento populacional desenfreado estimular a constituição de regimes ditatoriais, Spektor explica que o fato desses países não serem democracias não configurava um problema ao governo Nixon. Segundo o historiador, tanto o presidente Nixon quanto Henry Kissinger compreendiam que “regimes não democráticos podiam ser bons aliados” e que “Kissinger havia escrito durante seus anos na universidade que as democracias eram sujeitas às instáveis marés da opinião pública. Seus cidadãos escolhiam líderes inexperientes para representá-los”.²⁹⁰ Por outro lado, o fato de muitos desses países gozarem de crescimento econômico pode ter acendido sinais de alerta e motivou para que fossem pensados como alvos de intervenção norte-americana, tanto econômica, quanto em seu crescimento populacional.

O Relatório Kissinger posiciona os países menos desenvolvidos em uma desvantagem econômica e social, com certa incapacidade de solucionar seus problemas sociais, omitindo a informação de que países como o Brasil, Egito, Etiópia, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão e Turquia eram países “em desenvolvimento” que adquiriram “parcelas crescentes de poder” já no início da década de 1970.²⁹¹ Nada que o governo Nixon não soubesse, o que reforça a avaliação do historiador Greg Grandin quando diz que “Nixon e Kissinger eram calculados: eles manipulavam acontecimentos e coreografavam gestos, criando as atmosferas que serviam a seus propósitos”.²⁹² Quais propósitos seriam esses? Uma hipótese seria a de conter o avanço econômico desses países e garanti-los como fornecedores de matéria-prima.

Outro aspecto importante da implementação dos programas populacionais nos países menos desenvolvidos apontado pelo Relatório é o fortalecimento de iniciativas locais, de modo que deixe implícita a influência norte-americana na formulação dessas políticas. Alegou-se que “Tentativas de usar ‘a influência’ para questões muito menos sensíveis causaram atritos políticos e, muitas vezes, saíram pela culatra”.²⁹³ Desse modo, o Relatório considerava importante que o planejamento familiar não fosse aplicado por um país estrangeiro (sem referência ao Estados Unidos, especificamente), porque “Existe também o perigo de alguns

²⁸⁹ SPEKTOR, *Kissinger e o Brasil*, 2009, p. 23.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 25.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 90.

²⁹² GRANDIN, Greg. *A sombra de Kissinger: o longo alcance do mais controverso estadista americano*. Rio de Janeiro: Anfitreato, 2017, p. 173.

²⁹³ NSSM 200, p. 77.

líderes dos países menos desenvolvidos vejam as pressões dos países desenvolvidos em prol do planejamento familiar como uma forma de imperialismo econômico ou racial; isto poderia muito bem criar um sério retrocesso”. Mais a frente, o Relatório destrincha essa questão:

É imprescindível que o esforço para desenvolver e fortalecer um compromisso com parte dos líderes dos países menos desenvolvidos não seja visto por eles como uma política de um país industrializado com a intenção de manter sua força reduzida ou de reservar recursos para a utilização dos países "ricos". O desenvolvimento de tal percepção poderia criar uma grave reação adversa à causa da estabilidade da população. Assim, os Estados Unidos e outros países "ricos" devem cuidar para que as políticas que eles promovem para os países menos desenvolvidos sejam aceitáveis dentro dos seus próprios países. (Isso pode exigir um debate público e a afirmação de nossas políticas almejadas). O papel das lideranças políticas nos países em desenvolvimento deve, obviamente, ser assumido sempre que possível por seus próprios líderes.²⁹⁴

Portanto, houve uma preocupação para que essa intervenção não fosse vista como uma política de um país desenvolvido com interesses ocultos, muito embora não haja uma negação explícita de que se tratava exatamente disso. O documento ainda sugere argumentos capazes de convencer lideranças de países menos desenvolvidos das boas intenções de programas controlistas, como se isso não fosse algo evidente. Fala-se em uma forma de

ajudar a minimizar as acusações de motivação imperialista por trás de seu apoio às operações populacionais, afirmando repetidamente que tal apoio deriva de uma preocupação com:

- (a) o direito do casal individual de determinar livre e responsavelmente seu número e espaçamento de filhos, junto com o direito de ter informação, educação e meios para fazê-lo; e
- (b) o desenvolvimento social e econômico fundamental dos países pobres, nos quais o rápido crescimento populacional é tanto uma causa contribuinte quanto uma consequência da pobreza generalizada.

Além disso, os EUA também devem tomar medidas para transmitir a mensagem de que o controle de crescimento da população mundial é de interesse mútuo, tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento.²⁹⁵

²⁹⁴ “It is vital that the effort to develop and strengthen a commitment on the part of the LDC leaders not be seen by them as an industrialized country policy to keep their strength down or to reserve resources for use by the "rich" countries. Development of such a perception could create a serious backlash adverse to the cause of population stability. Thus the U.S. and other "rich" countries should take care that policies they advocate for the LDC's would be acceptable within their own countries. (This may require public debate and affirmation of our intended policies.) The "political" leadership role in developing countries should, of course, be taken whenever possible by their own leaders” (Ibid., p. 81).

²⁹⁵ “The U.S. can help to minimize charges of an imperialist motivation behind its support of population activities by repeatedly asserting that such support derives from a concern with: (a) the right of the individual couple to determine freely and responsibly their number and spacing of children and to have information, education, and means to do so; and (b) the fundamental social and economic development of poor countries in which rapid population growth is both a contributing cause and a consequence of widespread poverty” (Ibid., p. 81).

Conclusão e proposta análogas já havia sido pensada pelo enfermeiro, teólogo e ex-pastor da Igreja Adventista do Sétimo Dia norte-americano, Leslie Charles Scofield Jr. Graças às diversas experiências de prestação de serviços médicos no norte de Minas Gerais, Scofield colheu informações para seu mestrado e doutorado voltados para planejamento familiar. Sua pesquisa chamou a atenção do Prof. Joseph D. Beasley, chefe do Departamento de Saúde Familiar e Dinâmica Populacional da Universidade de Tulane e presidente do Louisiana *Family Planning Program* - que após parceria entre Scofield e Beasley, passou a se chamar *Family Health*.²⁹⁶

Em resumo, a tese de Scofield, defendida e aprovada em 1968, compreendeu como central a explosão da taxa de crescimento populacional na América Latina e fez uma leitura do perfil latino-americano frente ao intervencionismo de potências econômicas, as quais deveriam ser repensadas uma vez que devido ao passado colonial, são resistentes e/ou indiferentes a propostas estrangeiras. Segundo Scofield, um dos pontos a ser levado em consideração é o nacionalismo que gerava uma “peculiaridade de rejeitar as instituições e indivíduos estrangeiros”, cuja manifestação frente à agenda do controle da natalidade era de que “o controle da natalidade é uma importação estrangeira destinada a impedir o Brasil de ficar poderoso e capaz de derrotar a dominação estrangeira”. Em suas recomendações, Scofield pontua medidas que deveriam ser evitadas na formulação de programas de controle da natalidade:

Evitar intervenção direta em qualquer área. Por exemplo, se estamos trabalhando no Brasil, o estudo ou serviço deverá ser feito por brasileiros, e o crédito dado a brasileiros. Nenhum suporte deverá ser dado a estudos estrangeiros ou serviços que são planejados, conduzidos e publicados por estrangeiros. (...) Pressão política ou ajuda externa forçada sobre problemas populacionais estão certamente fora de questão. Reduzir a ajuda a programas destinados a manter e preservar a vida, enquanto ao mesmo tempo se oferece fundos para controle de nascimentos, ou se insiste em programas de controle de nascimentos como condição para a assistência geral ao desenvolvimento, é uma má prática que pode ser interpretada como genocídio.²⁹⁷

Sendo assim, seria interessante que as agências governamentais que tratassem desse assunto evitassem o uso de palavras como “controle de nascimento”, “contracepção”,

²⁹⁶ FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, Rio de Janeiro, 1993, pp. 115-124.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 118.

“controle” ou “planejamento familiar” e as substituíssem por “saúde familiar” e “bem-estar”, por serem mais apropriadas e gerarem menos resistência.²⁹⁸

Mas por qual razão havia a necessidade de tantas artimanhas para passar a impressão que os Estados Unidos não estaria intervindo na fecundidade de mulheres de nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas? Por que as lideranças dos países menos desenvolvidos encarariam com olhar tão negativo uma ajuda ancorada em estudos que apontavam para tantos benefícios na redução da taxa da natalidade?

²⁹⁸ Ibid.

Capítulo 3

[...] aquela assistência não atende aos direitos à saúde do conjunto dos cidadãos brasileiros, tendo por essência o fornecimento de atendimento desqualificado à população também “desqualificada”.
(Ana Maria Costa)

Em 18 de fevereiro de 1985, a arquiteta Sônia Beltrão deu à luz ao seu quarto filho no Hospital-Maternidade Praça XV, uma maternidade-escola referência no município do Rio de Janeiro. Embora pudesse custear um hospital particular, a arquiteta decidiu realizar o parto na maternidade pública por indicação de amigos.

Passado o nascimento de seu filho por cirurgia cesariana, ainda sob efeito da anestesia e se sentindo sonolenta, ela ouviu um médico entrar na sala em que estava e perguntar para Dionísio Cavaleiro de Andrade, médico que realizou sua operação, se tudo havia ocorrido bem. Dionísio respondeu que sim e que havia feito uma cesariana com laqueadura.²⁹⁹ Sônia desconfiou que “laqueadura” seria o mesmo que “ligadura de trompas”, mas por não ter certeza, optou por tratar disso com o marido, Romildo, no dia seguinte.³⁰⁰

Chegado o dia 19 de fevereiro e recuperado o movimento das pernas, Sônia Beltrão leu o prontuário que estava no pé de sua cama. Ela observou que não havia menção à laqueadura feita durante seu parto. Foi seu marido quem questionou, indignado, essa sucessão de acontecimentos na direção do hospital, pois em nenhum momento foi solicitada uma esterilização. Sem maiores explicações, o prontuário de Sônia desapareceu e reapareceu no dia seguinte, contendo a informação da ligadura de trompas, cuja justificativa foi assinada pelo médico que a operou.³⁰¹ Sônia não conseguiu compreender o porquê de ter sido laqueada por

²⁹⁹ Procedimento cirúrgico em que há um corte das tubas ou trompas uterinas e suas extremidades são amarradas, impedindo a descida do óvulo e a subida do espermatozoide, de modo a impossibilitar a fecundação e, portanto, impossibilita novas gestações. É considerado um método de alta eficácia e de difícil reversão.

³⁰⁰ CEPEDA, Renan. Sônia foi enganada no parto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1991., p. 1.

³⁰¹ Na versão do depoimento da CPMI, em 1992, o momento em que o prontuário foi modificado é narrado da seguinte forma: “Três ou quatro dias depois, o Dr. Dionísio veio falar-lhe, dizendo estar completamente coberto; então, [Sônia Beltrão] foi ver o prontuário, que antes nem o próprio diretor havia encontrado, e viu a modificação” (BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista De Inquérito. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. Brasília, 1993, p. 112-113).

uma questão de saúde, uma vez que ela estava saudável, sendo, inclusive, ama de leite de bebês prematuros, o que não seria permitido para uma pessoa com algum problema de saúde.

“Sou leiga, mas não sou desinformada”, disse.³⁰² Não fosse o seu conhecimento sobre ligadura de trompas, o comentário desprezioso dos médicos durante visita na enfermaria passaria despercebido e Sônia Beltrão sairia do hospital sem saber que havia sido esterilizada. Em meio à confusão de seu caso, ela ainda ouviu: “Mas também como é que a gente poderia saber que é arquiteta?”.³⁰³ Apesar de ser uma mulher branca, Sônia estava em um hospital público e certamente abriu margem para que os funcionários a percebessem como uma mulher de baixa renda. Sônia observou que laquear mulheres pobres em sigilo não seria um problema para a equipe envolvida no caso.

Uma vez confirmada a esterilização feita sem o seu consentimento, a arquiteta estava convencida a fazer uma denúncia, mas o doutor Dionísio tentou persuadi-la do contrário. “Decidiram por mim, sem eu poder dizer nada. Eu queria que o médico fosse cassado”, desabafou em matéria do *Jornal do Brasil*, no dia 31 de outubro de 1991.³⁰⁴ Com o apoio das enfermeiras, porém, Sônia conseguiu reunir documentação para levar adiante a denúncia, mesmo ameaçada pela diretoria do hospital, “que disse tê-la poupado do roubo da justificativa feita pelo médico no prontuário, pois, pacientes não podem ter acesso ao prontuário”.³⁰⁵

Também laqueada durante cirurgia cesárea para o nascimento de seu quarto filho na Maternidade Praça XV, Jerusa Paes da Silva, “uma pessoa bastante simples”³⁰⁶, assustou-se com a informação de que fora esterilizada sem o seu consentimento pelo médico Lúcio Flávio Gontijo Andrade. Apavorada, Jerusa conversou com Sônia e concordou em ser co-autora da denúncia. Contudo, foi convencida pelos médicos da maternidade de que a laqueadura havia sido algo positivo e a fizeram desistir.

Após a instalação de um comitê de ética para averiguar o caso, a Maternidade Praça XV se isentou da responsabilidade de punir Dionísio Cavaleiro de Andrade, sob a alegação de que “não cabia a ela [a maternidade] opinar sobre o assunto”³⁰⁷ e atribuiu essa tarefa ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ). Nessa instância, o processo teve duração de três anos.

³⁰² A ANGÚSTIA de acordar esterilizada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 set. 1991.

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1991. Cidade, p. 2.

³⁰⁵ Ibid.

³⁰⁶ BRASIL. op.cit. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*, 1993, p. 111.

³⁰⁷ Ibid.

As alegações médicas, que não estavam no prontuário mas que foram levantadas no processo e fundamentaram a esterilização, eram a idade de Sônia no momento da cirurgia (36 anos); RH negativo da paciente; uma suposta debilidade na gravidez anterior (ela sofreu uma queda, no entanto não apresentou nenhum problema de saúde na gravidez em questão) e a produção excessiva de líquidos (aspecto nunca apontado no pré-natal). Sônia Beltrão, por sua vez, informou que Dionísio Cavaleiro de Andrade havia lhe questionado antes do parto se havia interesse em realizar a laqueadura, “ao que ela houvera respondido que não, que discordava do método definitivo, que, de fato, não pretendia mais ter filhos, mas que não queria ser esterilizada”.³⁰⁸

O Conselho Regional de Medicina (CRM) atribuiu pena de um mês de suspensão do exercício profissional ao doutor Dionísio Cavaleiro de Andrade. Insatisfeita, Sônia Beltrão apelou ao Conselho Federal com a intenção de cassar o número de CRM do médico, para que servisse de exemplo e explicitasse o plano de controle da natalidade da população de baixa renda no Rio de Janeiro. No lugar disso, a pena foi rebaixada à “censura confidencial em aviso reservado”, ou seja, o médico foi apenas avisado de que cometeu uma infração ética.

A expectativa de uma punição mais severa se baseava no enquadramento da esterilização em lesão corporal grave pelo art. 129 do Código Penal, que previa pena de três meses a um ano em caso de ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem; em caso de lesão corporal grave, que resulta em perda ou inutilização de membro, sentido ou função, a pena de reclusão seria de dois a oito anos.³⁰⁹ Até então não existia nenhuma lei que regularizasse a cirurgia, sendo, portanto, interpretada por meio do Código Penal.

Sônia Beltrão é um grão de areia no projeto de controle da natalidade de projeção internacional que vinha sendo denunciado no Brasil desde a década de 1960, período em que se observa o início da queda expressiva na taxa de fecundidade de brasileiras. Seu caso veio a público somente após a sua contribuição na *Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a responsabilidade da incidência massiva de esterilização de mulheres no Estado do Rio de Janeiro*, instalada em março de 1991 pela deputada Lúcia Souto (PCB-RJ) - que também foi uma das depoentes da CPMI da esterilização. A repercussão de seu caso resultou em matérias jornalísticas e uma aparição no programa *Sem Censura*. O caso ficou ainda mais marcado após o depoimento de Sônia na *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a*

³⁰⁸ Ibid., p. 113.

³⁰⁹ Capítulo II Das Lesões Corporais, Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena – detenção, de três meses a um ano. Lesão corporal grave § 2º Se resulta: III – perda ou inutilização de membro, sentido ou função: Pena – reclusão, de dois a oito anos (BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940).

incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil, realizado na reunião do dia 30 de junho de 1992.

O caminho que levou à realização do que ficou conhecida como a “CPMI da esterilização” foi longo, cuja trajetória foi marcada por interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos, a presença de instituições financiadoras do controle da natalidade, sociedades civis comprometidas com a causa do controle da natalidade e diferentes setores da sociedade e movimentos sociais que se opuseram e denunciaram o uso abusivo de métodos contraceptivos em brasileiros.

Neste capítulo, apresentamos como a questão do controle da natalidade se delineou no Brasil e ganhou popularidade ao longo das décadas de 1960 a 1990. Demonstramos as parcerias e conflitos entre movimentos sociais que tratavam de uma temática que não apresentava consenso. E, por fim, analisamos a participação tardia de movimentos sociais, com ênfase aos movimentos feministas e negros, no debate demográfico e da saúde reprodutiva, visto que levaram mais de uma década para se apropriarem desta causa e ocuparem o protagonismo que lhes cabia. Válido mencionar que a participação desses movimentos, embora tardio, surgiu já marcando posição de denúncia e cobrança, com ênfase ao movimento de mulheres negras ao final da década de 1980, culminando na CPMI da esterilização, e propondo formas éticas de realização do planejamento familiar.

3.1 Intervenção estadunidense no Brasil a partir da década de 1960

Em 1950, o Conselho de Segurança Nacional do governo do presidente Harry S. Truman apresentou o documento National Security Council Report 68 ou NSC 68. Intitulado como *Objetivos e Programas dos Estados Unidos para a Segurança Nacional*, o documento apresentava os aspectos ideológicos do enfrentamento entre as agendas norte-americana e soviética.³¹⁰ Pensando estratégias para executar a Doutrina Truman, que pretendia conter o avanço da “ameaça comunista”, o texto do NSC 68 previa uma postura intervencionista por parte dos Estados Unidos, tanto militarmente quanto por meio de medidas econômicas, políticas e psicológicas.³¹¹ Uma de suas frentes de combate seria a “defesa dos povos colonizados”

³¹⁰ CHAVES, Wanderson. *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*. Curitiba: Editora Appris, 2019, pp. 70-71.

³¹¹ Ibid.

promovida pela URSS - com ênfase aos países asiáticos, que, segundo a avaliação do documento, eram “receptivas à perspectiva colocada pela ‘propaganda soviética’”.³¹²

As medidas de intervenção propostas pelo NSC 68 visavam conter a presença e influência soviética junto às instituições norte-americanas, seja por meio de organizações, seja por meio de pessoas alinhadas ou simpáticas à ideologia socialista soviética. Previa também uma propaganda extensiva, com o intuito de alinhar os povos contra as pretensões “totalitárias soviéticas”; defesa militar em lugares estratégicos, com ênfase na Europa e Ásia e na promoção de programas de modernização de países “atrasados” por meio de concessões de crédito e assistência. O documento, classificado como ultra-secreto até 1975, possuía um conteúdo que legitimava ações secretas por parte do governo dos Estados Unidos.³¹³

Já o início da década de 1960 foi marcado pela posse presidencial do democrata John F. Kennedy (1961-1963) nos Estados Unidos. O contexto de Guerra Fria, junto à manutenção da hegemonia norte-americana no ocidente, foram questões de política externa que Kennedy lidou em seu mandato. A influência da URSS fez com que os Estados Unidos formassem táticas para limitá-la.

Como o historiador Hugo Gonçalves Barbalho resume, havia o temor que a URSS promovesse uma reconfiguração geopolítica internacional favorável ao bloco socialista. Como exemplo disso, os países da América Latina eram parceiros em potencial dessa virada política, pois estavam interessados em consolidar projetos de desenvolvimento nacional e industrialização e a URSS estava disposta a estabelecer alianças. No Brasil, tanto a experiência nacional-desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek quanto a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros, foram sinais de alerta ao governo estadunidense de que o Brasil poderia se tornar uma potência latinoamericana,³¹⁴ com risco de pender ideologicamente ao socialismo soviético. Logo, enxergou-se a necessidade de alinhar o Brasil política, econômica e ideologicamente ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos.

Com a expansão do alcance soviético, a atividade de guerrilhas e a Revolução Cubana que acabara de acontecer (1959), os movimentos da esquerda, revolucionária ou não, eram impactados por uma série de acontecimentos internacionais que os estimulavam a se posicionar sobre a situação brasileira frente a um cenário de tensões ideológicas. A esquerda brasileira denunciava a relação entre a dependência econômica do Brasil com os Estados Unidos e o nosso

³¹² Ibid., pp. 71-72.

³¹³ Ibid., p. 72.

³¹⁴ BARBALHO, Hugo Gonçalves. *A área mais perigosa do hemisfério ocidental: O Nordeste do Brasil como problema político dos EUA (1961-1963)*. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020, p. 14.

subdesenvolvimento. Alguns posicionamentos chegaram até mesmo a defender a ruptura com o modelo econômico capitalista e imperialista como condição para a verdadeira independência das ex-colônias latino-americanas.

A percepção de que a América Latina se tornou um barril de pólvora comunista prestes a explodir saiu do campo das ideias e se tornou um risco real a partir da Revolução Cubana, que marcou a mudança do olhar estadunidense sobre os vizinhos do continente. Carlos Fico ressalta que, até então, predominava o “pouco caso” frente aos países latino-americanos.³¹⁵ A Revolução Cubana, porém, tornou presente o fantasma da Teoria do Dominó do governo Eisenhower (1953-1961), segundo a qual se um país se tornasse comunista, seus vizinhos logo tomariam o mesmo caminho.³¹⁶ Sob esse contexto, o presidente Kennedy afirmou em seu discurso de posse, em 1961, que:

Às repúblicas coirmãs ao sul de nossa fronteira, fazemos uma promessa solene: transformar as boas palavras em boas ações, em uma nova aliança para o progresso, a fim de ajudar homens e governos livres a se livrar das amarras da pobreza. Mas essa revolução pacífica da esperança não [pode tornar-se] presa de potências hostis. Saibam nossos vizinhos que nos uniremos a eles para nos opor à agressão e à subversão em cada canto das Américas. E saibam todas as demais potências que este hemisfério pretende continuar senhor de sua própria casa.³¹⁷

A tônica anticomunista estava posta e a Doutrina de Segurança Nacional de Contenção na América Latina foi reforçada.³¹⁸ Segundo Barbalho, houve o cuidado da administração Kennedy em atribuir um caráter científico e legítimo às intervenções estadunidenses na América Latina, que não pautava sua política externa unicamente no anticomunismo. Conceitos como “modernização”, “desenvolvimento” e “progresso” faziam parte do léxico intervencionista dos Estados Unidos, a fim de justificar suas interferências políticas, econômicas e sociais “como benignas para as nações por elas atendidas, seja a partir do

³¹⁵ FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Editora Senac, 2000, p. 178.

³¹⁶ TOTA, *Os americanos*. pp. 214-215.

³¹⁷ SILVA, Dinair Andrade da. Roteiro de análise de fonte primária – Discurso de Posse do Presidente John Fitzgerald Kennedy. In: *Histórias das Américas*. Disponível em: <<https://historiasdasamericas.com/americas/america-inglesa/america-inglesa-independente/discorso-de-posse-do-presidente-john-fitzgerald-kennedy/>>. Publicado em 29 de setembro de 2020. Acesso em 17 de maio de 2022.

³¹⁸ “A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção (DSNC) surgiu durante a Guerra fria como estratégia geopolítica dos Estados Unidos para conter a expansão do comunismo e a subversão por meio do alinhamento dos Estados, especialmente da América Latina, ao regime liberal-capitalista e à cooperação para a defesa coletiva do continente americano” (STEPHAN, Cláudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). *Conjuntura Global*, vol. 5, n. 3, set./dez, 2016, p. 537).

argumento de que atenderiam a interesses humanitários, auxiliariam a conter a subversão ou que promoveriam uma cooperação hemisférica voltada para desbloquear seu desenvolvimento.³¹⁹ As propostas de ajuda internacional foram a “deixa” para que governos e elites liberais brasileiras arquitetassem projetos e lançassem lideranças alinhadas aos propósitos dos Estados Unidos.

O desconforto gerado pela política externa independente do presidente Jânio Quadros, em 1961, e a posterior “tentativa ultra-otimista”, como caracterizou Carlos Fico, do presidente João Goulart com o Plano Trienal,³²⁰ foram suficientes para que os Estados Unidos permanecessem atentos às movimentações políticas e econômicas do Brasil. As elites brasileiras, especialmente as agrárias, criticavam projetos reformistas de justiça social, vistos como portadores de viés comunista, como as reformas agrária e universitária. Durante o governo Goulart (1961-1964) iniciou-se uma campanha interna de desestabilização política que recebeu apoio e financiamento da Casa Branca.

Nesse mesmo momento, verificou-se uma obsessão entre setores da grande mídia e as elites políticas e econômicas com o que consideravam ser um avanço iminente das ideias comunistas sobre os países latinoamericanos. O professor e pesquisador da área de Relações Internacionais, Felipe Pereira Loureiro, destaca que os Estados Unidos pretendiam, a princípio, “conter” as sociedades latino-americanas por meio de intervenções de longo prazo, como propôs inicialmente a Aliança para o Progresso,³²¹ de feição desenvolvimentista e democrática. No entanto, o que ocorreu na prática foi a priorização da “segurança nacional” em curto prazo, “desestabilizando governos locais em troca da ascensão de regimes militares fiéis aos Estados Unidos”.³²²

A forte oposição à posse presidencial de João Goulart, que resultou na recusa em admitir um mandato em condições normais em 1961, ilustra bem de que forma ocorreu a intervenção estadunidense. Após a renúncia de Jânio Quadros e, na sequência, com Jango retornando da China para assumir o cargo, sob ameaça de uma guerra civil, a solução encontrada pelo

³¹⁹ BARBALHO, *A área mais perigosa do hemisfério ocidental*, 2020, p. 16.

³²⁰ “[...] combinação de combate à inflação, crescimento econômico e reformas sociais” (FICO, *O Brasil no contexto da Guerra Fria*, 2000, p. 182).

³²¹ “[...] uma política de integração regional para as Américas criada pela Casa Branca, pela qual o governo dos EUA se dispôs a investir recursos técnicos e financeiros para desbloquear o desenvolvimento econômico e social das nações latino-americanas mediante um acordo multilateral, do qual o governo do Brasil foi um dos países signatários, que ficou conhecido como Carta de Punta Del Este, assinada em agosto de 1961” (BARBALHO, *op.cit.*, p. 13).

³²² LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 21.

Congresso foi a tramitação de uma Emenda Constitucional para implementar o sistema parlamentarista, que foi votada e aprovada em 2 de setembro de 1961. Foi nesse momento que os Estados Unidos intensificou tanto a propaganda ideológica anticomunista e pró-capitalista, quanto a intervenção no processo político brasileiro.

Acerca da disputa ideológica incentivada pelos Estados Unidos, Lincoln Gordon, o então embaixador dos Estados Unidos, confessou a contribuição milionária aprovada pelo presidente Kennedy para financiar a campanha eleitoral de candidatos a governador e de membros do Congresso pró-Estados Unidos e opositores de João Goulart nas eleições-gerais de 1962.³²³ O que nos chama atenção nessa sucessão de acontecimentos é o que Carlos Fico narra a seguir:

Um dia depois da eleição de outubro de 1962, chegou ao Brasil uma missão enviada pelo presidente John Kennedy, chefiada pelo investidor republicano William H. Draper e também integrada por representantes do Departamento de Defesa e outras agências governamentais, como a CIA, a USAID e o USIS. O grupo permaneceu quinze dias no Brasil, avaliando os resultados da eleição - que não foram muito felizes para as forças de oposição a Goulart, apesar do investimento norte-americano - e conversando com algumas autoridades e lideranças empresariais brasileiras.³²⁴

O trecho acima citado traz duas informações relevantes. Uma delas foi a presença de William Drapper no Brasil, um general do Exército norte-americano e vice-secretário da IPPF, cuja missão/comitê indicou em um relatório a superpopulação como o maior problema para os programas de ajuda econômica americana.³²⁵ A Agência para o Desenvolvimento Internacional acima mencionada (ou USAID na sigla em inglês ou simplesmente AID), é um órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de distribuir ajuda externa seguindo as diretrizes do Departamento de Estado americano. Em seu site oficial, a agência se define como:

a principal agência de desenvolvimento internacional do mundo e um ator catalisador que impulsiona os resultados do desenvolvimento. A USAID trabalha para ajudar a melhorar vidas, construir comunidades e promover a democracia. O trabalho da USAID promove a segurança nacional e a

³²³ FICO, *O grande irmão*, 2008, p. 77; “entre os quais Ademar de Barros, de São Paulo, Carlos Lacerda, da Guanabara, Cid Sampaio, de Pernambuco, Juraci Magalhães, da Bahia, e José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais”. LOUREIRO, *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)*, 2020, p. 22.

³²⁴ FICO, *O grande irmão*, 2008, p. 78.

³²⁵ FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, 1993, p. 92; BHERING, Marcos Jungmann. *Controle da Natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (1975-1994)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014, p. 41.

prosperidade econômica dos EUA; demonstra generosidade americana; e promove um caminho para a autoconfiança e resiliência do destinatário.³²⁶

Fundada pelo presidente Kennedy por ordem executiva, em 1961, seu objetivo era de liderar esforços humanitários e de desenvolvimento internacional do governo dos EUA. Essa agência foi a representante de Washington no Acordo de Cooperação Financeira e Técnica para o Desenvolvimento do Nordeste - uma manifestação regional da Aliança para o Progresso. Portanto, uma característica de sua atuação é o enfoque na região Nordeste, região essa que também recebeu atenção de programas de controle da natalidade no Brasil. O demógrafo Délcio da Fonseca Sobrinho narra como nesse mesmo período a questão sobre a explosão demográfica se tornou um assunto importado ao contexto brasileiro:

[...] no segundo semestre de 1961, no contexto da recém-nascida Aliança para o Progresso, um encontro viria plantar a semente do planejamento familiar em território brasileiro: Ofelia Mendonza, socióloga, representante de Honduras da ONU e, ao mesmo tempo, membro da diretoria da IPPF, entrou em contato com o Prof. Dr. Octávio Rodrigues Lima, Catedrático da Clínica Obstétrica da Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. A partir deste encontro, o Prof. Lima teve “sua atenção voltada para o problema do forte crescimento populacional no Brasil”.³²⁷

Desse modo, questionamos o porquê do enviesamento de programas intervencionistas com intenção de promover o “desenvolvimento” justo nesta região e de que forma isso se relacionou com práticas de controle da natalidade nordestina.

3.2 O Nordeste como uma ameaça

Definida como área de interesse do governo Kennedy, o Nordeste brasileiro se tornou o exemplo “da construção imagético-discursiva responsável por instituir a América Latina como uma área vulnerável ao comunismo”.³²⁸ O trecho retirado da sanção do presidente Kennedy sobre o plano de desenvolvimento do Nordeste brasileiro, de 1961, exemplifica essa construção de um lugar-problema e que, portanto, necessitava de atenção especial:

³²⁶ “USAID is the world's premier international development agency and a catalytic actor driving development results. USAID works to help lift lives, build communities, and advance democracy. USAID's work advances U.S. national security and economic prosperity; demonstrates American generosity; and promotes a path to recipient self-reliance and resilience” (USAID. Who we are. <<https://www.usaid.gov/who-we-are>>. Acesso em: 09 de junho de 2022.)

³²⁷ FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, 1993, p. 102.

³²⁸ BARBALHO, *A área mais perigosa do hemisfério ocidental*, 2020, p. 18.

NENHUMA ÁREA neste hemisfério exige maior atenção ou mais urgência do que o vasto Nordeste do Brasil. Cobrindo mais de 600.000 milhas quadradas e contendo quase 25 milhões de pessoas, o Nordeste do Brasil é uma das regiões *mais populosas* e atingidas pela pobreza da América do Sul. A renda per capita média mal chega a US \$ 100, em 18 cidades nordestinas a mortalidade infantil está entre 25 e 35%, e a área como um todo sofre de *superpopulação*, seca recorrente, escassez de alimentos e alto analfabetismo. *A esses problemas é adicionado um aumento anual da população de 600.000 [grifos nossos].*³²⁹

Junto à divulgação dos problemas sociais enfrentados pela região Nordeste, manifestava-se em diferentes veículos de comunicação norte-americano o risco de sua “cubanização”. A ascensão de lideranças de esquerda no Nordeste brasileiro reforçou o discurso do perigo comunista, como a eleição do governador de Pernambuco em 1962, Miguel Arraes (PST), e do deputado estadual Francisco Julião (PSB), líder de outro “problema nordestino”, as Ligas Camponesas. Sendo assim, um dos objetivos do governo Kennedy era impedir o avanço da influência soviética, que, segundo a opinião pública ocidental, aproveitava-se da pobreza nordestina para voltar os camponeses e mais pobres contra os Estados Unidos e os proprietários de terra.

Publicamente, havia uma dissimulação da intenção do investimento norte-americano. Desse modo, a Doutrina de Contenção estava em segundo plano, com o intuito de “desbloquear” o desenvolvimento econômico e social do Nordeste. Foi então aprovado pela Casa Branca o financiamento do I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963), formulado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma agência federal brasileira de planejamento regional dirigida pelo economista Celso Furtado. Se, por um lado, o Plano Diretor apresentava diretrizes de política econômica que pudessem nortear o Governo Federal para investir no desenvolvimento da região nordestina,³³⁰ por outro, os objetivos estadunidenses estavam ocultos na proposta de cooperação e só foram revelados posteriormente.

Havia a intenção de transformar o Nordeste em uma “vitrine da superação do atraso econômico e social”,³³¹ cujos resultados só teriam sido alcançados devido à cooperação com os

³²⁹ KENNEDY, John F. Statement by the President Concerning a Plan for the Development of Northeast Brazil, July 14, 1961, p. 508. In.: John F. Kennedy: 1961 – *containing the public messages, speeches, and statements of the president*, January 20 to December 31, 1961. Michigan: University of Michigan Library, 2005. Tradução de Hugo Gonçalves Barbalho. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/p/ppotpus/4730886.1961.001/566?page=root:rgn=full+text:size=100:view=image:q1=northeast>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

³³⁰ SUDENE. I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste: 1961-1963. Recife, Div. Documentação, 1966.

³³¹ *Ibid.*, p. 19.

Estados Unidos por meio da Aliança para o Progresso. O sucesso dessa parceria fortaleceria as relações diplomáticas com governos do Brasil, construiria uma imagem positiva da nação norte-americana frente a uma região que nutria sentimentos “antiamericanistas” e enfraqueceria as Ligas Camponesas.³³² Entretanto, em consequência disso, a USAID foi denunciada pela SUDENE e pelo governador Miguel Arraes por utilizar verbas do programa de cooperação para favorecer grupos políticos pró-EUA nas eleições gerais de 1962.³³³ Celso Furtado informou anos depois, em sua autobiografia, que a USAID apresentou um programa de desenvolvimento do Nordeste diferente do que constava em posterior relatório, que revelava “‘programas de curto prazo’, constituído de um conjunto de projetos destinados a obter forte impacto de opinião pública”, que deveriam influenciar nas eleições de 1962 e esvaziar as Ligas Camponesas.³³⁴

A mesma USAID que tentou influenciar nos resultados das eleições gerais de 1962 foi a que destinou altos valores ao campo das políticas de controle populacional poucos anos depois. Em parceria com a IPPF de Margaret Sanger e à Population Council do Rockefeller - ambas interligadas à Bemfam e todas mencionadas na CPMI da esterilização -, a USAID também contribuiu para a realização do estudo que compôs o Relatório Kissinger, de 1974. A USAID ou AID tornou-se uma das principais entidades financiadoras do controle demográfico no mundo e, coincidentemente ou não, o Nordeste brasileiro apresentou os maiores índices de esterilização.³³⁵

Nos dados apresentados no relatório final da CPMI de esterilização, de 1993, baseados nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1986, havia a estimativa que 45% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva estavam esterilizadas. Observou-se que os estados do Nordeste, Centro-Oeste e Norte lideravam os índices de esterilização:

³³² Ibid., pp. 18-19.

³³³ “A embaixada dos Estados Unidos afirmava que Arraes “cubanizaria” o Brasil se chegasse ao poder. Supondo que a influência do governador pudesse se espalhar por outros estados nordestinos, a equipe - integrada pelo cônsul-geral em Recife, pelo diretor da agência regional da USAID, pelo diretor da agência local do USIS, entre outros - recomendou ao governo americano “evitar, da maneira mais ampla possível, qualquer ação que possa fortalecer o prestígio de Arraes como um líder ou empreendedor econômico ou social” (FICO, *O grande irmão*, 2008, p. 78-79).

³³⁴ BARBALHO, *A área mais perigosa do hemisfério ocidental*, 2020.

³³⁵ BHERING, *Controle da Natalidade no Brasil*, 2014, p. 42.

— Maranhão	79,8%
— Goiás	74,7%
— Alagoas	64,3%
— Pernambuco	64,1%
— Piauí	62,7%
— Mato Grosso do Sul	61,3%
— Mato Grosso	55,5%
— Amazonas	55,4%
— Distrito Federal	55,5%
— Rio Grande do Norte	51,3%
— Paraíba	47%
— Paraná e Bahia	47%
— Rio de Janeiro	46,3%
— São Paulo	44,9%
— Minas Gerais	42,3%
— Santa Catarina	30,9%
— Rio Grande do Sul	22,6%

O Relatório Final também avaliou como “sintomático” o fato de que os estados e regiões com maiores índices de miséria e pobreza, que coincide com localidades com composição populacional de maioria negra, tais como o Nordeste e Centro-Oeste, sejam justamente os lugares com maior percentual de mulheres esterilizadas. E que “Por outro lado, em Estados de maioria branca, como por exemplo o Rio Grande do Sul, o índice de mulheres esterilizadas fica abaixo da média nacional”.³³⁶

Ao longo das reuniões da CPMI da esterilização, algumas falas reforçaram o foco de programas de controle da natalidade na região Nordeste. A deputada Lucia Braga (PDT/PB), enquanto natural de João Pessoa, voltou seu olhar para a região e disse durante 5ª reunião da CPMI, em 7 de maio de 1992:

Então, urge que denunciemos à Nação tais práticas, inclusive no Nordeste [...] no Nordeste o que vemos? Vemos a prática de doações de aparelhos laparoscópios aos obstetras que apresentarem às fundações, como a Fundação Rockefeller, a Ford Foundation e várias outras que apresentarem a estatística do maior número de laqueaduras realizadas no Nordeste.³³⁷

Em se tratando de uma ênfase maior no Nordeste, o que se observou, conforme fala da deputada e também depoente Lucia Souto (PCB/RJ), é que havia uma quantidade significativa de cirurgias de esterilização não pagas na região - a deputada fala de uma proporção de 60% de cirurgias pagas e 40% de não pagas, o que para ela demonstrava que havia um incentivo. Uma explicação possível para essa quantidade considerável de cirurgias gratuitas na região Nordeste

³³⁶ *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*, 1993, p. 10.

³³⁷ BRASIL. *Congresso Nacional*. Diário do Congresso Nacional, Brasília, ano XLVI, p. 737.

se devia à ação da Bemfam. Conforme depoimento da pesquisadora Maria Betânia Ávila, a Bemfam exercia “uma ação hegemônica no Nordeste, junto às mulheres de baixa renda”, sem preocupação com a saúde física e mental das mulheres dessa região.³³⁸

3.3 As primeiras denúncias do projeto de controle da natalidade no Brasil

O historiador Marcos Bhering observou que a questão do controle da natalidade já vinha sendo defendida por médicos brasileiros antes mesmo da década de 1960 em revistas especializadas de Ginecologia e Obstetrícia. Mas, foi na segunda metade do século XX que esse debate se intensificou no Brasil. Em uma publicação em defesa da contenção da natalidade no ano de 1960 pelo médico ginecologista Antonio Vespasiano Ramos, Bhering identifica uma leitura afinada com o que era divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), dirigida por Julian Huxley (seu primeiro diretor-geral, em 1945), associando a fome e a pobreza com a superpopulação.³³⁹

Outro exemplo foi o discurso realizado pelo pediatra e diretor do então Departamento Nacional da Criança³⁴⁰, Jaime Freire de Vasconcelos. Em matéria publicada na Folha de S. Paulo, no dia 1º de fevereiro de 1960, o médico avaliou que o Brasil se tornaria um país de párias dentro de 60 anos, assim como na Índia. Devido aos supostos problemas enfrentados na natalidade, mortalidade e produção insuficiente de alimentos no Brasil, o pediatra acentuou que “um dos mais sérios problemas com que se vem defrontando a atual geração brasileira é a questão demográfica. Justificava-se, até há pouco tempo [...] o conceito de que o Brasil era um país subpovoado, mas os dados estatísticos atuais comprovam que a situação se inverteu [...]”.³⁴¹

³³⁸ BRASIL. *Congresso Nacional*. Diário do Congresso Nacional, Brasília, Ano XLVII, 5 de agosto de 1992, p. 4.

³³⁹ BHERING, Marcos Jungmann. Planejamento Familiar e Controle da Natalidade: agências internacionais e atores locais no Brasil (1960-1980). In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, XIV, 2010, Rio de Janeiro.

³⁴⁰ Segundo os historiadores Thiago da Costa Lopes e Marcos Choir, o decreto-lei de criação do Departamento Nacional da Criança define o órgão como sendo de “coordenação e normatização dos serviços de proteção materno-infantil do país, incluindo, entre suas atribuições: a realização de inquéritos sobre os ‘problemas sociais’ da maternidade, da infância e da adolescência; a promoção de campanhas de conscientização pública; e a orientação e a fiscalização dos estabelecimentos estaduais, municipais e particulares de assistência à infância. A lei estipulou ainda a criação de um Fundo Nacional de Proteção à Criança para angariar donativos de particulares. Valendo-se do discurso da cooperação social, os médicos puericultores apelavam para o envolvimento das elites econômicas e de atores sociais que, na visão desses profissionais, seriam capazes de exercer influência junto às populações dos municípios, como o prefeito, o juiz de menores e a professora primária. A iniciativa particular no terreno da proteção materno-infantil deveria receber auxílio financeiro e orientação do Estado”.

³⁴¹ O BRASIL, dentro de 60 anos, poderá ser um país de párias. Folha de S. Paulo, São Paulo, 1 de fevereiro de 1960.

À vista disso, evidencia-se a existência de adeptos da teoria neomalthusiana que ganhava força e investimento. O demógrafo Délcio da Fonseca Sobrinho mencionou em seu livro *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil* alguns outros exemplos da década de 1960 de ações efetivas de entidades civis no sentido do controle da natalidade ainda de forma incipiente:

Em 1963 foi fundad[o] [...] o Serviço de Orientação à Família - SOF, em São Paulo. Em 65, a Faculdade de Medicina da UMG, em Belo Horizonte, iniciou a distribuição de diafragmas, num programa financiado pela Fundação Ford. Em Recife, no mesmo ano, foi deflagrada, pelo Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco, uma Campanha de Planejamento Familiar “porque nenhum governo pode controlar um crescimento desordenado da população”.³⁴²

Para o grande público, notamos uma maior divulgação dessa temática a partir da segunda metade da década de 1960. No dia 21 de janeiro de 1965, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria intitulada “Sociólogos estudam no Brasil a limitação da natalidade”, informando que essa foi a primeira vez que um grupo de professores de sociologia da Pontifícia Universidade Católica se encarregaram de estudar e formular uma política demográfica de âmbito nacional. Informou-se também que esse grupo de professores mantinha “entendimentos finais com entidades especializadas dos Estados Unidos” e pretendia realizar uma pesquisa que abrangesse dados demográficos de todo o Brasil.³⁴³

O economista neomalthusiano e membro do Conselho Nacional de Economia, Glycon de Paiva - que viria a ser o tesoureiro da Bemfam -, prestou depoimento ao *Jornal do Brasil*, em que apresentou seu ponto de vista favorável ao controle da natalidade, afirmando ser aquele momento “às vésperas de um problema catastrófico para a humanidade e, em particular, para o Brasil”. Sua projeção era de que o Brasil teria 225 milhões de habitantes no ano 2000 e em seus estudos, ele compreendia que os recursos naturais do país possuíam capacidade de suprir satisfatoriamente somente 100 milhões de brasileiros, sendo este o limite populacional ideal. Em 1965, Glycon de Paiva compreendia que a população brasileira estava próxima a esse limite e havia a necessidade de agir para impedir esse cenário. Trazendo exemplos de políticas bem sucedidas de restrição da natalidade, como a Suécia e o Japão - este último apontado como tendo um plano de “êxito” ao instituir uma lei de “proteção eugênica” em 1948 -, o economista avalia o caso do Brasil:

³⁴² FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, 1993, p. 100.

³⁴³ COUTINHO, Luiz Paulo. Sociólogos estudam no Brasil a limitação da natalidade, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1965, p. 16.

O Conselho Permanente da Política Demográfica, se concretizado seus planos, será o primeiro passo para a criação de uma política demográfica no Brasil. A iniciativa terá o apoio do Governo Federal e estão sendo mantidos entendimentos finais com entidades particulares americanas, com larga experiência no assunto, que trarão ao Brasil técnicos e meios de organizar-se uma pesquisa inicial sobre o problema demográfico em todo o território nacional [...].³⁴⁴

Também na segunda metade da década de 1960, médicos opositores de políticas de controle da natalidade denunciaram em congressos e em suas produções a ocorrência de métodos de esterilização e distribuição irrestrita de contraceptivos para brasileiras. Há evidências de que essas denúncias tiveram início no Brasil em 1966. Um importante episódio que desencadeou as denúncias foi a notícia que o governo brasileiro pediu ajuda ao governo norte-americano para estudos demográficos que pudessem conduzir para a formulação de um programa de controle da natalidade.

Essa informação constava no relatório da Subcomissão de Dotações da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, divulgado em Washington no dia 3 de agosto, ao longo de uma explanação feita por Dean Rusk, Secretário de Estado norte-americano, sobre as relações dos Estados Unidos com países em desenvolvimento. Divulgou-se que tal ajuda também foi solicitada pela Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, Jamaica, Coréia do Sul, Paquistão e Turquia.³⁴⁵ Congressistas receberam a notícia com espanto e repúdio, pedindo uma confirmação oficial ao Governo sobre a questão. O médico e deputado Britto Velho (Arena) manifestou que:

Considero que o Governo não tem essa autoridade de pedir auxílio do Governo americano para tratar do controle da natalidade em nosso país. Melhor seria que procurasse medidas capazes de limitar os atos institucionais e complementares. [...] Será que o Brasil [...] praticamente vazio, deve a esta altura tratar do controle da natalidade? Acho até afrontoso que esse problema seja objeto de entendimento entre nosso Governo e o americano e que uma Subcomissão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, sem qualquer conhecimento do Congresso brasileiro, discuta e examine essa questão.³⁴⁶

³⁴⁴ COUTINHO, Luiz Paulo. op.cit.

³⁴⁵ GOVERNO quer controlar a natalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1966, p. 1; BRASIL pede ajuda aos EUA para controlar natalidade. Id., p. 3.

³⁴⁶ CÂMARA pede informações sobre o controle da natalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1966, p. 7.

Os Ministérios do Planejamento e das Relações Exteriores desmentiram o pedido de ajuda financeira ao governo norte-americano para financiar estudos sobre o controle da natalidade. Mesmo com a negação dos ministérios, a matéria do *Jornal do Brasil* do dia 6 de agosto de 1966 coloca em dúvida a inocência de entidades brasileiras com essa história:

Apesar da contestação, ninguém ignora que existe uma corrente do pensamento neomalthusiano no Brasil pregando a execução imediata de programas de controle da natalidade, em contraposição ao pensamento presumivelmente dominante dos que veem nas pressões do crescimento demográfico brasileiro um fator de estímulo ao desenvolvimento econômico do país, no presente estágio de rarefação populacional e de territórios a ocupar.³⁴⁷

A matéria ainda fala em termos de “derrotismo” acerca da corrente neomalthusiana, que, segundo ela, não vê potencial de desenvolvimento no país e busca soluções estrangeiras para solucionar peculiaridades brasileiras, por enxergar que o país está “fadado a afirmar-se e a ultrapassar fatalmente as barreiras do subdesenvolvimento”.³⁴⁸ Essa leitura do Brasil remete aos degeneracionistas e eugenistas que não viam muitas possibilidades de sucesso em um país cuja população representa o entrave para o desenvolvimento. De todo modo, houve uma oposição unânime ao controle da natalidade na Câmara Federal, em um entendimento que a grande questão a ser enfrentada é a mortalidade infantil. O deputado do MDB, Afonso Arinos Filho frisou:

Quem deseja, de fato, o controle da natalidade, dentro deste País, são sobretudo certas classes da oligarquia econômico-financeira, serviços do capitalismo nacional e estrangeiro, para as quais é necessário que se mantenham um aumento reduzido da população, para que ele possa ser atendido pelo aumento também reduzido da produtividade, dentro do sistema econômico-social vigente.³⁴⁹

Contudo, o Ministro do Planejamento, Roberto Campos, respondeu em entrevista no dia 23 de agosto de 1966 que o governo brasileiro promoveu naquele momento estudos demográficos, embora não tratasse do controle da natalidade. Em resposta aos jornalistas, o ministro manifestou a necessidade de aprofundar os estudos e a criação de um Centro

³⁴⁷ CONTROLE da natalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1966, p. 6.

³⁴⁸ *Ibid.*

³⁴⁹ CONTROLE da natalidade tem oposição unânime na Câmara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1966, p. 7.

Demográfico, mas que para a tomada de decisão havia de se esperar um pronunciamento da Igreja Católica.³⁵⁰

A repercussão da temática ganhou maior proporção no ano seguinte, quando noticiado em matéria do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, no dia 4 de março de 1967, o requerimento de informação acerca das denúncias “sobre medidas postas em prática pelo governo para a efetivação do controle da natalidade”. Encaminhado à presidência da República, tal requerimento foi enviado pelo deputado Mário Martins, em tom de reprovação. Essas denúncias incluíam medidas que iam “desde o uso [de] anticoncepcionais e esterilização de mulheres brasileiras até o apoio financeiro do Tesouro para viagens de médicos do serviço público ao exterior para a participação em congressos ou cursos de restrição de natalidade”.³⁵¹

Segundo a matéria, esse requerimento foi desencadeado por um telegrama da United Press International (UPI), de Washington, datado do dia 2 de março de 1967, no qual divulgava textualmente que “o Brasil pediu ajuda aos Estados Unidos para resolver seu problema demográfico - informou ontem, nesta cidade a Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), que recebeu pedido brasileiro nesse sentido”.³⁵² Em suma, esse requerimento continha as seguintes demandas:

O sr. Mário Martins pretende saber mais, se em caso de ser verídico o telegrama, quais os termos desses pedidos e respectivas datas, bem como quais os textos dos estudos e conclusões que teriam aconselhado a política de controle da natalidade no Brasil e quais os órgãos ouvidos e seus pareceres sobre a questão.

Em caso contrário, o parlamentar pretende saber quais as medidas que o governo tomou no sentido de desmentir o telegrama e as denúncias feitas em Congressos Médicos Brasileiros quanto ao emprego, em hospitais públicos, de anticoncepcionais e processos de esterilização da mulher brasileira “à revelia das pacientes internadas”.³⁵³

Ainda repercutindo o telegrama da UPI, no dia 8 de março de 1967 o *Diário de Notícias* publicou em uma coluna redigida pelo deputado Mário Martins, no qual se posicionou sobre a possibilidade de haver um plano de contenção da natalidade de brasileiros. Nele, Martins revelou que no ano anterior já circulava um telegrama que revelava que o Secretário de Estado, Dean Rusk, comunicou à Câmara dos Representantes dos Estados Unidos o pedido de ajuda do

³⁵⁰ CAMPOS confirma: natalidade está preocupando o Governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1966, p. 3.

³⁵¹ MARTINS indaga: o governo já controla a natalidade? *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1967, p. 3.

³⁵² *Ibid.*

³⁵³ *Ibid.*

Brasil para estudos demográficos que pudessem contribuir na construção de um programa de controle da natalidade. Martins comentou que

Na ocasião as autoridades brasileiras apresentaram um chocho desmentido. É possível que o mesmo torne a ocorrer agora. Não basta isso, porém. Estamos diante de um dos mais graves fatos até aqui atribuídos ao atual Governo brasileiro, tanto por solicitar ajuda estrangeira para um assunto estritamente do interesse do Brasil, quanto por estar defendendo um objetivo inteiramente contrário aos interesses nacionais e em franca oposição à consciência do povo brasileiro.³⁵⁴

Mário Martins falou em termos de “traição à pátria” e “extermínio em massa”, uma vez que o Estado supostamente promovia “à revelia da Nação, secretamente, friamente, impedindo que nascessem milhões de crianças brasileiras” e completa: “Assim, além de lesa-pátria, o atual Governo teria de ser classificado em crime de genocídio”. Sua avaliação é de que havia uma tentativa de barrar o crescimento e o potencial do Brasil de se tornar o maior país da América. O paralelo com a Alemanha nazista logo foi feito:

A verdade é que sob o raciocínio nazista de que só os mais capazes é que devem procriar, lá, a Alemanha, por motivos raciais e, aqui, por pretextos econômicos, a guerra à criança brasileira se encontra subterraneamente desencadeada e, ao que parece, por inspiração estrangeira, isto é, do próprio Governo dos Estados Unidos. Dizem eles que temos excesso de bocas que não poderão ser eternamente alimentadas por “Tio Sam”.³⁵⁵

E a justificativa do controle da natalidade se valer da Segurança Nacional não foi convincente. Martins questionou: “Que filosofia de segurança nacional é essa que não procura preservar o direito de nascer em nosso solo”.³⁵⁶ Dois dias depois, o deputado não desistiu de sua denúncia e aprofundou o debate em uma coluna no *Jornal do Brasil*, intitulada *Crime na América*, onde explicou as razões que levaram à baixa repercussão de uma denúncia que vinha ganhando novos aliados e novas evidências da veracidade da acusação:

Há mais de um ano que as denúncias vinham ao conhecimento público. Não repercutiam. Como se fossem batidas de cabeças contra um muro concreto. Tratava-se do maior crime que alguém já cometeu contra o Brasil. Nem assim havia eco. Uns não acreditavam, outros temiam acreditar. Pior do que isso, receavam que o Governo acreditasse que eles estavam acreditando nas denúncias. Enquanto isso os criminosos, em conluio com as nossas autoridades de então, tinham os passos livres, por ninguém eram detidos em

³⁵⁴ MARTINS, Mário. Descendentes de Herodes, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de março de 1967, p. 6.

³⁵⁵ Ibid.

³⁵⁶ Ibid.

sua satânica missão. Eram agentes norte-americanos, sob mil disfarces. Disfarces desnecessários, por sinal. Já que tinham autorização oficial para realizar os processos que julgassem mais adequados. Éramos uma terra sem dono, ou melhor, uma terra que se agachava e pedia um senhor, conforme os planos governamentais da ocasião. Jornais denunciavam. Eu mesmo, no Senado e aqui desta coluna, dei o meu grito. Entidades médicas alertavam a Nação. Mas ninguém se mexia. Sacerdotes clamavam em brados de condenações. Não adiantava. Um dia os próprios jornais norte-americanos revelaram que o Governo do Marechal Castelo Branco havia pedido o concurso das autoridades norte-americanas para a terrível tarefa. Houve uns desmentidos chochos, sem qualquer ronco de protesto. Depois, dentro do Senado dos Estados Unidos o alarma se repetiu com mais ênfase, já aí sem lugar para mais dúvidas: o Governo do Brasil, de fato, solicitara do Governo dos Estados Unidos ajuda para desenvolver uma campanha de restrição da natalidade em nossa terra. Nem assim o poderio político-militar do Governo abalou. O sr. Castelo Branco tinha carta branca para tudo, inclusive para organizar uma matança em moldes genocidas, exterminando seres aos milhares, ainda nos úteros das mulheres. Tudo isso foi dito, apesar dos IPMs [Inquéritos Policiais Militares], das cassações de direitos políticos, das prisões, das exonerações nos cargos públicos e nas empresas privadas.³⁵⁷

Martins revela que diferente do que se imaginavam as primeiras denúncias de médicos, a esterilização compulsória ocorria em todas as partes do Brasil, não somente na Amazônia.

Em matéria do dia 30 de outubro de 1968, o deputado Mário Martins apareceu mais uma vez repercutindo declarações comprometedoras acerca da intervenção estadunidense no assunto do controle da natalidade:

as declarações do sr. Robert McNamara [então presidente do Banco Mundial], angulando o problema dos empréstimos à América Latina como substanciosos, se os países interessados aceitarem a tese do Banco Mundial, no sentido do controle da natalidade, são a primeira confissão oficial de que houve, realmente, interesse de alguns setores nortes-americanos na esterilização de mulheres brasileiras.³⁵⁸

Ainda no ano de 1967, o jornalista Waldemar Pacheco de Oliveira veiculou uma denúncia que repercutiu em outras reportagens de mesma temática na imprensa nacional. A acusação de que havia uma “esterilização maciça” de mulheres na Amazônia, em cidades como Araguaína, Tocantinópolis, Porto Franco, Estreito Goiano, Estreito Maranhense, Mosquito, Imperatriz e Açailândia por meio da ação de missionários norte-americanos da Igreja Evangélica do Brasil, cujo método utilizado era a implantação de DIUs. Sobrinho informa que o então ministro da Agricultura, Ivo Arzua, foi até o local e constatou a veracidade das

³⁵⁷ MARTINS, Mario. Crime na América, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1967, p. 7.

³⁵⁸ MCNAMARA confessa intenção americana de esterilização. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de outubro, p. 3.

denúncias. Desse modo, por meio de um requerimento do deputado Mário Covas, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar a conveniência ou não de um plano de limitação da natalidade em nosso país. Segundo Sobrinho, “A Comissão ouviu 25 depoentes, realizou 31 reuniões, reuniu algumas centenas de documentos sobre o assunto, mas não concluiu seus trabalhos”. Devido a um período de tensões políticas, em que vários deputados federais do MDB tiveram seus mandatos cassados e a conclusão final da CPI nunca foi redigida.³⁵⁹

De todo modo, Sobrinho apresentou passagens de depoimentos reveladores dos bastidores do projeto de controle da natalidade. Destacamos aqui dois deles, um do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, que revelou que bispos brasileiros foram sondados por representantes da Aliança para o Progresso sobre um possível apoio a programas de controle da natalidade no Centro-Oeste e Nordeste. O outro depoimento é o do já mencionado Glycon de Paiva, economista que se tornou diretor-tesoureiro da Bemfam, que tornou explícitas as bases ideológicas que fundamentaram a ação desta entidade:

Há uma grande dificuldade para as pessoas verem o óbvio evidente, ululante, como diz Nelson Rodrigues, que é o excesso populacional atrapalhando o desenvolvimento (...).

O meu problema é evitar o agravamento desta situação. Essa gente não está influenciando na economia do País. Essa gente está pesando inteiramente sobre os outros. Há alguma coisa a fazer para o enriquecimento da sociedade. E não posso conceber esse enriquecimento quando o País anualmente por via uterina recebe 2,6 milhões de pessoas novas para fazer o quê? (...) Que capacidade de remuneração posso dar a esses indivíduos deseducados, com vocabulário reduzido de 250, 300 palavras? Essa gente me parece gravosa ao sistema social. Ela está pesando como um resto na economia brasileira. *Não vou matá-la. Apenas quero que a biologia o faça.*³⁶⁰

O caráter eugenista dos apoiadores do controle da natalidade foi constantemente evidenciado, muito embora negado e disfarçado por aqueles que compreendiam a gravidade de se afirmar eugenista. Mas, de todo modo, “essa gente” a quem Glycon de Paiva se refere, deseducados e de vocabulário reduzido, desempregados e considerados inúteis para a sociedade, os quais a “biologia” deveria matar, pertencem a uma classe social e possuem, em sua maioria, a mesma cor de pele.

Outro depoente da CPI da esterilização de 1967 e destacado opositor do avanço de práticas que visavam o controle da natalidade, foi o médico Mário Victor de Assis Pacheco

³⁵⁹ FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, 1991, pp. 109-111.

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 111.

(1909-1987). Assis Pacheco foi um importante combatente de políticas de controle da natalidade e de investimento do dinheiro público em campanhas de caráter antinatalista. Defendia que a decisão de quando e quantos filhos ter era de exclusividade dos casais. Ginecologista de formação, Assis Pacheco se tornou major-médico do Exército Ativo, exercendo o cargo de chefe do serviço de ginecologia da Policlínica Central do Exército, no Rio de Janeiro. Após integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), tornou-se coronel-médico. Cassado em 1964, o médico contrariou as tendências do governo de Castelo Branco, uma vez que se opunha ao avanço de multinacionais em território brasileiro, defendendo a reforma agrária e justiça social como formas de combate à pobreza no Brasil. Tornou-se inimigo das multinacionais e vítima de ataques e calúnias de representantes da indústria multinacional de medicamentos.³⁶¹

Seu posicionamento se alinhava a um entendimento de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” utilizado na Teoria da Dependência, cuja notoriedade encontrou o ápice na década de 1970. Segundo o economista argentino Claudio Katz, embora essa seja uma teoria usualmente associada ao marxismo, a Teoria da Dependência também teve vertentes liberais e desenvolvimentistas.³⁶²

A vertente marxista compreendia o subdesenvolvimento de países periféricos como fruto do “confisco imperialista” de seus recursos. Katz explica que “[os marxistas] combinaram esse legado com certas peculiaridades da América Latina para explicar a reprodução econômica dependente e a inserção internacional subordinada da região”. A vertente liberal, inspirada em Fernando Henrique Cardoso, assumia a dependência somente no campo político, rejeitando a contraposição entre dependência e desenvolvimento, visto que defendia o desenvolvimento a partir da associação com empresas transnacionais. E, por último, houve a vertente desenvolvimentista, patrocinada pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da qual o médico Assis Pacheco aparentemente compactuava. Ainda segundo Katz, essa vertente tinha como característica a promoção de “uma combinação de dependentismo e industrialismo, [que] propici[aria] a regulação estatal da economia e avaliz[aria] propostas da reforma agrária”.³⁶³

O engajamento de Mário Victor de Assis Pacheco no combate às campanhas de controle de natalidade vinha de uma longa trajetória que tratava desse tema, reafirmada em palestras e

³⁶¹ Mario Pacheco: a luta pela preservação da individualidade do ser humano. *Saúde em Debate*, n. 19, set./out. 1987, pp. 149-150.

³⁶² KATZ, Claudio. *Teoria da Dependência: 50 anos depois*. Editora Expressão Popular, 2020, n.p.

³⁶³ Ibid.

livros com alta vendagem. Em 1968, no título *Neocolonialismo e controle de natalidade*, Mário Victor denunciou a forte inserção de propaganda antinatalista no Brasil. A argumentação de que o Brasil deveria se manter agrário e controlar sua população para que, desta forma, pudesse se desenvolver economicamente foi questionada pelo médico, que pergunta em sua introdução:

Mas, terá a história registrado em qualquer época em algum país que tenha se desenvolvido economicamente com a simultânea estagnação ou diminuição de seus índices de crescimento populacional?

Estarão com razão os chamados neomalthusianos, defensores da contenção da natalidade, ao temerem que o mundo, especialmente o subdesenvolvido, continue com as elevadas taxas atuais de nascimentos?

Estará o Brasil correndo o real perigo de se ver impossibilitado de proporcionar alimentos, empregos, habitação, instrução e serviços públicos para os que têm privilégio de nascer neste País, qualquer que seja a cor de sua pele?³⁶⁴

Sua resposta foi “não” para todas as questões. Assis Pacheco acreditava que o Brasil se desenvolveria a partir do estímulo à natalidade, para que assim tivesse “mais braços para trabalhar” e ocupasse o vasto território nacional.³⁶⁵ O alarmismo de que o planeta não seria capaz de suprir em alimentos a numerosa população mundial, que se expandia principalmente em países subdesenvolvidos, foi invalidado pelo médico por meio da leitura de dados estatísticos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que demonstravam que o aumento da produção alimentar (de 3%) era superior ao crescimento demográfico (de 1,5%) em um mesmo espaço de tempo.³⁶⁶

Por um lado, havia quem defendesse o controle da natalidade para impedir a explosão demográfica, como o professor francês da Escola de Altos Estudos Sociais, Gaston Bouthoul, que em 1954 manifestou que a tal explosão demográfica seria um “entrave no progresso material e moral” e se perguntava “Qual o erro em impedir de ter mais de dois filhos os camponeses amazônicos, africanos, hindus ou chineses?”³⁶⁷ Por outro lado, Assis Pacheco denunciava o que seria o real interesse em conter a natalidade nos países subdesenvolvidos, que seria “Para não perturbar a tranquilidade ociosa dos que dominam, os neocolonialistas pregam a contenção da natalidade entre os subdesenvolvidos, a fim de que não aumente o ‘exército’ de

³⁶⁴ Ibid., p. 15.

³⁶⁵ Mário Victor de Assis Pacheco diz que o delegado se chamava Walter C. Lowdermilk, porém em pesquisa em sites de busca, esse nome corresponde a de um geólogo norte-americano falecido no ano de 1974.

³⁶⁶ PACHECO, *Neocolonialismo e controle da natalidade*, 1968, p. 21.

³⁶⁷ A omissão da mulher negra. *Sinba*, Ano 2, n. 3, ago. 1979.

descontentes reivindicadores”.³⁶⁸ De certo, o ex-presidente liberal da Colômbia e diplomata, Alberto Lleras, concordava com essa leitura sobre a contenção da natalidade, visto que no dia 9 de julho de 1965 afirmou perante a Subcomissão de Ajuda ao Exterior do Senado norte-americano que a explosão demográfica na América Latina estava “fomentando miséria, *pressões revolucionárias*, fome muitos outros problemas potencialmente desastrosos, em proporções que excedem nossa imaginação” [grifo nosso], de modo que a única solução seria o controle da natalidade.³⁶⁹

Assis Pacheco compactuava com o posicionamento de um delegado nigeriano narrado em seu livro - do qual não mencionou o nome -, quando em uma conferência internacional tentaram incluir o controle da natalidade como uma de suas resoluções. Mesmo que a Nigéria fosse atingida pela fome naquele momento, a resposta do delegado foi de que: “Isto [o controle de natalidade] é um embuste do homem branco para conservar em níveis baixos o número de negros. Nós queremos mais gente para ter mais poder nos conselhos mundiais”.³⁷⁰

3.4 As agências financiadoras de programas de controle da natalidade no Brasil

Muito embora se saiba que a pesquisa voltada à fisiologia da contracepção recebia financiamento desde, pelo menos, a década de 1940, sendo a Fundação Rockefeller uma representante desse investimento,³⁷¹ foi em meados da década de 1960 que países membros da ONU passaram a ter um maior envolvimento em assuntos populacionais. O Relatório Kissinger nos informa que, em 1967, foi criado o Fundo Fiduciário pelo então Secretário-Geral da ONU, Maha Thray Sithu U Thant, com o intuito de financiar trabalhos no campo populacional. Em 1969, o Fundo foi renomeado para Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA na sigla em inglês),³⁷² cujas funções se destinavam:

- (a) para construir o conhecimento e a capacidade de responder às necessidades dos segmentos da população e do planejamento familiar;
- (b) para promover a conscientização tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento sobre as implicações sociais, econômicas e ambientais dos problemas populacionais;
- (c) para expandir a assistência aos países em

³⁶⁸ PACHECO, *Neocolonialismo e controle da natalidade*, 1968, p. 2.

³⁶⁹ POPULAÇÃO demais provoca pressão revolucionária, diz ex-presidente colombiano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1965, p. 2.

³⁷⁰ *Ibid.*, pp. 19-20

³⁷¹ MANICA, Daniela Tonelli. Rudimentos da tecnociência reprodutiva: experimentações, biopolítica e a trajetória de um cientista. In: FONSECA, Cláudia; MACHADO, Paula Sandrine; ROHDEN, Fabíola (orgs.). *Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

³⁷² *Ibid.*, p. 106.

desenvolvimento; e (d) para promover programas populacionais e coordenar projetos apoiados pelo UNFPA.³⁷³

A criação da UNFPA, que contou com a participação da USAID, é apenas uma parte do conjunto de organizações que trabalharam e investiram na questão da população. A própria USAID, que lançou seu primeiro programa voltado para o controle da natalidade em 1965, exigiu cerca de 625 milhões de dólares para atividades populacionais.³⁷⁴ Segundo a NSSM 200, a cooperação de organizações e grupos privados em nível nacional, regional e mundial foi essencial para o sucesso de estratégias populacionais abrangentes, pois:

Esses grupos fornecem importantes contribuições intelectuais e apoio político, assim como a prestação de serviços e informações sobre o planejamento familiar e serviços de saúde. Em alguns países, as organizações privadas e voluntárias são o único meio de fornecer serviços e materiais de planejamento familiar.³⁷⁵

Um exemplo de agência internacional privada presente no Brasil é a Fundação Ford. Fundada em 1936 na cidade de Detroit, nos Estados Unidos, a Fundação Ford é uma organização filantrópica com o objetivo de financiar projetos que visem o avanço de valores progressistas relacionados ao bem-estar, sustentabilidade e desenvolvimento humano e econômico. Tal descrição foi retirada do livro *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*, publicado em 2002, que neutralizou quaisquer sinais de polêmica envolvendo a atuação da instituição.

O historiador Wanderson Chaves alerta sobre o destaque que publicações memoriais dão à “benevolência [na] trajetória institucional” da Fundação,³⁷⁶ omitindo seu envolvimento com o Departamento de Estado - responsável pelas relações internacionais dos Estados Unidos, com a finalidade de proteger os interesses norte-americanos e implementar iniciativas de política externa -, e a CIA na execução de políticas de inteligência e propaganda do governo norte-americano.³⁷⁷ A credibilidade da Fundação foi um importante elemento na sua capacidade de penetração em espaços acadêmicos e na sua participação na formação de agendas. Wanderson Chaves nos explica o porquê:

³⁷³ “(a) to build up the knowledge and capacity to respond to the needs in the population and family planning fields; (b) to promote awareness in both developed and developing countries of the social, economic, and environmental implications of population problems; (c) to extend assistance to developing countries; and (d) to promote population programs and to coordinate projects supported by the UNFPA” (Ibid.)

³⁷⁴ NSSM 200, p. 85.

³⁷⁵ Ibid., p. 107.

³⁷⁶ CHAVES, *A questão negra*, 2019, p. 27.

³⁷⁷ Ibid., p. 24.

A desconfiança de estudantes e intelectuais em relação às instituições norte-americanas, particularmente as governamentais, aparentemente não afetava a Fundação [Ford], já que seu trabalho de relações públicas era competente no convencimento de que a organização era independente de governos, politicamente livre e neutra no desenvolvimento de sua agenda de apoio a intelectuais e grupos de pesquisa³⁷⁸.

Seus fundamentos, porém, estavam fortemente entrelaçados aos ideais liberais e suas ações aos interesses governamentais estadunidenses. O Relatório Gaither, documento elaborado a partir da formação de grupos de trabalho que realizaram pesquisas nas mais diversas áreas (economia, humanidades, medicina, ciências sociais, ciência política e educação), definiu de que maneira a Fundação Ford deveria conduzir seus investimentos. O documento sugeria que a Fundação Ford investisse e influenciasse “nos enfrentamentos entre o ‘mundo livre’ e o comunismo”, pauta em voga na agenda internacional norte-americana.³⁷⁹ Wanderson Chaves prossegue:

A intervenção da Fundação Ford, segundo prescrevia o Relatório Gaither, se daria pela formação de quadros e recursos humanos, esforço que deveria ser voltado à educação de elites. Essa proposta de intervenção, como veio a se tornar um princípio muito bem observado nas operações da instituição, era de mobilização intelectual. Conforme o relatório, deveriam ser visadas dentre as metas principais desse [sic] esforço de formação, influir em dinâmicas universitárias, econômicas e governamentais, orientar o debate sobre o combate à pobreza e sobre a modernização social no sentido dos princípios de bem-estar defendidos pela Fundação e alastrar a defesa da chamada “agenda da democracia”, isto é, da centralidade da livre concorrência, da igualdade de oportunidades e da elevação do padrão de vida como valores políticos em todas as sociedades³⁸⁰.

Para Chaves, o objetivo da Fundação Ford era o de formar quadros intelectuais que produzissem a favor do “princípio capitalista de desenvolvimento”.³⁸¹ Segundo a psicóloga Maria Cecília de Mello e Souza, os investimentos na “missão de promover o desenvolvimento” em países da periferia ocidental datam desde 1950³⁸², com ênfase ao final dessa década, graças à Revolução Cubana e o processo de descolonização da África. Não à toa, a Fundação Ford foi precursora no patrocínio dos melhores centros de estudos africanos e latino-americanos.³⁸³

³⁷⁸ Ibid., p. 91.

³⁷⁹ Ibid., pp. 38-39.

³⁸⁰ Ibid., p. 44.

³⁸¹ Ibid., p. 102.

³⁸² SOUZA, Do controle populacional à saúde reprodutiva, 2002, p. 135.

³⁸³ CHAVES, op. cit., p. 102.

Mas uma vez alinhada ao discurso de combate ao subdesenvolvimento, a Fundação Ford foi uma importante contribuinte para a reflexão e construção de políticas de desenvolvimentismo, que se tornaram carro chefe na atração de lideranças nas regiões de interesse, deixando os discursos anticomunistas mais implícitos.³⁸⁴ Na América Latina, especificamente, o investimento da Fundação Ford se voltou aos órgãos de pesquisas e formação ligados à CEPAL³⁸⁵, cujo posicionamento era favorável ao desenvolvimentismo.

Quanto à questão populacional, até a década de 1970 foi “a maior fonte individual de incentivo e apoio à pesquisa básica e aplicada em biologia reprodutiva voltada para o controle da fecundidade”.³⁸⁶ Mello e Souza revela que a Fundação Ford investiu 260 milhões de dólares entre os anos de 1952 e 1983 em atividades voltadas para essa temática nos Estados Unidos e no resto do mundo. Houve uma redução de investimento a partir da década de 1970 - década que o governo norte-americano preparou o Relatório Kissinger -, momento em que “as atividades financiadas pela Fundação, como os programas nacionais de planejamento familiar, começaram a receber assistência de organizações internacionais, como o Banco Mundial”.³⁸⁷

Em 1963, a Fundação Ford formulou o programa População, inaugurado na matriz de Nova York. Suas prioridades foram elencadas por Mello e Souza: “1) pesquisa e formação de pessoal nos aspectos biomédicos da reprodução, com o objetivo de criar e aprimorar métodos contraceptivos; 2) estudos demográficos e formação de pesquisadores locais e especialistas em demografia”.³⁸⁸ Informou-se que foi por meio desse programa que a área de demografia, bem como programas de planejamento familiar, aprofundamento do conhecimento biomédico sobre reprodução e o debate público sobre políticas populacionais foram desenvolvidas.³⁸⁹

Porém a parceria entre pesquisadores/as e a Fundação Ford acerca de tecnologias reprodutivas, contraceptivos e planejamento familiar muitas vezes não foi vista com bons olhos pelos críticos de sua atuação no Brasil, mesmo que tenham existido trabalhos financiados que eram opostos aos projetos de controle da natalidade.

Ainda segundo a psicóloga Mello e Souza, a partir de 1980, na medida em que ficavam prontos os resultados de pesquisas na área de população e natalidade no Brasil e no mundo, houve uma mudança de postura da Fundação Ford frente à questão da explosão demográfica. Concluiu-se que “O desenvolvimento seria condição necessária e orientadora do controle da

³⁸⁴ Ibid., p. 93.

³⁸⁵ Ibid., p. 104.

³⁸⁶ SOUZA, op.. cit, p. 135.

³⁸⁷ Ibid., p. 136.

³⁸⁸ Ibid. p. 131.

³⁸⁹ Ibid., p. 132.

fecundidade”, ou seja, houve um reconhecimento por parte da Fundação Ford que a alta taxa de natalidade não gera pobreza, mas sim o contrário. Observou-se que “As propostas de mulheres e para mulheres passa[ra]m a receber apoio, bem como os projetos voltados para a saúde materno-infantil e para a sobrevivência de bebês e crianças pequenas”.³⁹⁰

A SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, fundada legalmente em 1981 em Recife, mas que já promovia atividades desde 1979-1980, foi uma dessas instituições que recebeu financiamento da Fundação Ford.³⁹¹ Suas fundadoras são reconhecidas ativistas que denunciam a esterilização em massa, como as pesquisadoras Maria Betânia Ávila (e também depoente da CPMI da esterilização) e Sonia Correa. Portanto, cabe a reflexão que a atuação dessas entidades possuíam caráter dúbio, uma vez que atuavam em projetos que se contradiziam nos objetivos.

A professora e médica Nilcéa Freire (1953-2019) em entrevista ao CPDOC, em 2012, avaliou a mudança de posicionamento da Fundação Ford acerca da questão de saúde reprodutiva e controle da natalidade enquanto reitora da UERJ, que contribuiu para a efetivação da parceria entre esta universidade e a Fundação Ford na década de 1990:

Nós falamos anteriormente que uma das coisas importantes da Ford é a capacidade de responder [às] conjunturas e [de] revisitar sua estratégia. Agora, isso é para o bem e para o [mal], não é? Porque nem sempre embarcou-se no barco certo. E a Ford apoiou o movimento à época bastante forte no chamado [...] terceiro mundo, que correspondia a uma corrente da demografia importante que era a corrente do controle da natalidade. [...] e a Ford acabou apoiando as iniciativas de controle da natalidade não só no Brasil como em outros países. Eu diria que o pecado maior não foi apoiar uma corrente de pensamento, [mas]... essa corrente se materializou em práticas muito violadoras de direitos: as ligaduras involuntárias, trompa, a distribuição indiscriminada de anticoncepcionais sem critério, enfim, acho que esse foi um momento que deixa ainda algumas cicatrizes, que a Ford depois tenta se redimir, se redime de certa forma quando ela apoia também muito fortemente o processo inverso, quando ela adota o conceito de direitos sexuais e reprodutivos, de saúde sexual e reprodutiva e implementa globalmente, alguns programas do Brasil especificamente, durante muitos anos a Ford teve um programa de saúde sexual e reprodutiva que permitiu que algumas discussões acontecessem no Brasil como, por exemplo, a discussão do aborto, a discussão do planejamento familiar.

Sendo assim, há a defesa de que não houve uma má intenção prévia por parte da Fundação Ford em seus primeiros investimentos na área do controle da natalidade. É o que

³⁹⁰ SOUZA, Do controle populacional à saúde reprodutiva, 2002, p. 132.

³⁹¹ ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Maria Betânia de Melo Ávila (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (0h 51min).

também defendeu Ana Toni, diretora da Fundação Ford no Brasil de 2003 a 2011, que, em entrevista ao CPDOC, refletiu sobre decisões que nem sempre foram tomadas de forma consciente e como só se compreende posteriormente a dimensão de certas escolhas:

É muito mais fácil olhar para a história e ver... Agora, acho que uma coisa que a Fundação Ford em geral aprendeu e eu acho que nós temos de estar sempre conscientes é que a ciência e as novas técnicas não são politicamente neutras. [...]. Tudo vai depender de como ela é usada. Então, apoiar isso ou aquilo depende muito de você assegurar de como isso vai ser utilizado. A mesma coisa com controle e métodos contraceptivos, não é? Não que ele é [sic] bom ou ruim, é como ele é usado. Então, eu acho que isso é um aprendizado para todos e eu acho que no nosso caso, para o escritório brasileiro, nós temos isso muito consciente. Mais do que apostar em metodologias específicas ou em ciências específicas, nós, de novo, acreditamos muito nos atores sociais e políticos que vão ter interlocução com essas metodologias, com essas técnicas.³⁹²

Ainda na mesma entrevista, Ana Toni menciona as fortes críticas que a Fundação Ford e suas parceiras receberam de grupos de mulheres negras, especialmente do grupo Crioula, do Rio de Janeiro, devido ao apoio ao controle populacional nas décadas de 1960 e 1970, chegando a recusar doações da Fundação Ford. Embora pareça pouco estratégico a recusa de financiamento, o histórico de contribuições da Fundação em políticas controlistas, bem como de uma agenda racista, não contribuiu para reduzir a desconfiança de grupos de movimentos negros para com essa instituição.

No Brasil, a Fundação Ford ainda financiou projetos em universidades públicas, como na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade de Brasília (UnB) e, principalmente, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A avaliação de Mello e Souza sobre o trabalho coordenado por Elsimar Coutinho compreende que suas pesquisas foram pioneiras e “se destacaram por mais de uma década com uma das quatro principais estratégias do programa”, com reconhecimento internacional, recebendo financiamento também da OMS e da Population Council,³⁹³ fundada por John D. Rockefeller. As congratulações ao programa de Elsimar Coutinho ignora a série de denúncias de racismo que seu trabalho esteve envolvido, muito embora faça menção às polêmicas frente ao movimento feminista:

³⁹² TONI, Ana. Ana Toni (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 38min), p. 27.

³⁹³ SOUZA, *Do controle populacional à saúde reprodutiva*, 2002, p. 138.

A pesquisa científica do dr. Coutinho, bem como as atividades da Bemfam, foram e continuam sendo alvo de críticas de grupos feministas. Apesar dos avanços científicos e das repercussões internacionais desses estudos, ambos promoveram direta ou indiretamente o uso de métodos contraceptivos inseguros e inaceitáveis.³⁹⁴

Omitiu-se, portanto, os escândalos de violação dos direitos das mulheres envolvendo e de cunho racista do médico Elsimar Coutinho, não reconhecendo, mais uma vez, o envolvimento problemático da Fundação Ford na questão populacional.

3.5 As instituições promotoras do controle da natalidade no Brasil

Foi realizada no Rio de Janeiro a XV Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia, entre os dias 22 e 26 de novembro de 1965, com a presença de médicos, sociólogos, advogados, teólogos e economistas. Segundo Dêlcio da Fonseca Sobrinho, o tema do planejamento familiar foi o centro das discussões dessa jornada sob o viés religioso, sócio-econômico e de saúde pública. No último dia de evento, em sua última sessão, a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (Bemfam) foi fundada, cujo primeiro presidente também era um dos organizadores do evento, o médico Walter Rodrigues.³⁹⁵

A Bemfam foi registrada em fevereiro de 1966, era filiada à IPPF de Margaret Sanger e adotou como estratégia afirmar-se como uma combatente do “aborto criminoso” para legitimar o planejamento familiar no Brasil. A historiadora Mariana Damasco informa que a estratégia de relacionar controle da natalidade ao combate ao aborto tinha como modelo as ações de agências norte-americanas, como a AID.³⁹⁶ Seu presidente, Walter Rodrigues, declarou em um dado momento que

Não se justifica a proibição do uso da pílula anticoncepcional, porque assim estaremos contribuindo para a prática do aborto criminoso. O controle está sendo feito às avessas, a mortalidade está aumentando cada vez mais e os meios escusos, por falta de ação oficial, se tornam mais frequentes.³⁹⁷

³⁹⁴ Ibid.

³⁹⁵ FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, 1993, pp. 103-104.

³⁹⁶ DAMASCO, Mariana Santos. *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009, p. 99.

³⁹⁷ MÉDICO quer controle da natalidade no país para evitar aborto criminoso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1965.

Apontada pelo Relatório Final da CPMI da esterilização como uma das principais instituições brasileiras que executava projetos de população, o trabalho da Bemfam consistia em reunir em torno de si uma série de entidades filiadas capazes de distribuir pílulas anticoncepcionais e implementar DIUs, bem como promover simpósios e palestras que visavam a divulgação e ampliação das bases de apoio para seu projeto. Sobrinho afirma que, mais do que distribuir métodos contraceptivos, o principal produto da Bemfam era “a construção de um discurso de convencimento, de uma ideologia justificativa do planejamento familiar”. Uma vez que a própria entidade identificava seu trabalho como “um processo de transformação sócio-cultural”, o demógrafo pontuou que:

A Bemfam organizou sua estratégia em três “Níveis de Ação”, cada um com seu objetivo específico. O primeiro, nível “Alto”, com o objetivo de “motivação direta a autoridades governamentais, líderes políticos, religiosos e comunitários”. O segundo, nível “Médio”, dedicado à “motivação, informação e treinamento de pessoal que, direta ou indiretamente, possa trabalhar em Planejamento Familiar. O terceiro e último nível, “Baixo”, para “motivação e mudança de atitudes da população para com o Planejamento Familiar, e prestação de serviços clínicos, como demonstração e forma de envolvimento”. Em todos os três “Níveis de Ação”, como se vê, “mudar a cabeça das pessoas”, ou seja, construir um discurso de convencimento, uma ideologia do Planejamento Familiar que pudesse tornar-se hegemônica, é a prioridade claramente explícita.³⁹⁸

Nesse sentido, a implementação do planejamento familiar na agenda política brasileira estava prevista pela Bemfam por meio de três etapas. A primeira, seria a criação de grupos de base por meio de motivação, informação e educação, além de criação de clínicas, financiadas “quase que integralmente pela Sociedade” - em letra maiúscula, sugerindo o envolvimento de organizações voluntárias envolvidas com a temática. A segunda seria a expansão das atividades da Sociedade Civil, de acordo com as demandas e a realidade presente. E, por último, seria a total participação do Governo Federal, “tomando para si a responsabilidade de oferecimento de serviços de Planejamento Familiar, tornando uma realidade para todas as classes sociais o direito de receber informações e meios para praticarem a paternidade responsável [sic]”.³⁹⁹

Mesmo com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, a Bemfam atuou em todo o Brasil. Em exemplo disso, a matéria de 24 de maio de 1967, o *Diário do Paraná* noticiou sobre as práticas da sociedade civil desde sua fundação:

³⁹⁸ FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, 1993, pp. 106-107.

³⁹⁹ *Ibid.*, pp. 106-108

Mais de setenta mulheres residentes em Santa Quitéria (bairro de Curitiba) estão usando as <<serpentinhas>>, <<cobrinhas esterilizantes>> ou <<espirais>>. Também no bairro do Guabirota mulheres vem usando o mesmo método como forma de evitar o nascimento de mais filhos. *Todas elas residem em favelas ou barracões*, sendo que os DIUs foram colocados pela Sociedade de Bem-Estar Familiar no Paraná e pela Associação Brasileira de Planejamento Familiar. [grifo nosso].⁴⁰⁰

Alegando discriminação contra a Bemfam, sua Secretária Executiva, Carmen Calheiros Gomes, contrapõe as más impressões difundidas sobre a instituição, resumindo o trabalho e objetivos da Bemfam em seu depoimento à CPMI da esterilização em 1992:

A Bemfam trata do planejamento familiar não como um fator demográfico. Esse assunto interessou à Bemfam desde a sua fundação, há 27 anos. Hoje em dia, todos falam em planejamento familiar, que está na Constituição de 88. Em 84, o Ministério da Saúde implantou um programa, inserindo um componente de planejamento familiar. Mas, há 27 anos, a Bemfam vem defendendo o planejamento familiar como medicina preventiva, como uma ação que vai prevenir contra riscos da gravidez e contra práticas como, por exemplo, o aborto numa gravidez não desejada, ou mesmo a esterilização por parte de mulheres que não têm absolutamente acesso a todos os serviços e a todas as informações a respeito de outras alternativas que seriam reversíveis e mais adequadas.

Quem fundou a Bemfam? Foram 177 pessoas profissionais, professores universitários e, principalmente, ligados à área médica. Onde a Bemfam atua? Ela atua em duas áreas, em dez clínicas próprias que estão em oito diferentes estados do Sul, do Sudeste e do Nordeste. A Bemfam dá cooperação técnica através de convênios; ela tem 1.110 convênios, sendo que 76% deles são com órgãos públicos e 24%, com associações comunitárias, empresas, especialmente as destinadas a homens, como metalúrgicas e da construção civil, em que dela faz um trabalho de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, e de Aids; sindicatos, etc. Como entidade filantrópica, ela tem, como estrutura, um corpo de 500 voluntários, em que se destacam médicos, professores universitários, advogados, sociólogos, enfermeiras, psicólogos, economistas e líderes comunitários.

Nesses convênios, ela colabora com treinamento, exames citológicos, palestras educativas, provisão de material educativo [...] a respeito de anticoncepcionais disponíveis e aprovados pelo Ministério da saúde. Nas clínicas próprias, realiza palestras educativas e assistência em ginecologia, pré-natal, anticoncepção, prevenção do câncer e ginecológico e prevenção DST/ AIDS. Além disso, para que se conheça a realidade do segmento a que se destina todo esse trabalho, apoia e realiza pesquisas sociais no âmbito da saúde materno-infantil e do planejamento familiar.⁴⁰¹

⁴⁰⁰ VARASSIN, Raul Antônio. Sinal verde para a pílula (II): mulheres curitibanas já usam “serpentinhas”. *Diário do Paraná*, Curitiba, 24 de maio de 1967, p. 6.

⁴⁰¹ BRASIL. *Congresso Nacional*. Diário do Congresso Nacional, Brasília, Ano XLVII, N. 33, 21 de agosto de 1992, p. 1596.

As denúncias que se voltaram à Bemfam, porém, demonstram uma atuação diferente do que se alegava. A deputada Lucia Souto identificou a citada sociedade civil como uma entidade de “maior porte” em matéria de controle da natalidade por meio de denúncias de mulheres que foram esterilizadas sem consenso. Contudo, uma característica observada nesta investigação é que embora a queda na natalidade seja perceptível, os dados não estavam devidamente declarados:

As cirurgias são, em geral, realizadas - e é uma coisa interessante também que procuremos trabalhar no Rio de Janeiro, pois embora seja extremamente visível o impacto do resultado dessa política, é extremamente invisível pela maneira como é realizada [...] Agora, no Rio de Janeiro, nós solicitamos à direção da DATAPREV dados de município por município, estabelecimento por estabelecimento, para saber como é que estava sendo realizada, onde e de que maneira, e não conseguimos, praticamente, nenhum dado. O que conseguimos foram dados indiretos, procurando a Secretaria Municipal de Saúde, uma por uma, e que solicitamos essas informações, e 40% dessas Secretarias nos responderam, sendo que as respostas totalmente discrepantes, porque isso não está em prontuários, não tem nada, uma vez que não é uma coisa permitida do ponto de vista legal. Então, é uma coisa inapreensível, digamos assim, do ponto de vista até de fazer uma avaliação, um estudo de como é que essa esterilização maciça está sendo realizada.⁴⁰²

A Bemfam, junto ao grupo do Dr. Elsimar Coutinho, ligado à UFBA, recebeu apoio da Fundação Ford desde a criação e foi um dos principais beneficiários do programa População, recebendo cerca de 5,4 milhões de dólares que foram destinados à sua sede na Maternidade Escola da UFRJ. Sobre o destino de tamanho investimento, temos a informação que:

a Bemfam começou com uma rede nacional de cerca de trinta clínicas nas principais cidades. Com o financiamento da Fundação, foi criado um programa experimental de clínicas em pequenas cidades e zonas rurais. A rede chegou a compreender cerca de oitenta clínicas de planejamento familiar em quatro estados, com programas inovadores de distribuição comercial de contracepção. Num financiamento que se estendeu até 1978, [...] destinados a pesquisas sobre os efeitos colaterais da contracepção, a estudos sobre distribuição comercial de contracepção no Brasil, a treinamento e a serviços de informação e educação na área de planejamento familiar. Suas pesquisas incluíram ainda testes clínicos como o DIU de cobre em forma de Y.⁴⁰³

A contribuição da Fundação Ford à Bemfam decresceu a partir de 1974, momento em que a IPPF completou o orçamento. Embora o assessor do programa da Fundação, Robert McLaughlin (1971-1973) e representante assistente (1974-1975) tenha reconhecido a

⁴⁰² Idem, N. 17, 28 de maio de 1992, p. 739.

⁴⁰³ SOUZA, Do controle populacional à saúde reprodutiva, 2002, p. 136.

controvérsia que a Bemfam esteve envolvida, ele “atribuiu-a mais à falta de informação e de compreensão sobre o que é a Bemfam e sobre o que faz do que a quaisquer objeções da parte da sociedade civil”.⁴⁰⁴ Como se observa, não há um reconhecimento das violações realizadas em território brasileiro.

Dez anos após a fundação da Bemfam, foi fundado o Centro de Assistência Integrada à Mulher e à Criança (CPAIMC) no Rio de Janeiro. Seu fundador, o ginecologista Hélio Aguinaga (1916-2015)⁴⁰⁵, fez carreira no Hospital São Francisco de Assis (HSFA), cuja tradição, desde o século XIX, era o de atendimento à população pobre⁴⁰⁶. Sua formação no HSFA foi responsável pelo caráter filantrópico do CPAIMC, que, segundo o Relatório Final da CPMI:

São finalidades do CPAIMC: desenvolver trabalho educativo e assistencial, treinamento e capacitação de recursos humanos, aplicação de tecnologias apropriadas na área de planejamento familiar, disseminação de informações sobre cuidados básicos de saúde, com ênfase na atenção ao grupo materno-infantil.⁴⁰⁷

De acordo com Sobrinho, o contato entre Aguinaga e Leslie Scofield garantiu a assinatura de um Acordo Internacional de Assistência Técnica que criava o Centro. Ainda segundo o demógrafo, a equipe do CPAIMC se dedicou desde sua criação à estabelecer contato em busca de fundos para iniciar o projeto, sendo a Christian Aid, IPPF, USAID, Pathfinder Fund, Ferman Aid e a Ford Foundation alguns exemplos. Sua atuação incluía firmar convênios com serviços médicos de vários estados.⁴⁰⁸

As denúncias sinalizavam que a CPAIMC se tornou uma das principais entidades a promover a esterilização. Segundo seu fundador, o elevado número de esterilizações se justificava pela CPAIMC ser a única instituição no Rio de Janeiro que cobrava um preço razoável àquelas mulheres que tinham uma indicação, isto é, que tiveram uma gravidez de alto

⁴⁰⁴ Ibid., p. 137.

⁴⁰⁵ Hélio Aguinaga, nascido em Lençóis Paulistas, São Paulo, no dia 8 de junho de 1916, foi um médico ginecologista de projeção. Foi Chefe de Clínica Ginecológica, em 1946, e Chefe do Serviço de Ginecologia, em 1969, pelo hospital-escola São Francisco de Assis e Chefe do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia da Policlínica de Pescadores do Ministério da Agricultura nos anos de 1944 e 1945. Foi membro da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, entre outras sociedades médicas. Em 1975 fundou o Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à Mulher e à Criança (CPAIMC), motivo pelo qual também foi um dos depoentes da CPMI da esterilização em 1992 (BHERING, Marcos Jungmann. *Controle da Natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (1975-1994)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014).

⁴⁰⁶ Ibid., p. 18.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 63

⁴⁰⁸ FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, 1993, pp. 138-139

risco. Mas afirmou que “78% das mulheres que vêm aos nossos serviços querem fazer esterilização, e não chegam a 10% aquelas que realmente fazem a esterilização”.⁴⁰⁹

Em depoimento à CPMI da esterilização na 13ª reunião, realizada no dia 23 de junho de 1992, o dr. Hélio Aguinaga inicia sua defesa à desconfiança e denúncias de controle da natalidade de brasileiras alegando a injusta citação de que o CPAIMC seria um vilão. Sua fala ressalta os poucos recursos e falta de apoio governamental dessa sociedade civil, assim como chegaram a receber projetos de agências internacionais com objetivos específicos, mas nunca houve um projeto voltado à ligadura de trompas. Em uma passagem, Aguinaga narra de que maneira o planejamento familiar era visto pelo próprio governo:

O planejamento familiar, nessa altura, era alguma coisa como fora da lei, aqueles que se envolviam com planejamento familiar eram olhados até com um certo descaso, como se estivessem praticando algum crime. Conto sempre a história que nessa ocasião tive oportunidade de falar com o Ministro da Saúde, e quando citei a ele que o meu programa continha uma atividade de planejamento familiar, ele se assustou, levantou a mão e foi depressa fechar a porta, como se eu tivesse, naquela ocasião, proposto alguma coisa desonesta, alguma coisa pornográfica. E, nessa ocasião, como médico que toda vida fui, não passei nunca de ser senão um tratador de doente, um indivíduo, cuja grande atividade foi sempre com a população carente; conhecia o problema; estava absolutamente convencido de que o planejamento familiar deveria fazer parte de um bojo de atividades de saúde no complexo de atividades materno-infantil, achei que tínhamos que levar o programa em frente. Mais de uma vez essa ideia foi proposta, e disseram-nos: aceitamos o seu programa, mas retire o planejamento familiar.⁴¹⁰

O historiador Marcos Bhering, entretanto, ressalta o valor ambivalente do CPAIMC. Se, por um lado, havia, de fato, visões progressistas de seus membros, cujos objetivos incluíam “expansão do acesso à saúde para mulheres das populações marginalizadas, ideias de integralidade e atenção primária em saúde”, por outro lado, havia também perspectivas neomalthusianas de controle da natalidade e contenção do aumento populacional.

Ao longo da CPMI de 1992, essas duas sociedades civis foram apontadas como responsáveis por viabilizar cirurgias de esterilização, sobretudo em mulheres de classes sociais mais baixas. A disseminação massiva e criminoso da esterilização, considerando que a prática ainda era proibida no Brasil, passou a ser uma pauta importante nos movimentos feministas e negros, que observavam a taxa de fecundidade das brasileiras cair em rápida velocidade, ao mesmo tempo em que inexistia uma política de planejamento familiar nacional estruturada pelo

⁴⁰⁹ BRASIL. op.cit., 5 de agosto de 1992, p. 27.

⁴¹⁰ Ibid., p. 19.

Estado. Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos de População*, Elza Berquó⁴¹¹ informa que a taxa de fecundidade, antes sem alterações significativas, a partir da década de 1960 passou a decair de 3% a 2,9% ao ano, avaliado por ela como uma redução substancial na fecundidade.⁴¹²

A queda da natalidade se tornou ainda mais acentuada entre as décadas de 1970 e 1980. Enquanto a média na década de 1970 era de 5,8 filhos por mulher, nos anos 1980, era de 4,2.⁴¹³ É observada uma queda de 25% na taxa de fecundidade no Brasil.⁴¹⁴ Uma das razões para uma queda tão acentuada foi a disseminação de pílulas contraceptivas e do dispositivo intra-uterino (DIU)⁴¹⁵ e a facilitação de acesso à esterilização por clínicas conveniadas às sociedades civis que promoviam o controle de natalidade no Brasil.

Comparando dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1986, e pela Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), em 1996, a esterilização foi o segundo método contraceptivo mais utilizado no início da década de 1980, perdendo somente para a pílula anticoncepcional. No entanto, a laqueadura passou a ocupar o primeiro lugar ao sofrer um aumento de 31,1% para 40,1% entre os anos de 1986 e 1996, enquanto a pílula declinou de 28,7% para 20,7%⁴¹⁶.

O perfil e a forma de acesso à cirurgia de esterilização também são aspectos relevantes na análise da alegação do uso abusivo desse método contraceptivo. Pesquisa realizada pelos médicos Elizabeth Meloni Vieira e Nicholas Ford, em 1994, apontou para uma maioria de mulheres das regiões Sul e Sudeste que optaram pela esterilização realizada após uma cesariana e pagaram do próprio bolso pela cirurgia. Ainda segundo Vieira e Ford, os “resultados mostram que 80% das mulheres de baixa renda na região metropolitana de São Paulo haviam arcado elas

⁴¹¹ Elza Salvatori Berquó, nascida em Guaxupé, Minas Gerais, no dia 17 de outubro de 1931, formada em matemática pela PUC-Campinas, tornou-se especialista em estatística e demografia, destacando-se por abrir frentes de pesquisa em áreas consideradas inesperadas. Estudou a reprodução humana na cidade de São Paulo, em meados dos anos 1960, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), e observou pela primeira vez uma queda na fecundidade das mulheres paulistanas. Fundou o Núcleo de Estudo de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo-Unicamp) e foi sua coordenadora entre 1982 e 1994, sendo uma das depoentes da CPMI da esterilização em 1992 (MARCOLIN, Neldson. Pesquisa Fapesp. In: *Elza Berquó: Marcas do pioneirismo na demografia: Pesquisadora que revelou as mudanças no comportamento reprodutivo do brasileiro quer saber mais sobre os jovens*. Dez. 2017).

⁴¹² BERQUÓ, Elza. Sobre a política de planejamento familiar no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 4, n. 1, 1987, p. 95.

⁴¹³ *Ibid.*, p. 95.

⁴¹⁴ CORRÊA, Sonia; Ávila, Maria Betânia. Direitos Sexuais e Reprodutivos – Pauta Global e Percursos Brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 44.

⁴¹⁵ Na década de 1960, o DIU também era denominado como serpentina e cobrinha.

⁴¹⁶ BERQUÓ, Elza. Ainda a questão da esterilização feminina no Brasil. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (orgs.). *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999, p. 115.

mesmas pelo procedimento”. Já o demógrafo Andre Junqueira Caetano, em pesquisa publicada no ano 2000, demonstrou haver um quadro diferente na região Nordeste, onde “43,2% das esterilizações foram realizadas em momento diferente do parto e menos de 20% foram pagas pela usuária, sendo o médico (57,6%) ou o político (19,4%) as pessoas que providenciaram o procedimento”.⁴¹⁷

Dados como esses ressaltam a necessidade de diferenciar e investigar as mulheres que optaram pela esterilização de forma autônoma (conscientes ou não da existência de outros métodos contraceptivos) e as que foram coagidas por figuras de autoridade; entre as que realizaram a cirurgia a despeito de uma cultura médica desfavorável à cirurgia de esterilização (caso da região Sul) e as que tiveram contato com médicos favoráveis à cirurgia de esterilização e campanhas anti-natalistas (padrão observado nas regiões Norte e Nordeste).

Para uma investigação mais apurada do tom utilizado nas campanhas de controle da natalidade/planejamento familiar, fazia-se necessário dar voz às protagonistas e principais vítimas desta trama. Mas por que elas demoraram tanto para participar de um debate dessa envergadura para os direitos das mulheres? Em que momento passou-se a compreender que o assunto do planejamento familiar tinha como ponto central a conquista e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos?

⁴¹⁷ CAETANO apud. VIEIRA, Elisabeth Meloni. Políticas pública e contracepção no Brasil. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 169.

Capítulo 4

“Acho que uma mulher deve ter o controle de seu corpo [...] Eu não tinha controle do meu corpo e fiquei arrasada desde que descobri que foi isso que aconteceu comigo. Eu nunca tive a chance de dizer sim ou não”
(Elaine Riddick)⁴¹⁸

O Relatório Kissinger fez uma breve menção ao direito das mulheres e a sua inserção no mercado de trabalho como estratégia para limitar a natalidade, porém esses tópicos não receberam o tratamento prioritário. Destacamos como exemplo a única declaração do Relatório acerca do direito das mulheres no Plano de Ação da População Mundial transcrita no trecho a seguir:

As mulheres têm o direito de se integrar completamente no processo de desenvolvimento, particularmente através de uma participação igualitária nas esferas educacional, social, econômica, cultural e política. Além disso, devem ser tomadas as medidas necessárias para facilitar esta integração também nas responsabilidades familiares, que devem ser totalmente compartilhadas por ambos os parceiros.⁴¹⁹

De modo geral, o Relatório não dedica muitas linhas para refletir e sugerir frentes de ação voltadas às mulheres. Há, contudo, uma compreensão de que a promoção de níveis mínimos de educação e maiores oportunidades de emprego, sobretudo para as mulheres, contribuiria para o alcance dos objetivos populacionais. Recomendou-se, assim, a criação de programas de planejamento familiar e serviços relacionados, visando a prevenção de gravidezes indesejadas; eliminação de esterilidade involuntária ou sub fecundidade; aumento da educação, principalmente das mulheres; melhoria da condição de vida das mulheres e a garantia, por parte

⁴¹⁸VENKATARAMANAN, Meena. She survived a forced sterilization. Activists fear more could occur post-Roe. *The Washington Post*, Washington, 24 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/history/2022/07/24/forced-sterilization-dobbs-roe/>>.

⁴¹⁹ “Women have the right to complete integration in the development process particularly by means of an equal participation in educational, social, economic, cultural and political life. In addition, the necessary measures should be taken to facilitate this integration with family responsibilities which should be fully shared by both partners” (NSSM 200, pp. 68-69).

do governo, da plena participação de mulheres na vida educacional, econômica, social e política de seus países, em igualdade com os homens.⁴²⁰

Quanto à intenção de divulgar e convencer representantes de países menos desenvolvidos sobre a importância do controle da natalidade, o Relatório Kissinger enfatiza a necessidade de formação de lideranças capacitadas para convencerem sujeitos chave da importância da questão populacional:

(f) Assegurar, também, a assistência para líderes dos países menos desenvolvidos no relacionamento de políticas populacionais e programas de planejamento familiar com diversos setores de desenvolvimento sanitário, nutrição, agricultura, educação, serviços sociais, sindicatos trabalhistas, *atividades mulheris* e o desenvolvimento comunitário [grifo nosso].⁴²¹

Entendemos que por “atividades mulheris” o Relatório se referia à movimentos feministas e ao seu papel na defesa e divulgação por planejamento familiar - forma eufemística de dizer “controle da natalidade”. As próprias agências privadas estavam atentas às produções dos movimentos de mulheres, sobretudo daquelas que ocupavam as universidades, e passaram a financiar pesquisas que tinham como eixo a defesa ao acesso a métodos contraceptivos. Como Mariana Damasco explica, o movimento feminista passou por um processo de institucionalização a partir da década de 1970 e se consolida em 1990, de modo que as ONGs passam a ser mais atuantes e organizadas, ganhando espaço na esfera pública e política.⁴²²

Esse fenômeno se estendeu às lutas dos negros, homossexuais e em prol do direito das crianças, bem como de outros grupos socialmente fragilizados. A Fundação Ford se destacou ao subsidiar pesquisas e ONGs voltadas a essas causas, em que Sérgio Adorno e Nancy Cardia explicaram como sendo uma:

formulação clara de um programa distinto de Direitos Humanos - a ser financiado com recursos próprios, em vez de sacar das verbas de outros programas - com o intuito de perseguir os seguintes objetivos: a ampliação da justiça social e a defesa dos direitos humanos, especialmente das minorias

⁴²⁰ Ibid.

⁴²¹ “Also assure assistance to LDC leaders in relating population policies and family planning programs to major sectors of development health, nutrition, agriculture, education, social services, organized labour, women's activities, and community development”. *NSSM 200*, p. 13.

⁴²² DAMASCO, *Feminismo Negro*, 2009, p. 45.

desfavorecidas. Uma de suas metas era ajudar a reduzir a desigualdade através da inclusão social dos grupos mais vulneráveis da sociedade [...].⁴²³

Mas levando em consideração o histórico da Fundação Ford, nem todos estavam convencidos de sua benevolência. Como exemplo de um olhar menos amigável ao investimento realizado pelas agências privadas, o Assessor Legislativo e ex-Consultor da OMS, o sr. Humberto Leal Vieira, apontou em seu depoimento à CPMI da esterilização a atividade dos Estados Unidos no sentido de disseminar o controle da natalidade pelas mãos de movimentos sociais e lideranças brasileiras:

Então, o Relatório Kissinger resume nesse aspecto e procura, tanto quanto possível, mostrar que devem ser usadas as mulheres, o movimento feminista para isso, com eufemismo, de tal maneira a indicar que é através da mulher que pode ser feito esse controle populacional.

Há entidades feministas que são financiadas, de boa-fé participam, sem saber o seu verdadeiro fim. Temos ciência de entidades evangélicas, católicas, que estão dentro desse bolo de coisas, mas que não tem, evidentemente, esse interesse em controle de população e aborto. Acredito que ajam de boa-fé.⁴²⁴

Embora sua fala sugira uma inocência dos movimentos sociais frente ao financiamento que recebiam, atribuindo-lhes uma ingenuidade e desconhecimento das segundas intenções das agências, na realidade, Humberto Leal Vieira subestima a capacidade de ponderação dos ganhos com esse formato de organização política. Mesmo desconfiados das organizações estrangeiras interessadas em investir em produções e lutas historicamente marginalizadas, esses financiamentos proporcionaram uma margem de negociação. Passou-se a circular pautas relevantes e ampliou-se o poder de atuação dos movimentos sociais.

A despeito da insegurança deste terreno e de não se tratar de um cenário ideal, alguns grupos decidiram jogar conforme as regras de mercado e produzir com o apoio financeiro dessas agências, aproximando-se de organizações internacionais e participando de debates a nível mundial. Todavia, essa escolha não era um ponto pacífico entre os movimentos sociais. Alguns ativistas acreditavam que esse formato de luta tinha como característica a perda da autonomia. Damasco demonstra como que no próprio Feminismo Negro essa questão representava um ponto de atrito:

⁴²³ ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos direitos humanos. In: (orgs) BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary. *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 205.

⁴²⁴ BRASIL. op. cit., 17 de junho de 1992, p. 10.

Um outro exemplo das contradições internas no “feminismo negro” pode ser visto no processo de “Onguização” pelo qual passou o movimento de mulheres negras e o próprio movimento feminista durante as décadas de 1980 e 1990. Enquanto algumas militantes negras tais como Fátima Oliveira (médica e ex-diretora da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos), apoiavam essa nova formatação, outras, como Suzete Paiva (representante da Marcha Mundial de Mulheres), repudiavam a transformação do movimento de mulheres negras em organizações institucionalizadas, burocráticas e que recebiam investimentos de agências internacionais como a Fundação Ford.⁴²⁵

De todo modo, apesar dessa mudança no tratamento das agências financiadoras com relação às lutas femininas, observamos que a estruturação do projeto do controle da natalidade atribuiu um caráter secundário às mulheres, mesmo que elas tenham representado o público-alvo absoluto na maioria dos países. Até quando o Relatório Kissinger fala em incentivo à educação formal e geração de empregos assalariados para as mulheres, logo em seguida são apresentados obstáculos que questionam a eficácia desse método para reduzir os nascimentos:

Por exemplo, no caso da educação feminina, precisamos considerar questões como: a educação feminina causou o declínio da fecundidade ou o processo de desenvolvimento, em algumas situações, fez com que os pais não só vissem menos necessidade econômica para famílias grandes, mas também se entregassem ao “luxo” de educar suas filhas? Se mais educação feminina de fato causa o declínio da fecundidade, será que os pais pobres e com alta fecundidade verão muita vantagem em mandar suas filhas para a escola? Se sim, quanto custa educar uma menina ao ponto de reduzir sua fecundidade (o que ocorre aproximadamente no nível da quarta série)? Quais programas específicos na educação feminina são mais econômicos (por exemplo, escola primária, treinamento de alfabetização não-formal, treinamento vocacional ou pré-vestibular)? Quais, em termos quantitativos aproximados, são os benefícios não populacionais de um dólar adicional gasto na educação feminina em uma determinada situação, em comparação com outras alternativas de investimentos não populacionais? Quais são os benefícios populacionais de um dólar gasto na educação feminina em comparação com outros investimentos relacionados à população, tais como em suprimentos contraceptivos ou em sistemas de saúde materna e infantil? E finalmente, qual é a população total mais os benefícios não populacionais do investimento em um determinado programa específico da educação feminina em comparação com a população total mais os benefícios não populacionais de oportunidades de investimentos alternativos viáveis?⁴²⁶

⁴²⁵ DAMASCO, *Feminismo Negro*, 2009, p. 82.

⁴²⁶ “For example, in the case of female education, we need to consider such questions as: did the female education cause fertility to decline or did the development process in some situations cause parents both to see less economic need for large families and to indulge in the “luxury” of educating their daughters? If more female education does in fact cause fertility declines, will poor high-fertility parents see much advantage in sending their daughters to school? If so, how much does it cost to educate a girl to the point where her fertility will be reduced (which occurs at about the fourth-grade level)? What specific programs in female education are most cost-effective (e.g., primary school, non-formal literacy training, or vocational or pre-vocational training)? What, in rough quantitative terms, are the non-population benefits of an additional dollar spent on female education in a given situation in comparison

Assistimos, desse modo, como o investimento em educação feminina não foi considerado vantajoso para a contenção da natalidade pelo Relatório Kissinger. Mesmo com evidências de que a educação feminina, especialmente da 4ª série e acima, impactava na redução do tamanho familiar.⁴²⁷ Por não se tratar de uma medida econômica óbvia e por não obter resultados imediatos, o Relatório reduz o potencial da educação feminina na mudança de padrão de vida das protagonistas dos programas de planejamento familiar.⁴²⁸ Em consequência disso, levou-se em conta que, no geral, programas educacionais e de alfabetização não dão certo:

Infelizmente, a experiência da AID com programas de alfabetização em massa durante os últimos 15 anos levou à conclusão preocupante de que tais programas geralmente falham - ou seja, não são econômicos - a menos que a população veja como benefício prático para si mesma aprender a ler - por exemplo, uma necessidade de alfabetização para adquirir acesso mais fácil a informações sobre novas tecnologias agrícolas ou a empregos que exijam alfabetização.⁴²⁹

Assim, concluiu-se que melhor que investir na educação das mulheres, seria a disseminação da “educação aos pobres”.⁴³⁰ Apesar de se reconhecer as divergências entre pesquisadores e formuladores de políticas sobre benefícios e viabilidade acerca da educação feminina, o NSSM 200 pendeu para o entendimento que o incentivo fiscal para educar meninas seria uma medida desinteressante em matéria de redução na fecundidade. Por outro lado, via-se vantagens em aumentar a idade mínima para o casamento - tal como sugeriu Thomas Malthus - e no incentivo financeiro para casais que aceitassem métodos irreversíveis - como acontecia na Índia.

Encerrando o tópico do acesso à educação, recomendou-se o desenvolvimento de programas integrados de educação básica e de planejamento familiar sempre que parecesse efetivo, desde que partisse dos próprios países menos desenvolvidos. Aconselhou-se que esse projeto se voltasse para todas as crianças, tanto meninos quanto meninas, para que acessassem a educação primária, com programas de educação simplificada e que fosse incluído em seus

to other non-population investment alternatives? What are the population benefits of a dollar spent on female education in comparison with other population-related investments, such as in contraceptive supplies or in maternal and child health care systems? And finally, what is the total population plus non-population benefit of investment in a given specific program in female education in comparison with the total population plus non-population benefits of alternate feasible investment opportunities?” (*NSSM 200*, p. 93).

⁴²⁷ *Ibid.*, p. 95.

⁴²⁸ *Ibid.*

⁴²⁹ *Ibid.*

⁴³⁰ *Ibid.*

currículos da escola primária motivações que levassem “a próxima geração rumo a uma média familiar de duas crianças para assegurar esse nível de fecundidade em duas ou três décadas”.⁴³¹ Entretanto, a contribuição financeira da AID não deveria ser dos fundos voltados à população, mas sim dos “fundos gerais”, o que significa que essa medida não seria parte do programa de redução da taxa da natalidade.

Com relação à geração de emprego das mulheres, mesmo com o reconhecimento de que o emprego poderia ser “a chave” para resolver questões de acesso à saúde, educação, nutrição e, sobretudo, na redução do tamanho da família e possibilidade a um maior investimento no bem-estar dos filhos, há também uma diminuição da importância do emprego feminino no processo de desenvolvimento de um país. Mesmo solucionando alguns dos problemas apontados na “explosão demográfica”, como a pobreza - que já vinha sofrendo um processo de feminização -, são encontrados empecilhos que transformam essa “solução” como algo não tão viável:

Os programas para aumentar a participação da força de trabalho feminina devem, no entanto, levar em conta a demanda geral de mão-de-obra; este seria um problema particular nas profissões onde já existe um desemprego generalizado entre os homens. Mas outros empregos em que as mulheres têm uma vantagem comparativa podem ser incentivados.⁴³²

O Relatório também fala de treinamento vocacional, que seriam cursos de nível superior que duram de um a dois anos, para aumentar o papel das mulheres como produtoras de bens e serviços. É citado como exemplo a formação de paramédicas que trabalhem com a questão do planejamento familiar. Para além do sexismo no incentivo da participação de mulheres em empregos tradicionalmente “femininos”, há uma exclusão do olhar racializado para a questão do emprego. Observamos, assim, não somente uma invisibilidade da diversidade de realidades em países subdesenvolvidos, como uma superficialidade e preterimento da questão do emprego como linha de frente do combate à pobreza. Quando se fala em treinamento vocacional em cursos de nível superior, de certo não se pensa em mulheres pobres e, conseqüentemente, negras realizando tais funções. O teor genérico e aberto das recomendações voltadas à geração de emprego às mulheres ilustra o pouco interesse nessa linha de solução da questão da alta taxa da natalidade, como podemos ver a seguir:

⁴³¹ Ibid., p. 95.

⁴³² Ibid., p. 99.

4. A AID deve incentivar o desenvolvimento e a colocação de mulheres dos países menos desenvolvidos como tomadoras de decisão em programas de desenvolvimento, em especial os programas destinados a aumentar o papel das mulheres como produtoras de bens e serviços e que, por outro lado, melhoram o bem-estar da mulher (por exemplo, programas nacionais de crédito e financiamento, e programas nacionais de saúde e planejamento familiar). 5. A AID deve incentivar, sempre que possível, a participação ativa das mulheres no movimento trabalhista, a fim de promover salário e trabalho igualitário, bem como benefícios e oportunidades iguais de emprego. 6. A AID deve continuar a rever seus programas e projetos quanto ao seu impacto nas mulheres dos países menos desenvolvidos, e ajustá-los conforme necessário para promover uma maior participação das mulheres - particularmente aquelas das classes mais baixas - no processo de desenvolvimento.⁴³³

Depreendemos a partir dessas leituras a instrumentalização das mulheres pela causa da redução na taxa de fecundidade. Não havia um interesse real em melhorar a vida dessas mulheres ou de escutar suas necessidades ou vontades, muito menos suas queixas frente às “soluções” apresentadas. Os homens envolvidos em pesquisas de desenvolvimento de anticoncepcionais e no lobby do controle da natalidade priorizavam a eficácia na contracepção. Efeitos colaterais eram considerados “normais”, mesmo quando havia relatos de redução na qualidade de vida, desconfortos cotidianos e impacto na saúde das mulheres que utilizavam esses métodos. O objetivo máximo era a redução da taxa de natalidade e entre os que se opunham a esse projeto, havia aqueles que estimulavam a reprodução e viam com bons olhos o nascimento de mais brasileiros, independente dos interesses de quem, afinal, gestaria estas crianças. Desse modo, questionamos: em que momento as mulheres passaram a participar ativamente do debate do planejamento familiar? De que maneira isso aconteceu? Que mulheres eram essas e quais suas demandas?

4.1 Com a palavra: as mulheres

Ainda na década de 1970, percebia-se certa insignificância dada às mulheres na questão do controle demográfico, uma vez que não se refletia sobre como elas eram as protagonistas e principais vítimas dos impactos das políticas de controle da natalidade.

⁴³³ “4. AID should encourage the development and placement of LDC women as decision-makers in development programs, particularly those programs designed to increase the role of women as producers of goods and services, and otherwise to improve women's welfare (e.g. national credit and finance programs, and national health and family planning programs). 5. AID should encourage, where possible, women's active participation in the labour movement in order to promote equal pay for equal work, equal benefits, and equal employment opportunities. 6. AID should continue to review its programs and projects for their impact on LDC women, and adjust them as necessary to foster greater participation of women - particularly those in the lowest classes - in the development process” (*NSSM 200*, pp. 99-100).

Os militares, por exemplo, defendiam o pró-natalismo em um primeiro momento, isto é, o nascimento de brasileiros com a finalidade de preencher os espaços vazios no território nacional e protegê-lo das ameaças externas. Já na década de 1970, assumiram um discurso que temia a “ameaça interna” em nome da Segurança Nacional, que, em resumo, previa de forma implícita o controle da natalidade como forma de reduzir massas suscetíveis a rebeliões. Em ambos os casos, a questão da mulher estava oculta. Conforme demonstra o Relatório da CPMI da esterilização, as preocupações em torno da explosão demográfica não envolveram a vontade e tampouco o bem-estar das mulheres por um longo período:

De um lado, uma facção militar, sob influência dos sorbonistas da Escola Superior de Guerra, passou a defender a ideia de que a grande ameaça ao País era a interna, a da convulsão social. Fundamentavam-se na observação de que uma família numerosa é mais insatisfeita em suas necessidades básicas, logo é mais vulnerável às ideias perturbadoras da ordem social. Do outro lado, a Igreja modificou, em parte, sua posição, passando a admitir o planejamento familiar, desde que fosse realizado através do uso de métodos naturais.⁴³⁴

A própria esquerda brasileira, supostamente progressista, posicionou-se contra qualquer tentativa de implementação de programas de controle da natalidade e rejeitava a intervenção imperialista norte-americana na demografia do país. A despeito de tal colocação, não se pode afirmar que ativistas da esquerda se dedicaram de forma generalizada e em profundidade ao tema do controle da natalidade. Embora obtivessem um posicionamento bem marcado, não há na literatura e fontes consultadas indícios que essa tenha sido uma forte bandeira dos movimentos de esquerda - dos movimentos de esquerda dirigidos por homens, propriamente dito.

Mas em consequência do tabu que envolvia a contracepção e do posicionamento anti-controlista por parte da esquerda, Igreja Católica, médicos influentes e setores do Estado, que as primeiras tentativas do Ministério da Saúde em abordar os temas do planejamento familiar foram combatidas, como projetos de promoção da paternidade responsável ou a formulação do Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco.⁴³⁵

⁴³⁴ BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista De Inquérito. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. Brasília, 1993., pp. 32-33

⁴³⁵ Parte da resistência ao Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco se dava por ele se basear “na distribuição massiva de pílulas anticoncepcionais, método que tem sido violentamente criticado pela maioria dos médicos especialistas, devido aos danos que causam à saúde” (PÍLULAS: quem pediu? *Nós Mulheres*, São Paulo, n. 8, jun./jul. 1978, p. 1).

A recusa radical ou parcial de setores progressistas a qualquer programa de controle da fecundidade nos permite examinar sobre o valor atribuído às mulheres. Até a década de 1970, assistimos a presença majoritária de homens na condução deste debate, o que significa que gerar ou não um filho não lhes causava impacto direto e, portanto, o bem-estar feminino não constituía uma preocupação.

Ou a atenção se voltava ao impedimento do nascimento de sujeitos indesejados e perigosos para que a ordem fosse mantida ou se contestava essa ideia, mas por muito tempo não havia menção ao papel das mulheres nessa história. Embora o Relatório Kissinger tenha incluído “Pesquisas médicas adicionais de grande porte para melhorar os meios existentes de controle da fecundidade e desenvolver novos meios que sejam seguros, efetivos, baratos e atraentes *tanto para homens quanto para mulheres*”⁴³⁶, na prática esses esforços se direcionaram, em especial, às mulheres. Por que então elas estiveram fora do debate do controle da natalidade por tanto tempo no Brasil?

Parte da resposta se deve ao contexto de Ditadura Militar, em que houve uma desarticulação e silenciamento dos movimentos sociais pós-1964. Esse foi também o momento em que o controle demográfico se tornou um assunto frequente e que agregou interessados, mas que, devido ao contexto de repressão, as mulheres não participaram ativamente do debate público. Mas, com o aumento das denúncias envolvendo o Estado brasileiro e o crescente interesse na temática, o controle da natalidade tornou-se uma pauta frequente na mídia. Os movimentos sociais, que se rearticularam em meados da década de 1970, começaram a tratar sobre o tema também.

Além do mais, a aliança entre movimentos feministas, esquerda e a Igreja Católica fez com que temas como sexualidade e contracepção muitas vezes ficassem em segundo plano.⁴³⁷ Havia ainda um constrangimento entre a esquerda brasileira acerca das lutas por direitos individuais que limitava o aprofundamento deste tópico. Movimentos de mulheres e LGBTs (embora não fossem assim nomeados na época) eram comumente acusados de se aliarem a um “liberalismo burguês” por reivindicarem demandas individuais, o que também contribuiu para postergar a luta por direitos reprodutivos entre feministas de esquerda.

Setores progressistas compreendiam que direitos individuais eram antagônicos aos direitos sociais. O *slogan* feminista “nosso corpo nos pertence”, de meados da década de 1970, gerou discórdia entre a esquerda, que o categorizou como inoportuno frente ao “caráter

⁴³⁶ NSSM 200, p. 89.

⁴³⁷ ÁVILA, *Modernidade e cidadania reprodutiva*, 2019, p. 165.

excludente do Estado brasileiro em relação às grandes massas empobrecidas da população”, definindo como prioridade as temáticas consideradas sociais e mais abrangentes.⁴³⁸ Atentemos, dessa forma, para as tentativas de generalização do problema como estratégia para legitimar a denúncia de esterilização em massa, como a deputada Brice Bragato faz em seu depoimento à CPMI da esterilização:

A discussão sobre a esterilização tem um aspecto de feminismo, que é a questão do direito de a mulher decidir sobre o seu corpo, sobre o número de filhos, de controlar agora para ter filhos depois. Por isso é importante que ela não seja submetida a um método irreversível de controle.

É um discurso importante, é a vertente da questão, mas acho fundamental que as CPIs do Brasil inteiro, principalmente a CPI federal, tomem uma posição mais de fundo, porque não se trata apenas do direito de a mulher decidir sobre seu corpo, mas é a questão da autodeterminação do povo brasileiro. A questão da intervenção de outros países, os Estados Unidos chegaram ao ponto de controlar os corpos das mulheres brasileiras é uma profunda violência à nossa dignidade como povo, à nossa dignidade como cidadãos; é motivo de protestos por parte de todos nós.⁴³⁹

De fato, a falta de interesse nas causas que dizem respeito unicamente às mulheres é algo que se observa ao longo da história. Desse modo, tratar de um assunto dessa envergadura, considerada uma segunda prioridade a nível mundial, sem mencionar as mulheres e as suas necessidades ao longo de décadas, é apenas uma ilustração da pouca importância atribuída às mulheres por aqueles que tomavam as decisões. Mas Edna Roland, por outro lado, contrapôs essa visão em seu depoimento:

Sob o ponto de vista das mulheres, falar em autodeterminação, em possibilidade de escolha, significa autodeterminação em todos os níveis. No nível da sua vida pessoal, da sua vida privada, como também no nível da sua vida política e da sua representação. Os Srs. Deputados que estão aqui presentes e, que frequentemente discutem o problema da autonomia e da autodeterminação dos povos, não podem esquecer que não é possível a autodeterminação dos povos se não houver também a autodeterminação dos indivíduos.

Então, esta é a primeira questão que tem que ser colocada. É necessário que haja autodeterminação das mulheres, em relação às questões que dizem respeito à reprodução e à sexualidade. Não podemos admitir nenhuma política de população em nosso País, que despreze esse direito humano básico e fundamental das mulheres. As mulheres têm esse direito de autodeterminar, de determinar a sua vida, independente de quais sejam os interesses gerais, a

⁴³⁸ BASTERD, Leila Linhares. O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 91.

⁴³⁹ BRASIL. op.cit., 28 de maio de 1992, p.733.

nível nacional ou internacional; do ponto de vista dos efeitos demográficos, do que fazemos com as nossas vidas e do que possamos eventualmente ter.⁴⁴⁰

Mas o próprio médico Mário Victor de Assis Pacheco, um importante aliado na luta contra práticas abusivas no campo do controle da natalidade, que em seu livro *Racismo, machismo e “planejamento familiar”*, publicado já na década de 1980, não reconhecia a reivindicação feminista pelo direito ao acesso do planejamento familiar e ao controle da própria fecundidade. Segundo ele:

É importante ressaltar que entre os grupos estrangeiros que pretendem manter o mundo subdesenvolvido sob seu domínio econômico, científico e tecnológico, não há um único conjunto de africanos, asiáticos ou latino-americanos. Tais povos jamais reclamaram de seus governos conhecimentos de métodos ou de técnicas de controle da natalidade. Esses conhecimentos nunca constituíram reivindicação das massas trabalhadoras do campo ou das cidades do mundo subdesenvolvido. [...] Jamais qualquer grupo de trabalhadores do Terceiro Mundo fez greves ou desfilou pelas ruas em passeatas ostentando cartazes ou faixas com reclamações sobre a necessidade de adquirir conhecimentos sobre anticoncepção ou exigindo a doação de anticoncepcionais ou ainda a aplicação de abortivos e esterilizantes, pois o que lhe interessa é a sobrevivência com saúde e instrução dos filhos já nascidos e dos que vão nascer e precisam nascer no Brasil⁴⁴¹.

Sob o pretexto de que os povos de países subdesenvolvidos estavam ocupados demais reivindicando a posse da terra, melhores direitos trabalhistas, acesso à saúde pública, escola gratuita para os filhos e liberdades políticas de associação, Assis Pacheco desconsidera a existência da demanda de mulheres por planejamento familiar e da existência do próprio movimento feminista organizado.

A despeito de tudo isso, feministas fortaleceram a luta pela necessidade do controle da fertilidade, consolidando a separação entre sexualidade e reprodução.⁴⁴² Entre os exemplos positivos para o acesso a métodos contraceptivos, com destaque para a esterilização, seria a maior liberdade sexual. Mas as motivações não se resumiam a isso como os críticos mais

⁴⁴⁰ BRASIL. op.cit., 5 de agosto, p. 23.

⁴⁴¹ PACHECO, Mário Victor de Assis. *Racismo, machismo e planejamento familiar*. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, pp. 16-17.

⁴⁴² “No entanto, até 1979, essa notável inovação científica [separação de sexualidade e reprodução] foi considerada formalmente, pelas leis brasileiras, como uma contravenção penal, calcada em lei elaborada em 1941. Nesse sentido, a separação entre a sexualidade e a reprodução iniciou-se, no Brasil, sob o manto da ilegalidade” (BASTERD, Leila Linhares. O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 79).

moralistas do controle da natalidade faziam parecer. “Razões financeiras e de saúde, a insatisfação com os outros métodos e a falta de colaboração dos parceiros na contracepção são fatores importantes para explicar a escolha”, revelam Corrêa e Ávila a partir de pesquisas que identificam as razões pela forte demanda por esterilização.⁴⁴³

Nos depoimentos das deputadas Maria Luiza Fontenele e Brice Bragato, na 5ª reunião da CPMI da esterilização, avaliou-se a “simpatia” que a população nutria pelos defensores e promotores do controle da natalidade. Médicos e políticos que conseguiam cirurgias de esterilização gratuitas muitas vezes tinham mais apreço das mulheres do que as denunciantes da esterilização em massa. Maria Luiza Fontenele ainda compartilha um episódio do qual presenciou:

Participei, no interior do Ceará, de um debate sobre essa temática, e um médico do serviço de saúde do Estado, quando me abordou sobre a questão, foi aplaudido no plenário onde a maioria era mulher. A situação é de desvantagem. Acredito que o número de mulheres que nos procuram para que consigamos um médico para fazer a laqueadura, essas mesmas mulheres - talvez um número até maior - devem procurar médicos candidatos, ou tão-somente médicos. Vejo que se trata de uma situação da maior gravidade.⁴⁴⁴

Constata-se um cenário em que o acesso a métodos contraceptivos figurava como objeto de interesse de mulheres de todas as classes sociais, mesmo que por motivações variadas. O sucesso na distribuição de pílulas anticoncepcionais e no avanço da esterilização como método contraceptivo não se explica somente pela propaganda e coação de entidades antinatalistas, mas talvez, e principalmente, pelo interesse de mulheres em prevenir uma gravidez indesejada. Corrêa e Ávila ressaltam que um aspecto crucial da gravidez indesejada

[...] é que, na maioria dos casos, ela ocorre em situação em que seu corpo não tem poder de negociação em relação à sexualidade e não pode arcar psicológica ou financeiramente com os custos da reprodução. Para as mulheres, recusar a gravidez indesejada é, na maioria dos casos, uma decisão extrema e arriscada que também implica dizer não à ordem injusta do mundo socialmente construído que as remete – juntamente com a reprodução biológica – para a esfera da natureza e sua inexorabilidade.⁴⁴⁵

⁴⁴³ CORRÊA, Sonia; Ávila, Maria Betânia. Direitos Sexuais e Reprodutivos – Pauta Global e Percursos Brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, pp. 46-47.

⁴⁴⁴ BRASIL. *Congresso Nacional*. op. cit., p. 733.

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 38.

Nesse sentido, na edição n. 3, de 1981, do jornal *Mulherio*⁴⁴⁶, Carmen Barroso⁴⁴⁷ demonstrou a persistência das feministas ao reconhecerem a necessidade de controlar a própria fertilidade, ao mesmo tempo em que discordavam da forma como esse controle era promovido, sobretudo por aqueles que sequer conheciam as verdadeiras demandas femininas. Ela argumenta:

Nós mulheres sentimos na própria carne que o controle da fertilidade é um dos elementos essenciais para nossa libertação. Sabemos também o quanto é difícil esse controle, seja pela inexistência de um método contraceptivo perfeitamente seguro e que não nos cause nenhum problema, seja pela extraordinária força dos interesses políticos e econômicos em jogo, atuando ora no sentido de nos coagir a ter filhos, ora de impedir-nos de tê-los.⁴⁴⁸

Em vista disso, a rejeição à luta por direitos individuais perdia de vista a subjetividade de mulheres das camadas mais pobres da população, o que incluía o interesse por acesso a métodos contraceptivos por razões pessoais. Sendo assim, questionou-se: como não tratar de um assunto da esfera privada, que além de carregar em si uma história de subordinação de classe, raça e gênero amparada por empresários e pela omissão do Estado, e que também era endossada por seus companheiros que se recusavam a participar da contracepção? A despreocupação de homens frente à luta por direitos sexuais e reprodutivos era reflexo, como Maria Betânia Ávila observou em seu depoimento à CPMI da esterilização, da separação “relação sexual/homem/lugar de prazer” e “relação sexual/mulher/lugar de procriação”.⁴⁴⁹

Mas, ao mesmo tempo, o controle da natalidade irrestrito desconsiderava uma gama de necessidades que mulheres de baixa renda possuíam, que não se resumia a barrar a concepção. Em depoimento à CPMI da esterilização, o dr. José Pinotti desenhou o cenário ambivalente da distribuição facilitada e irrestrita de métodos contraceptivos:

Vi em vários lugares do Norte, Nordeste, em São Paulo e no Sul também se dar pílulas ou se ligar trompas de mulheres desnutridas, desdentadas, anêmicas, doentes, possivelmente com câncer do colo do útero em evolução e outras doenças, e não se atentar para nenhum outro cuidado básico que

⁴⁴⁶ Formado por pesquisadoras envolvidas com o estudo da condição feminina, da Fundação Carlos Chagas, que pretendiam sistematizar os resultados de suas pesquisas e dos diversos núcleos organizados de mulheres, mas de forma não acadêmica ou, como afirmam, que seriam matérias escritas “de uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática...”. O jornal *Mulherio* foi lançado entre os anos de 1981 a 1988, com adesão e contribuição de ativistas e acadêmicas de diversos segmentos, incluindo os artigos memoráveis de Lélia Gonzalez nas edições de n. 3 e 6.

⁴⁴⁷ Carmen Barroso é uma cientista social envolvida com causas populacionais. No Brasil, foi pioneira nos estudos da condição feminina. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, professora da USP e integrou o Conselho Editorial do jornal "Mulherio".

⁴⁴⁸ SEXO no laboratório. *Mulherio*, Ano 2, n. 3, set./out. 1981, p. 5.

⁴⁴⁹ BRASIL. op.cit, 5 de agosto, p.4

pudesse fazer o diagnóstico ou o tratamento dessas enfermidades. Como se a questão da pílula resolvesse todos os problemas e fosse a única coisa que aquela mulher estivesse desejando.

Mas, por outro lado, não podemos negar que as mulheres necessitam e desejam a anticoncepção, mas ela precisa ser colocada dentro deste contexto de planejamento familiar e no contexto do atendimento das necessidades básicas de saúde da mulher.⁴⁵⁰

Com o aumento do investimento de agências internacionais interessadas em formar especialistas e programas de planejamento familiar, aumentou-se, em consequência, a produção acerca da questão reprodutiva. Dessa maneira, feministas começaram a perder o acanhamento frente a pautas “individuais”, mesmo que isso contrariasse movimentos de esquerda dos quais muitas faziam parte. Passou-se a contrapor o argumento de incentivo à ocupação do território nacional por meio da proibição de todo e qualquer contraceptivo, por acreditarem que posições como essa “mutilavam a autonomia das mulheres”.⁴⁵¹ Na edição n. 1 do jornal *Nós Mulheres*, de 1976, é possível observar como o posicionamento do movimento feminista construía um olhar particular:

<<Não tenham mais de dois filhos>> dizem-nos na Índia. <<Tenham muitos filhos>> diziam-nos na Alemanha nazista. Nos dois casos, controlando-nos como se fôssemos máquinas reguláveis e sem vontade própria. A opção, achamos, deve caber a nós, mulheres. A sociedade, por outro lado, cabe fornecer os meios necessários para que possamos ter esses filhos em condições adequadas, e também para que possamos optar por não tê-los, se assim preferimos.⁴⁵²

Todavia, a oposição a qualquer planejamento familiar e distribuição de contraceptivos não era o único posicionamento que se chocava com os interesses do movimento feminista. O tom moralista sobre o uso de contraceptivos, sobretudo da Igreja Católica e seus adeptos, era mais um ponto de tensão entre os grupos aliados. O médico Assis Pacheco, em uma de suas famosas obras de combate ao controle da natalidade, ele se apoia no catolicismo e argumentos morais para endossar o posicionamento contrário à distribuição de pílulas anticoncepcionais. Ao questionar uma reportagem de um jornal estadunidense sobre a liberdade que as pílulas trazem às mulheres, Assis Pacheco comenta:

⁴⁵⁰ Ibid., p.3.

⁴⁵¹ Ibid.

⁴⁵² SALGADO, Laura. Controle de natalidade ser ou não ser mãe. *Nós Mulheres*, São Paulo, Ano. 1, N. 1, jun. 1976, n.p.

Mas, que liberdade será essa que o Sr. Wiznitzer proclama que as mulheres e moças teriam conquistado agora graças às “pílulas”? Será a liberdade das moças iniciarem precocemente as relações sexuais? Será a liberdade das mulheres prevaricarem sem os riscos de uma gravidez indesejada? Será a liberdade, normal das fêmeas irracionais, de poderem agora ter relações com diversos machos, com maior segurança?

Será essa a liberdade que a “famosa pílula” concedeu revolucionariamente à mulher norte-americana e que outras poderão também usar? Então é urgente, a bem da verdade semântica, que se atualizem os dicionários comuns e de sinônimos, pelo menos nos países nos quais os conceitos de liberdade e licenciosidade não mais se distinguem; então será preciso também, moral e juridicamente, modificar os conceitos de normalidade sexual e de perversão sexual.⁴⁵³

A evocação dos princípios católicos e o apelo à moralidade era uma constante no debate do uso de métodos contraceptivos. Na própria CPMI da esterilização, que tinha como intenção fazer uma investigação com dados estatísticos, científicos e testemunhos de figuras de autoridade como subsídios para uma conclusão racional do caso de esterilização em massa, ainda podemos observar o apelo à emoção a fim de comprovar a gravidade do problema do controle da natalidade no Brasil. O depoimento do sr. Humberto exemplifica a utilização desse subterfúgio quando - a fim de criar conexões entre controle da natalidade, intervenção estrangeira, eugenia e imoralidade - ele menciona uma cartilha que, segundo ele mesmo, chegou a ser impressa pelo Ministério da Saúde:

Não é de hoje que esse programa vem tentando ser implantado no Brasil. Há algum tempo atrás, o Ministério da Saúde publicou, com financiamento desses organismos internacionais, essas cartilhas. Gostaria que vocês pudessem dar uma vista d’olhos e depois me devolvam [sic], que é o que trata de educação sexual. Observem que aqui atrás tem esse folheto que foi impresso pelo programa de Assistência Integral à Saúde, da Mulher e da Criança, CESEC, SPS - Ministério da Saúde. Não sei qual a opinião dos senhores, mas não gostaria que os meus filhos tivessem isso, acho que isso é meio pornográfico, na minha visão.

Bem, a coisa evoluiu. Hoje, nós temos um outro trabalho - eu trouxe o material - que realmente está pelo menos num nível legível, que se pode ver, com o título Saúde Sexual e Reprodutiva. Esse trabalho está realmente numa linguagem mais legível e considera o que está ali colocado. O incesto é um tabu, que deve acabar. E nós até passamos uma transparência para demonstrar, mas acho que a gente pode ler aqui, para os senhores. Aqui diz o seguinte, dentre outras coisas, dentro daquela ideologia.

"O incesto ainda é considerado um tabu em muitas sociedades, no mundo inteiro. Mas outros tabus vão e vêm, dependendo muito do momento histórico e das culturas que aparecem. É preciso deixar claro que os tabus também se alimentam de crenças irracionais e, por isso mesmo, tornam-se passíveis de

⁴⁵³ PACHECO, *Neocolonialismo e controle da natalidade*, 1968, pp. 71-72.

mudanças, quando essas crenças começam a ser trabalhadas em um determinado grupo."

[...]

Bem, esse primeiro programa, temos em espanhol, temos em inglês, que tem a mesma origem, para os diversos países em que atua esta organização. Mas a coisa chegou a um ponto em que, também a outros partidários desse tipo, e aqui está, em português, bem legível, uma revista *Corpo a Corpo*, um artigo sobre erotismo infantil. Onde nada mais, nada menos, se aconselha que as crianças tenham sexo com seus irmãos, com seus primos, a filha, os filhos, participem do sexo dos pais, aqui está em ilustrativo, uma menina dormindo com a mãe para ter sexo com o pai. Se os senhores quiserem ver mais detalhadamente...⁴⁵⁴

Suas afirmações foram questionadas, sob a alerta da conotação pessoal marcada em seu depoimento, lembrando-o de que o debate deveria ocorrer “sem preconceitos” e não de “forma passional”. Em muitos momentos, depreendemos que o chamado para a racionalidade desta discussão partia, sobretudo, das próprias mulheres engajadas com a temática. O movimento feminista exerceu um importante papel para que essa discussão saísse da seara moralista e polêmica, para que fosse discutida no âmbito governamental.

4.2 Direitos reprodutivos e saúde reprodutiva

No Relatório Kissinger, por exemplo, já se compreendia o papel fundamental na diminuição da mortalidade infantil para se obter sucesso na redução na taxa da natalidade e sugerindo, para além da melhoria de nutrição, acesso às vacinas e outras medidas de saúde pública de forma econômica, pois

Muitas vezes faz sentido combinar tais atividades com serviços de planejamento familiar em sistemas integrados de fornecimento, a fim de maximizar o uso dos escassos recursos financeiros e de mão-de-obra na área da saúde dos países menos desenvolvidos. Além disso, a prestação de cuidados de saúde selecionados tanto para as mães quanto para seus filhos pode melhorar a aceitabilidade do planejamento familiar, mostrando preocupação com toda a condição da mãe e de seus filhos, e não apenas com o fator da fecundidade isolado.⁴⁵⁵

Logo, havia um entendimento da necessidade do cuidado integral das mulheres para resultados bem sucedidos no planejamento familiar, ou seja, uma atenção médica antes da fecundação, durante a gravidez e no pós-parto, incluindo as crianças nesse processo. A difusão

⁴⁵⁴ BRASIL. op.cit., 17 de junho de 1992, p.10.

⁴⁵⁵ *NSSM 200*, p. 98.

de informações torna-se parte fundamental para a efetivação desse planejamento familiar, pois muitas gravidezes ocorrem justamente pela desinformação ou informações equivocadas - como mulheres que engravidam no puerpério, por acreditarem que não seria possível uma gravidez em um período que muitas vezes não se menstrua.

Desde a década de 1970, o movimento feminista discutia conceitos e demandas mais apropriadas para conduzirem uma temática tão controversa. Já se pensava em noções de “Saúde Integral da Mulher”, que posteriormente seria chamada de “direitos reprodutivos”, que compunham a agenda feminista mesmo que de forma incipiente.

A atenção que feministas dedicavam às questões reprodutivas ainda pode ser observada na matéria intitulada “Controle de natalidade ser ou não ser mãe”, da edição n. 1 do jornal *Nós Mulheres*, em 1976. Laura Salgado questionou a “moda de dizer que existe miséria e pobreza porque a população do mundo não para de aumentar”, utilizando a Índia como exemplo. A autora expõe a situação de homens e mulheres que foram incentivados a se esterilizarem, bem como as famílias que foram punidas com aumento de impostos quando ultrapassaram a marca de dois filhos. É mencionada a quantidade de 17,5 milhões de homens esterilizados, dado que confere com o apontamento do Relatório Kissinger, que embora categorize tal medida como “controversa”, também a compreende como “bem sucedida” devido ao elevado número de homens que aceitaram se vasectomizar.⁴⁵⁶ O país, entretanto, continua “tão pobre e tão populoso como sempre”, como observa Laura Salgado. Na seção em que trata do posicionamento da mulher, ela diz:

Isto, de ser reduzida a uma mera máquina que pode ou não fazer filhos, conforme a produção estipulada pelo Computador Central do Estado, parece não considerar o ponto de vista da mulher. Cabe a *ela* resolver se, quando e quantos filhos vão nascer de seu ventre. E é claro que, para haver uma real liberdade de opção, é necessário considerar uma série de condições. Em primeiro lugar, note-se que interessa [à] sociedade, como um todo que ela tenha filhos. Sem isto [sic], o mundo acaba quando nós morremos.⁴⁵⁷

São listadas, ainda, reivindicações colocadas como condições mínimas para tornar “aceitável a ideia de planejamento familiar”. São mencionadas a garantia da manutenção do emprego e de salário durante a gravidez; que as mulheres tenham direito à licença-maternidade; melhorias no atendimento médico à parturiente e ao filho; oferta de creches e escolas para que as mães sigam trabalhando; maior acesso à informação sobre opções de contraceptivos e que

⁴⁵⁶ Ibid., p. 93.

⁴⁵⁷ SALGADO, op.cit.

possam escolher o melhor método que lhe couber. A autora da matéria adiciona, ainda, a participação masculina na prevenção da gravidez:

E que também se pense em algum anticoncepcional que possa ser usado pelos homens – afinal, não há nenhuma razão pela qual só nós, mulheres, devemos arcar com esse peso: a matéria prima para um anticoncepcional masculino já consta das pílulas que tomamos. A única diferença, é que nos homens, os efeitos colaterais são externos, e portanto visíveis – mais uma garantia de que um produto insatisfatório não terá longa vida no mercado.⁴⁵⁸

Essa matéria sinaliza o já avançado nível das proposições apresentadas por feministas em meados da década de 1970, dado que se mantém praticamente as mesmas ainda hoje. Essa sofisticação na leitura das questões sobre o corpo feminino e uma nova postura do movimento feminista se deveu muito à anistia política, em 1979. O regresso de mulheres que se exilaram e estiveram no exterior, que entraram em contato com a militância em outros países, trouxe novas ideias e abordagens, assim como um novo fôlego nas reflexões dos mais diversos temas.⁴⁵⁹ Foi nesse contexto que se consolidou uma nova maneira de tratar a questão da contracepção, agora interligada a temas como o parto e o aborto.⁴⁶⁰

Foi na década de 1980 que o conceito de “direitos reprodutivos” foi concebido e amplamente utilizado. Corrêa e Ávila narram como essa conceito teve entrada no Brasil:

[...] a inflexão da terminologia saúde da mulher em direção ao uso sistemático do conceito de direitos reprodutivos iniciou-se em 1984, quando um grupo de feministas brasileiras retornou do I Encontro Internacional de Saúde da Mulher realizado em Amsterdã, 1984 [...]. Introduziu-se o termo “direitos reprodutivos”, criado por feministas norte-americanas, chegando-se a um primeiro consenso global de que este era um conceito mais completo e adequado (do que saúde da mulher) para traduzir a ampla pauta de autodeterminação reprodutiva das mulheres.⁴⁶¹

Quanto ao aborto, especificamente, o Relatório Kissinger optou por fazer uma seção exclusiva dessa temática, levantando fatos que “precisam ser reconhecidos”, como o fato de nenhum país ter conseguido reduzir seu crescimento populacional sem recorrer ao aborto⁴⁶² ou que:

⁴⁵⁸ Ibid.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 165.

⁴⁶⁰ ÁVILA, *Modernidade e cidadania reprodutiva*, 2019, p. 164.

⁴⁶¹ Id.. Direitos Sexuais e Reprodutivos – Pauta Global e Percursos Brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, pp. 19-20

⁴⁶² *NSSM 200*, p. 114.

-- Estima-se que trinta milhões de gestações sejam interrompidas anualmente por meio de aborto em todo o mundo. Dados mais precisos indicam que cerca de 7% da população mundial vive em países onde o aborto é proibido em qualquer situação e 12% habitam países onde o aborto é permitido apenas para salvar a vida da mulher gestante [...].

-- Os regulamentos sobre aborto em muitos países não são estritamente cumpridos e muitos abortos por motivos médicos são provavelmente tolerados na maioria dos lugares. Sabe-se claramente que em alguns países com leis muito restritivas, os abortos podem ser obtidos publicamente com médicos e sem interferência das autoridades. Por outro lado, a autorização legal do aborto eletivo não garante que o aborto, quando solicitado, esteja realmente disponível a todas as mulheres que desejam que sua gravidez seja interrompida. A falta de equipe e instalações médicas ou atitudes conservadoras por parte dos médicos e administradores hospitalares podem efetivamente restringir o acesso ao aborto, especialmente para mulheres econômica ou socialmente desfavorecidas.⁴⁶³

No geral, o posicionamento do Relatório Kissinger é favorável ao aborto como opção para reduzir a taxa de fecundidade. Há um reconhecimento dos riscos que a ilegalidade do aborto apresenta em países que sua prática é proibida e também sobre os riscos que as restrições sobre as pesquisas relativas ao aborto, compreendendo que se trata de uma questão “persistente e universal”,⁴⁶⁴ visto que se trata de uma prática histórica e mundialmente observada; pelos métodos abortivos inseguros e constantemente utilizados e a restrição por essas pesquisas poderiam interferir no uso de outros métodos contraceptivos e remédios para tratamentos de outras doenças, como o DIU, no primeiro caso, e o uso do metotrexato (“que, no presente, é usado para curar um tumor, até então, fatal no útero -- o coriocarcinoma. Esta droga foi usada pela primeira vez como um abortivo”).⁴⁶⁵ O que se percebe é que as agências internacionais, que participaram dos estudos que compuseram o Relatório, no geral, e a AID, mais especificamente, apenas não tiveram ações voltadas para o incentivo ao aborto devido à Lei de Assistência Externa, de 1961, que diz:

⁴⁶³ “-- Thirty million pregnancies are estimated to be terminated annually by abortion throughout the world. The figure is a guess. More precise data indicate about 7 percent of the world's population live in countries where abortion is prohibited without exception and 12 percent in countries where abortion is permitted only to save the life of the pregnant woman. [...] -- The abortion statutes of many countries are not strictly enforced and some abortions on medical grounds are probably tolerated in most places. It is well known that in some countries with very restrictive laws, abortions can be obtained from physicians openly and without interference from the authorities. Conversely, legal authorization of elective abortion does not guarantee that abortion on request is actually available to all women who may want their pregnancies terminated. Lack of medical personnel and facilities or conservative attitudes among physicians and hospital administrators may effectively curtail access to abortion, especially for economically or socially deprived women” (Ibid., pp. 114-115).

⁴⁶⁴ Ibid., p. 116.

⁴⁶⁵ *NSSM 200*, p. 116.

[N]a Seção 114 da Lei de Assistência Externa de 1961 (P.L. 93-189), conforme a emenda de 1974, acrescenta pela primeira vez restrições ao uso de fundos da AID referentes ao aborto. A disposição estabelece que "Nenhum dos fundos disponibilizados para realizar esta parte (Parte I da Lei) será usado para financiar a realização de abortos como método de planejamento familiar e para motivar ou coagir qualquer pessoa a praticar o aborto"⁴⁶⁶.

Sabe-se, portanto, que os fundos de assistência estrangeira foram desincentivados e proibidos de financiar ou distribuir equipamentos providenciados com a finalidade de induzir abortos como um método de planejamento familiar; apoiar diretamente as atividades de aborto nos países menos desenvolvidos e os programas de informação, educação, treinamento ou comunicação que promovessem o aborto como um método de planejamento familiar, além de remunerar as mulheres de países menos desenvolvidos para que fizessem abortos como um método de planejamento familiar, assim como para efetuar o pagamento de indivíduos para que realizassem abortos ou para solicitar às mulheres que se submetam a abortos. Foi ressaltado, porém, que os fundos da AID poderiam continuar financiando pesquisas relativas ao aborto, uma vez que o Congresso optou por não incluir a pesquisa como uma das atividades vedadas⁴⁶⁷. O Relatório ainda apresentou:

A seção 1008 da Lei de Serviços de Planejamento Familiar e Pesquisa Populacional de 1970 (P.L. 91-572), que estabelece que "Nenhum dos fundos apropriados sob este título deve ser usado em programas onde o aborto é um método de planejamento familiar". O DSEB (Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar) aderiu estritamente à intenção do Congresso e não apoia a pesquisa sobre aborto. Estudos sobre as causas e consequências do aborto são, no entanto, permitidos. A Lei de Extensão do Serviço de Saúde Pública de 1973 (P.L. 9345) contém a Emenda da Igreja que estabelece o direito dos provedores de saúde - tanto indivíduos quanto instituições - de recusar a realização de um aborto se este entrar em conflito com princípios morais ou religiosos.⁴⁶⁸

Se o uso de métodos contraceptivos já se demonstrava como um tabu para a sociedade brasileira da época, o aborto tornava-se impensável para a maioria dos parlamentares. Mas mais

⁴⁶⁶ "Section 114 of the Foreign Assistance Act of 1961 (P.L. 93-189), as amended in 1974, adds for the first time restrictions on the use of A.I.D. funds relative to abortion. The provision states that 'None of the funds made available to carry out this part (Part I of the Act) shall be used to pay for the performance of abortions as a method of family planning or to motivate or coerce any person to practice abortions'" (Ibid., p. 115).

⁴⁶⁷ Ibid., pp. 115-116.

⁴⁶⁸ "Section 1008 of the Family Planning Services and Population Research Act of 1970 (P.L. 91-572) states that "None of the funds appropriated under this title shall be used in programs where abortion is a method of family planning." DHEW has adhered strictly to the intent of Congress and does not support abortion research. Studies of the causes and consequences of abortion are permitted, however. The Public Health Service Act Extension of 1973 (P.L. 9345) contains the Church Amendment which establishes the right of health providers (both individuals and institutions) to refuse to perform an abortion if it conflicts with moral or religious principles" (NSSM 200, p. 116).

que a oposição de alas conservadoras, o aborto também era visto com maus olhos pelo ativismo negro.

Angela Davis explica o contexto da desconfiança da população negra com relação às campanhas pela legalização do aborto. A associação das campanhas de esterilização involuntária e da legalização do aborto ao genocídio da população negra se devia às bases ideológicas de campanhas de contenção da natalidade, que visava eliminação de negros. Desse modo, as ressalvas de populações negras frente à luta pelo direito ao aborto não se tratava de um desinteresse de mulheres negras. Davis pontua que embora favoráveis ao aborto legal, mulheres negras não se sentiam dispostas em expressar sentimentos pró-aborto.⁴⁶⁹

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, mulheres negras de baixa renda eram as maiores vítimas do aborto ilegal. Em contato com a história das eugenias norte-americana e brasileira, bem como do histórico da luta por controle da natalidade, os movimentos negros brasileiros também desenvolveram uma desconfiança frente a políticas de contenção da fecundidade e verbalizavam de forma explícita suas interpretações acerca dessas tentativas de reduzir o nascimento de brasileiros. Em depoimento à CPMI da esterilização, Edna Roland⁴⁷⁰ expressa:

Tornou-se claro e explícito, ao longo dos meses, quando se discutiu as questões que envolviam a Eco-92 que, do ponto de vista dos países do Norte, elabora-se hoje um conceito em relação aos países do Sul e a determinados grupos populacionais dentro dos seus próprios países e dentro dos nossos que é o conceito das populações descartáveis. Essa é uma questão, um conceito absolutamente fundamental para se levar em conta no debate a respeito da questão da esterilização em massa de mulheres.

No meu entender, no que concerne ao ponto de vista dos países do Norte, somos todos negros; somos cidadãos de Terceiro Mundo; somos cidadãos e cidadãs de segunda classe.

E a destinação de determinadas políticas populacionais, a destinação de políticas de controle, de contenção e, eventualmente, de eliminação de determinados povos, isso se coloca a nível internacional nas relações entre Norte e Sul.⁴⁷¹

Mas assim como as feministas, as mulheres do movimento negro brasileiro também tiveram uma participação tardia no debate público do controle da natalidade. A qualificação da

⁴⁶⁹ DAVIS, *Mulheres, raça e classe*, 2016, pp. 206-207.

⁴⁷⁰ Edna Roland, nascida na cidade de Codó – MA em 12 de janeiro de 1951. Mudou-se com a família e morou em Goiânia até iniciar o curso de Psicologia na UFMG, em Belo Horizonte, em 1969. Em entrevistas, diz que não participou de nenhuma organização do movimento negro que ela não tenha contribuído de sua fundação, como o Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984, e o Geledés Instituto da Mulher Negra, em 1989. Foi membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em 1988.

⁴⁷¹ BRASIL. op. cit., 5 de agosto de 1992, p. 23

discussão sobre o teor dos programas que supostamente promoviam planejamento familiar foi realizada por essas mulheres, que se atentaram não somente para a questão de aquisição de direitos das mulheres, mas de seu caráter racista e classista.

Mas por que mulheres negras só foram ter uma participação mais expressiva a partir da década de 1980? A repressão aos movimentos sociais em tempos da ditadura é uma das respostas, mas não somente. Ativistas negras precisaram pontuar a invisibilidade enquanto negras no movimento de mulheres e enquanto mulheres no movimento negro para não abrirem mão de nenhuma composição de sua existência. Então de que forma essas mulheres se projetaram de tal maneira a ponto de se tornarem linha de frente nas denúncias de más práticas do planejamento familiar e consolidação de políticas voltadas aos direitos reprodutivos?

4.3 “E não sou uma mulher?”

A percepção de que o projeto de contenção da natalidade se tratava da eliminação de corpos não-desejados na estrutura política e econômica, como corpos negros, indígenas, latino-americanos e asiáticos, era uma leitura realizada pelos movimentos negros. A denúncia do extermínio da população negra contém diversas frentes de atuação, como o encarceramento em massa e a pena de morte - legal em alguns estados dos EUA, mas ilegal no Brasil, embora ocorra por meio de ação policial nas ruas. A esterilização em massa, o incentivo ao aborto - ou a criminalização dele, que coloca em risco vidas que não podem pagar pelo procedimento de forma segura, em sua maioria mulheres negras - seriam outros exemplos desse projeto de extermínio.

Acusando o caráter racista do controle de natalidade, a edição n. 2 do jornal *Sinba*⁴⁷², em 1979, na chamada da matéria sobre o genocídio do negro brasileiro e invasão de morros e favelas diz:

Um deputado [Daso Coimbra – Arena/RJ] que é a favor do CONTROLE DE NATALIDADE e que diz “O GOVERNO DEVERIA ASSUMIR O PAPEL DE EDUCADOR, NAS FAVELAS E MORROS DAS CIDADES, SOBRE AS NECESSIDADES DO PLANEJAMENTO FAMILIAR”.
 “Planejamento familiar” em morros e favelas... Isto quer dizer nascimento de menos pretos e mulatos, que são a maioria em qualquer morro e favela.⁴⁷³

⁴⁷² O Jornal *Sinba* foi fundado pela Sociedade de Intercâmbio Brasil-África no Rio de Janeiro, com sua primeira edição publicada em julho de 1977 e circulou até 1980.

⁴⁷³ O genocídio do negro brasileiro. *Sinba*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, abr.1979.

Tal matéria denuncia a declaração do deputado em entrevista à imprensa, que justificou a existência do Esquadrão da Morte “como um meio válido ante a ação morosa da Justiça” e defendeu “o uso maciço da pílula anticoncepcional nos morros e favelas como uma medida indispensável de combate ao crime no Rio de Janeiro”. A indignação do editorial pelo silêncio dos jornalistas, que não protestaram ao ouvirem a defesa explícita de extermínio da população negra, segue na matéria:

Caso estivesse o trêfego deputado, proposto o extermínio dos cães de estimação dos granfinos [*sic*] da Zona Sul, certamente a grande imprensa já teria entrevistado os donos desses cães e divulgado os mais veementes protestos em defesa do seu direito de criarem os seus cães de luxo. Porém em morros e favelas [é] outra coisa. Lá só moram negros, mestiços, toda a escória social, que segundo o deputado arenista, só faz aumentar os índices de criminalidade, m a n c h a n d o o nome da Cidade Maravilhosa. Pela prática de medidas como esta (esterilização em massa), vários nazistas foram justificados em Nuremberg com fuzilamento ou forca. Pelo que vemos, ainda falta alguém em Nuremberg, o que é sempre bom lembrar.⁴⁷⁴

Embora os movimentos negros nutrissem a consciência do racismo empreendido pelo Estado e a sociedade brasileira contra a população negra, bem como a atenção ao cunho eugênico de propostas de contenção da natalidade, havia um importante aspecto que foi negligenciado em um primeiro instante pelas lideranças masculinas desses movimentos: a dimensão de gênero dessas políticas.

Os registros das denúncias de esterilização em massa e da disseminação irrestrita de contraceptivos sugeriam um público-alvo que não se restringia à raça. É certo que podemos argumentar que o foco das políticas natalistas se destinavam a grupos racializados, mas não se pode ignorar que essa constatação não compreende toda a questão. Afirmar que esses programas se voltavam às *mulheres* de grupos racializados conduz a uma análise mais completa desse quadro de controle da natalidade, sendo importante enfatizar que a inclusão da dimensão de gênero não se trata de algo acessório. O sucesso na redução da natalidade em países do sul global se deveu justamente porque o uso de métodos contraceptivos é uma preocupação, senão exclusiva, principalmente das mulheres - e também por serem elas a engravidarem e estarem vulneráveis ao poder médico em uma cirurgia cesariana, podendo ser esterilizadas sem o seu consentimento.

⁴⁷⁴ Ibid.

A ausência do olhar voltado para as mulheres por parte dos movimentos negros no tema da esterilização em massa na década de 1970 pode ser explicada pela incipiente participação e organização de mulheres negras. Compreendidas e reivindicadas enquanto uma categoria diferente das demais - tanto da categoria “mulheres”, quanto da categoria “negros” -, as mulheres negras tiveram de construir um espaço voltados para sua particularidades. Temas como saúde das mulheres, maternidade e direitos reprodutivos ainda não eram devidamente trabalhados sob o viés de raça. Uma possível justificativa para esse cenário foi apresentada na edição n. 1 do jornal *Sinba*, de 1977, em que se cobrou das mulheres negras uma participação mais ativa no movimento e que essa participação não se resumisse a frequentar lugares de “curtição”:

o que interessa no momento, é que a mulher reflita sobre o papel que poderia desempenhar no movimento negro atual, não como mulher no sentido exato da palavra, mas como um elemento que sofre os mesmos problemas que os homens; pois se não se aperceber disso, será ultrapassada e logicamente ficará marginalizada dentro do movimento.

[...] É importante que a mulher negra não fique esperando o paternalismo dos homens, e sim deve tomar a iniciativa participando e colocando sua posição.⁴⁷⁵

A percepção masculina de que mulheres negras não ocupavam os espaços e tampouco participavam ativamente dos debates políticos era um sintoma da invisibilidade sofrida por essas mulheres. Sônia Beatriz dos Santos, em seu artigo intitulado *As ONGs de mulheres negras no Brasil*, apresenta-nos, por exemplo, a existência do que foi considerado o primeiro grupo autônomo de mulheres negras, o Conselho Nacional de Mulheres Negras, fundado em 1950, no Rio de Janeiro.⁴⁷⁶ Por mais que não houvesse um número expressivo de grupos formados unicamente por mulheres negras naquele momento, elas ocupavam os espaços dos movimentos negro e feminista, por vezes de maneira diluída, por vezes se destacavam. Nomes como de Lélia

⁴⁷⁵ A OMISSÃO da mulher negra. *Sinba*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, jul. 1977.

⁴⁷⁶ SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *Sociedade e Cultura*. V. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009, p. 276.

Gonzalez⁴⁷⁷, Beatriz Nascimento e Thereza Santos⁴⁷⁸ são alguns dos exemplos de mulheres que se projetaram no movimento negro e romperam com os lugares comumente destinados a elas nos movimentos sociais. Sônia Beatriz dos Santos, em diálogo com Rosalia Lemos e Eliane dos Santos, pontua que:

foi a partir dos anos 70 que as mulheres negras começaram a questionar sua participação junto ao movimento negro e a exigir papel mais ativo no que se referia à luta política, contrapondo-se aos papéis subalternos e às tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e secretariar, que eram destinados a elas nos eventos e encontros promovidos pelo movimento.⁴⁷⁹

Em resposta à manifestação da edição n. 1 do jornal *Sinba*, Suzete Paiva, futura integrante da organização Aqualtune⁴⁸⁰, publicou uma matéria de mesmo título: *A omissão da mulher negra*, na edição n. 3, em 1979. Por mais que concordasse que a omissão existisse, o artigo busca explicar o porquê dessa omissão. Sua avaliação é que a assimilação cultural que as mulheres sofrem quando ascendem socialmente, muito mais frequente que nos homens, é devido a uma “maior tensão social” que a mulher negra sofre na sociedade. Segundo Suzete Paiva, ser a “exceção à regra” dos espaços que frequenta e ter a capacidade profissional posta

⁴⁷⁷ Lélia Gonzalez (1935-1994), nasceu em Belo Horizonte e se mudou para o Rio de Janeiro ainda na infância. Filha de ferroviário e empregada doméstica, foi a penúltima filha de 18 irmãos. Lélia Gonzalez se formou em História e Filosofia na Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Fez mestrado em Comunicação Social e doutorado em Antropologia, tornando-se professora universitária e acadêmica de destaque. Intelectual e ativista, Lélia Gonzalez transitava entre o movimento negro e o feminismo, perspicaz em suas análises de sociedade que sempre levava em consideração as duas opressões. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado, do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), participou da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), do N'zinga Coletivo de Mulheres Negras e do Olodum. Participou do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) entre os anos de 1985 e 1989. Candidatou-se à deputada federal pelo PT, em 1982, não conseguindo se eleger, mas ficando de primeira suplente, e candidatou-se à deputada estadual em 1986 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), também não conseguindo se eleger.

⁴⁷⁸ Thereza Santos (1930-2012), nascida no Rio de Janeiro em 7 de julho de 1930, foi uma militante do Partido Comunista, teatróloga, atriz, professora, filósofa e militante pelas causas dos povos africanos da diáspora. Escreveu diversos artigos sobre cultura e a mulher, fundou o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) ao lado de Eduardo Oliveira. Foi Assessora de Cultura Afro-Brasileira da Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo entre os anos de 1986 e 2002. Um de seus objetivos era a criação de conteúdo artístico negro, em que os negros pudessem contar suas próprias versões da história do Brasil e do escravismo. Uma de suas peças teatrais de maior projeção foi a “E agora Falamos Nós”, de 1972.

⁴⁷⁹ SANTOS, As ONGs de mulheres negras no Brasil, *Sociedade e Cultura*, 2009, p. 277.

⁴⁸⁰ Foi uma das primeiras organizações de mulheres negras no momento de reorganização dos movimentos sociais. A princípio, as integrantes do Aqualtune se reuniam no espaço do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), já que algumas de suas fundadoras faziam parte desse instituto. Recusando-se a serem compreendidas como “mais um grupo”, em entrevista ao Nzinga Informativo (1986), Suzete Paiva conta que “A ideia era reunir mulheres que participavam ou tinham participado das várias entidades [movimentos negros, feministas, estudantis, operários, etc.] para discutir, sem formar mais um grupinho. A escolha do nome partiu da necessidade de se homenagear heroínas negras”. A proposta, como Vera Lúcia explica, era de “preparar as mulheres para discutir a questão da mulher e do negro em seu local de atuação. Nós escolhíamos um tema, discutíamos, debatíamos, levávamos para casa, refletíamos... Reuníamos outra vez e escrevíamos um texto. Esse texto era impresso e distribuído” (Entrevista. *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, fev./mar. 1986).

em cheque colocam-nas em posição de dupla discriminação. “As consequências da corrida à ascensão social, sem maiores questionamentos e reflexões a que somos levadas, nos conduz a um isolamento total”.⁴⁸¹ Ela propõe uma maior participação em todos os movimentos que as mulheres negras façam parte, sobretudo no movimento negro:

As condições das mulheres não pertencentes às classes (altas e médias) são precárias e nestas as mulheres negras são maioria. Por isso é que nós mulheres, que ascendemos socialmente (economicamente ou intelectualmente), precisamos deixar de lado um pouco de nossas vaidades e devemos nos preocupar mais em: ouvir; falar; agir; e lutar pelos nossos direitos. Sem nos <<embranquecermos>> e sem rejeitar as nossas próprias características. Precisamos nos tornar representativas.⁴⁸²

E, de fato, foram organizados debates sobre a participação das mulheres negras em movimentos sociais na sede do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN)⁴⁸³ – movimentação que ocasionou a criação da organização Aqualtune. No primeiro debate, ainda sob o tema da omissão das mulheres negras, foi discutida a impossibilidade de se falar nesses termos quando as mulheres não compreendem o processo sócio-econômico-cultural de sua opressão, uma vez que se encontram inconscientes. Refletiu-se que apenas seria possível falar em omissão em casos de mulheres que têm “conhecimento da sua problemática” e se recusam a afirmar a identidade negra, bem como se recusam a participar dos movimentos sociais e a transformar a realidade.⁴⁸⁴

A sofisticação dos debates que tocavam a condição de negras foi de responsabilidade dessas mulheres que estiveram dispostas a questionar a forma que os movimentos negros, predominantemente masculinos, conduziam assuntos que embora fossem de interesse do “povo negro”, eram especialmente sensíveis às mulheres e isso não era devidamente enfatizado. Sua atuação, porém, também serviu para aprofundar a luta por direitos sexuais e reprodutivos, visto que as feministas, brancas em sua maioria, eram míopes ao caráter ideológico racista de uma política que se afirmava estritamente econômica.

A ausência da dimensão (ou o esquecimento conveniente) de que a esterilização não toca apenas na dominação de gênero, mas também na raça e classe, fez com que feministas brancas não estivessem aptas para conduzirem sozinhas a formulação de políticas para essa questão. A filósofa Sueli Carneiro assinala que “as propostas universalistas da luta das mulheres

⁴⁸¹ A OMISSÃO da mulher negra. *Sinba*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 3, ago. 1979.

⁴⁸² *Ibid.*

⁴⁸³ AÇÃO das mulheres negras. *Sinba*, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 4, mar. 1980.

⁴⁸⁴ *Ibid.*

não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade das reivindicações que daí advêm, tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro”.⁴⁸⁵

A consciência de que o controle da natalidade não tinha como propósito a diminuição da pobreza, mas sim o de impedir o nascimento de grupos raciais e sociais específicos, fazia-se presente nos discursos de ativistas negras desde, pelo menos, a virada da década de 1970 para 1980. O resgate da figura de Aqualtune⁴⁸⁶, como a força feminina com a “semente da revolução plantada na barriga”, chamava atenção para o temor do crescimento populacional entre negros e de seu potencial revolucionário, mas sem perder de vista que o principal alvo do controle da natalidade era o corpo das mulheres negras. “Querer ou não querer ter filhos sem arriscar sua própria vida é um direito individual de toda mulher que também é cidadã”, ressalta Pedrina de Deus em seu artigo publicado na edição n. 5 do *Sinba*, em 1980.

É válido ressaltar a importância da contribuição dada por cada grupo social contrário ao avanço do controle da natalidade no Brasil. Isto é, a Igreja Católica foi a principal denunciante de práticas esterilizantes em localidades distantes e “invisíveis” na década de 1960; médicos e políticos contrários ao controlismo denunciaram o financiamento estadunidense e a formação de quadros que promovessem o controle da natalidade entre classes menos abastadas; a esquerda brasileira ressaltou o aspecto econômico e imperialista por trás da redução da fecundidade de países do chamado Terceiro Mundo; feministas ressaltaram a luta por aquisição da autodeterminação dos corpos e por direitos reprodutivos. As mulheres do movimento negro, por sua vez, somava uma parte fundamental que carregava em si o resumo de todos esses aspectos.

O entendimento de que as mulheres negras sintetizavam toda a questão era a peça faltante no quebra-cabeça do controle da natalidade - mas, que de certa forma, sempre esteve ali. Todos os caminhos dessa trama chegavam às mulheres negras, mas não somente, também às mulheres racializadas e lidas como inferiores pela branquitude hegemônica do norte global. Mulheres africanas, asiáticas, afro-americanas, afro-latino-americanas, indígenas dos mais diversos países da América Latina e toda sorte de populações que configuram imigrantes

⁴⁸⁵ CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro – formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 276.

⁴⁸⁶ “Quando o Congo foi invadido pelos Jagas, Aqualtune, filha do Rei Cajanga, defendeu o reino do pai comandando dez mil homens. Vencida e aprisionada, desembarcou de um navio negreiro em Recife e foi obrigada a manter relações sexuais com outro escravo para engravidar e reproduzir mão-de-obra barata para seu Senhor. Mas, mesmo ‘engravida’ contra sua vontade, ela chefou a fuga de numerosos negros para Palmares e passou a ajudar Ganga Zumba na organização do quilombo. Foi sua filha que lhe deu o neto ZUMBI – REI DOS PALMARES”. SERÁ que somos nós, MULHERES NEGRAS, que geramos o crime e a violência?. *Sinba*, Rio de Janeiro, Ano 4, n. 5, set. 1980.

indesejáveis para os Estados Unidos - ou de países que representavam alguma ameaça ou dispunha de algum bem valioso aos interesses norte-americanos.

A sacada de Edna Roland em seu depoimento acerca do caráter racial atribuído a todos os naturais dos países subdesenvolvidos como “cidadãos de segunda classe” explica o porquê dessas políticas respingarem em classes privilegiadas. O caso de Sonia Beltrão, narrado no capítulo anterior, bem como todas as estatísticas que apontavam para o elevado número de mulheres brancas brasileiras que também foram esterilizadas, não invalidava a tese de que havia um projeto racista de controle da natalidade. Na realidade, pouco importava se elas fossem brancas, bastavam ser brasileiras para também se configurarem como alvo. Por outro lado, podemos observar lógicas internas que resguardavam mulheres brancas brasileiras, como os baixos índices de esterilização no Rio Grande do Sul. Destacamos também que essas mesmas lógicas internas intensificaram os casos de esterilização em outras localidades, como em favelas, periferias e estados de maioria negra. Os Estados Unidos arquitetaram o plano de redução da fecundidade de populações racializadas e o repassou para as elites de países subdesenvolvidos, que tiveram autonomia em sua execução.

Mas, na medida em que figuras públicas faziam declarações que tornavam cada vez mais explícito o racismo e a intenção higienizadora por trás da distribuição indiscriminada de contraceptivos em morros e favelas, mais intensas se tornavam as denúncias das mulheres dos movimentos negros:

E lá vêm eles, mais uma vez querendo utilizar o corpo da mulher para se garantirem no poder. Antes, era obrigando a escrava a reproduzir filhos para trabalharem como escravos. Agora, é querendo que ela não tenha filhos para evitar os ‘Zumbis’ que vão exigir vida digna, justa distribuição de riqueza que os braços negros e pobres continuam a produzir para meia dúzia desfrutar.⁴⁸⁷

Apesar dos grupos autônomos de mulheres negras terem se organizado depois do movimento feminista se consolidar e se integrar a uma lógica mercadológica de financiamento para produção de pesquisa, é no início dos anos de 1980 que se tem informação de grupos e coletivos exclusivos de mulheres negras com maior projeção atuando na questão dos direitos reprodutivos e na saúde da população negra.⁴⁸⁸

O artigo “Ação das Mulheres Negras”, publicado na edição n. 4 do jornal *Sinba*, em 1980, sugere que a mobilização das massas femininas negras seria capaz de promover a

⁴⁸⁷ Ibid.

⁴⁸⁸ Lembrando que a organização Aqualtune, formada em 1979, de mulheres negras que se reuniam no IPCN, não se enxergava como um “grupo”, propriamente dito, e sim como um espaço de discussão e disseminação de ideias que interessavam às mulheres negras (Entrevista. *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, fev./mar. 1986).

transformação por meio da aquisição de consciência política e atuação nos movimentos negros e femininos. Inclusive a palestra sobre controle da natalidade e racismo do médico Mario Victor de Assis Pacheco foi apontada como o combustível para impulsionar o movimento de mulheres negras na questão do controle da natalidade. Sobre a palestra, o artigo manifesta que:

Foi a luz, a denúncia qualificada, o grande grito de alerta aos Povos de Terceiro Mundo em relação a medida desumana de um sistema, que com falsos dedos e argumentos tenta impor o controle [à] natalidade entre povos que habitam áreas, países vastíssimos onde a explosão demográfica está muito longe de se verificar, confirmando o interesse e o objetivo de extermínio de povos não brancos.⁴⁸⁹

Na edição de n. 1 do boletim *Nêgo*, em 1981, foi anunciado o grupo de mulheres militantes do Movimento Negro Unificado (MNU) que passou a discutir problemas singulares da vivência da mulher negra.⁴⁹⁰ Na edição n. 3, de 1982, foi explicado o seu funcionamento, que a cada quinze dias se reuniam para discutir questões e textos voltados às mulheres e seus objetivos:

- Aprofundar a discussão sobre temas específicos à mulher negra, visando facilitar a definição de uma linha de trabalho a ser desenvolvida em consonância com a programação geral do MNU.
- Criar condições para que através da troca de informações se consiga um melhor posicionamento das mulheres enquanto militantes, fortalecendo com isso o MNU como um todo.
- Uma maior integração das mulheres que militam no MNU.⁴⁹¹

Por mais que houvesse um esforço em mobilizar as mulheres do movimento negro, o Grupo de Mulheres do MNU-BA revelou que “Dentro do movimento de mulheres, a nível nacional, tem rolado uma série de discussões que dizem respeito a todas nós. Entretanto, a verdade é que nós, mulheres negras, muito pouco temos participado destas discussões”.⁴⁹² Desse modo, fortalecia-se a percepção da necessidade na iniciativa do tratamento das questões femininas sob o olhar racial partindo das próprias mulheres negras, incluindo as questões acerca da saúde da mulher.

⁴⁸⁹ MULHER negra e as lutas feministas. *Sinba*, Rio de Janeiro, n. 4, mar. 1980.

⁴⁹⁰ DIA Internacional da Mulher. *Nêgo*, Bahia, n. 1, jul. 1981.

⁴⁹¹ A MULHER negra. *Nêgo*, Bahia, n. 3, mar. 1982.

⁴⁹² E a mulher negra?. *Nêgo*, Bahia, n. 6, jun. 1984.

Nesse sentido, na edição n. 7 do jornal *Nêgo*, o Grupo de Mulheres do MNU-BA convocou mulheres baianas para preencherem um questionário, para que elas pudessem levantar dados sobre a experiência dessas mulheres com anticoncepcionais e do atendimento médico que recebiam.

Nós do Grupo de Mulheres do MNU estamos bastante empenhadas nesta campanha, pois sabemos que não é fácil, para a maioria das mulheres negras, ter acesso à assistência médica que deveriam ter. Por outro lado, precisamos de dados concretos sobre a situação de nossas companheiras, para que possamos saber como as diferenças de raça têm influência no tipo de vivência da mulher dentro da sociedade. [...] É uma forma de termos um melhor conhecimento sobre nós mesmos e juntas descobriremos o que devemos reivindicar.⁴⁹³

Essas iniciativas foram capazes de delinear a potência política e teórica de mulheres negras que estiveram à margem da questão da natalidade por tanto tempo, seja porque as mulheres, no geral, foram afastadas do debate público da questão populacional e disseminação de métodos contraceptivos, seja porque havia uma resistência em dar relevância ao que mulheres negras diziam, tanto no âmbito do movimento negro quanto no feminismo.

Em 1983, na matéria “Mulher negra: e nós, aonde vamos?”, da edição n. 14 do *Mulherio*, Dulce Pereira Cardoso⁴⁹⁴ questionou a atuação feminista e a suposta capacidade de abrigar “todas as mulheres” em suas pautas:

A mulher negra, ainda que reconhecida como “mãe” da cultura brasileira – colocada entre as principais personagens responsáveis pela definição das personalidades culturais do país –, ou quando pensada preconceituosamente como “a boa de cama”, ou, objetivamente, como a mão-de-obra mais barata, ou ainda como “triplamente explorada”, tem sido confinada a um gueto histórico. Desta forma, atrelada por sua condição subumana de existência, é pressionada ideologicamente a ficar incapacitada de mover-se a partir de “sua própria alienação” e condenada a atuar dentro dos limites que convêm aos diversos níveis da ordem estabelecida.⁴⁹⁵

⁴⁹³ MULHER negra. *Nêgo*, Bahia, n. 7, nov. 1984.

⁴⁹⁴ Dulce Maria Pereira Cardoso, nascida em 1935 em São José do Rio Preto – SP. Após conquistar uma bolsa de estudos nos Estados Unidos na adolescência, Dulce Pereira Cardoso se envolveu com o movimento estudantil negro e retornou ao Brasil com engajamento em pautas sociais, tornando-se ativista tanto pelo movimento negro quanto pelo feminismo. Formou-se em Arquitetura na Universidade de Brasília (UnB) e se especializou em Comunicação Social, tornando-se apresentadora de programas na TV Cultura, como no programa “Constituinte 87”, em que se discutia os principais temas da reforma da constituição. Foi presidente da Fundação Cultural Palmares entre os anos de 1996 e 2000.

⁴⁹⁵ Mulher Negra: e nós, aonde vamos?. *Mulherio*. São Paulo, ano 3, n 14, 1983.

Sendo assim, por vezes alheias à realidade das mulheres a quem se destinaria determinadas políticas públicas que elas próprias formularam, feministas acadêmicas e brancas muitas vezes dominavam o repertório teórico dos debates destacados, mas não alcançavam a complexidade da vivência dessas mulheres, de modo que não conseguiam direcionar as políticas de forma apropriada.

4.4 Dimensões da questão do planejamento familiar no Brasil

As diferentes camadas do debate e prática do planejamento familiar no Brasil evidenciou a vulnerabilidade das mulheres brasileiras, cujas decisões - se é que podemos nomear dessa forma - guiavam-se muitas vezes pela necessidade. A psicóloga Carmen Barroso se manifestou em matéria da *Folha de S. Paulo*, atentando-se ao porquê devemos questionar a ideia de “escolha” no que toca esse assunto, pois “Como podemos falar em atitude consciente e responsável de cada casal, se as condições em que a maioria da população vive não permitem a possibilidade de escolha?”.⁴⁹⁶

Nesse sentido, em outra matéria deste mesmo jornal, Barroso informa que as agências internacionais e privadas, como a USAID e a IPPF, não apoiavam práticas de esterilização compulsória, determinando uma documentação do consentimento consciente como requisito para a esterilização. Essa documentação garantiria o “pleno conhecimento dos riscos e benefícios à saúde e ao bem-estar associados à esterilização”. Contudo, ela afirma que não havia grandes esforços para isso e que, pelo contrário,

Muitas vezes, a linguagem utilizada é incompreensível para o usuário. Numa clínica do Jabaquara há um formulário a ser assinado pelo paciente declarando saber tratar-se de operação irreversível. Ora, como esse vocábulo certamente não faz parte do patrimônio linguístico da maioria da população, faria muito mais sentido que o paciente produzisse com suas próprias palavras uma declaração do tipo: “Sei que depois de esterilizar-me nunca mais poderei ter filhos”.

Pior que a linguagem rebuscada, muitas vezes a informação, quando não totalmente sonegada, é apresentada de forma distorcida. Este problema se refere especialmente à reversibilidade e aos possíveis efeitos secundários.⁴⁹⁷

⁴⁹⁶ MULHERES vão discutir o “Pró-Família” amanhã. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de novembro de 1981, p. 14.

⁴⁹⁷ BARROSO, Carmen. Esterilização - direito individual ou ameaça pública?. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de novembro de 1981, p. 3.

Não entrando no mérito da possibilidade de boa parte do público-alvo não saber nem mesmo escrever uma autorização com as próprias palavras, Barroso alerta sobre a divulgação incompleta do dado de que a reversibilidade da esterilização seria possível em 70% dos casos. Não era evidente que essa reversibilidade dependia de uma série de fatores, como o tipo de método utilizado na oclusão tubária, a técnica de reversão, o tempo decorrido desde a esterilização, para além do alto custo dessa cirurgia, inacessível para a maioria dos brasileiros.⁴⁹⁸

O descolamento da realidade ou cegueira frente ao cenário que a maioria da população feminina se encontrava fazia surgir discursos pouco oportunos para a raiz do problema, inclusive entre aliados. Circulava entre o meio feminista, por exemplo, um discurso ancorado na entrada das mulheres no mercado de trabalho. Defendia-se que o planejamento familiar era uma peça-chave para a introdução satisfatória das mulheres no ambiente de trabalho, visto que uma mulher que não está constantemente grávida e cuidando de filhos pequenos trará menos problemas para o empregador e para si mesma, uma vez que sua renda não será dividida entre vários membros da família. Com isso, é deixado de lado o debate acerca da feminização da pobreza e colocou-se em primeiro plano o empoderamento das mulheres, sem considerar que a conquista de um emprego nem sempre será empoderadora.

É o que se observa nos casos de mulheres que precisaram apresentar atestado de esterilização para conseguirem uma vaga de emprego. Na edição n. 3, de 1991, do jornal manauara *Art Mulheres*, foi denunciado o “ponto biológico” que fábricas de castanha em Belém (PA) eram anualmente submetidas. “São mulheres acima dos 30 anos que não têm nenhuma qualificação profissional e vivem em um nível de extrema pobreza, daí se submetem a tal constrangimento”, relatou a presidente da Comissão Provisória do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, Elisety Veiga. Ela explicou que “Essas mulheres trabalham por produção, com uma jornada que tem início às 4h30min da madrugada e encerra-se às 19 horas, com intervalos de uma hora para o almoço. Recebem um salário-mínimo, pago por semana, com um contrato de trabalho de nove meses”, tempo para uma nova verificação de que essas funcionárias não estariam grávidas. “O cadastramento” ou o “contrato” entre a empresa e a operária só seria feito mediante a certeza de que a mulher estivesse menstruada ou esterilizada. Com tais cuidados, as empresas livraram-se do “fantasma” da gravidez e, conseqüentemente, de alguns compromissos trabalhistas.⁴⁹⁹ Casos como esse comprovaram que as mulheres se

⁴⁹⁸ Ibid.

⁴⁹⁹ EMPRESAS exigem ponto biológico para operárias. *Art Mulheres*, Manaus, Ano 1, n. 3, abr./maio 1991, p. 3.

viam em becos sem saída, a ponto de se submeterem pelo caminho mais radical para evitar uma nova gravidez, não para se sentirem empoderadas, mas por uma questão de sobrevivência.

A invisibilidade dessas mulheres que não necessariamente lutaram para integrar o mercado de trabalho, mas que lutaram para trabalharem em condições dignas não esteve sequer no radar do plano de metas proposto pelo Relatório Kissinger. O entendimento que a falta de “maiores oportunidades para o emprego feminino na economia monetária” era uma das razões para a alta taxa de natalidade entre famílias de baixa renda gerou propostas distorcidas do que seria a promoção do bem-estar social e de como promover empregos para as mulheres de países mais pobres.

Françoise Vergès analisa e questiona a noção da geração de empregos como forma de empoderamento feminino, quando muitas vezes essa linha de ação faz a manutenção das desigualdades sociais. Como exemplo, ela cita a promoção de projetos de desenvolvimento, tais como de fomento e valorização do artesanato de mulheres do sul global e o incentivo para que mulheres do norte apoiassem esses projetos, comprando seus produtos e os divulgando. Certamente essa foi uma ação benéfica para a vida material de muitas mulheres, mas Vergès enfatiza que “esses projetos não acarretam retorno algum” e “reforçam o narcisismo das mulheres brancas, tão felizes em poder ‘ajudar’ desde que isso não mexa com suas vidas”.⁵⁰⁰ Essas relações criaram distanciamentos difíceis de conciliar entre as mais diversas mulheres que se declararam como feministas.

Parte do movimento feminista brasileiro, consciente de integrar o sul global, possui o mérito de ter se identificado com as lutas populares e de democratização do país.⁵⁰¹ Envolveu-se em pautas de profundo significado para mulheres pobres - ainda distantes de sonharem com a paridade salarial -, como a luta por direitos trabalhistas que garantem a segurança das mulheres em seus empregos durante a gravidez, no pós-parto e na luta por creches, direitos fundamentais para a consolidação das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, as feministas que se destacavam e acessaram os espaços de poder, definindo as pautas prioritárias e a condução dessas questões, eram as ativistas que estavam nas universidades e distantes das principais razões que levavam uma mulher a querer se esterilizar, que não se resumia - muito embora esta também pudesse ser uma motivação - à autodeterminação dos corpos.

⁵⁰⁰ VERGÈS, *Um feminismo decolonial*, 2020, p. 75.

⁵⁰¹ CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro – formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 272.

Há, por exemplo, uma série de fatores determinantes para que mulheres “optem” pela ligadura tubária, que extrapolam a demanda pelo direito a uma sexualidade livre. A desinformação sobre outros métodos contraceptivos e da irreversibilidade da laqueadura é apenas uma delas, por mais que o dado de “quanto menor a escolaridade, maior a porcentagem de laqueadas” sugira que esse seja, se não o único, o maior problema.⁵⁰² O desespero pelo risco de vida que uma gravidez gera (o Brasil possuía uma alta taxa de mortalidade materna); a necessidade de trabalharem e não existir oferta de vagas nas creches, isso quando as mulheres não eram demitidas após o nascimento dos filhos; a recusa dos parceiros em utilizarem métodos contraceptivos de sua responsabilidade (camisinha ou vasectomia); o desgosto de que as parceiras utilizem outros métodos, como a pílula (que tem como um dos efeitos colaterais a diminuição da libido) e o medo do aborto clandestino são mais alguns “porquês” de a esterilização ter sido um método tão atraente.

Conforme aponta o relatório final da CPMI da esterilização, operava no Brasil uma “cultura da laqueadura” e que precisava ser desconstruída para finalmente poder falar em termos de “escolha” por esse método. Referindo-se à laqueadura como “legada de mãe para filha, de avó para mãe, constituindo já um caminho ‘natural’, um projeto de vida”, o relatório final indica que as mulheres não mediam esforços para conseguirem acessar esta cirurgia. Muitas utilizavam dinheiro da poupança, pagamentos por carnês e negociavam compra de votos com políticos para receberem a laqueadura em troca, imersas na promessa de melhoria de vida por meio da esterilização. E todo esse esforço se justificava porque “A maternidade, longe de ser assumida pela sociedade como função social, representa, hoje, um fardo para a grande maioria das mulheres desamparadas pelo Governo e pelos companheiros”.⁵⁰³

A socióloga Maria Betânia Ávila, consciente da precariedade nas condições de vida das mulheres, empurrando-as à alternativa mais radical, expôs em seu depoimento à CPMI que:

O discurso generalizado e uma simplificação da questão é aquele que diz: as mulheres estão pedindo [pela esterilização]. Mas de onde nasce este pedido ninguém quer saber. E nós queremos dizer que este pedido em massa nasce da falta, vem da carência, da impossibilidade e pode ser que nele esteja contido também uma revolta contra esta ordem social injusta que não valoriza a reprodução, pode ser que este pedido nasça do desejo da liberdade. Mas a tragédia dessa situação se configura na imposição a que ela está sujeita e na manipulação que se faz dela. Não se pode falar de escolha voluntária quando

⁵⁰² FAÚNDES, Aníbal; COSTA, Rosely Gomes; PÁDUA, Karla Simônia de; PERDIGÃO, Antero Marques. Associação entre prevalência de laqueadura tubária e características sócio-demográficas de mulheres e seus companheiros no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, pp.49-57, 1998.

⁵⁰³ *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*, 1993, p. 48.

não há outra opção. Sem escola, sem casa, sem trabalho, sem serviço de saúde, sem informação, sem ajuda dos parceiros, sem acesso a outros métodos de evitar filhos, com medo dos partos feitos de maneiras desumanos nos serviços públicos, qual é a possibilidade real desta escolha?⁵⁰⁴

A consciência de que essas questões e demandas precisavam ser levantadas e transformadas em políticas públicas foi o motor das mulheres que se envolveram na luta pela conquista de direitos reprodutivos.

4.5 Quando o Estado decide agir

Conforme observado nos tópicos acima, era comum que a questão do controle da natalidade gerasse polêmicas e, conseqüentemente, barrava o avanço de programas oficiais de planejamento familiar. A postura omissa do Estado brasileiro permitiu que as sociedades civis fossem as principais responsáveis pela disseminação do uso de pílulas e da esterilização como métodos contraceptivos. Porém, na década de 1980, o Estado brasileiro decidiu mudar de postura frente a este assunto.

Em São Paulo, durante o governo de Paulo Maluf (1979 e 1982), houve o lançamento do programa Pró-Família no dia 8 de dezembro de 1981. De responsabilidade da então primeira-dama de São Paulo e presidenta do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, Sylvia Maluf declarou que o programa se pautava em três objetivos básicos: “preservação e melhoria das condições de saúde e higiene; planejamento familiar e paternidade responsável”. Sua atuação consistia em orientar voluntários (médicos, psicólogos, estudantes e membros de entidades dos bairros) acerca da paternidade responsável, com ênfase na periferia e interior do estado de São Paulo. Conforme matéria do *Folha de S. Paulo*, em 28 de março de 1982, “O programa [encaminhou] os que se [interessaram] ou [necessitaram] de atendimento especializado ao Centro Materno-Infantil e outras clínicas com quem ele [fez] convênios”.⁵⁰⁵

Opositores ao lançamento do programa, tais como entidades feministas, a Igreja Católica, Sindicato dos médicos e membros da Comissão Pró-CUT foram às ruas manifestar repúdio ao programa. Antes mesmo do lançamento do Pró-Família, foi enviada uma nota de repúdio do grupo Sociedade Brasil-Mulher, que contava com a assinatura de mais 22 entidades,

⁵⁰⁴ BRASIL. op. cit., 5 de agosto de 1992, p. 4.

⁵⁰⁵ AIDAR, Marcos. Entidades fazem programas de planejamento familiar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1982, p. 16.

descrevendo o programa como “autoritário e leviano”.⁵⁰⁶ Houve ainda a ação do deputado estadual Antônio Resk do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) contra Sylvia Maluf, compreendendo que se tratava de um programa ilegal. Segundo a lei estadual n. 2.575, de 4 de dezembro de 1980, “Proíbe[-se] a implantação de qualquer programa de planejamento ou educação familiar que vise, direta ou indiretamente, ao controle da natalidade, sem prévia apreciação da Assembleia Legislativa” e Antônio Resk pretendia que a Justiça decretasse a devolução de todos os gastos para a implementação do programa aos cofres públicos.⁵⁰⁷

Setores médicos, sociais e políticos se manifestaram por meio da imprensa e fizeram oposição aos conceitos de planejamento familiar e controle da natalidade. Havia uma preocupação com o conteúdo ideológico de iniciativas dessa natureza e apesar de existir uma demanda por planejamento familiar, a maneira como o governo vinha conduzindo essa política gerava desconfiança, assim como explica Elza Berquó:

Eu não sou contra uma orientação sobre planejamento familiar [...] Mas geralmente, quando a questão é colocada pelo governo, vem sempre como uma solução para acabar com a pobreza do País à sua grande população, fazendo crer que ela diminuirá limitando-se os nascimentos. Desta maneira, sempre vai haver posições contrárias, porque sabemos que, se não mudarem as condições sócio-políticas, podem limitar o crescimento populacional à vontade porque sempre haverá diferenças sociais. Por que o pró-família está surgindo no fim de um governo, e paralelo à Secretaria da Saúde, desvinculado de um plano global de orientação materno-infantil? Os convênios com particulares não criaram um sistema independente do governo, outra espécie de Bemfam, que apenas limita-se a distribuir pílulas anticoncepcionais indiscriminadamente?⁵⁰⁸

Em resgate à memória do programa Pró-Família e das políticas de planejamento familiar promovidas pelo Governo Maluf, em matéria da edição n. 19 do jornal *Mulherio*, de 1984, a jornalista Ethel Leon ironizou as recomendações de condutas sanitárias “relevantes” do programa às mães da periferia – como o incentivo para que cortassem a grama de jardins e que mantivessem as crianças afastadas das piscinas –, a fim de que ganhassem em troca “kombis, propaganda na televisão e, o que era mais importante, grandes quantidades de anticoncepcionais

⁵⁰⁶ ENTIDADES farão protesto contra o Pró-Família. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 de dezembro de 1981, p. 12.

⁵⁰⁷ DEPUTADO do PMDB move ação popular contra Sylvia Maluf. *A Tribuna*, São Paulo, 9 de dezembro de 1981, p. 4.

⁵⁰⁸ *Ibid.*

orais”. O desfecho deste programa levantou ainda mais suspeitas, visto que quando empossado o novo governo de oposição em São Paulo, a documentação sobre o Pró-Família desapareceu.⁵⁰⁹

Portanto, a ausência de um programa oficial de planejamento familiar era sentido e passou-se a pressionar o Estado para que se organizasse. Na virada da década de 1970 e 1980, conforme narra Fonseca Sobrinho, empresários brasileiros e a própria Bemfam passaram a se mobilizar para fazerem parte do inevitável plano governamental que se formaria mais cedo ou mais tarde. Em meio a seminários, a Bemfam formou o Grupo de Parlamentares para Estudos de População e Desenvolvimento (GPEPD), composto por uma série de parlamentares de direita. O intuito do grupo era o de discutir “a problemática gerada pelo crescimento populacional desordenado e a adoção de uma política de planejamento familiar”. Havia, desse modo, um cenário favorável para a criação de um programa de Planejamento Familiar, com o apoio de empresários, a Bemfam e uma quantidade considerável de parlamentares.⁵¹⁰ Para completar o quadro de fatores que fez surgir um interesse inédito por parte do Estado, Fonseca Sobrinho acrescenta mais um:

No dia 26 de novembro de 1982, quatro dias antes da visita de Ronald Reagan ao Brasil, o então ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, anunciava, em Genebra, que o Brasil iria recorrer ao FMI, e que uma missão do Fundo já se encontrava no país. Alguns meses depois, a imprensa divulgava que o FMI havia exigido, nas negociações com o governo brasileiro, que alguma providência fosse tomada no sentido de conter o crescimento populacional. A notícia nunca foi confirmada ou desmentida.⁵¹¹

No dia 1º de março de 1983, o presidente Figueiredo se dirigiu ao Congresso Nacional proferindo um discurso acerca da questão populacional e sua relação com o desenvolvimento, em linguagem alinhada ao Relatório Kissinger. A partir disso, o Senado Federal, no dia 10 de março de 1983, instalou uma CPI “Criada com o intuito de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro”. Em resumo, Fonseca Sobrinho aponta que a CPI concluiu que deveria haver um programa governamental de planejamento familiar.⁵¹²

Em junho de 1983, o Ministério da Saúde apresentou o documento do programa “Assistência Integral à Saúde da Mulher - subsídios para uma ação programática”, que viria a ser o PAISM. O documento foi resultado da cobrança do presidente Figueiredo para a formulação de um programa de planejamento familiar, à conclusão da CPI e à própria

⁵⁰⁹ LEON, Ethel. Brancos, líbano-brasileiros e católicos. *Mulherio*, São Paulo, ano IV, n. 19, p. 10.

⁵¹⁰ FONSECA SOBRINHO, *Estado e população*, 1993, pp. 163-165.

⁵¹¹ *Ibid.*

⁵¹² *Ibid.*, p. 170

movimentação do Ministério, que buscava modernizar a maneira como se dava a assistência médica no país.⁵¹³

Embora tenha sofrido ataques e dúvidas de opositores do governo, logo o PAISM passou a ser defendido pelo Movimento Feminista, uma vez que a própria responsável pela construção do documento, Ana Maria Costa, era uma feminista atuante, assim como todas as 12 participantes da equipe que conduziu o programa. Ter um programa que prometia a assistência pública à saúde da mulher e da criança foi considerado uma conquista na luta das mulheres, sobretudo por se tratar de um olhar inédito para o planejamento familiar - e que não atendia exatamente ao pedido do presidente Figueiredo.⁵¹⁴

O PAISM representou o momento em que as mulheres finalmente adquiriram o protagonismo na questão do controle da natalidade vs. planejamento familiar, uma vez que o interesse não era o de reduzir a taxa da natalidade, mas sim promover o bem-estar da mulher e do bebê em sua integralidade. De todo modo, avaliou-se que o PAISM nunca foi implementado corretamente, como ocorria em todos os projetos voltados à área da saúde.⁵¹⁵

4.6 O Conselho Estadual da Condição Feminina

No mesmo ano de fundação do PAISM, foi decretado o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) de São Paulo pelo governo Montoro. Idealizada por mulheres do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o conselho consistia em “um órgão de ligação entre as várias secretarias estaduais para o atendimento de reivindicações dos movimentos organizados”.⁵¹⁶ A empolgação frente a criação do órgão foi comemorada por feministas e é o que a matéria do *Mulherio* intitulada “Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no poder”, da jornalista Inês Castilho, demonstra:

O movimento feminista entra numa nova fase. Pela primeira vez no Brasil, existe a possibilidade concreta de viabilizar reivindicações do movimento de mulheres, fruto do crescimento do feminismo e do trabalho das mulheres organizadas em torno da Assessoria que montou o Plano de Governo do PMDB.⁵¹⁷

⁵¹³ Ibid.

⁵¹⁴ Ibid., p. 176.

⁵¹⁵ Ibid., p. 179.

⁵¹⁶ UM LUGAR no governo. *Mulherio*, São Paulo, Ano 2, n. 10, nov./dez. 1982., p. 8.

⁵¹⁷ Ibid.

A formatação do CECF de São Paulo não foi um processo simples. O decreto N. 20.892, de 4 de abril de 1983 criou o conselho⁵¹⁸ e nomeou um Grupo Executivo de Trabalho.⁵¹⁹ A função desse grupo seria o de apresentar um Plano de Ação e os critérios para indicação de 15 membros efetivos. Segundo o art. 2 do decreto, o CECF seria composto por oito mulheres representativas da sociedade civil e uma representante de cada um dos seguintes órgãos: Gabinete Civil do Governador, indicada pelo Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, e as indicadas das secretarias da Justiça, Educação, Saúde, Promoção Social, Trabalho e Cultura.

Ainda na matéria de Inês Castilho, houve uma contextualização da maneira como foram selecionadas as integrantes do CECF. É explicado, por exemplo, que por se tratar de um Conselho e não de uma Secretaria, o CECF não detinha verba própria, algo considerado positivo pelas mulheres que conceberam o projeto, uma vez que a ideia de compor uma Secretaria da Mulher “seria desproporcional às atuais forças do movimento de mulheres”.⁵²⁰ Também foi descrito o esforço em promover seminários e abrir diálogo com mulheres de diferentes frentes de luta, como do movimento de creches e trabalhadoras sindicalizadas. Maria Malta Campos, uma das integrantes do Grupo de Trabalho, pondera que:

Nunca ninguém quis fazer acreditar que os contatos foram sistemáticos e esgotaram todas as possibilidades [...] Mas é preciso deixar claro que essa preocupação sempre existiu nas pessoas que trabalharam nesse projeto, voluntariamente, às noites e aos fins de semana.⁵²¹

Em resumo, o CECF representou uma importante vitória da luta feminista, por reforçar o tom político à questão das mulheres. Como a socióloga Elizabeth Souza Lobo pontuou em uma mesa-redonda promovida pelo *Mulherio* e cujas falas foram publicadas na edição de n.10, o Conselho se dedicaria a:

Uma política de profissionalização, emprego e saúde da mulher; uma política quanto a creches; uma política que enfrente a violência específica à qual as mulheres estão sujeitas; e uma política cultural que provoque a mudança na imagem da mulher difundida pelos meios de comunicação, livros didáticos e

⁵¹⁸ SÃO PAULO, Assembleia Legislativa de São Paulo. *Decreto N. 20.892, de 4 de abril de 1983*. Cria o Conselho Estadual da Condição Feminina, 5 abr. 1983.

⁵¹⁹ De acordo com o artigo 7, “O Grupo de Trabalho [...] será composto por Benedicta Savi, Eva Altermann Blay, Heleieth Saffioti, Iara Prado e Maria Malta Campos” (Ibid).

⁵²⁰ CONSELHO da Condição Feminina: nossa parcela no Poder. *Mulherio*, São Paulo, Ano 3, n. 13, maio/jun. 1983, p. 12.

⁵²¹ Ibid.

outros setores, que reforçam preconceitos e discriminações – essas são as propostas em torno das quais o Conselho está elaborando seu Plano de Ação.⁵²²

Entretanto, por maior que tenha sido o empenho em realizar seminários com mulheres do movimento de creches, sindicatos e outras frentes de luta, nenhuma mulher negra participou da criação do CECF ou foi indicada a ocupar uma das vagas do Conselho. Foi Marta Arruda, uma radialista negra, quem chamou atenção para esse fato. Edna Roland contou em entrevista concedida em 2004 sobre a repercussão de suas falas:

Marta Arruda, uma mulher de posições políticas conservadoras, e que tinha muito acesso à mídia, começa um processo de denúncia do Conselho, começa a atacar o Conselho. O Conselho era presidido por Eva Blay, uma mulher judia. E Marta Arruda começa a dar entrevistas no rádio, atacando o Conselho, chamando [de] Eva Brown, o nome da amante de Adolf Hitler. E virou um escândalo imenso em São Paulo, e aí estávamos eu, Sueli [Carneiro], acho que Lúcia Pereira, acho que outras pessoas e nós dissemos: “Nós temos que fazer alguma coisa, por que como é que fica essa questão?”. E a nossa preocupação era de tentar garantir que se fosse definir uma representação para o Conselho, que fosse uma mulher de posturas mais progressistas.⁵²³

Por essa razão, foi constituído o Coletivo de Mulheres Negras no ano de 1984. Roland lembrou que mulheres negras eram tratadas como desorganizadas por feministas brancas e foi por meio desse coletivo que se encontrou uma oportunidade de juntar “várias militantes que estavam dispersas, individuais ou em vários grupos” na cidade de São Paulo.⁵²⁴ Um objetivo traçado pelo coletivo era o de conseguir indicar nomes ao CECF. Sob a provocação das mulheres brancas que criticavam a desarticulação de mulheres negras, Roland contou que:

se organizou, se chamou todas as mulheres que se conheciam, militantes lá em São Paulo e se chamou Thereza Santos, que é uma militante histórica, antiga, muito vinculada à área de cultura, e se considerou que Thereza Santos era o nome que reuniria todo mundo, teria força suficiente para ser indicada, poderia ser aceita pela Marta Arruda e teria um perfil político mais adequado. E se conseguiu, então, nesse processo, a indicação da Thereza Santos como titular, e Vera Saraiva, creio que, assistente social que trabalhava no Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo, como suplente. Então, nesse

⁵²² UM LUGAR no governo. *Mulherio*, São Paulo, Ano 2, n. 10, nov./dez. 1982., p. 9.

⁵²³ ROLAND, Edna Maria Santos. *Edna Roland (depoimento, 2004)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (6h 15min), p. 40.

⁵²⁴ *Ibid.*

processo, para que a gente conseguisse a indicação de Thereza Santos e da Vera, nós constituímos o Coletivo de Mulheres Negras.⁵²⁵

Uma vez que havia duas mulheres negras no CECF, a meta era conseguir indicar mais nomes às comissões. Por sua experiência na área da saúde como servidora no Centro de Saúde de Taboão, Edna Roland foi indicada para compor a Comissão da Saúde por volta de 1984, ao lado de Elza Berquó.⁵²⁶ A entrada de mulheres negras no CECF, porém, não esteve livre de tensões. As historiadoras Tauana Silva e Cristina Wolff informam que militantes negras foram excluídas e silenciadas no âmbito do CECF.⁵²⁷ Na discussão sobre esterilização em massa, as pesquisadoras trouxeram a entrevista realizada com Thereza Santos, em 2008, em que narrou:

Em uma reunião, começaram a discutir a questão de controle de natalidade, me inscrevi para falar e uma conselheira da diretoria falou baixo para a conselheira ao seu lado: "Vamos encerrar esta questão porque já vem a outra com problema de mulher negra". Respondi: "Meu nome não é outra, é Thereza Santos, e vou levantar, sim, o problema da mulher negra nesta questão. Porque quando vocês falam em controle de natalidade é sempre a partir dos pobres e nós somos a maioria deles (...)". (...) Deixei bem claro que (...) não era um problema delas, era nosso. E que não iria admitir qualquer proposta que não fosse levada à discussão para grupos de mulheres negras.⁵²⁸

O incômodo gerado pela condução de feministas brancas sobre a esterilização se dava, portanto, na recusa de enxergarem cor entre as mulheres esterilizadas e no desinteresse no que as mulheres negras tinham a dizer. A negação do viés racista do plano de controle da natalidade – ou o não aprofundamento – configurava uma barreira na integração das lutas de feministas negras e brancas, sobretudo em uma década em que se reunia provas do cunho racista no projeto de controle da natalidade.

4.7 Evidências do caráter racista de programas de planejamento familiar

⁵²⁵ Ibid.

⁵²⁶ Ibid., p. 41.

⁵²⁷ Sobre a discriminação e perseguição que mulheres negras sofriam no CECF, Edna Roland tem mais alguns episódios: "Para vocês terem uma ideia, nós éramos frequentemente acusadas de roubar coisas no Conselho. Qualquer coisa que acontecia no Conselho: 'Foram as negras'. Porque a gente ficava trabalhando até oito, nove horas da noite, então qualquer incidente, qualquer coisa que acontecia, nós estávamos permanentemente sob a suspeita de estarmos tendo práticas ilegais e fraudulentas no interior do Conselho. Isso foi assim uma coisa terrível que a gente teve que viver lá" (Ibid., pp. 47-48).

⁵²⁸ SILVA, Tauana Olivia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, n. 55, Campinas, 4 de abril de 2019, pp. 19-20.

É no ano de 1982, na divulgação do conteúdo do documento *O censo de 1980 no Brasil e no estado de São Paulo e suas curiosidades e preocupações*, do economista Benedito Pio da Silva, que ganhou força a tese de que a prática controlista defendida pelas elites políticas eram motivadas por ideologias eugenistas e racistas.

Benedito Pio da Silva era integrante do Grupo Grupo de Assessoria e Participação (GAP) do governo Maluf, instituído pelo Decreto nº 17.641.⁵²⁹ O jornal carioca *Tribuna da Imprensa* informa que os grupos de assessoria “[tinham] a finalidade de oferecer sugestões administrativas ao governo”.⁵³⁰

O conteúdo do documento se tornou público quando o deputado Luiz Carlos Santos (PMDB) realizou a leitura de trechos do relatório de Pio da Silva na Assembleia Legislativa de São Paulo no dia 4 de agosto de 1982. O documento expressava o que o corpo editorial dos Cadernos Geledés mais tarde interpretaria como a “necessidade do controle da população negra para evitar a perda da hegemonia branca no poder”.⁵³¹ Ao expor parte do conteúdo de seu estudo, confirmou-se a suspeita de que havia um plano com o intuito de diminuir a taxa de natalidade entre a população negra, sobretudo no trecho a seguir:

Enquanto a população branca praticamente já se conscientizou da necessidade de se controlar a natalidade, principalmente nas classes média e alta – a negra e a parda elevou seus índices de expansão, em 10 anos, de 29% para 38%. Assim, temos 65 milhões de brancos, 45 milhões de pardos e 01 milhão de negros. A manter essa tendência, no ano 2000, a população parda e negra (sic) será da ordem de 60%, por conseguinte – muito superior à branca. E, eleitoralmente, poderá mandar na política brasileira e dominar todos os postos-chave.

A não ser que façamos como em Washington, capital dos Estados Unidos, que, devido ao fato da população negra ser da ordem de 63%, não há eleições. [...] Sob o rótulo de pardos, abrigam-se os mulatos, cafuzos, mamelucos, mestiços e índios. E por que não dizer que a tendência dos negros, principalmente os jovens do sexo feminino, é passar por mulato e as mulatas claras por brancas? Mas isso não invalida o que apurou o censo e o que pode ocorrer no ano de 2000.⁵³²

Foram dois deputados do PMDB que divulgaram tal documento para que ele repercutisse à altura da gravidade de suas palavras. Além de Luiz Carlos dos Santos,

⁵²⁹ SÃO PAULO, Assembleia Legislativa de São Paulo. *Decreto N. 17.641, de 28 de agosto de 1981*. Cria Grupo de Assessoria e Participação – GAP, 29 ago. 1981. .

⁵³⁰ DEMITIDO economista racista do Banespa. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1982, p. 2.

⁵³¹ ESTERILIZAÇÃO: impunidade ou regulamentação?. *Cadernos Geledés - Caderno II*, São Paulo, 1991, p. 10.

⁵³² ARQUIVO Nacional, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *In: Serviço Nacional de Informações Agência de São Paulo: Fatores que influem na formação moral social e da opinião pública brasileiras*. São Paulo, 26 out. 1982.

responsável por levá-lo a público e fazer a relação entre a proposta de esterilizar negros com o programa Pró-Família - que seria a entidade que facilitaria o acesso à essa cirurgia -, houve também a atuação da deputada negra Theodosina Ribeiro.⁵³³ Ela se encarregou de pedir a exoneração de Benedito Pio da Silva como membro do GAP e também levou o caso ao III Congresso de Cultura Negra das Américas, no final de agosto de 1982.⁵³⁴

Ativistas negros e políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) pediram cópias de seu pronunciamento para divulgarem e formularem um protesto formal. Em 1983, o MNU lançou um manifesto denunciando a intenção do grupo governamental em reduzir a taxa de fecundidade entre negros. A reação desses grupos resultou no afastamento de Benedito Pio da Silva e no arquivamento de sua proposta.⁵³⁵ Todavia, não houve maior repercussão do caso ou informações das consequências de sua fala. Também não se verificou qualquer esforço em investigar a ocorrência de clínicas e hospitais que atuassem sob os mesmos princípios de Pio da Silva, por mais que existissem grupos sociais indicando práticas ilegais e antiéticas relativas ao planejamento familiar - como testes irregulares de contraceptivos em mulheres brasileiras, distribuição sem prescrição médica de pílulas contraceptivas e a facilitação para realizar a laqueadura tubária.

Alguns anos depois, foi o médico baiano Elsimar Coutinho (1930-2020) que potencializou a suspeita do racismo como parte estruturante do controle da natalidade. Ginecologista polêmico e um dos principais beneficiários de financiamentos da Fundação Ford e Rockefeller, Coutinho esteve envolvido no caso Norplant. Segundo pesquisadores da Fiocruz,

O Norplant é um implante hormonal subdérmico composto por seis hastes flexíveis de silicone, que contém levonorgestrel, derivado sintético da progesterona. Inseridos sob a pele do antebraço, com anestesia, as hastes liberam lentamente o composto químico. Seu efeito se mantém por cinco anos e recomenda-se que as hastes sejam removidas depois, pois não são biodegradáveis.⁵³⁶

⁵³³ Theodosina Rosário do Ribeiro (1930-2020) nasceu em Barretos, interior de São Paulo. Formada em Letras em Mogi das Cruzes, tornou-se professora e diretora de escola. Formou-se em Direito na capital, tornando-se advogada e a primeira mulher negra a ser eleita vereadora na cidade de São Paulo, em 1970 e permaneceu até 1983. Foi deputada estadual pelo MDB e membro da Comissão da Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo (GARCIA, Rodrigo. Portal Geledés. In: *Conheça a trajetória de vida e política de Theodosina Ribeiro*. 23 abr. 2020).

⁵³⁴ “Promovido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) e Teatro Experimental do Negro (TEN), do Rio de Janeiro, realizou-se, no período de 21 a 27 de agosto de 82, no auditório da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em São Paulo/SP, o III Congresso de Cultura Negra das Américas” (ARQUIVO Nacional, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. In: *Serviço Nacional de Informações Agência de São Paulo*. III Congresso de Cultura Negra nas Américas. 3 nov. 1982).

⁵³⁵ Ibid.

⁵³⁶ PIMENTEL, Ana Cristina de Lima et al. A breve vida do Norplant® no Brasil: controvérsias e reagregações entre ciência, sociedade e Estado. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 43-52, Jan. 2017.

O Brasil, junto ao Chile e a Índia, foi um dos países escolhidos para testar os primeiros implantes contraceptivos nos anos de 1960 sob o financiamento da Fundação Rockefeller. Os testes foram iniciados na Maternidade Climerio de Oliveira, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo Elsimar Coutinho seu principal responsável. A parceria entre o médico e a Fundação Rockefeller datam desde os anos 1950, com destaque ao estágio realizado nos laboratórios da *Rockefeller Institute for Medical Research*, em Massachusetts, sempre com o intuito de pesquisar e testar novos métodos contraceptivos alinhados ao discurso do controle populacional.⁵³⁷ Seu envolvimento com a pesquisa do Norplant se justificou pela compreensão de que o desenvolvimento de mais um método contraceptivo significaria uma nova estratégia de conter a natalidade entre mulheres mais pobres.⁵³⁸

Em meio a isso, o *Population Council* dos Rockefeller se preparava para implementar o Norplant no mercado brasileiro na década de 1980. Contudo, a autorização para seguir com os testes no Brasil, concedida em 1984, foi suspensa em 1986, devido à denúncia de irregularidades nas pesquisas com o método, tais como:

a pesquisa não utiliza o termo de conhecimento de risco proposto pela Dimed [Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos], as fichas de admissão e de acompanhamento não oferecem subsídios esclarecedores para atestar os efeitos colaterais e as condições de saúde das voluntárias, procedimentos não homogêneos nas diversas clínicas, relatórios contraditórios entre si, utilização de outro produto, o Norplant 2, aumento de número de centros e mulheres participantes sem prévia autorização da Dimed.⁵³⁹

Em razão da atuação feminista de figuras importantes no Ministério da Saúde, como da diretora do Dimed, Suely Rozenfeld, que se interrompeu os estudos do Norplant para solicitarem esclarecimentos. Com o intuito de retomarem a pesquisa, os médicos envolvidos tentaram angariar apoio. Porém, o Conselho Federal de Medicina do Dimed elaborou um relatório que listou uma série de irregularidades, no qual concluiu que devido a pesquisa estar “eivada de incorreções, contradições, omissões e viola todos os dispositivos nacionais e internacionais que regulamentam a pesquisa biomédica em seres humanos”, havia, portanto, prática médica abusiva e a pesquisa precisava ser interrompida, em 1986.⁵⁴⁰

⁵³⁷ MANICA, Rudimentos da tecnociência reprodutiva, 2012, p. 192.

⁵³⁸ PIMENTEL, op.cit.

⁵³⁹ Ibid.

⁵⁴⁰ Ibid.

Nesse mesmo ano, passou-se a circular uma campanha publicitária na cidade de Salvador, com a finalidade de divulgar o Centro de Assistência e Reprodução Humana (CEPARH), idealizado e dirigido por Elsimar Coutinho. Uma das peças publicitárias foi descrita em uma matéria do *Jornal do Brasil*: “A figura de um negro, de olhos vendados, jaqueta aberta, um cordão de ouro no pescoço e um canivete na mão, o médico junta um texto de gosto duvidoso: ‘Tem filho que nasce pra ser artista. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal’”.⁵⁴¹

Em depoimento à CPMI da esterilização, Luiza Bairros descreveu outras duas peças publicitárias utilizadas na campanha de Coutinho:

uma delas estampava um adolescente negro, com uma arma na mão e uma tarja nos olhos, e era acompanhada pelo seguinte slogan: “defeito de fabricação”. Numa alusão mais do que evidente e direta de que esse defeito de fabricação era algo supostamente válido para qualquer negro. Numa outra peça publicitária, aparecia a foto de uma mulher negra grávida, coberta por um lençol – e a gente sabia que era uma negra porque as pernas, cheias de varizes, apareciam nessa foto – acompanhada por outro slogan, não menos racista do que o anterior, onde se dizia: “de barriga cheia também se morre”, uma alusão que permitia uma generalização, a meu ver, criminosa, de que toda gravidez de mulher negra é inerentemente um perigo e uma ameaça.⁵⁴²

O *Jornal do Brasil* repercutiu a campanha veiculada em canais de televisão e rádio, em que o anúncio refletia: “Tem gente que nunca deveria ter nascido. Afinal, nascer pra quê? Pra ser marginal? Pra passar fome? Pra sofrer?”.⁵⁴³ Segundo o médico e supervisor do CEPARH, Carlos Alberto Pinto Dantas:

a campanha publicitária visa principalmente a criar uma consciência a favor do planejamento familiar, “que se distingue do controle de natalidade, como existe na China, por exemplo” e tornar conhecida a Clínica do Centro, onde são utilizados os mais variados métodos anticoncepcionais, desde as pílulas, dispositivos intra-uterinos (o DIU), a ligação de trompas até a vasectomia. Subsidiariamente, a campanha objetiva angariar doações que permitam o atendimento das pessoas que não possam pagar ou sejam capazes de fazer somente um pagamento simbólico – e que representam uma boa parte da média diária de 40 novos clientes da Clínica.⁵⁴⁴

⁵⁴¹ GUARACIABA, Mirian. Recursos do exterior expandem planejamento familiar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1986, p. 8.

⁵⁴² A ESTERILIZAÇÃO de mulheres negras no Brasil. *Jornal do MNU*, Brasil, n. 22, ago./set/out., 1993, pp. 8-9.

⁵⁴³ ANÚNCIO questiona o direito de nascer. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1986, p. 14.

⁵⁴⁴ *Ibid.*

O sentimento gerado pela campanha de Elsimar Coutinho é relatado como de repulsa. Na edição de 1º de junho de 1986 do *Jornal do Brasil*, foi apresentada a reação da então vereadora Benedita da Silva, que dizia ser “inconcebível que se permita isso. É como se a nossa maternidade fosse uma máquina produtora de um objeto mal construído. Vão usar de novo o chicote? Não precisa. Tem negro maltratado demais por aí. Já está muito bem escrita esta farsa do 13 de maio”.⁵⁴⁵ O ator Milton Gonçalves também opinou sobre o caso ao dizer que “Elsimar Coutinho se inscreve numa linha de raciocínio nazista-gobinot-lombrosiana. ‘Ele não é um débil mental, pelo contrário. É um senhor perigoso, com muito respaldo político e científico’”. Maria do Espírito Santo, coordenadora do Programa de Planejamento Familiar do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência social (Inamps) naquele ano, disse que “É deprimente. Infelizmente, durante muito tempo este país possibilitou a pessoas como Elsimar Coutinho desenvolverem propostas eugênicas de controle de natalidade”.⁵⁴⁶

Ativistas negros se mobilizaram para denunciar esses episódios de racismo ligados ao controle de natalidade. O que se observou, no entanto, foi uma ausência de engajamento das autoridades no combate ao racismo presente nas atividades de planejamento familiar implementadas no Brasil, isso graças à negação do racismo pelo Estado brasileiro. Luiza Bairos refletiu sobre esse ponto em seu depoimento à CPMI da esterilização:

afirmar que o controle da natalidade praticado no Brasil objetiva apenas impedir o crescimento da população pobre é desconsiderar que essa população pobre é majoritariamente formada por negros. Mas atribuir à formação majoritária da pobreza no Brasil à presença do negro, também é ignorar a importância que o racismo tem na produção das condições de pobreza do negro deste país.⁵⁴⁷

Acerca da omissão do Estado frente às denúncias de racismo de políticas anti-natalistas, em 1982, no III Congresso de Cultura Negra das Américas, Abdias do Nascimento havia comentado o caso de Benedito Pio da Silva como sendo “uma excrescência. Uma prova contundente do racismo praticado no Brasil, sob a complacência das autoridades, constituindo-se num acinte não só às leis, mas à dignidade humana” e avaliou que “A simples expulsão do GAP do economista Benedito Pio da Silva não basta. É preciso que ele seja punido

⁵⁴⁵ ERVILHA, André. Tenha um escravo em casa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1986, p. 5.

⁵⁴⁶ Ibid.

⁵⁴⁷ BRASIL. op.cit., 5 de agosto de 1992, p. 13.

criminalmente”.⁵⁴⁸ Uma década depois, Luiza Bairros descreveu em seu depoimento à CPMI, referindo-se aos casos de Pio da Silva e Elsimar Coutinho, que:

Essas evidências mais recentes que eu trago aqui são, no entanto, tratadas como fatos isolados, mas isso não assusta porque, de resto, todas as evidências de racismo que se têm no Brasil são assim tratadas. Muito dificilmente se trata como sendo um dado da estrutura da sociedade, essencial ao projeto político das elites que vêm se instalando no País ao longo de tantos anos.⁵⁴⁹

E a gravidade na intervenção da natalidade de mulheres negras se intensificava na medida em que se fazia uma leitura mais apurada dos dados. Nesse sentido, Luiza Bairros ressaltou como a natalidade entre mulheres pretas era a mais baixa entre as brasileiras e apresentou os fatores que justificavam tal constatação, objetivando demonstrar como que raça é um definidor de uma série de aspectos da vida, tanto de brancos como de negros, em uma sociedade racista:

Em primeiro lugar, existe entre as mulheres negras uma menor proporção de mulheres unidas; existe até mesmo entre essas mulheres negras unidas uma menor proporção de mulheres que têm filhos. Isso vai nos levar à seguinte conclusão: existe dentro da população negra, entre as mulheres negras, um componente de esterilidade que não está sendo levado em consideração. Existe um componente de esterilidade, que eu chamo de "esterilidade involuntária", que é a esterilidade causada por doenças. Sabemos perfeitamente que existe uma ocorrência preferencial de mioma em mulheres negras e, paralelamente, não existe no Brasil nenhum tipo de pesquisa desenvolvida no sentido do tratamento desse tipo de ocorrência que, geralmente, é tratado com a chamada histerectomia [retirada do útero]. Isso é algo que se agrega, digamos assim, a todos esses dados de esterilização provocados ao qual nós temos acesso hoje.⁵⁵⁰

À vista disso, tratar da particularidade da mulher negra conseguia ser ainda mais precário e a Comissão para Assuntos da Mulher Negra, do CECF, dava os primeiros passos para o que se tornaria ainda maior.

4.8 As mulheres negras na linha de frente no combate à esterilização em massa

⁵⁴⁸ ARQUIVO Nacional, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. In: *Serviço Nacional de Informações Agência de São Paulo*. Cultura negra das Américas está reunida em São Paulo. 22 de agosto de 1982.

⁵⁴⁹ BAIROS, Luiza. A esterilização de mulheres negras no Brasil. *Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado*, n. 22, ago./set./out. 1993, p. 8.

⁵⁵⁰ BRASIL. op.cit., 5 de agosto de 1992, p. 13..

Inicialmente coordenada por Sueli Carneiro,⁵⁵¹ a Comissão para Assuntos da Mulher Negra foi criada em maio de 1986 e era composta por cerca de 20 membros. Sua existência tinha como intuito ampliar a representação de mulheres negras no CECF. No mesmo ano de sua criação, foi lançado o *Mulher negra: dossiê sobre a discriminação racial*, fruto da pressão política e insistência de ativistas negras em colocar suas especificidades no centro dos debates. “Foi quando a gente [começou] a introduzir o recorte racial nos diferentes temas que tem a ver com a mulher”,⁵⁵² explicou Sueli Carneiro. O dossiê abordou diversas questões, como violência psíquica, doméstica e sexual, mortalidade infantil e materna, métodos contraceptivos e controle da natalidade.⁵⁵³ O texto abordou a dimensão da internacionalidade do projeto de controle da natalidade, tanto das entidades que promoviam a esterilização em massa, quanto de sua ação em outros países de população majoritariamente negra.⁵⁵⁴

A repercussão desse dossiê resultou no convite feito por Jacqueline Pitanguy, a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão colegiado criado em 1985, para que Sueli Carneiro coordenasse o Programa da Mulher Negra no Brasil. Nesse momento, Edna Roland assumiu a coordenação da Comissão de Mulheres Negras, em 1988 – pouco depois, com a troca de governo em SP e a mudança de presidente do CECF, Edna passou a ser conselheira. Também ao final da década de 1980, Edna Roland conta que:

A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo realiza, junto com o Conselho da Condição Feminina, um debate importante acerca da possibilidade da regulamentação da esterilização cirúrgica. E então, nesse momento, havia uma médica lá em São Paulo que era a única mulher negra médica que estava, e ela então nos representou nesta mesa de debate. Mas a proposta que foi assumida, o discurso que foi proferido, foi fundamentalmente elaborado por mim. Eu elaborei o texto que essa companheira deveria falar, começando a definir quais seriam as posições das mulheres negras em relação a essa questão da esterilização cirúrgica, que é um tema que vai ocupar um espaço considerável da pauta do movimento de mulheres aí neste final da década de 1980 e especialmente na primeira metade da década de 1990⁵⁵⁵.

⁵⁵¹ Aparecida Sueli Carneiro, nasceu em 24 de junho de 1950 em São Paulo. Formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Sua trajetória de ativista transita pelos movimentos negro e feminista, iniciando sua atuação no Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), fundada em 1971 por Thereza Santos e Eduardo Oliveira. Foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984. Tornou-se conselheira e secretária-geral do Conselho Estadual da Condição Feminina, fato que lhe rendeu o convite de Jacqueline Pitanguy, para coordenar o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher nos anos de 1988-1989. Foi uma das fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra.

⁵⁵² CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Sueli Carneiro I (depoimento, 2004)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 55min), p. 23.

⁵⁵³ Ibid.

⁵⁵⁴ ESTERILIZAÇÃO: impunidade ou regulamentação?. op.cit., p. 9.

⁵⁵⁵ ROLAND, Edna Maria Santos. *Edna Roland (depoimento, 2004)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h 15min), p. 42.

Uma das primeiras tentativas de regularizar a esterilização foi em 1988, quando o médico e deputado federal Nelson Seixas (PDT/SP), da ala conservadora da bancada paulista no Congresso, apresentou o Projeto de Lei n. 1.167/88. Buscando legalizar a esterilização a partir dos 21 anos de idade, críticos de sua proposta compreendiam que essa medida não impediria o avanço do quadro de esterilização em massa de brasileiras. Feministas também defendiam que a idade mínima fosse de 21 anos, mas foi Edna Roland quem explica o problema por trás dessa faixa etária:

E um dos temas mais polêmicos é a idade mínima para se aceitar, se regulamentar a esterilização. A proposta do movimento feminista branco era uma proposta de que não deveria haver... a idade mínima seria idade para ser considerada adulta, cidadã, que seria 21 anos de idade. Eu tentando, de alguma forma, expressar as preocupações de setores do movimento negro com essa questão, eu assumo uma posição de uma idade superior do que os 21 anos de idade. Eu propunha que fosse 25 anos, que era a proposta que acho que foi feita aqui em São Paulo. O movimento feminista discute a contradição entre por que, se um indivíduo aos 21 anos é considerado maior de idade, pode ser eleito, é eleitor, tem todos os direitos, por que não teria direito de tomar uma decisão acerca do próprio corpo. Eu reconheci que, do ponto de vista do princípio filosófico, pode ser contraditório, mas eu disse: “Nesse ponto eu vou ser pragmática. A minha referência vai ser uma questão pragmática, muitas mulheres certamente se esterilizarem nessa faixa de idade, depois poderão se arrepender. E o custo de uma reversão de esterilização é alto. E certamente muitas mulheres não terão acesso a uma reversão depois, caso se arrependam. Além do que, nós sabemos as dificuldades aqui no Brasil.” E é o momento em que a esterilização estava crescendo muito, especialmente na região nordeste no Brasil, alto percentual de mulheres negras. Então tínhamos um temor que, de alguma forma, a ênfase na esterilização estivesse voltada justamente para as populações pobres e mulheres negras. E uma regulamentação com uma idade muito baixa, nós temíamos que isso pudesse aumentar ainda mais a verdadeira epidemia de mulheres esterilizadas. Assumi a contradição, defendi 25 anos, mas como a coisa ficou, no final do projeto, ficou 21 anos e o mínimo de dois filhos.⁵⁵⁶

Roland ainda afirmou que, a princípio, o posicionamento dos integrantes do movimento negro era de recusa à regulamentação da esterilização por diversas razões.⁵⁵⁷ Uma delas a interpretava como uma forma de legalizar a esterilização compulsória de mulheres negras. Havia, desse modo, a defesa de que o Código Penal seria o instrumento mais adequado para

⁵⁵⁶ Ibid., p. 63.

⁵⁵⁷ SILVA, Tauana Olivia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, n. 55, Campinas, 4 de abril de 2019, p. 20.

interpretar os casos de esterilização, por enquadrá-los como lesão corporal.⁵⁵⁸ Em entrevista concedida em 4 de novembro de 2014, porém, Roland explicou de que forma o tratamento ao assunto amadureceu e se modificou:

Nós temos que lidar com a seguinte realidade, as mulheres estão fazendo fila nas clínicas de esterilização [...] Nós temos que ser contra a esterilização [in]discriminada, a ausência de critérios, a falta de informação e de outras alternativas. Agora a proposta não é manter o código penal [que] considerava a esterilização como lesão corporal. [...] Isso não é possível, nós vamos simplesmente empurrar as mulheres pra clandestinidade. [...] Nós temos que trazer isso à luz, regulamentar e criar condições...⁵⁵⁹.

Em consequência desse novo olhar para uma possível regulamentação da esterilização, em 1991 o Projeto 289/91 tramitava no Congresso Nacional, procurando ampliar o diálogo com setores representativos da sociedade civil. A nova tentativa de regulamentação da esterilização no Brasil se atentava às demandas de movimentos sociais progressistas em termos de idade mínima,⁵⁶⁰ acesso à informação e procedimentos éticos (desassociar a esterilização do parto cesáreo, anuência da paciente, entre outros). Os deputados Eduardo Jorge (PT-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Maria Luisa Fontenelle (PSB-CE), Sandra Starling (PT-MG), Luci Choinaski (PT-SC), Socorro Gomes (PCdoB-PA) e Benedita da Silva⁵⁶¹ (PT-RJ) assinaram o

⁵⁵⁸ ESTERILIZAÇÃO: impunidade ou regulamentação?. *Cadernos Geledés*. Caderno II, outono de 1991, p. 9.

⁵⁵⁹ SILVA, Tauana Olivia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. *Op. Cit.*, p.21

⁵⁶⁰ Sobre a dificuldade em se chegar a um consenso acerca da idade mínima para esterilizar, Edna Roland compartilhou os tensionamentos: “um dos temas mais polêmicos é a idade mínima para se aceitar, se regulamentar a esterilização. A proposta do movimento feminista branco era uma proposta de que não deveria haver... a idade mínima seria idade para ser considerada adulta, cidadã, que seria 21 anos de idade. Eu tentando, de alguma forma, expressar as preocupações de setores do movimento negro com essa questão, eu assumo uma posição de uma idade superior do que os 21 anos de idade. Eu propunha que fosse 25 anos, que era a proposta que acho que foi feita aqui em São Paulo. O movimento feminista discute a contradição entre por que, se um indivíduo aos 21 anos é considerado maior de idade, pode ser eleito, é eleitor, tem todos os direitos, por que não teria direito de tomar uma decisão acerca do próprio corpo. Eu reconheci que, do ponto de vista do princípio filosófico, pode ser contraditório, mas eu disse: ‘Nesse ponto eu vou ser pragmática. A minha referência vai ser uma questão pragmática, muitas mulheres certamente se esterilizarem nessa faixa de idade, depois poderão se arrepender. E o custo de uma reversão de esterilização é alto. E certamente muitas mulheres não terão acesso a uma reversão depois, caso se arrependa. Além do que, nós sabemos as dificuldades aqui no Brasil’. [...] E uma regulamentação com uma idade muito baixa, nós temíamos que isso pudesse aumentar ainda mais a verdadeira epidemia de mulheres esterilizadas. Assumi a contradição, defendi 25 anos, mas como a coisa ficou, no final do projeto, ficou 21 anos e o mínimo de dois filhos” (ROLAND, Edna Maria Santos. Edna Roland (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h15min), p. 63).

⁵⁶¹ Benedita da Silva, nascida em 26 de abril de 1942 na Praia do Pinto - RJ, já foi auxiliar de enfermagem, professora de escolas comunitárias, assistente social, líder comunitária, participante dos movimentos negros, de mulheres e de favelas. O início de sua trajetória política se deu a partir de sua participação na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. Lançou-se como vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo a primeira vereadora do PT e a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara dos Vereadores do RJ. Elegeram-se como deputada federal, em 1986, sendo, inclusive, uma deputada constituinte. Até o ano de 2002, conseguiu ser eleita a vereadora, deputada federal, senadora, vice-governadora, governadora pela legenda do PT, sempre com foco na luta pela igualdade racial, direito das mulheres negras e de comunidades.

projeto.⁵⁶² Cabe ressaltar que parlamentares como Eduardo Jorge, Sandra Starling e Jandira Feghali também estiveram envolvidos, na década de 1990, em proposições alinhadas ao movimento de mulheres concernentes ao aborto.⁵⁶³

A deputada Benedita da Silva foi uma importante ativista negra que esteve envolvida no debate do quadro de esterilização em massa ao longo da década de 1980 e na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, em que declarou: “A miséria não se acaba matando os miseráveis, mas com reforma agrária”.⁵⁶⁴ Seu comprometimento com a pauta da esterilização, no entanto, não a blindou das críticas por parte de setores do movimento negro, ainda contrário à regulamentação da prática. Pressionando-a a apresentar o requerimento da instalação da CPMI destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil, Benedita da Silva, junto ao senador Eduardo Suplicy, entregaram o requerimento da CPMI da esterilização, no dia 20 de novembro de 1991, Dia Nacional da Consciência Negra.⁵⁶⁵

4.9 A CPMI da esterilização, conclusão e encaminhamentos

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Esterilização da Mulher, composta por 15 deputados e 15 senadores com seus respectivos suplentes, foi instalada em 1º de abril de 1992. A deputada Benedita da Silva (PT/RJ) foi sua presidente e o médico e senador Carlos Patrocínio (PFL/TO) foi o relator. Essa CPMI tratou do crescente número de esterilizações cirúrgicas em mulheres brasileiras ao longo das décadas de 1970 e 1980. Entre as pautas da Comissão estava a denúncia da esterilização massiva e, por vezes, compulsória de mulheres negras, demandada pelo Movimento Negro, bem como a necessidade de averiguação da prática de esterilização cirúrgica como uma política eugênica direcionada a população feminina negra no país.

As reuniões de colhimento de depoimentos para compor a Comissão aconteceram ao longo do ano de 1992. Há representantes de todos os grupos sociais envolvidos no debate do controle da natalidade/planejamento familiar ao longo das décadas: médicos favoráveis e contrários aos projetos de controle da natalidade, um membro da Igreja Católica, representantes

⁵⁶² ESTERILIZAÇÃO: impunidade ou regulamentação?. op.cit., p.10.

⁵⁶³ ROCHA, Maria Isabel Baltar da Rocha; NETO, Jorge Andalaft. A questão do aborto: aspectos clínicos, legislativos e políticos. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 279-280.

⁵⁶⁴ EM DIA de moratória, sucesso é de Benedita. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 fev. 1987, p. 2.

⁵⁶⁵ DAMASCO, Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996), 2009, pp. 122-123.

do Estado, pesquisadoras feministas, ativistas do movimento negro e representantes das sociedades civis.

Importantes nomes envolvidos com a luta por direitos reprodutivos depuseram na CPMI - muitas delas tiveram suas produções citadas ao longo desta pesquisa -, como Elza Berquó, Maria Betânia Ávila, Jurema Werneck⁵⁶⁶, Luiza Bairros e Edna Roland. Com a contribuição do Relatório Final da CPMI e com os Diários do Congresso Nacional, que contêm a transcrição de seus depoimentos, faremos uma breve revisão de seus subsídios à CPMI.

A então diretora da Comissão de Cidadania e Reprodução do estado de São Paulo e demógrafa Elza Berquó, depôs no dia 9 de junho de 1992. Sua fala ressaltou que, a partir de 1975, passou-se a observar números mais expressivos de esterilização e que esse dado só veio aparecer em pesquisas publicadas em 1986, devido a ausência de novos estudos estatísticos voltados a esse assunto. Sua preocupação se voltava ao elevado número de mulheres esterilizadas no Brasil (entre 20 e 30%), principalmente quando comparado com países desenvolvidos (que girava em torno de 7%). Chamou atenção, ainda, ao elevado número de mulheres esterilizadas jovens e/ou com somente um único filho.⁵⁶⁷

A socióloga Maria Betânia Ávila, representante da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, construiu seu depoimento alinhado à construção feminista do entendimento de planejamento familiar, no qual não se pretendia demonizar o acesso aos métodos contraceptivos, mas tampouco banalizar o seu uso:

Não se trata aqui de ser contra ou favor da esterilização, não lutamos por interdições, não queremos contribuir para um discurso perverso sobre esta questão, onde ela seja tratada de forma isolada, maniqueísta ou sensacionalista. Isto só eliminaria a discussão das razões pelas quais esta esterilização é feita em massa pelas mulheres brasileiras. Podemos dizer em massa pois já na PNAD de 86 o número total era de 7 milhões de mulheres em idade fértil portanto 17% do total. Este número cresceu imensamente, segundo as projeções.

Mas por outro lado o direito de escolha que está garantido na Constituição brasileira é um direito proposto por nós, defendido por nós e dele não vamos abrir mão. Faz parte do que denominamos Direitos Reprodutivos, que são direitos por nós introduzidos no âmbito dos direitos humanos e que representam uma contribuição fundamental para o alargamento do conceito de Democracia e que também nos coloca na posição de construtoras de direitos e

⁵⁶⁶ Jurema Werneck, nascida no Rio de Janeiro, de formação em medicina (1986), mestre em engenharia de produção (2000) e doutora em comunicação e cultura (2007), construiu seu nome em meio a luta de mulheres negras e na organização de direitos humanos. No momento da CPMI, era coordenadora do Programa de Mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) e foi uma das fundadoras da ONG Criola, em 1992. Werneck também foi uma liderança na Campanha que se iniciou em novembro de 1990, de slogan “Esterilização – Do controle da natalidade ao genocídio do povo negro!”, do Fórum permanente Contra a Esterilização.

⁵⁶⁷ BRASIL. Relatório Final, op.cit., pp. 80-81.

de políticas e do ponto de vista da construção da cidadania este é um ponto fundamental.⁵⁶⁸

Sua análise é que a esterilização da forma como ocorria no Brasil - para aquisição de emprego, laqueaduras realizadas no momento do parto, troca da cirurgia por voto, fazê-la em condições de risco - deveria ser considerada crime contra a humanidade.⁵⁶⁹

Já no depoimento da médica e representante do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), Jurema Werneck, foi feita uma provocação à ideia do controle da natalidade da população brasileira, propondo, em vez disso, uma leitura do genocídio da população negra do Brasil. Embora reconheça os dados estatísticos que comprovam a existência de um quadro de esterilização em massa, Werneck compreende que esses dados não são suficientes, uma vez que não quantificam corretamente a população negra, que seriam a maioria dos brasileiros do ponto de vista dos movimentos negros. E dá continuidade à fala relacionando o caso de esterilização em massa com a eugenia:

É importante que esta Casa, que o Congresso Nacional, reflita quanto à necessidade de se pensar na cor do indivíduo, na cor da pobreza, na etnia que provoca a eugenia no Mundo. Eugenia, para quem ainda não sabe, é uma ideia que surge com apoio da ciência, mas não surge na ciência, se propõe a melhorar a raça humana. O primeiro alvo dos eugenistas foram os considerados incapazes que eram, na época, os negros, os indígenas, os judeus, os mentalmente deficientes, os paraplégicos etc.⁵⁷⁰

Sua reflexão não perdia de vista os impactos na vida das mulheres que foram submetidas à laqueadura, a maneira como a cirurgia afetou suas identidades e corpos, e como esses aspectos têm sido ignorados pela comunidade médica. Ademais, Werneck inquire sobre o impacto da esterilização em massa a nível de sociedade e sobre quais os valores que essa sociedade tem preservado:

Do ponto de vista individual da mulher negra, pobre, favelada, que está sendo esterilizada, o que tenho visto é que, na busca desesperada por uma solução, o que se produz é o caos na sua vida. Essa mulher, considerada útil enquanto fértil, deixando de o ser, ela muitas vezes é abandonada pelo marido, tantas vezes desconsiderada pela sociedade, ela assume para si uma identidade - tantas vezes eu ouvi isto - e ela diz: "Eu não sou mais mulher." No mês passado, eu ouvi uma mulher moradora de rua dizer que foi esterilizada numa maternidade pública, segundo o seu relato - que ela morreu por dentro, ela não vale mais nada. Do ponto de vista da Medicina, o debate tem sido interessante

⁵⁶⁸ BRASIL. op.cit, 5 de agosto, p. 4.

⁵⁶⁹ Ibid.

⁵⁷⁰ Ibid., p. 5.

porque traduz ignorância - acho. A literatura médica brasileira, que tantas vezes produz papéis, diz que ligadura de trompa não faz mal à saúde - muitas vezes. Não faz mal. É como se não fosse nada. O que vejo no meu dia-a-dia, no meu trabalho em encontrar as mulheres esterilizadas, observo que elas têm alteração no seu ciclo menstrual, o que, no serviço de saúde - não sei por que, por alguma mágica que não entendo, dizem que é normal, mas as alterações de um ciclo de fertilidade, de um ciclo de vida, não é possível que seja normal. Eu já li textos que se referem à maior incidência de tumores de mama, o que poderia ter até uma possível relação com o câncer de mama porque alguns tumores de mama produzem degeneração maligna e, daí, possivelmente, a doença está instalada. Vi mulheres que diziam: "Depois da operação, fiquei mais nervosa. Depois da operação, meu marido não me aguenta. Depois da operação, eu tenho dores de cabeça que não agüento mais." Ou seja, não tem sido uma atividade inócua na vida das mulheres com quem tenho entrado em contato.

Do ponto de vista da sociedade, isso traz a necessidade de uma outra reflexão. A primeira, que sociedade é essa que esteriliza mulheres e mata crianças? Não é preciso, mas vou lembrar de qualquer forma que a maioria das crianças que estão sendo assassinadas, hoje, são negras e de rua. Que sociedade é essa que se propõe a extinguir um povo negro, através da esterilização de suas mulheres e no assassinato de suas crianças? Uma outra pergunta que cabe, que sociedade é essa que, diante de condições econômicas adversas, diz que criança é um estorvo? Essa é uma reflexão necessária, nesse momento de conturbação, do ponto de vista ético é preciso produzir uma nova ética que reconduza o valor que a vida deveria ter e está perdendo.⁵⁷¹

As falas de Luiza Bairros e Edna Roland, já citadas em tópicos anteriores, reforçaram o fator racial no quadro de esterilização em massa no Brasil. Bairros ressaltou a importância do quesito cor na produção de dados estatísticos e uma leitura mais requintada desses dados, que considere a proporção de negros em cada estado e localidade. Roland, por sua vez, corroborou os aspectos de gênero e da saúde das mulheres do sul global, de modo a compreendê-los como aspectos atravessados pelo projeto de controlar a natalidade de povos indesejados, interseccionando análises de gênero, raça, classe e nacionalidade:

Temos notícias de que em determinadas regiões no Sul do Saara, na África, há aldeias em que toda população em idade reprodutiva foi praticamente dizimada, eliminada; hoje existem apenas crianças e velhos.

Tive notícia, também, através de uma denúncia feita pela Dr^a Rannibang, da Índia, em reunião realizada em Barbados, de que um documento confidencial, que circulava no interior do Banco Mundial, diz que a questão da AIDS foi colocada como uma possível solução para o problema populacional no continente africano. Isso pode parecer história da carochinha, ou algo absurdo, mas essa denúncia foi sustentada por essa médica e esse documento a que ela teve acesso lhe foi colocado nas mãos pela International Woman's Her Qualition, uma instituição não governamental, sediada na cidade de Nova Iorque.⁵⁷²

⁵⁷¹ Ibid, p. 6.

⁵⁷² Ibid., p. 23.

Embora ressaltando diferentes aspectos de uma mesma problemática, essas ativistas e pesquisadoras forneceram informações e dados fundamentais para uma conclusão considerada positiva do ponto de vista das denunciantes de uma ação ilícita de médicos e do próprio Estado.

Em meio à série de materiais a qual a comissão teve acesso, incluindo documentos oficiais, dados estatísticos, literatura especializada e os próprios depoimentos, a CPMI da esterilização concluiu que, de fato, não havia uma política de saúde da mulher por parte do Governo Federal. Avaliou, no ano de 1993, que o PAISM, primeira tentativa estruturada de política oficial do Estado de planejamento familiar, “não passa de uma aspiração dos movimentos sociais e sua implantação na rede pública está em estado embrionário”. Também foi reconhecido o interesse e investimento internacional no controle demográfico do Brasil. Sobre as sociedades civis que recebiam financiamento estrangeiro, o relatório final reconheceu que a Bemfam e a CPAIMC foram as principais beneficiárias e que

executaram, na prática, políticas de controle demográfico concebidas por governos estrangeiros e organismos internacionais, com repercussões negativas sobre a soberania nacional, mas é forçoso reconhecer que contaram com a omissão do Governo brasileiro, que jamais investigou seu *modus operandi*.⁵⁷³

O Estado brasileiro assumiu que a redução na fecundidade brasileira se deveu ao avanço do uso de métodos contraceptivos, com destaque à pílula anticoncepcional - cujo uso foi caracterizado como de “alto risco à saúde”, devido a automedicação - e a esterilização. Quanto a esse último método, a CPMI também reconheceu o cenário de esterilização em massa de mulheres do Brasil, com base nos dados do IBGE, bem como o contexto perverso em que essas cirurgias ocorreram, com a “ausência de outras alternativas contraceptivas disponíveis e reversíveis e desinformação quanto aos riscos, sequelas e irreversibilidade da laqueadura”.⁵⁷⁴

Quanto à denúncia de maior incidência de esterilização em mulheres negras, havia uma expectativa dos movimentos negros quanto ao tratamento dessa questão, sobretudo por se tratar de uma CPMI requerida e presidida por Benedita da Silva, engajada na questão da esterilização em massa ao longo da década de 1980. Jurema Werneck explicitou essa questão em seu depoimento:

⁵⁷³ Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, 1993, p. 116.

⁵⁷⁴ *Ibid.*, p. 117.

O que esperamos? O que o Movimento Negro espera? O que as mulheres negras de todo o Brasil esperam desta CPI? Maiores informações. O Movimento Negro tem produzido informações empíricas, dizendo que nós estamos sendo destruídos. Queremos que esta CPI também diga para nós se temos razão ou não. Ou melhor, acreditamos que temos razão. Mas, se não tivermos, quero também que esta CPI nos diga que não é verdade, que estamos enganados. Gostaria muito que estivéssemos. Esperamos pelo nível e pelo grau de repercussão que esta Casa traz que, através desta comissão, os debates se ampliem cada vez mais. A Betânia já falou aqui que há vinte anos o movimento de mulheres luta pelo fim do controle da natalidade. O Movimento Negro, há tanto tempo, ou talvez há mais, vem dizendo isso. O controle da natalidade tem tentado produzir o nosso genocídio. Várias pessoas têm se comprometido com essa luta e esta Casa, no momento em que a ela se adia, amplia e, de alguma forma, já aponta para alguma vitória. Concordo quando se disse aqui que esta CPI já é um momento de vitória; espero que ela aponte mecanismos de salvaguardar mais nossos direitos, também no que se refere ao fato de que 1992 é um ano eleitoral.⁵⁷⁵

Contudo, a conclusão da CPMI acerca do caráter racista nos programas de controle da natalidade apontou que “Os dados levantados pelo IBGE, na PNAD/86, não confirmam a denúncia”. Em compensação, reconheceu-se que havia um déficit na produção de dados relativos à cor da população brasileira e recomendou-se à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação que atualize as estatísticas de contracepção no IBGE e aperfeiçoe métodos de apuração da cor dos brasileiros.

Entre outras recomendações, destacamos a dirigida aos Ministério das Relações Internacionais e da Fazenda e à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, em que preconizou a atuação no sentido de “repelir as tentativas de governos estrangeiros e organismos internacionais em impor condicionalidades consubstanciadas em exigências de política de controle demográfico na concessão de empréstimos e financiamentos”.

⁵⁷⁵ BRASIL. op.cit, 5 de agosto, p. 6.

Considerações Finais

Quando resgato a pergunta norteadora desta pesquisa, “qual a razão de ser do controle da natalidade?”, compreendo que não houve somente uma razão que justificasse a interferência na taxa de natalidade de povos de países e regiões menos desenvolvidas. Observamos ao longo desta pesquisa que a questão do controle da natalidade/planejamento familiar intersecciona interesses dos mais diversos setores da sociedade, tornando problemáticas e incompletas qualquer explicação maniqueísta desse objeto.

Houve razões econômicas, políticas e ideológicas que tensionaram essa discussão, de modo que o objetivo - contenção da natalidade de povos subdesenvolvidos -, embora persistente ao longo do século XX, adquiriu novas roupagens e novas motivações na medida em que outros atores sociais passaram a participar do debate, complexificando a disputa pelo controle ou não da fecundidade, adicionando razões para repudiá-la ou apoiá-la. Por essa razão, em alguns momentos pudemos observar sujeitos antagônicos apoiando o mesmo lado, assim como aliados encarando diferenças irreconciliáveis e entrando em conflito.

Quanto ao Relatório Kissinger, embora momentos da discussão da CPMI da esterilização o sugira como uma importante referência, na realidade está longe de ser o pontapé inicial de todo o projeto de redução da natalidade em países do sul global. O NSSM foi o resultado de um projeto já antes idealizado, justificado e posto em prática por pesquisadores e estadistas do contexto da Guerra Fria, com intenção de controlar o modelo econômico de países estratégicos, mas que, ao mesmo tempo, viam no subdesenvolvimento um canal para o avanço do comunismo no mundo.

O terror comunista, porém, não encerra as motivações ideológicas que envolvem a redução da natalidade de cunho neomalthusiano. Para os Estados Unidos, o comunismo e os comunistas não eram as únicas ameaças à sociedade norte-americana. Desde a abolição da escravidão, os povos negros foram constantemente discriminados, perseguidos, encarcerados e mortos, com o intuito de subjugar-los e/ou exterminá-los. Seria no mínimo ingênuo negar o contexto racista da sociedade que elaborou um plano de contenção da natalidade a nível mundial, principalmente quando o próprio Relatório Kissinger se atenta ao risco de suas propostas serem compreendidas como racistas pelas lideranças dos países-alvo - ao mesmo tempo que não faz muito esforço em negar o caráter racista ao longo de sua redação.

O especialista em fertilidade e crescimento - e forte defensor das propostas do Relatório Kissinger -, Stephen D. Mumford, avaliou em seu livro, publicado em 1996, que o Relatório

Kissinger foi tão oportuno quando da publicação de seu livro quanto em 1974. A despeito das novas constatações de que a queda na taxa da natalidade não promovia o desenvolvimento econômico e social, Mumford ainda assim afirmou que “Muitas previsões feitas no relatório já foram realizadas. Nenhuma das previsões feitas há mais de duas décadas se mostrou imprecisa”.⁵⁷⁶ Constatamos que é por meio da manifestação dos apoiadores do controle da natalidade que conseguimos reforçar a tese da existência do caráter ideológico na defesa do controle populacional – é o que também acontece por meio da leitura do relatório de Benedito Pio da Silva ou nas campanhas de Elsimar Coutinho.

Em nenhum momento, apoiadores de práticas controlistas consideraram que a alta taxa de natalidade não era a responsável pelo lento ou inexistente desenvolvimento econômico e social vivenciado por populações pobres. Suas conclusões passavam longe do entendimento de que a pobreza estrutural era o resultado da negligência do Estado, do imperialismo e avanço de políticas neoliberais. Ainda assim, Mumford lamentava que “um dos mais importantes [estudos] já escritos sobre a política populacional” não foi divulgado, devido aos 14 anos em que esteve classificado como “confidencial” e pela ausência de cobertura da imprensa - algo que também aconteceu em terras brasileiras.

No Brasil, não houve uma divulgação massiva do conteúdo do NSSM 200 após sua desclassificação de documento “confidencial”, apenas menções pontuais em publicações e audiências ao longo da década de 1990. O Relatório Kissinger teve sua reputação colocada em baixíssima estima nos debates públicos brasileiros, sendo utilizado em discursos contrários ao avanço da luta pela descriminalização do aborto, sugerindo, por vezes, que o tema do aborto fosse central no Relatório. A menção ao relatório servia como lembrete de um episódio nebuloso na história do Brasil, em uma tentativa de constranger setores progressistas e/ou feministas por demandar pela legalização do aborto, visto que a própria investigação da incidência de esterilização em massa foi uma bandeira desses mesmos movimentos. As mesmas reflexões utilizadas para condenar a esterilização em massa foram reaproveitadas para condenar a prática do aborto, mais uma vez desconsiderando o posicionamento das mulheres, as principais interessadas no assunto.

Um exemplo disso é a matéria “A questão do aborto”, da *Tribuna de Imprensa*, em 1994. Em acusação ao então candidato à presidência, Luís Inácio Lula da Silva (PT), de adotar a agenda do aborto para conseguir financiamento norte-americano para sua campanha, a matéria fez relação da defesa dessa bandeira com o Relatório Kissinger. Descrevendo o NSSM 200

⁵⁷⁶ MUMFORD, Stephen D. *The Life and Death of NSSM 200*, 2015, n. p.

como um “documento surpreendente, pela dureza, pela arrogância, pela intervenção. Eles falam como se fossem os donos do mundo e dos ovários do mundo”⁵⁷⁷, há uma tentativa de atribuir vilania aos defensores do planejamento familiar e direitos das mulheres, equivalendo a defesa ao direito ao aborto com eugenia. Nesse sentido, qualquer reivindicação que pudesse ser refutada utilizando o Relatório Kissinger se encontrava em um impasse, devido a comprovação da intervenção norte-americana no quadro de esterilização em massa no Brasil e na redução da fecundidade brasileira.

Tal estratégia é ainda hoje adotada e se espelha em discussões anti-aborto estadunidenses, sugerindo o caráter eugênico na defesa desse direito reprodutivo, ignorando o fato de que os próprios eugenistas tendiam a repudiar o aborto. Em matéria do *The Washington Post*, questionando justamente essa linha argumentativa, revela que

Charles Davenport, um biólogo e o eugenista mais famoso do início dos anos 1900, era contra o controle de natalidade, assim como Theodore Roosevelt, outro proponente proeminente da eugenia – temendo que o controle de natalidade fosse usado apenas por mulheres ricas e, portanto, tivesse o efeito oposto de promover a proliferação genética das pessoas que muitos eugenistas apoiaram, disseram os professores.

“Os eugenistas foram *inicialmente hostis* [grifo nosso] ao controle de natalidade porque sabiam que as mulheres que o usariam eram o tipo de mulher que eles gostariam de encorajar a se reproduzir, as chamadas mulheres 'melhores' – mulheres de classe média alta”, disse Kevles, o professor de Yale. “Quando eles finalmente aceitaram, fizeram isso diante de uma realidade prática – eles entenderam o que seu eleitorado estava fazendo.”⁵⁷⁸

A matéria demonstra que historiadores norte-americanos têm se empenhado em contestar conexões desonestas como essa, uma vez que há uma diferença fundamental entre o aborto como uma escolha e de programas estatais que promovem esterilização compulsória. E que, pelo contrário,

Alguns disseram sentir que as leis de eugenia tinham mais em comum com o movimento antiaborto, que pressionou por políticas estatais – incluindo muitas que estão sendo aprovadas em todo o país – que restringem as escolhas das mulheres em relação à gravidez.

“Essa é a linha que eu vejo, em termos de controle reprodutivo exigido pelo estado”, disse a professora de história da Universidade de Michigan Alexandra Minna Stern. [...]

⁵⁷⁷ A QUESTÃO do aborto. *Tribuna de Imprensa*. Ano XLV, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1994, p. 5.

⁵⁷⁸ ROSENBERG, Eli. Clarence Thomas tried to link abortion to eugenics. Seven historians told The Post he's wrong, *The Washington Post*, Washington D.C., 30 maio 2019. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/history/2019/05/31/clarence-thomas-tried-link-abortion-eugenics-seven-historians-told-post-hes-wrong/>>.

“O uso desse tipo de culpa por associação, o uso discursivo da eugenia para difamar qualquer coisa remotamente associada a ela, ou que possa estar associada a ela, vem acontecendo há muito tempo. Você não precisa ir muito além em seu argumento para criticar Darwin e as teorias da evolução e, portanto, a eugenia e a esterilização, o nazismo e, portanto, o controle de natalidade”, disse ela. “Isso faz parte da retórica sensacionalista dos ativistas antiaborto há muito tempo. O que é impressionante sobre isso é que isso agora é uma opinião de um juiz da Suprema Corte”.⁵⁷⁹

Mas se por um lado a história do controle da natalidade deixou rastros de motivações racistas e anti-éticas, por outro, havia uma demanda real, que em nada se relacionava com o - que agora compreendo como - mito da explosão demográfica ou intuito de exterminar populações não-desejadas. Independente da justificativa dos donos do poder, havia mulheres exaustas e temerosas de gerarem filhos em situações adversas, cujo interesse real em controlar a própria fecundidade as tornaram, sem o seu conhecimento ou consentimento, cúmplices do sucesso desse projeto.

Quando na minha seleção de mestrado fui questionada sobre como faria para não deixar que a minha militância interferisse nos resultados da pesquisa, embora tenha ficado ofendida na hora, apenas compreendi essa provocação no percurso da pesquisa.

Cometi o erro de iniciar a pesquisa com convicções pré-concebidas, certa de que as mulheres negras eram as protagonistas absolutas da história pela luta dos direitos reprodutivos e que as feministas brancas, aliadas incontestáveis da hegemonia branca, usurparam-lhe o protagonismo e as apagaram.

Foi na recusa de utilizar determinados autores, aqueles colonizadores ou de mente colonizada, que me deparei com o cenário de não mais conseguir avançar e responder às perguntas que eu queria saber. Foi quando a minha intenção de alegar protagonismo teve de ceder espaço. A própria pesquisa demonstrava que não havia somente um grupo que tenha carregado todo o debate do controle da natalidade nas costas. Tive de aceitar que sujeitos que eu vilanizava e por vezes representavam barreiras para aquisição de direitos, foram fundamentais para resguardar os direitos das mulheres. Assim como aqueles que eu entendia como aliados, por vezes foram intransigentes com relação à luta das mulheres.

Quando observamos que a denúncia e repercussão das denúncias de controle da natalidade foram o resultado da contribuição da Igreja Católica, parte da comunidade médica e de mulheres diversas, sejam elas idôneas ou problemáticas, compreendemos que omitir uma parte desses atores por um desafeto (justificado ou não) ou até mesmo por uma escolha política

⁵⁷⁹ Ibid.

seria uma desonestidade enquanto historiadora e enquanto curiosa da história do controle da natalidade. Do mesmo modo que creditar exclusivamente às feministas a entrada da pauta de planejamento familiar nos espaços governamentais seria apagar o papel fundamental e, num dado momento, de protagonismo das mulheres negras no avanço do debate sobre esterilização em massa e na própria formulação da Lei de Planejamento Familiar (LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996).

E são essas mulheres, ativistas do movimento negro ou feministas, às vezes dos dois ao mesmo tempo, que se empenham ainda hoje em denunciar práticas abusivas concernentes aos direitos sexuais e reprodutivos. A atualidade e importância da continuidade desse debate se deve aos ainda espantosos casos de violações dos corpos femininos que volta e meia se tornam de conhecimento público, como nos episódios de Janaína Aparecida Quirino, mulher em situação de rua esterilizada forçadamente em 2018⁵⁸⁰; mulheres de periferia que alegam terem sido feitas de cobaia no uso do implante Essure, que lhes gerou uma série de problemas de saúde, cujo dispositivo foi proibido em 2017⁵⁸¹ ou ainda no caso internacional, de denúncia de detentas de um centro para imigrantes clandestinos no estado americano da Geórgia, que foram submetidas a retiradas completas ou parciais de seus úteros sem seu consentimento.⁵⁸²

⁵⁸⁰ CRUZ, Maria Teresa. Como um promotor e um juiz do interior de SP esterilizaram uma mulher à força. El País, 14 jun 2018.

⁵⁸¹ PONTES, Nádia. Brasileiras querem que Bayer pague por efeitos de contraceptivo Essure, Uol, 2 ago 2021.

⁵⁸² ENFERMEIRA diz que imigrantes detidas nos EUA tiveram úteros retirados em cirurgias irregulares. G1, 15 set 2020.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

1.1 Fontes Oficiais

ARQUIVO Nacional, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *In: Serviço Nacional de Informações Agência de São Paulo*. Fatores que influem na formação moral social e da opinião pública brasileiras. São Paulo, 26 out. 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/82012972/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82012972_d0001de0001.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

_____. III Congresso de Cultura Negra nas Américas. 3 nov. 1982. . Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82028834/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82028834_d0001de0001.pdf. Acesso em 29 de outubro de 2020.

_____. Cultura negra das Américas está reunida em São Paulo. 22 de agosto de 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/82012841/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82012841_d0002de0002.pdf. Acesso em 29 de outubro de 2020.

_____. *Diário Popular*. *Cultura Negra das Américas está reunida em São Paulo*. 22 de agosto de 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/82012841/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82012841_d0002de0002.pdf. Acesso em 29 de outubro de 2020.

BRASIL. Senado. *Ata da 255ª sessão, em 5 de dezembro de 1984*. Dezembro de 1984.

_____. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista De Inquérito. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. Brasília, 1993.

_____. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, Ano XLVII, N. 17, 28 maio 1992.

_____. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Ano XLVII, N. 33, 21 de agosto de 1992, p. 1596.

_____. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Ano XLVII, N. 17, 28 de maio de 1992, p. 739.

_____. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Ano XLVII, N. 21, 17 de junho de 1992, p. 10.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Biblioteca Virtual em Saúde MS. *Depoimento do Ministro de Estado da Saúde, Waldyr Mendes Arcoverde, na CPI que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro*. 21 de junho de 1983. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/depoimento_Ministro_Estado_1983.pdf. Acesso em 14 jan. 2021.

NATIONAL SECURITY STUDY MEMORANDUM (NSSM-200). *Implications of Worldwide Population Growth For U.S. Security and Overseas Interests*. The Kissinger report, 1974.

SUDENE. I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste: 1961-1963. Recife, Div. Documentação, 1966.

1.2. Legislação

BRASIL. *Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996*. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/19263.htm>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. *Diário Oficial*. 11 de janeiro de 1965.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Decreto-Lei n. 1154/84. Código de Deontologia Médica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 de maio de 1984.

_____. Resolução n. 1246/88. Código de Ética Médica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jan. 1988.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa de São Paulo. *Decreto nº 2.575, de 4 de dezembro de 1980*. Estabelece normas para declaração de utilidade pública, 4 dez. 1980.

_____. *Decreto N. 17.641, de 28 de agosto de 1981*. Cria Grupo de Assessoria e Participação – GAP, 29 ago. 1981.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa de São Paulo. *Decreto N. 20.892, de 4 de abril de 1983*. Cria o Conselho Estadual da Condição Feminina, 5 abr. 1983.

1.3 Livros

LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. Chapecó: UFFS, 2020

MUMFORD, Stephen D. *The Life and Death of NSSM 200: How the Destruction of Political Will Doomed a U.S. Population Policy*. 2015

PACHECO, Mário Victor de Assis. *Neocolonialismo e controle da natalidade*. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira S.A., 1968

_____. *Racismo, machismo e planejamento familiar*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

1.4 Fonte Oral

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Maria Betânia de Melo Ávila (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (0h 51min).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Sueli Carneiro I (depoimento, 2004)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 55min)

ROLAND, Edna Maria Santos. Edna Roland (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (6h 15min).

TONI, Ana. Ana Toni (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 38min).

1.5 Imprensa Comercial

Correio Braziliense, Brasília, 30 fev. 1987, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pesq=%22nelson%20seixas%22&pasta=ano%20198&pagfis=94803.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 4 de março de 1967, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22controla%20a%20natalidade%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=64612.

Diário do Paraná, Curitiba, 24 de maio de 1967, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761672&pasta=ano%20196&pesq=%22raul%20antonio%20varassin%22&pagfis=62979>.

_____. Rio de Janeiro, 30 de outubro, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22mcnamara%20confessa%20inten%C3%A7%C3%A3o%20americana%20de%20esteriliza%C3%A7%C3%A3o%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=78614.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1960, p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20a%20natalidade%22&pagfis=7475.

_____. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1961, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20a%20natalidade%22&pagfis=15546.

_____. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1961, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=15572.

_____. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22pergunte%20ao%20Jo%C3%A3o%22&pagfis=36928.

_____. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1963, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22superpopula%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20problema%22&pagfis=36176.

_____. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1963, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=39351.

_____. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1964, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=55224.

_____. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1964, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=58132.

_____. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1964, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=58264.

_____. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=60225.

_____. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1965, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Soci%C3%B3logos%20estudam%20no%20Brasil%20a%20limita%C3%A7%C3%A3o%20da%20natalidade%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=65024.

_____. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1965, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22presidente%20colombiano%22&pagfis=70945.

_____. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1965, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=73039.

_____. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1965, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22superpopula%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20problema%22&pagfis=75374.

_____. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1965, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=74269.

_____. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22presidente%20colombiano%22&pagfis=77118.

_____. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22controle%20da%20natalidade%22&pagfis=77495.

_____. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1966, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Soci%C3%B3logos%20estudam%20no%20Brasil%20a%20limita%C3%A7%C3%A3o%20da%20natalidade%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=87740.

_____. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1966, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Soci%C3%B3logos%20estudam%20no%20Brasil%20a%20limita%C3%A7%C3%A3o%20da%20natalidade%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=87742.

_____. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1966, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Soci%C3%B3logos%20estudam%20no%20Brasil%20a%20limita%C3%A7%C3%A3o%20da%20natalidade%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=87788.

_____. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1966, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Soci%C3%B3logos%20estudam%20no%20Brasil%20a%20limita%C3%A7%C3%A3o%20da%20natalidade%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=87823.

_____. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1966, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Soci%C3%B3logos%20estudam%20no%20Brasil%20a%20limita%C3%A7%C3%A3o%20da%20natalidade%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=87824.

_____. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1966, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Soci%C3%B3logos%20estudam%20no%20Brasil%20a%20limita%C3%A7%C3%A3o%20da%20natalidade%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=88600.

_____. Rio de Janeiro, 8 de março de 1967, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Descendentes%20de%20Herodes%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=96715.

_____. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1986, p. 14. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Recursos%20do%20exterior%20expandem%20planejamento%20familiar%22&pagfis=167236.

_____. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1967, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Descendentes%20de%20Herodes%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=99309.

_____. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1986, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Recursos%20do%20exterior%20expandem%20planejamento%20familiar%22&pagfis=169546.

_____. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1986, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Recursos%20do%20exterior%20expandem%20planejamento%20familiar%22&pagfis=170591.

_____.

_____. Rio de Janeiro, 30 set. 1991. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22a%20ang%C3%BAstia%20de%20acordar%20esterilizada%22&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=54336.

_____. Rio de Janeiro, 31 out. 1991. Ecologia, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22sonia%20beltr%C3%A3o%22&pasta=ano%20199&pagfis=43629.

_____, Rio de Janeiro, 31 out. 1991. Cidade, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22sonia%20beltr%C3%A3o%22&pasta=ano%20199&pagfis=46004. Acesso em: 5 out 2020.

Folha da Manhã. São Paulo, 21 de fevereiro de 1934, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=27909&keyword=%22constituente%22&anchor=4649168&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=deb092fb04d0e6a90f2182043d644166>. Acesso em: 9 fev 2022.

_____. São Paulo, 19 de julho de 1926. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=25416&anchor=4524766&pd=1c2e09a7534fa5d54ee4b4364209fe30>.

_____. São Paulo, 27 de agosto de 1933. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=27758&anchor=4593394&pd=e730054dff537d89598b349ffb4fc2aa>.

_____. São Paulo, 1 fevereiro de 1934. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=27893&anchor=4648476&pd=7b1e6c3b0608fce82c55d9551e7c5dfb>.

_____. São Paulo, 7 de maio de 1935, p. 8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=28283&keyword=%22constituente%22&anchor=4576982&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=980ceb7733b13e76283819158a92e9f1>.

_____. São Paulo, 8 de maio de 1935, p. 4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=28284&anchor=4577049&pd=ba9956e92b6b8a2bee93b0f3df5f64f1>.

_____. São Paulo, 4 de março de 1931, p. 16. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=26977&keyword=%22casamento+na+italia%22&anchor=4515838&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=90a8b39a8a94cd4fa96ae406c644cae8>.

_____. São Paulo, 16 de janeiro de 1934, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=27879&keyword=%22esterilizacao%22&anchor=4647593&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3848f95b12c56fbc64986be8bd91454>.

_____. São Paulo, 21 de fevereiro de 1934, p. 10. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=27909&keyword=%22natalidade%22&anchor=4649183&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=62d7c2eeee925f2ab579b061b2b55c45>.

Folha de S. Paulo, São Paulo, 1 de fevereiro de 1960. Acesso em <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18358&anchor=5405356&pd=7b6f9c74b7599ca404fcfea06cd33756>.

_____. São Paulo, 10 de novembro de 1981, p. 3. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7856&keyword=%22direito+individual+ou+ameaca+publica%22&anchor=4212871&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=6d4af7c4d29f6f7e6adf931cf08db567>.

_____. São Paulo, 26 de novembro de 1981, p. 14. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7872&keyword=%22mulheres+vao+discutir%22&anchor=4218326&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=437cec9df4d70d7a652a94f2326b0388>.

_____. São Paulo, 17 dez. 1981, p. 12. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7893&keyword=%22silvia+maluf%22&anchor=4220038&origem=busca&originURL=&pd=2b2728a42d5963061d824a46b274f4dd>.

_____. São Paulo, p. 8, 9 dez. 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7885&keyword=%22silvia+maluf%22&anchor>

=4213817&origem=busca&originURL=&pd=60084d1c74bb2cbc854a7232648d127f.

_____. São Paulo, p. 16, 28 mar. 1982. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7994&keyword=%22silvia+maluf%22&anchor=4315365&origem=busca&originURL=&pd=e8b8e5ad96758e0b15fe1f2f34108977>.

_____. São Paulo, 17 de dezembro de 1981, p. 12. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7893&keyword=%22pro-familia%22&anchor=4220038&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=2b2728a42d5963061d824a46b274f4dd>.

A *Tribuna*, São Paulo, p. 4, 10 dez. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_03&pesq=%22sylvia%20maluf%22&pagfis=18018.

_____. São Paulo, 9 de dezembro de 1981, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_03&pesq=%22sylvia%20maluf%22&pagfis=17990.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, p. 2, 11 ago. 1982. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&pesq=%22Demitido%20economista%20racista%20do%20Banespa%22&pagfis=9578.

_____. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1994, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_05&pasta=ano%20199&pesq=%22a%20quest%C3%A3o%20do%20aborto%22&pagfis=24792.

1.6 Imprensa Negra

The Black Panther, 1º de maio de 1971, p. 4.

_____. 8 de maio de 1971, p. 2.

Cadernos Criola. Saúde da mulher negra. s.d.

Cadernos Geledés. Caderno I – *Mulher negra & Saúde*, outono de 1991. Edição comemorativas de 23 anos.

_____. Caderno II – Esterilização: Impunidade ou regulamentação?, outono de 1991. Edição comemorativas de 23 anos.

_____. Caderno III – Não à pena de morte, 1991. Edição comemorativas de 23 anos.

_____. Caderno IV – Mulher negra, 1993. Edição comemorativas de 23 anos.

Jornal Nêgo – Jornal do MNU, Bahia-Brasil, edições diversas (1981-1993). Disponível em: <http://negritos.com.br/2019/01/14/nego/>.

Nzinga Informativo, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, fev./mar. 1986.

Sinba, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, jul. 1977. Disponível em: <http://negritos.com.br/2020/04/15/sinba-no-1-julho-de-1977/>.

_____. Ano 2, n. 2, abr.1979. Disponível em: <http://negritos.com.br/2020/04/22/sinba-no-2-abril-de-1979/>.

_____. Ano 2, n. 3, ago. 1979. Disponível em: <http://negritos.com.br/2020/04/29/sinba-no-3-agosto-de-1979/>.

_____. Ano 3, n. 4, mar.1980. Disponível em: <http://negritos.com.br/2020/05/06/sinba-no-4-marco-de-1980/>.

_____. Ano 4, n. 5, set. 1980. Disponível em: <http://negritos.com.br/2020/05/13/sinba-no-5-setembro-de-1980/>.

1.7 Imprensa Feminista

Art Mulheres, Manaus, Ano 1, n. 3, abr./maio 1991.

Mulherio, Rio de Janeiro, edições diversas (1981-1987). Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/capas2.html>.

Nós Mulheres, São Paulo, Ano. 1, N. 1, jun. 1976. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn1.pdf>.

_____, n. 8, jun./jul. 1978. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn8.pdf>.

2. Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo. *Luiz Carlos dos Santos: Ex-Parlamentar*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300092>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: *Feminista Brasileiro: formação e contexto*. (org.) Hollanda, Heloísa Buarque. Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2019, p. 165.

BAIMA, Cesar. Contradições sobre aborto na extrema-direita dos EUA. *Revista Questão de Ciência*, 29 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.revistaquestaoeciencia.com.br/artigo/2022/06/29/contradicoes-do-discurso-sobre-aborto-da-extrema-direita-dos-eua>>. Acesso em 9 fev 2023.

BARBALHO, Hugo Gonçalves. *A área mais perigosa do hemisfério ocidental: O Nordeste do Brasil como problema político dos EUA (1961-1963)*. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

BHERING, Marcos Jungmann. Planejamento Familiar e Controle da Natalidade: agências internacionais e atores locais no Brasil (1960-1980). In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, XIV, 2010, Rio de Janeiro.

_____. *Controle da Natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (1975-1994)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das Cruzadas ao Século XX*. São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

BERQUÓ, Elza. Sobre a política de planejamento familiar no Brasil” In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, v.4, n.1, 1987

_____.; *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____. CAVENAGHI, Suzana. Direitos reprodutivos de mulheres e homens face à nova legislação brasileira sobre esterilização voluntária. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2):S441-S453, 2003.

BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

_____. *Conexão Nazista: A história revelada da Colaboração de Grandes Corporações Americanas com o Holocausto e a Alemanha de Hitler*. Bauru, São Paulo: Idea Editora, 2018.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary. Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo, 2002

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro – formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COALE, Ansley J.; HOOVER, Edgar M. Hoover (1958). *Population Growth and Economic Development in Low Income Countries*. Princeton: Princeton University Press.

COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 14, N. 4, Rio de Janeiro, julho/agosto, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Revisor: José E. Andrade. Data de digitalização: 2004. Data da publicação original: 1980.

CHAVES, Wanderson. A Doutrina Moynihan: o debate sobre a raça e o negro nas conferências de 1965 da Fundação Ford e da Academia Americana de Artes e Ciências. *USP* – Ano VI, n. 9.

_____. As agendas culturais da Guerra Fria e o “Programa Ideológico”: a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais. *USP*. 2015, Ano VI, n. 9.

_____. *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*. Curitiba: Editora Appris, 2019, p

CHOR, Marcos; VENTURA, Ricardo. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996

CPDOC. *Verbetes biográfico: Paulo Salim Maluf*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-salim-maluf>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

CRUZ, Maria Teresa. Como um promotor e um juiz do interior de SP esterilizaram uma mulher à força. El País, 14 jun 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/12/politica/1528827824_974196.html>.

CURADO, Pedro Rocha Fleury. A rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética e a promoção do desenvolvimento na periferia global. *Textos de Economia*, Florianópolis, 2014, v.17, n.2.

DAMASCO, Mariana Santos. *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEWAN, Shaila. To Court Blacks, Foes of Abortion Make Racial Case, *New York Times*, New York, 26 fev 2010. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2010/02/27/us/27race.html>>. Acesso em 9 mar 2023.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2011.

ENFERMEIRA diz que imigrantes detidas nos EUA tiveram úteros retirados em cirurgias irregulares. G1, 15 set 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/15/enfermeira-diz-que-imigrantes-detidas-nos-eua-tiveram-uteros-retirados-em-cirurgias-irregulares.ghtml>>.

FAÚNDES, Aníbal; COSTA, Rosely Gomes; PÁDUA, Karla Simônia de; PERDIGÃO, Antero Marques. Associação entre prevalência de laqueadura tubária e características sócio-demográficas de mulheres e seus companheiros no Estado de São Paulo, Brasil. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 14 (Supl. 1) :49-57, 1998.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Editora Senac, 2000.

_____. *O grande irmão: operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro, 2008.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. O neomalthusianismo na propaganda libertária. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 1367-1397.

GALLO, Jorge Ivan Hübner. *O mito da explosão demográfica*. Editora Paz e Terra, 1968

GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker. *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, Sem Paginação.

GORDON, Allison. New York's Planned Parenthood will remove founder's name over her views on eugenics. *CNN*, 22 de julho de 2020. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2020/07/22/us/margaret-sanger-planned-parenthood-trnd/index.html>>.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

GRANDIN, Greg. *A sombra de Kissinger: o longo alcance do mais controverso estadista americano*. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

HABIB, Paula Arantes Botelho Brigli. Saneamento, Eugenia e Literatura: Os Caminhos Cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato.(1914-1926). ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História – São Leopoldo, 2007.

JOHN D. Rockefeller 3rd, Stateman and Founder of the Population Council. Population Reference Bureau. Disponível em: <<https://www.prb.org/resources/john-d-rockefeller-3rd-statesman-and-founder-of-the-population-council/>>.

KATZ, Claudio. *Teoria da Dependência: 50 anos depois*. Editora Expressão Popular, 2020.

KENNEDY, John F. Statement by the President Concerning a Plan for the Development of Northeast Brazil, July 14, 1961, p. 508. In.: John F. Kennedy: 1961 – containing the public messages, speeches, and statements of the president, January 20 to December 31, 1961. Michigan: University of Michigan Library, 2005. Tradução de Hugo Gonçalves Barbalho. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/p/ppotpus/4730886.1961.001/566?page=root;rgn=full+text;size=100;view=image;q1=northeast>>. Acesso em 25 de maio de 2022.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANICA, Daniela Tonelli. Rudimentos da tecnociência reprodutiva: experimentações, biopolítica e a trajetória de um cientista. In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Paula Sandrine; ROHDEN, Fabiola (orgs.). *Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MARCOLIN, Neldson. Pesquisa Fapesp. In: *Elza Berquó: Marcas do pioneirismo na demografia: Pesquisadora que revelou as mudanças no comportamento reprodutivo do brasileiro quer saber mais sobre os jovens*, Dez. 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/elza-berquo-marcas-do-pioneirismo-na-demografia/>. Acesso em: 4 mar. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. UFMG. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>.

PEIXOTO, Priscila Bermudes. O exame médico pré-nupcial em debate: uma proposta de intervenção eugênica no Brasil, 1910-1940. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl., dez. 2016.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *O Mundo Negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas : FAPERJ, 2013.

PIMENTEL, Ana Cristina de Lima; JANOTTI, Claudia Bonan; GAUDENZI Paula; TEIXEIRA, Luiz Antonio da Silva. A breve vida do Norplant® no Brasil: controvérsias e reações entre ciência, sociedade e Estado. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/26008/2/Artigo%203.pdf>.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: Heloisa Buarque de Hollanda (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PLANNED Parenthood. Rockefeller Brothers Fund. Disponível em: <

PONTES, Nádia. Brasileiras querem que Bayer pague por efeitos de contraceptivo Essure, Uol, 2 ago 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/deutsche-welle/2021/08/02/brasileiras-querem-que-bayer-pague-por-efeitos-do-contraceptivo-essure.htm>>.

PRIORE, Mary del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). *Histórias das mulheres no Brasil*. 10. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

RIZOTTO, Maria Lucia Frizon. *Capitalismo e saúde no Brasil nos anos 90: As propostas do Banco Mundial e o desmonte do SUS*. Hucitec, 2012.

_____; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O Banco Mundial e o Sistema Único de Saúde brasileiro no início do século XXI. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.25, n.2, 2016.

RAMOS, Bárbara Oliveira. *A cooperação internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil*. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROCHA, Maria Isabel Baltar de. Política populacional e planejamento familiar: a proposta do poder público e a atuação das entidades privadas. *São Paulo em perspectiva*, junho-julho, 1989.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. *Estudos Feministas*, Ano 3, 1995.

ROSENBERG, Eli. Clarence Thomas tried to link abortion to eugenics. Seven historians told The Post he's wrong, The Washington Post, Washington D.C., 30 maio 2019. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/history/2019/05/31/clarence-thomas-tried-link-abortion-eugenics-seven-historians-told-post-hes-wrong/>>.

SANGER, Margaret. *The Complete Works of Margaret Sanger*. Shrine of Knowledge, 2020

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *Sociedade e Cultura*. V. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 16, 2001.

Saúde em Debate, n. 19, set./out. 1987, pp. 149-150. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=SaudeDebate&pagfis=3768>. Acesso em 5 de janeiro de 2021.

SHAMPO, Marc A.; KYLE, Robert A. John Rock: Pioneer in the Development of Oral Contraceptives. *Mayo Clinic Proceedings*, July 2004; 79 (7): 844.

SILVA, Dinair Andrade da. Roteiro de análise de fonte primária – Discurso de Posse do Presidente John Fitzgerald Kennedy. In: Histórias das Américas. Disponível em: <<https://historiasdasamericas.com/americas/america-inglesa/america-inglesa-independente/discurso-de-posse-do-presidente-john-fitzgerald-kennedy/>>. Publicado em 29 de setembro de 2020. Acesso em 17 de maio de 2022.

SILVA, Tauana Olivia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, n. 55, Campinas, 4 de abril de 2019.

SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. São Paulo, HUCITEC, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOBRINHO, Délcio da Fonseca. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos : FNUAP, 1993

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

_____. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, Dez. 2016.

_____; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, set.-dez. 2012.

SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 31.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005

STEPHAN, Claudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). *Conjuntura Global*, vol. 5, n. 3, set./dez, 2016.

The Report of The Commission on Population Growth and the American Future. Disponível em: <https://www.population-security.org/rockefeller/001_population_growth_and_the_american_future.htm#Chapter%201>.

TOTA, Antonio Pedro. *Os americanos*. São Paulo : Contexto, 2020

VEIGA, Edison. A frustrada tentativa de Monteiro Lobato em ganhar mercado nos EUA com livro considerado racista. *BBC*, Brasil, 28 jun. 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53115152>>.

VENKATARAMANAN, Meena. She survived a forced sterilization. Activists fear more could occur post-Roe. *Washington Post*, Washington D.C., 24 jul 2022. <<https://www.washingtonpost.com/history/2022/07/24/forced-sterilization-dobbs-roe/>>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.